



RELATÓRIO E CONTAS

2016

CONSOLIDADO

LOTES RESERVA CANTINHO DAS AROMÁTICAS
PROJECTO PREMIADO I PRÉMIO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO CA 2016

 **CA**
Crédito Agrícola



RELATÓRIO E CONTAS

2016

CONSOLIDADO

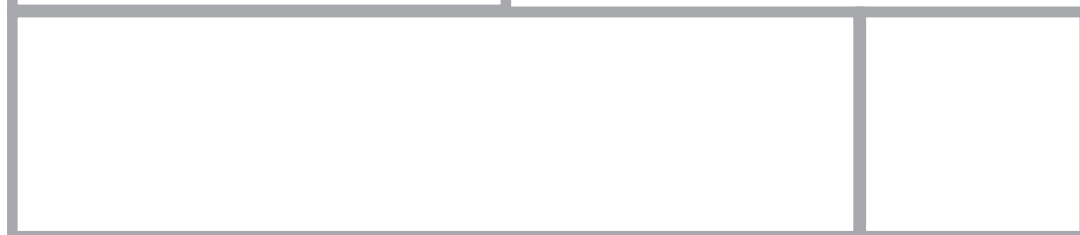
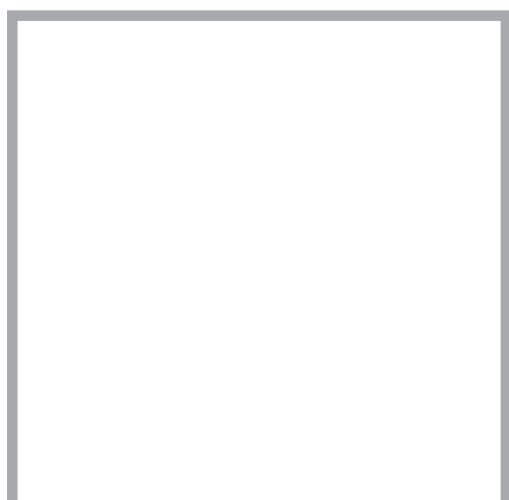
LOTES RESERVA CANTINHO DAS AROMÁTICAS
PROJECTO PREMIADO I PRÉMIO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO CA 2016

 **CA**
Crédito Agrícola

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	5
PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO.....	10
PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)	11
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	13
FACTOS RELEVANTES DE 2016.....	23
I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	28
1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	28
1.2 CAIXA CENTRAL E GOVERNANCE DO GRUPO	31
1.3 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA.....	38
II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA.....	43
2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES	43
2.2 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES	53
2.3 RESPONSABILIDADES COM OS COLABORADORES	57
III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	64
3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	64
3.2 ECONOMIA NACIONAL	67
3.3 MERCADOS FINANCEIROS	70
3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL.....	73
3.5 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2017	77
IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2016	79
4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA	79
4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA	90
4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO	94
4.4 ACTIVIDADE DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO DAS CAIXAS ASSOCIADAS.....	103
V. ANÁLISE FINANCEIRA.....	108
5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	108
5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO	114
5.3 NEGÓCIO BANCÁRIO EXCLUINDO CAIXA CENTRAL	123
5.4 NEGÓCIO DA CAIXA CENTRAL.....	124
VI. GESTÃO DE RISCO	127
6.1 GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO.....	127
6.2 RISCO DE CRÉDITO, MERCADO, TAXA DE JURO, LIQUIDEZ E OPERACIONAL	129

VII.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	142
VIII.	ANEXOS.....	150
8.1.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO.....	150
	Anexo 1: Inventário da Carteira de Títulos.....	276
8.2.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	296
IX.	PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO	310



Mensagem do
Presidente do
Conselho Geral e
de Supervisão



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícola,

O Crédito Agrícola voltou em 2016 a registar resultados positivos, destacando-se, pela sua resiliência, no seio do sector financeiro nacional, num contexto ainda adverso para a actividade bancária, com a política monetária a induzir níveis de taxas de juro muito baixos que penalizam a remuneração do crédito, principal fonte de proveitos operacionais das instituições. Acresce a este quadro o fraco dinamismo da procura de crédito que, embora atenuado, se mantém, o que tem levado a uma concorrência particularmente acentuada entre as diversas instituições, reduzindo ainda mais as taxas de juro activas.

Entretanto, o sector permanece sobrecarregado por um elevado volume de créditos de má qualidade e activos imobiliários improdutivos, adquiridos em processos de resolução de crédito, o que constitui um factor adicional a pesar na rentabilidade dos bancos.

Os problemas estruturais do sector financeiro e as elevadas perdas de certas instituições continuam assim na ordem do dia, e apesar da recuperação que algumas delas já aparentam, é na verdade espantoso o nível dos prejuízos (quer os do exercício quer os acumulados) que têm sido reportados.

Neste enquadramento tem de se reconhecer como notável o desempenho conseguido pelas Caixas Agrícolas, na medida em que, apenas com quatro excepções, todas as demais registaram resultados positivos, conseguindo mesmo algumas considerável melhoria face a 2015. E no respeitante às deficitárias, os prejuízos são, com uma única excepção, pouco expressivos em valor absoluto e grandemente justificados por particularidades do exercício.

As Caixas estão assim de parabéns, pois neste ambiente de negócio ainda muito desfavorável mantêm resultados bastante satisfatórios.

Mas não se pode deixar de referir que algumas Caixas apresentam, em indicadores chave, designadamente no rácio de eficiência e no rácio de crédito vencido, desequilíbrios manifestos que têm de ser corrigidos, pois a subsistirem comprometem a sua sustentabilidade, originando um risco acrescido de perdas futuras, que se traduziriam num ónus para todo o Grupo.

No seu conjunto, as Caixas obtiveram um resultado da ordem de 80 milhões de euros, com mais de trinta a excederem o marco de 1 milhão de euros. Tendo no exercício ocorrido a conversão plena do regime contabilístico das NCA (em que o provisionamento do crédito assentava no Aviso 3/95) para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), com o reconhecimento das perdas na carteira a basear-se no conceito de imparidade, a folga de que as Caixas dispunham naquelas provisões face aos níveis de imparidade apurados permitiu um menor esforço de provisionamento no exercício, o que naturalmente



favoreceu os resultados obtidos. No entanto, contribuiu também sobremaneira para os bons resultados das Caixas a maior contenção na remuneração dos depósitos de clientes que, seguindo a evolução do mercado, se adoptou, com impacto positivo na margem financeira.

A Caixa Central, por sua vez, e como já se antevira no Plano de Actividades presente a esta Assembleia em Dezembro passado, registou em 2016 um prejuízo de 9,3 milhões de euros, essencialmente provocado pela necessidade de reconhecimento de perdas em unidades de participação de um fundo imobiliário, no qual se encontram activos adquiridos em processos de recuperação de crédito, os quais acusaram menos valias substanciais nas últimas reavaliações. O produto bancário gerado pela instituição durante o exercício, afectado pelo estreitamento da margem financeira da Caixa Central que procurava preservar o mais possível a remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas (apesar do nível muito baixo das taxas de juro no mercado de capitais) não permitiu acomodar este tipo de perdas excepcionais. Entretanto, a avaliar pelos resultados já disponíveis para o exercício corrente, as condições de exploração da instituição estão a aproximar-se de um padrão normal, sendo que os ganhos de eficiência conseguidos com a redução de efectivos e com a racionalização progressiva de gastos administrativos também para tal contribuem.

No tocante às empresas, é de salientar de novo o bom desempenho na área seguradora, com a CA Vida a apresentar um resultado de 4,2 milhões de euros, e a CA Seguros de 3,9 milhões de euros. A actividade de seguros no Crédito Agrícola mantém assim a sua trajectória de sucesso, sendo o Grupo um dos que no nosso país melhor soube implantar um modelo de banca-seguros com uma efectiva articulação entre a vertente bancária e a seguradora. Temos ainda uma grande margem de crescimento nesta área, sendo fundamental para a aproveitarmos que as Caixas de um modo geral, e sobretudo as que têm tido menor envolvimento no negócio segurador, nele se empenhem com maior dinâmica. A actividade de seguros já dá nesta altura um contributo muito relevante para o produto bancário de muitas Caixas Agrícolas, através das comissões de mediação que origina, que em 2016 ascenderam a mais de 30 milhões de euros, valor que pode ainda aumentar significativamente.

Na área de gestão de activos e de fundos de investimento, que corresponde à actividade da CA Gest, registou-se um prejuízo da ordem de 300 mil euros, que se segue ao resultado positivo de 500 mil euros no ano anterior. A exploração em 2016 foi afectada pela retracção dos investidores que se verificou no mercado em geral, face à diminuição dos retornos em fundos de investimento induzida pela situação pouco favorável do mercado de capitais. Esta área de negócio dá também já um contributo significativo, que em 2016 foi de quase 6 milhões de euros, para a margem complementar do Grupo, através das diversas comissões que gera.

No caso da CA Imóveis, empresa instrumental para a gestão dos activos imobiliários adquiridos em recuperação de crédito e para dinamizar as suas vendas, de forma a reduzir o seu peso no balanço do Grupo, os resultados continuam a espelhar o estado do sector imobiliário e a depreciação dos activos em relação ao valor por que inicialmente haviam entrado na CA Imóveis, tendo-se assim a sua actividade no exercício saldado por um resultado negativo de 4,6 milhões de euros, inferior porém ao de 2015.

Finalmente, há também que referir que a área tecnológica e de sistemas de informação prossegue com exploração equilibrada, quer na CA Informática quer, o que naturalmente é mais significativo, no CA Serviços, ao mesmo tempo que tem conseguido, apesar das crescentes obrigações no plano regulatório a

que tem que atender, manter uma adequada capacidade de resposta na execução dos projectos e na prestação dos serviços que lhe cumpre assegurar, consolidando a melhoria de desempenho registada nos últimos anos. A base tecnológica e os sistemas de informação são, hoje em dia, factor absolutamente crítico de competitividade no negócio bancário, são a nossa fábrica, nada fazemos sem sistemas eficazes, pelo que assinalo com apreço a evolução positiva que temos observado nesta área.

À evolução favorável do Grupo no plano financeiro correspondeu no exercício de 2016 também um excelente desempenho comercial. Superámos o que já conseguíamos em 2015, tendo assim voltado a ter o melhor ano comercial de sempre. O grau de cumprimento dos objectivos nas cerca de vinte variáveis de negócio que foram seleccionadas para integrar a grelha definida foi de modo geral bastante elevado, sendo de salientar o marcado empenho da parte das Caixas, das empresas e da área de dinamização comercial que a tal conduziu.

O sucesso na actividade comercial está desde logo reflectido no crescimento que conseguimos na área do crédito, pois numa altura em que a carteira de crédito se encontra em contracção no sector em geral, o Crédito Agrícola conseguiu em contraciclo um crescimento da ordem de 3,4 %, situação que se tem repetido nos últimos exercícios, o que fez de modo relevante subir a nossa quota de mercado no crédito a nível nacional para 4,5%.

Os depósitos de clientes, por sua vez, como referi há dias no 2º Encontro de Administrações, não deixam de aumentar, atingindo cerca de 12 mil milhões de euros, testemunhando a confiança que os nossos associados e clientes mantêm na nossa instituição, que é vista cada vez mais como um banco de refúgio. Considerando as aplicações em produtos fora do balanço, o montante total de recursos de clientes confiados ao Crédito Agrícola ultrapassa os 14 mil milhões.

Nas outras áreas de negócio a evolução comercial é também muito positiva, com as nossas duas seguradoras a crescer, quer em produção nova quer na carteira, a ritmos muito superiores aos dos respectivos mercados, e com a área de gestão de activos do Grupo a ganhar também, paulatinamente, posição crescente no âmbito do seu sector.

Para além destes aspectos relativos à evolução financeira e à prestação comercial, muito mais haveria a referir sobre as actividades do Crédito Agrícola em 2016, pois foram numerosas as iniciativas levadas a cabo em diferentes domínios (formação de administradores, sistema de avaliação de titulares de funções essenciais, soluções inovadoras para a frente de negócio, seminários e eventos diversos de interacção com a sociedade e com a nossa base de clientes, etc ...), temas que são referidos de modo bastante abrangente e com detalhe no Relatório e Contas (documento cuja qualidade atesta por si só o novo patamar de competência técnica que se atingiu em áreas chave da Caixa Central). Uma referência especial, no entanto, deve ser deixada à abertura da agência do Crédito Agrícola na Madeira, com a qual o Grupo completou a cobertura do território nacional.

A boa posição do Grupo no contexto do sector financeiro nacional reflecte-se também nos diversos prémios e distinções que temos recebido, o que registo com prazer felicitando todas as áreas envolvidas. Assim, e para referir apenas alguns, no negócio segurador, a CA Seguros foi considerada pela Revista Exame como a melhor seguradora de ramos reais no seu segmento dimensional, o que ocorre pela 6ª vez, e a CA Vida

liderou os rankings de lealdade do cliente e de índices de satisfação num inquérito independente da ECSI. Na área bancária, o Crédito Agrícola obteve as pontuações mais altas do mercado no tocante a índices de satisfação no estudo da BASEF, e na gestão de activos, vários dos Fundos criados e geridos pela CA Gest têm também sido objecto de distinção, para além de se posicionarem bem no nível de retorno que proporcionam aos subscritores.

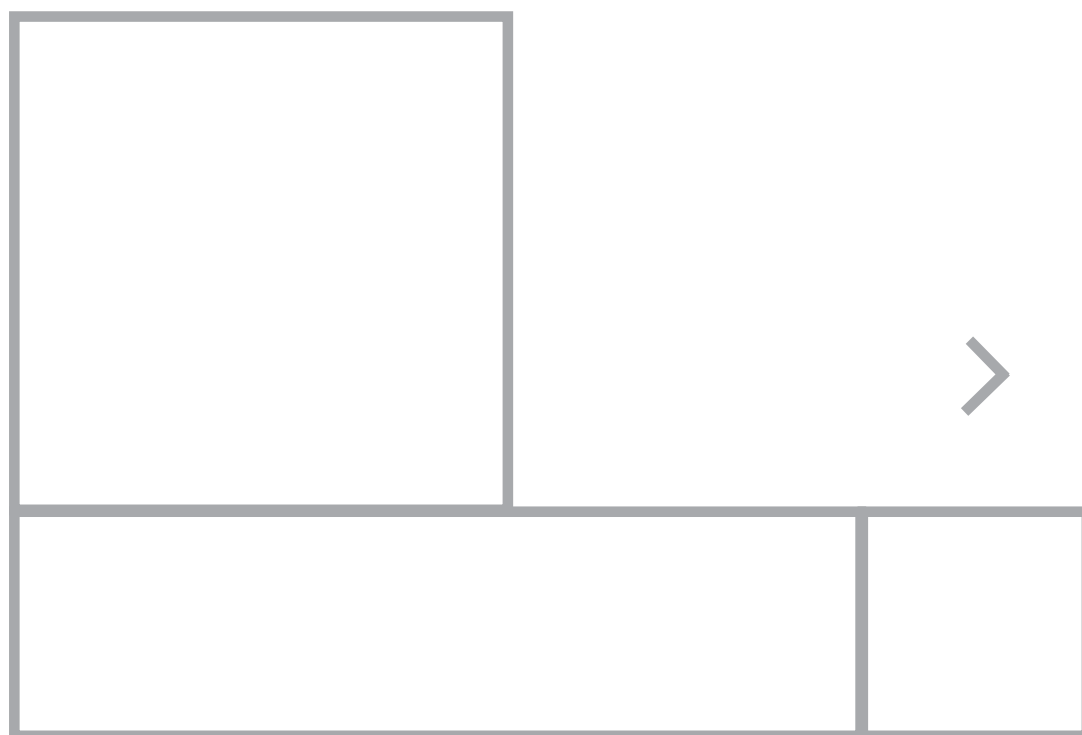
Numa altura em que outras instituições de peso no nosso sistema financeiro se encontram condicionadas nas suas opções estratégicas dada a necessidade de racionalizarem as suas estruturas e de se recapitalizarem adequadamente, o Crédito Agrícola, não enfrentando este tipo de constrangimentos, pode e deve tirar partido da sua robusta solvabilidade e folgada liquidez para incrementar a posição de relevo que já granjeou no seio do sistema bancário nacional, e tornar-se em definitivo uma das suas instituições de primeiro plano. Devemos assumir com determinação este desígnio, e a chave para o conseguir está na expansão sustentada da nossa base de negócio, através de uma política comercial dinâmica, mas naturalmente assente num crescimento seguro com a devida atenção ao risco, e direccionando a nossa oferta e as nossas campanhas para produtos e serviços que correspondam a necessidades efectivas das populações. A banca de proximidade que praticamos propicia a existência de uma relação de confiança que facilita a acção comercial, mas naturalmente é também fundamental que esta seja conduzida de modo consentâneo com essa confiança.

Na estratégia de negócio do Grupo temos igualmente que dar a devida atenção à necessidade de superarmos alguns dos pontos fracos que ainda temos na nossa implantação no mercado, como seja o escasso envolvimento com as PME (i.e. nos segmentos acima das micro-empresas), o diminuto peso nas camadas mais jovens da população e, em termos geográficos, a insuficiente presença nos centros urbanos. O Crédito Agrícola já deu no passado amplas provas da sua capacidade de realização, sabendo levar por diante, de forma discreta e sem alardes, a concretização dos seus desígnios. Estou absolutamente convicto de que nesta conjuntura complexa, mas que apresenta oportunidades únicas, vamos de novo conseguir aproveitar o nosso potencial para reforçar o posicionamento do Grupo no seio do sistema financeiro nacional, cumprindo os objectivos estratégicos enunciados, como Missão e Visão do Grupo Crédito Agrícola, no Relatório e Contas presente a V. Exas.: motor do desenvolvimento das comunidades locais (só nós o podemos ser) e melhor grupo financeiro dos mercados em que opera (temos a obrigação de o ser).

Lisboa, 28 de Abril de 2017

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão





Principais
indicadores do
Grupo e do SICAM

PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO

Evolução do GCA

	Valores em milhões de euros								
	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.	2014 Dez.	2015 Dez.	2016 Dez.
Recursos de Clientes (<i>on e off balance</i>)	10.406	11.048	10.910	10.923	11.463	11.801	12.655	13.212	14.060
dos quais depósitos	9.528	9.965	9.939	9.821	10.113	10.123	10.537	10.910	11.726
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	878	1.083	971	1.102	1.350	1.678	2.118	2.302	2.334
Créditos sobre Clientes Bruto	8.300	8.781	8.534	8.507	8.301	8.136	8.099	8.373	8.651
Créditos sobre Clientes Líquido	7.926	8.366	8.041	7.914	7.660	7.472	7.261	7.555	7.941
Activo Líquido	12.122	12.948	14.224	14.241	15.113	14.621	15.051	14.936	16.699
Situação Líquida	987	1.075	1.108	1.142	1.100	1.141	1.211	1.205	1.244
Margem Financeira	425	341	335	381	367	307	307	310	327
Comissionamento Líquido	81	82	93	97	102	101	101	98	105
Margem Técnica de Seguros	14	9	5	10	-4	-9	-21	20	14
Produto Bancário	537	457	478	505	493	486	577	515	467
Resultado Líquido	121	52	36	55	45	-3	27	54	58
Rácio Crédito Vencido > 90 dias b)	3,8%	4,1%	4,9%	5,8%	6,8%	7,7%	8,0%	7,8%	6,2%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido - %	136,0%	127,4%	127,8%	119,8%	114,2%	121,0%	122,9%	122,5%	129,8%
Core Tier 1 - GCA - %	12,2%	12,1%	12,7%	12,5%	11,6%	11,9%	n.a.	n.a.	n.a.
Common equity tier 1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	13,1%	13,0%	13,6%
Tier 1 - GCA - % c)	12,0%	11,8%	12,5%	12,3%	11,1%	11,4%	13,1%	13,0%	13,6%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	13,3%	12,7%	13,4%	12,7%	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	14,4%
Rácio de Eficiência - GCA - %	56,8%	68,8%	68,3%	65,4%	67,0%	68,2%	57,5%	63,8%	73,1%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	12,2%	4,9%	3,2%	4,8%	4,1%	-0,3%	2,2%	4,5%	4,7%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	1,0%	0,4%	0,2%	0,4%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%	0,3%
Número de colaboradores d)	4.326	4.392	4.365	4.335	4.296	4.212	4.158	4.121	4.054

Notas:

Os valores de 2010 foram calculados de acordo com as normas aprovadas pela União Europeia e que entraram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010; os valores de 2009 e 2008 foram reexpressos para efeitos comparabilidade.

a) Os valores referem-se exclusivamente às Caixas Associadas do SICAM.

b) Os valores apresentados para o período 2008-2011 referem-se ao SICAM.

c) A partir de 2014, os valores correspondem ao common equity tier 1 - phased in (Basel III).

d) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo/incerto (posições de final de ano).

PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)

Evolução do Negócio Bancário

	Valores em milhões de euros								
	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.	2014 Dez.	2015 Dez.	2016 Dez.
Recursos de Clientes	9.613	10.070	9.989	9.884	10.178	10.210	10.620	10.970	11.771
Créditos sobre Clientes Bruto	8.373	8.859	8.606	8.587	8.365	8.199	8.147	8.430	8.713
Créditos sobre Clientes Líquido	7.945	8.392	8.069	7.988	7.717	7.310	7.310	7.578	7.998
Activo Líquido	11.447	12.097	13.213	13.027	13.747	12.969	13.267	13.060	14.881
Situação Líquida	979	1.000	1.026	1.054	1.098	1.106	1.168	1.173	1.227
Margem Financeira	403	315	306	342	318	251	248	245	276
Comissionamento Líquido	87	91	110	116	130	132	129	130	138
Produto Bancário	513	424	445	472	465	473	554	503	475
Resultado Líquido	121	42	36	47	41	2	25	56	72
Rácio de Transformação - % a)	82,7%	83,3%	80,8%	80,8%	75,8%	71,6%	68,8%	69,1%	67,9%
Rácio de Eficiência - SICAM - %	55,5%	69,4%	67,1%	64,7%	65,3%	64,0%	54,2%	59,8%	66,0%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	12,4%	4,2%	3,5%	4,5%	3,8%	0,1%	2,1%	4,8%	5,9%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	1,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,01%	0,2%	0,4%	0,5%
Grau de Alavancagem (Leverage)	11,7	12,1	12,9	12,4	12,5	11,7	11,4	11,1	12,1
Número de CCAM	92	88	85	84	84	83	82	82	82
Número de Agências (Total do SICAM)	670	680	689	686	686	683	683	675	673
Activo Líquido Médio por CCAM b)	116.924	127.626	132.375	133.162	140.695	159.839	161.788	159.266	181.471
Número Médio de Agências/CCAM c)	7,2	7,6	8,0	8,0	8,0	8,1	8,2	8,1	8,1
Número de colaboradores d)	3.854	3.907	3.878	3.845	3.832	3.760	3.706	3.674	3.604

Nota:

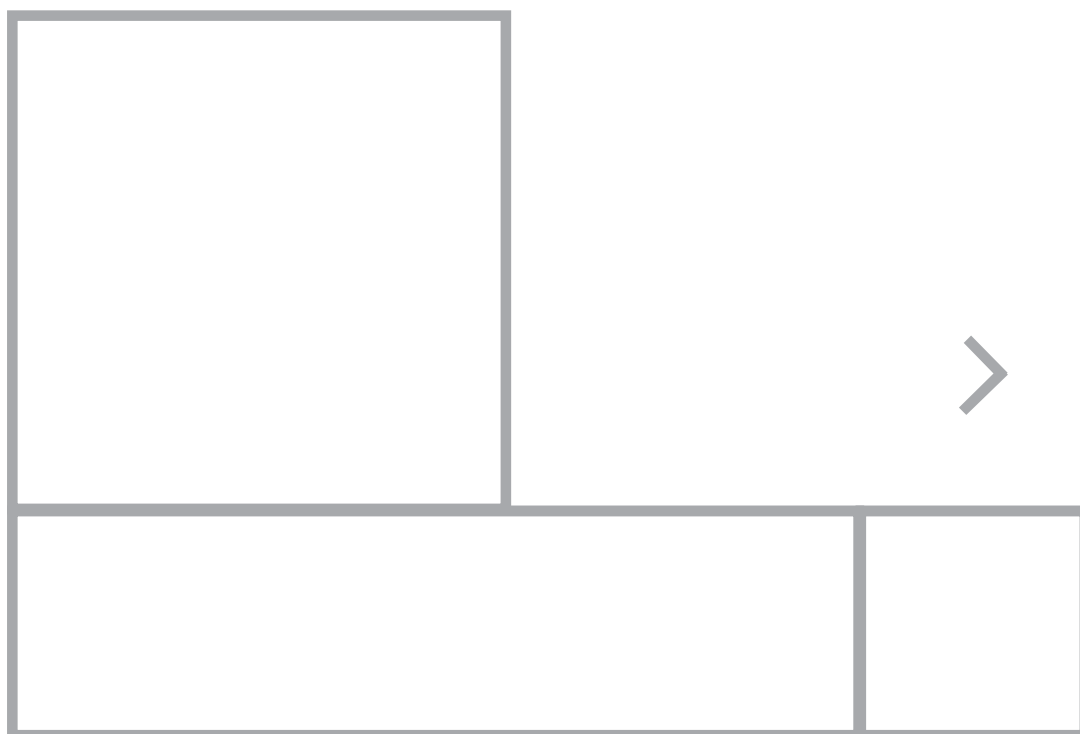
Valores de 2011 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

a) Rácio calculado como sendo o quociente entre crédito líquido e os recursos, de acordo com a instrução 23/2011 do Banco de Portugal.

b) Valores em milhares de euros

c) Refere-se apenas a agências das Caixas Associadas (SICAM)

d) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo/incerto (posições de final de ano).



Apresentação do
Relatório

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Enquadramento económico

Apesar da aceleração económica no último trimestre de 2016, a economia portuguesa registou um abrandamento no global do ano de 2016 face ao ano anterior. Este crescimento mais brando teve naturalmente impacto na actividade de um grupo financeiro como é o Grupo Crédito Agrícola, que assenta a sua actividade no financiamento das famílias e das empresas para a concretização de novos projectos.



Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
Carlos Courelas

A economia portuguesa, penalizada durante o primeiro semestre por um crescimento fraco do investimento e por fragilidades ao nível das exportações, manteve a tendência de desaceleração iniciada no último trimestre de 2015, tendo registado um crescimento homólogos de 0,9% no primeiro semestre do ano. A aceleração registada no segundo semestre de 2016, muito por conta da evolução da actividade turística e do consumo privado, permitiu que o crescimento anual se situasse nos 1,4% em 2016, valor 2 p.p. abaixo do crescimento verificado em 2015 (1,6%). As condições favoráveis de financiamento externo, reflectindo o conjunto alargado de medidas de política expansionista do BCE, não foram alheias a este desempenho e têm vindo a constituir uma janela de oportunidade para orientar as políticas públicas no sentido de aumentar a resiliência da economia portuguesa para enfrentar choques adversos.

Em contraste com o passado, o ano de 2016 veio confirmar as tendências de transferência de recursos produtivos para os sectores da economia mais expostos à concorrência internacional (beneficiando da depreciação da taxa de câmbio efectiva do euro), embora com algum abrandamento devido particularmente à situação económico-financeira de Angola.

Por seu lado, a procura interna foi marcada por uma recuperação resultante da evolução positiva do índice de confiança dos consumidores (explicada, essencialmente, pela estabilização da situação no mercado de trabalho, pela queda dos preços dos combustíveis e pela diminuição das taxas de juro), ainda que condicionada pelo processo de redução do nível de alavancagem da economia em geral e das famílias em particular. Em oposição, a formação bruta de capital fixo registou decréscimos homólogos nos 3 primeiros trimestres (-2,5%, -2,2% e -0,1%) e uma forte recuperação no último trimestre (+4,5%) que se

consubstanciou numa ligeira quebra anual face a 2015. Os factores que mais contribuíram para este cenário foram as incertezas externas (volatilidade dos mercados no início do ano e incertezas políticas associadas aos processos eleitorais nos principais países parceiros comerciais de Portugal) e incertezas internas (viabilidade da solução política e problemas na banca portuguesa) que afastaram os investidores. Para além disso, observou-se também uma descida do investimento público para níveis historicamente baixos (até Setembro registou-se uma quebra de 27,6% na formação bruta de capital fixo por parte das administrações públicas).

Novos órgãos de administração e fiscalização

O ano de 2016 foi marcado também pela eleição dos novos órgãos de gestão na generalidade das Caixas Associadas, já segundo as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 157/2014, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) que levou à revisão global das práticas em vigor no SICAM quanto à Política de Avaliação e Adequação e Selecção de Órgãos de Administração e Fiscalização. Tais alterações tiveram origem no aumento global de exigência no sector bancário e financeiro relativamente aos responsáveis pela administração e fiscalização das instituições, estabelecendo um conjunto de exigências e requisitos em matéria de idoneidade, qualificação, experiência profissional, independência e disponibilidade relativamente à adequação dos titulares de cargos com funções de administração e fiscalização.

Em complemento, decorreu o processo de avaliação dos titulares de funções essenciais (*compliance*, auditoria interna e gestão de riscos) com vista a conferir eficácia ao 1º nível de actuação em matéria de governo interno, num estágio antecedente e preventivo da actuação das entidades de supervisão (2º nível).

Em paralelo, têm vindo a ser operacionalizadas medidas que incluem, mas não se esgotam, nos trabalhos de alinhamento das políticas remuneratórias com o perfil de risco da instituição e o desempenho individual, nomeadamente conferindo maior transparência entre os resultados da avaliação de desempenho e os benefícios atribuídos.

Desempenho financeiro do Grupo

O Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado líquido consolidado de 58,3 milhões de euros no exercício de 2016, continuando a apresentar confortáveis níveis de liquidez e solvabilidade. A contribuir para este desempenho esteve, essencialmente, o resultado do negócio bancário que apresentou um

crescimento na ordem dos 28% face a 2015, bem como a actividade seguradora cuja margem técnica representou um contributo positivo de 14 milhões de euros.

A carteira de crédito bruto a clientes ascendeu a 8,7 mil milhões de euros, traduzindo um aumento de 3,3% face a 2015, em contraciclo com o mercado que, de forma global, registou uma quebra de 3,2%¹, o que consubstancia um reforço de quota de mercado do Grupo Crédito Agrícola para 4,5% do crédito concedido em Portugal.

O crédito a empresas e sector público administrativo apresenta um peso relativo superior a 50% na carteira de crédito, tendo registado um crescimento de 3,8% face a 2015.

Os recursos totais de clientes totalizaram 14,1 mil milhões de euros e traduzem um crescimento homólogo de 6,4% (repartido pelos depósitos que aumentaram 7,5% e pelos fundos de investimento e seguros de capitalização que aumentaram 1,4%) face aos valores registados em final de 2015.

O produto bancário reduziu 9,4% para os 467 milhões de euros, muito por conta da quebra dos resultados de operações financeiras (-65,5 milhões de euros), na medida em que a margem financeira apresentou um desempenho positivo (+17,7 milhões de euros). As comissões líquidas registaram uma quebra ligeira de 7,0% tendo-se fixado nos 105,1 milhões de euros.

Em 2016, os custos de estrutura do Grupo, incluindo os efeitos não recorrentes resultantes do processo de reorganização do Grupo, registaram um crescimento homólogo de 3,8% correspondente a uma subida de 12,4 milhões de euros em termos absolutos.

A carteira de crédito do Grupo Crédito Agrícola regista, desde 2014, uma assinalável melhoria ao nível do seu perfil de risco, em particular no segundo semestre de 2016, ao verificar uma redução muito significativa do crédito vencido em cerca de 121 milhões de euros (o que representa um decréscimo de cerca de 18%) relativamente ao final de 2015, com o segmento da habitação e o crédito empresarial a serem os principais responsáveis pelo desagravamento dos níveis de sinistralidade da carteira, tendo para tal contribuído uma actuação ainda mais eficaz na abordagem do Grupo CA às actividades de acompanhamento e recuperação de crédito e nos procedimentos de abate ao activo (write-offs). Em termos de qualidade da carteira de crédito do Grupo Crédito Agrícola, o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias reduziu-se para 6,2% (-1,6 p.p. que em 2015), o rácio de crédito em risco (que inclui o valor total em dívida do crédito vencido por um

¹ Fonte: Boletim Estatístico do 4º trimestre de 2016 – Empréstimos e Depósitos Bancários (BdP/BCE).

período igual ou superior a 90 dias e o crédito reestruturado igualmente vencido por esse período sem que tenham sido observados o pagamento integral de juros e encargos e o reforço integral de garantias) reduziu para 9,4% (-1,8 p.p. que em 2015), e o rácio de cobertura do crédito vencido ajustou-se para os 129,8% (+7,4 p.p. que em 2015).

No que concerne aos créditos não produtivos, em Dezembro de 2016, foi realizada a alienação de uma carteira exclusivamente da Caixa Central no valor de 59M€ (Cassiopeia 2), tendo-se obtido um proveito extraordinário de cerca de 3,5M€ (50% liquidados em 30.12.2016 e 50% a liquidar em 28.12.2018). Em 2017, está prevista a alienação de uma carteira de créditos abatidos ao activo das Caixas Associadas (Cassiopeia 1).

Saliente-se que, durante o ano de 2016 e no que respeita à exposição directa a activos imobiliários, foram alcançados mais de 100M€ de vendas de imóveis e 74M€ de acréscimos, o que demonstra que as estratégias, processos e ferramentas de suporte, aliadas a condições de mercado mais favoráveis, efectivamente produziram resultados, estando todo o Grupo CA empenhado em prosseguir com o esforço de comercialização.

Importa ainda referir que, entre Dezembro de 2015 e Dezembro de 2016, o volume de activos imobiliários não caracterizados, em valor, diminuiu 6,2 pontos percentuais face ao total de activos em balanço do SICAM de 28% dos imóveis (1.010 em 3.612) com valor líquido contabilístico de 23,7% (82,8M€ em 349,5M€) no final de 2015 para 25,0% dos imóveis (984 em 3.939) com valor líquido contabilístico de 17,4% (57,7M€ em 330,8M€).

Os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.227 milhões de euros (+85 milhões de euros em relação ao período homólogo) o que representa um crescimento de 7,4% face ao período transacto. Os requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional aumentaram globalmente 0,8% face a 2015.

Neste contexto, os rácios *common equity tier 1* e solvabilidade total, calculados para 2016 com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*) e aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013 apresentam-se francamente acima do mínimo regulamentar exigido pelo Banco de Portugal.

A União Bancária também tem trazido desafios e novos requisitos regulamentares, nomeadamente novos requisitos de liquidez, novos requisitos de divulgação de informação sobre activos onerados e de montantes mínimos de passivos utilizáveis na absorção de perdas (“bail-in able”), novas taxonomias incorporadas nos *frameworks* de reporte, orientações quanto a estratégias de desinvestimento em NPE, entre outros.

O programa de redução de activos não produtivos, actualmente em curso, pretende mitigar os riscos associados (i) à elevada exposição ao risco de crédito, particularmente em processos de crédito a empresas em processo de insolvência, que pode gerar custos directos (ex. imparidades de crédito, honorários de advogados, despesas de contencioso) e indirectos (ex. perda de foco da equipa de gestão para temas relacionados com a expansão do balanço) significativos e prolongados; (ii) ao tempo de recuperação dos créditos, em particular no caso de garantias hipotecárias, dependente do desempenho da justiça, que pode implicar a degradação do valor dos activos; e (iii) à elevada exposição ao risco de desvalorização imobiliária que, entre outros, poderá ser gerada pelo avolumar de processos de crédito em recuperação e pela necessidade de venda rápida e massiva de activos de natureza imobiliária para cumprimento do plano de desinvestimento acordado em execução.

Projectos de desenvolvimento organizacional e tecnológico

No âmbito da actividade planeada de desenvolvimento tecnológico, durante o ano de 2016 e em resultado da estreita colaboração entre as áreas de negócio e de suporte e as equipas de desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação, concluíram-se 65 projectos e 375 microprojectos, a que corresponde uma afectação de esforço de, respectivamente, 35.200 e 26.200 horas de recursos internos e recursos externos com perfil tecnológico. Complementarmente, transitaram de 2015 cerca de 51 projectos e 56 microprojectos que, em 2016, totalizaram um esforço total de 108.000 horas e 5.400 horas, respectivamente.

A partir de 31 de Dezembro de 2016, iniciou-se um novo ciclo no que respeita ao provisionamento do crédito que passará a assentar na mensuração da imparidade existente ou pressuposta nas exposições creditícias, substituindo o regime até agora em vigor do Aviso 3/95, no qual ainda se baseou o encerramento das contas de 2016. Esta alteração de paradigma levou a que tivessem que ser efectuados ajustamentos no sistema informático central (core), o Profile, bem como nos procedimentos para a aferição mensal das imparidades por forma a que estes desenvolvimentos estivessem concluídos a tempo do arranque do novo regime, na data de 1 de Janeiro de 2017. Simultaneamente e ao nível das Caixas Associadas houve a necessidade de balancear os seus níveis de provisões e as imparidades entretanto já

calculadas, sendo que na generalidade das Caixas existia uma folga de provisionamento muito considerável (mais provisões contabilísticas que imparidade).

No âmbito da gestão de riscos do Grupo, foi definido o modelo global para a gestão do risco operacional, englobando diversos aspectos como a definição das políticas e processos, comunicação e formação, auto-avaliação, captura de eventos ou monitorização e reporte. No final do 1º semestre de 2016 foi concluída e proposta a revisão do Normativo Interno da Área de Acompanhamento – Processos e Procedimentos Internos, cuja metodologia de controlo passou a considerar como indicadores para aferir a qualidade da gestão, e a necessidade de medidas de: (i) risco de capital; (ii) risco de rendibilidade; e (iii) risco de crédito das CCAM.

Com o objectivo de melhorar a qualidade da carteira de crédito do SICAM e particularmente minimizar as probabilidades de incumprimento dos potenciais devedores, ao longo dos anos mais recentes tem-se verificado uma grande aposta na disponibilização de ferramentas de automatização de processos ao longo do ciclo de concessão de crédito, acompanhamento de crédito (PARI, PERSI, Instrução 32), recuperação de crédito e desinvestimento de imóveis em dação por incumprimento.

Exemplos disso são a aposta e a adesão generalizada do SICAM a: (i) modelos de pré-rating e rating, respectivamente para não-clientes e clientes do segmento empresas, (ii) modelos de propensão de risco de operações para clientes particulares e ENI (scoring comportamental), (iii) workflow de concessão de crédito (concessão, renovação, prorrogação e reestruturação), (iv) workflow de acompanhamento de crédito (“collections box”), (v) ferramenta de apoio à recuperação de crédito por via judicial e extrajudicial, (vi) ferramenta de suporte às actividades de gestão, reporte prudencial e comercialização de imóveis por recuperação de crédito do SICAM (“DFOA Online”) e (v) ferramenta de informação de negócio relacionada com o acompanhamento, a qualidade, a concentração e a recuperação da carteira de crédito do SICAM (PIN). Não obstante, estes são efectivamente processos e ferramentas com oportunidades de melhoria contínua.

Tem vindo a ser desenvolvido o projecto Função Risco no SICAM com o objectivo de implementar, em suporte tecnológico, reportes (e métricas) a disponibilizar junto do SICAM, estando prevista a realização de acções de formação tendentes a capacitar os colaboradores com funções de gestão de riscos e a enquadrar os novos rácios normativos.

Com objectivo de melhorar o controlo e a recuperação de crédito ao nível do SICAM, foram definidos de um conjunto de indicadores sobre o acompanhamento dos clientes de crédito com base em informação estatística de utilização do sistema Collections Box implementado no SICAM. Estes indicadores permitem

monitorizar o grau de implementação dos normativos de acompanhamento e recuperação do crédito por parte das Caixas Agrícolas.

De modo a assegurar uma gestão de liquidez articulada entre as diversas unidades do Grupo Crédito Agrícola e a sistematizar num único documento os mecanismos de gestão do risco de liquidez, foi aprovado um novo Quadro Geral de Gestão do Risco de Liquidez (QGGRL). O QGGRL compreende, entre outros, a definição do modelo geral de governação do risco de liquidez, a organização interna e segregação de funções, as políticas e princípios de referência de gestão, as métricas e limites aprovados e os planos e medidas de contingência em vigor.

Fruto da implementação de uma estratégia comercial activa assente num modelo de *bancassurance*, o Grupo CA tem vindo a demonstrar a capacidade de alcançar crescimentos, em termos absolutos (stock bruto de crédito a clientes e de depósitos de clientes) e em termos relativos (quotas de mercado), num contexto de intensa concorrência comercial por parte de *players* tradicionais e de novos *players* e de degradação das margens praticadas.

A estes resultados do Grupo Crédito Agrícola não é alheio o esforço/investimento e os incentivos dirigidos às actividades de dinamização comercial (ex. investimento em CRM, investimento num sistema de informação diário sobre o cumprimento de objectivos comerciais, investimento num motor de geração de leads para os cerca de 2.500 comerciais, capacitação da função “gestor de empresas”) bem como à modernização das agências em contexto concorrencial e à melhoria dos canais digitais.

Com o objectivo de simplificar e agilizar o processo de venda da oferta CA, prosseguiu-se o desenvolvimento de um novo *workflow* de crédito integrado com os simuladores (CA Flow) bem como com a formação presencial a todos os colaboradores com funções comerciais no SICAM. Em paralelo tem vindo a ser concebido um novo produto de crédito ao consumo (CA Flash), de subscrição à distância ou presencial, com aprovação imediata, tendo para tal sido utilizado o modelo de análise comportamental de risco para esta tipologia de clientes e produtos.

Com a escassa procura de crédito e a necessidade do Crédito Agrícola incrementar a sua carteira de crédito e reforçar a rentabilidade por essa via, em particular através da concessão a empresas de média e grande dimensão, foi desenvolvido um “produto/solução” que permite gerir automaticamente as operações de “crédito sindicado” em que o Crédito Agrícola esteja presente. A solução desenvolvida destina-se à estruturação e suporte operacional de operações de médio/longo prazo que, devido ao volume e risco associado, são repartidas entre um conjunto de entidades, permitindo parametrizar as diversas

participações (%) e gerar movimentos únicos na conta do cliente. As principais vantagens para as empresas clientes incluem a obtenção do montante de financiamento pretendido através de uma relação única com a instituição de crédito (ainda que os participantes no sindicato sejam várias entidades do Grupo CA).

No 2º semestre de 2016 a Caixa Central iniciou a implementação de um sistema que visa automatizar o tratamento das notificações de penhoras, utilizando a plataforma informática da SIBS Processos complementada por um modelo de prestação de serviços da mesma entidade para suporte à recepção, processamento e resposta a notificações relacionadas com processos de penhora de clientes, incluindo ordens de bloqueio e de penhora de saldos bancários e valores mobiliários, ordens de levantamento e ordens de transferência de valores penhorados.

Em termos de eficiência e controlo dos custos de estrutura, importa salientar que o Grupo (i) operacionalizou a centralização de compras em diversas categorias; e (ii) automatizou a produção de mapas individuais mensais de controlo orçamental das Caixas Associadas e tem vindo a dar maior importância ao acompanhamento dos desvios e à implementação de medidas de controlo de custos/consumos e de maior escrutínio sobre as decisões de investimento.

Com vista a efectuar um controlo de custos mais eficaz ao nível de todo o SICAM, no 3º trimestre de 2016, foi aprovado o Estatuto Remuneratório do Crédito Agrícola, o qual, enquanto primeiro normativo de natureza vinculativa e aplicável transversalmente a todo o SICAM, entrou em vigor em Outubro de 2016, estabelecendo regras uniformes de remuneração quer para os Colaboradores, quer para os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, estabelecendo, no que a estes últimos diz respeito, escalões remunerativos que têm em consideração a regra da proporcionalidade/dimensão, medida em função do activo líquido e dos fundos próprios de cada uma das Instituições.

Ainda durante 2016 e numa perspectiva de agilização e incremento dos processos de mobilidade interna, foram desenhadas as linhas gerais do Modelo de Referência para o Grupo CA no que respeita a esta matéria.

*

É ainda de assinalar a abertura da primeira agência do Crédito Agrícola, na capital da Região Autónoma da Madeira, passando o Crédito Agrícola a estar presente em todas as parcelas do território nacional sem excepção. Esta nova presença foi bem acolhida pelas autoridades locais, tendo a cerimónia de inauguração constituído um evento de grande relevo a nível local, com extensa cobertura televisiva e de outros meios de comunicação social locais.

Reconhecimento no mercado

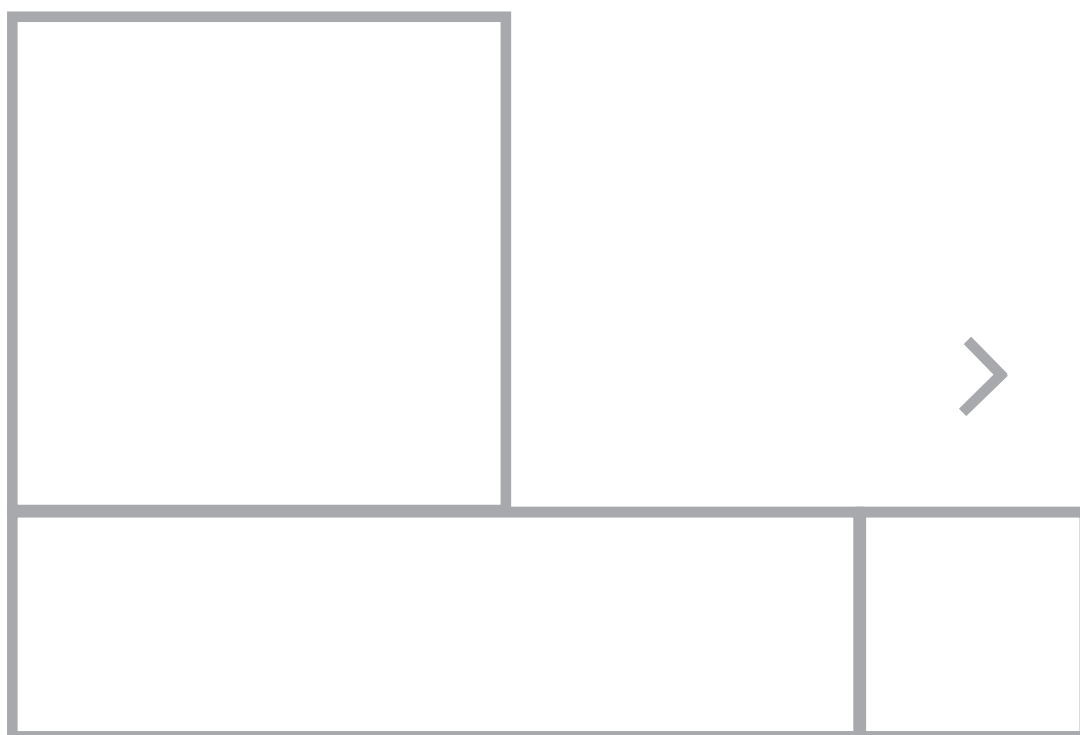
O Crédito Agrícola foi premiado com o título de “O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao cliente”, “O Banco Mais Recomendado” e “O Banco com os Clientes Mais Satisfeitos”. A CA Seguros foi distinguida, pelo sexto ano consecutivo, como a Melhor Seguradora Não Vida pela Revista Exame em parceria com a Deloitte e Informa D&B. No mesmo sentido, a CA Vida foi distinguida como a Melhor Grande Seguradora do Ramo Vida num estudo da EY e da Ignios (Dinheiro Vivo), tendo ainda liderado os *rankings* de Lealdade do Cliente e Imagem do Índice Nacional de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2016. A gestora de activos do Crédito Agrícola conseguiu obter a melhor rendibilidade em três dos seus Fundos de Investimento Mobiliários nas respectivas categorias, um deles pelo oitavo ano consecutivo segundo rendibilidades divulgadas pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (“APFIPP”).

O Crédito Agrícola, assume-se como um grupo financeiro com capitais nacionais que pretende continuar a ser um parceiro de excelência dos seus actuais e futuros clientes, contribuindo para a satisfação das suas necessidades e aspirações financeiras e de protecção através de uma oferta universal, de uma rede de agências abrangente e de canais complementares ágeis e de fácil utilização. O Crédito Agrícola não esquece o seu papel fundamental no desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais onde está inserido, no investimento em projectos sustentáveis, no fomento das relações institucionais com as entidades relevantes em matéria de supervisão do sistema financeiro, e na abordagem cada vez mais proactiva e sistemática a oportunidades de negócio que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos, salvaguardando o respeito pelas normas e limites prudenciais, padrões de ética comportamental e regras de *compliance*.



Conselho de Administração Executivo

*Renato Feitor, Sérgio Raposo Frade, Licínio Prata Pina
(presidente), Ana Paula Ramos, José Maia Alexandre
(da esquerda para a direita)*



Factos relevantes
de 2016

FACTOS RELEVANTES DE 2016

Distinções alcançadas pelo Crédito Agrícola

Em 2016, o Crédito Agrícola foi premiado com o título de “O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao cliente”, “O Banco Mais Recomendado” e “O Banco com os Clientes Mais Satisfeitos”, encontrando-se, igualmente, referenciado no relatório de supervisão comportamental do Banco de Portugal de 2016 como uma das instituições com menor número de reclamações registadas.

As distinções alcançadas não foram exclusivas do negócio bancário, tendo a CA Seguros sido distinguida, pelo sexto ano consecutivo, como a Melhor Seguradora Não Vida pela Revista Exame em parceria com a Deloitte e Informa D&B.

No mesmo sentido, a CA Vida foi distinguida como a Melhor Grande Seguradora do Ramo Vida num estudo da EY e da Ignios (divulgado numa edição especial do jornal Dinheiro Vivo), tendo ainda liderado os rankings de Lealdade do Cliente e de Imagem do Índice Nacional de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2016.

No domínio da gestão de activos, o Crédito Agrícola conseguiu obter a melhor rendibilidade em três dos seus Fundos de Investimento Mobiliários nas respectivas categorias, um deles pelo oitavo ano consecutivo segundo rendibilidades divulgadas pela Associação

Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (“APFIPP”). O CA Monetário, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário, com um nível de risco um (numa escala de um a sete) e uma rendibilidade de 0,10% em 2016, consegue, pelo oitavo ano consecutivo, o primeiro lugar na categoria Fundos do Mercado Monetário Euro. O CA Rendimento, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, com um nível de risco dois e uma rendibilidade de 2,25% em 2016, foi o vencedor da categoria Fundos do Obrigações de Taxa Indexada Euro pelo quarto ano consecutivo. Em 2016, pela primeira vez, o CA Alternativo, Fundo de Investimento Alternativo Aberto Flexível, foi o vencedor da categoria Fundos Alternativos Flexíveis, ISRR 3. Trata-se de um fundo de investimento com um nível de risco de três e uma rendibilidade de 4,20% em 2016.



Outros factos relevantes da actividade de 2016

Janeiro

- Campanha de adesão ao serviço de Internet Banking com o sorteio semanal de um iPhone 6s e da oferta da primeira anuidade do seguro CA Responsabilidade Civil Familiar.
- Parceria entre o Crédito Agrícola e a Associação Portuguesa de Imprensa, com condições especiais para os responsáveis e colaboradores dos órgãos de comunicação social, atribuídas à aquisição de produtos e serviços do Crédito Agrícola.

Fevereiro

- Representação do Crédito Agrícola na 21ª edição do SISAB – Salão Internacional do Sector Alimentar e Bebidas, através de um stand para apresentação dos seus produtos e serviços dirigidos às empresas que pretendem internacionalizar-se ou que já estão a exportar.
- Lançamento da campanha “viva a vida sem preocupações”, solução de crédito pessoal destinado às mais variadas finalidades – remodelações; mobiliário; entretenimento; viagens; electrodomésticos.
- Patrocínio oficial da 5.ª edição do “Mercado Gourmet” que apresenta a melhor oferta nacional de produtos gastronómicos e vinícolas de origem portuguesa e é realizado no Campo Pequeno.

Março

- Divulgação dos resultados de 2015 do Grupo Crédito Agrícola: resultado líquido positivo de 54,1 milhões de euros.
- Realização da Cerimónia de Entrega de Prémios PME Líder e PME Excelência 2015 no Campo Pequeno em Lisboa.

Abril

- Lançamento da campanha “CA Solução de Protecção e Investimento”, especificamente dirigida aos clientes do segmento CA Dedicado. Os produtos em campanha incluíram o Seguro de Vida Protecção Família, o Seguro de Vida CA Mulher e o Seguro CA Saúde.
- Patrocínio, em exclusivo, do 6.º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra - Prémio CA Ovibeja, que elegeu 10 azeites portugueses como os melhores do Mundo.
- Lançamento da campanha CA Empresas, através da qual o Crédito Agrícola disponibilizou soluções financeiras destinadas às Pequenas e Médias Empresas (PME), reforçando desta forma o seu apoio ao tecido empresarial português.
- Realização do 1º Seminário da 3ª Edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação do Crédito Agrícola, realizada nas Caves Ferreirinha em Vila Nova de Gaia, e que contou com a presença do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos.

Maio

- Lançamento da campanha institucional multimeios do Grupo Crédito Agrícola com o claim “Somos a geração que não fica à espera”, que pretendeu mostrar que o Crédito Agrícola é um Banco Universal que não é só para agricultores, mas para todos aqueles que como estes encaram a vida com a mesma força, atitude, resiliência e empenho.
- Realização do 1º Encontro de Administrações do Grupo Crédito Agrícola, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Junho

- Introdução da solução “CA Express” na rede de agências do Crédito Agrícola, um sistema inovador que permite a abertura rápida de clientes e contas de particulares e ENI, através da leitura do cartão de cidadão e, se necessário, em contexto de mobilidade.

Julho

- Apresentação, ao Banco de Portugal, do plano de desinvestimento em activos não produtivos (crédito e imobiliário) no horizonte 2016-2020.

Agosto

- Divulgação dos resultados semestrais de 2016 do Grupo Crédito Agrícola: resultado líquido positivo de 2,4 milhões de euros.
- Execução de testes de esforço de 2016. Estes reuniram, pela primeira vez, o Wide Stress Test conduzido pela EBA e o SREP Stress Test efectuado pelo BCE no contexto do Mecanismo Único de Supervisão, numa abordagem “bottom-up” ao longo de um horizonte temporal de 3 anos.

Outubro

- Reconhecimento do Crédito Agrícola como a instituição financeira, entre os principais Bancos a actuar em Portugal, que registou menos reclamações dos seus clientes, durante o primeiro semestre de 2016, segundo o Relatório de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal.
- Reconhecimento do Crédito Agrícola enquanto o banco que, em 2015 e na primeira vaga de 2016, segundo o estudo do BASEF, obteve as pontuações mais altas do mercado em: (i) satisfação global com a instituição, (ii) satisfação com o atendimento que é prestado, (iii) satisfação com a qualidade dos produtos e (iv) recomendação (disponibilidade dos clientes para recomendarem o seu banco a outros).

Novembro

- Promoção de uma cerimónia de entrega de prémios aos vencedores do 3.º Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal, tendo esta decorrido na Estufa Fria, em Lisboa.

Dezembro

- Distinção do CA como “Membro do Ano” pela Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa
- Reconhecimento da CA Vida como a “Melhor Grande Seguradora do Ramo Vida”, prémio atribuído em resultado de um estudo elaborado pela EY e a Ignios e divulgado na Star Company, numa edição especial do jornal Dinheiro Vivo, distribuída com o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias.

Outros aspectos relevantes de actividade em 2016

Ao longo de 2016, é de assinalar que a Caixa Central foi acompanhando as Caixas Agrícolas no que se refere à nomeação dos responsáveis pelas funções de controlo, seja em sede de prestação de esclarecimentos, seja na identificação de situações geradoras de potenciais conflitos de interesse à luz da política definida e aprovada. Em reforço desse acompanhamento, a Caixa Central divulgou orientações às 82 Caixas Associadas com o intuito de clarificar o enquadramento e desempenho das actividades de controlo e de promover a correcção de situações em que não esteja garantida a sua independência face às áreas

funcionais sujeitas a avaliação ou em que subsista a acumulação indevida de funções de controlo. De acordo com o ajustado e acertado com o Supervisor, o SICAM vai iniciar, no ano de 2017, a avaliação regular da adequação dos Titulares de Funções Essenciais, de acordo com um Modelo Único de Avaliação (MUA) transversal a todo o Grupo Crédito Agrícola e que será igualmente adoptado para as selecções e recrutamentos de novos titulares das funções essenciais.

Novos mandatos 2016-2018: Na análise à composição actual daqueles órgãos de gestão, é possível verificar que cerca de 20% dos membros integra pela primeira vez um órgão social (sinal da renovação operada ao nível da sua composição). A representatividade das mulheres no conjunto dos órgãos sociais do SICAM situa-se nos 12%, o que compara com os cerca de 6% que se observava nos mandatos finalizados em 2015.

Ciclo de formação “Progredir”: Ao longo de 2016 foram realizados programas de formação especializada dirigidos aos órgãos de administração e de fiscalização do Crédito Agrícola delineados em articulação com o Instituto de Formação Bancária (“PROGREDIR”). As duas edições deste Programa envolveram perto de 400 participantes.

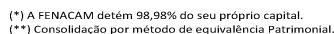


01

Apresentação do
Grupo Crédito
Agrícola

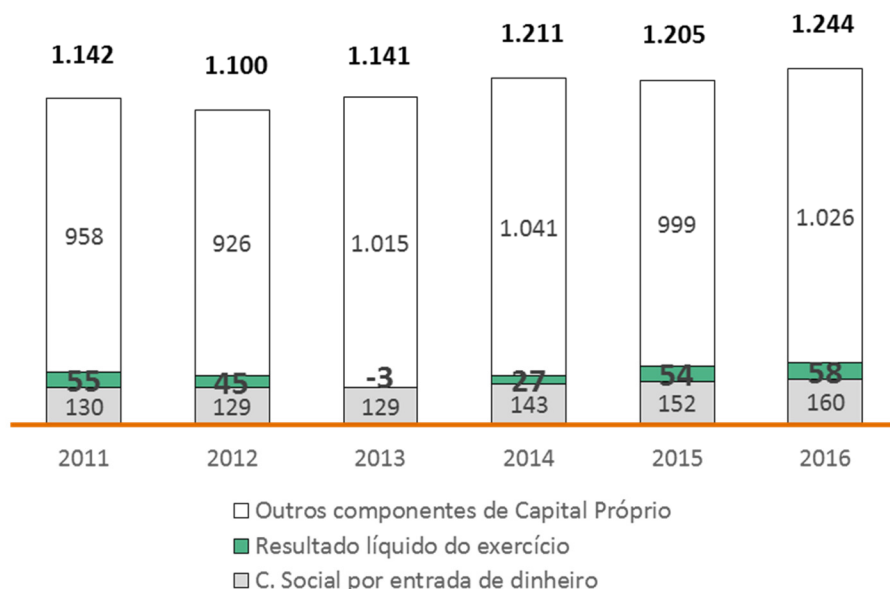
1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

a) Estrutura societária



O Grupo Crédito Agrícola tem vindo a demonstrar, de forma consistente e ímpar no sector em Portugal, a capacidade de cumprir os níveis de capitalização exigidos no quadro dos requisitos impostos por Basileia III e decorrentes da União Bancária (Capital Requirements Directive IV), exclusivamente com o reforço da participação dos actuais Associados e a entrada de novos e, fundamentalmente, com a incorporação de resultados do exercício ao longo dos anos.

Valores em milhões de euros



c) Modelo Cooperativo do Crédito Agrícola e do SICAM

i. Estrutura do mecanismo jurídico

O Grupo Crédito Agrícola é um grupo cooperativo, regulado por um regime jurídico específico, o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (RJCAM) e, paralelamente, pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) é o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas Agrícolas suas associadas. A Caixa Central é a “cabeça do Grupo”, actuando como organismo central, que coordena e representa o Grupo, sendo responsável pela coordenação e planeamento, fiscalização, orientação e intervenção nas Caixas Associadas, reporte às entidades de supervisão, gestão integrada da liquidez, monitorização e controlo global dos riscos e definição e acompanhamento das principais políticas e normas do Grupo, incluindo, entre outras, as relacionadas com risco de crédito, recursos humanos, sistemas de informação e marketing.

O princípio mutualista/cooperativo do SICAM assenta num mecanismo de solidariedade que quando é accionado, por um eventual desequilíbrio financeiro numa das Caixas Associadas, garante que primeiro responda a Caixa Central e, depois, as restantes Caixas Associadas. Por seu lado, a Caixa Central, numa situação de desequilíbrio financeiro, vê garantido o recurso às suas Associadas para reforço dos seus fundos próprios. Este mecanismo é vinculado juridicamente pelo RJCAM.

De acordo com o RJCAM, este sistema de solidariedade é um mecanismo formal de garantias cruzadas em que: (i) a Caixa Central garante integralmente as obrigações assumidas pelas Caixas Associadas, nos termos em que o fiador garante as obrigações do afiançado, e (ii) as Caixas Associadas, sempre que para tal solicitadas, subscrevem e realizam aumentos do capital social no montante necessário para corrigir eventuais desequilíbrios financeiros da Caixa Central, que se traduzam na redução dos fundos próprios a um nível inferior ao mínimo legal ou na inobservância dos rácios e limites prudenciais aplicáveis.

Em complemento, o Grupo dispõe, através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), de um reforço do mecanismo de suporte através da possibilidade da utilização de parte do montante deste fundo para garantir a solidez e sustentabilidade do SICAM.

ii. Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

O GCA dispõe de um reforço do mecanismo de solidariedade assegurado através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM). Este fundo não garante apenas as responsabilidades perante os depositantes do GCA, mas também suporta o sistema na sua solvabilidade e liquidez, através de empréstimos às Caixas Associadas, designados por Contratos de Assistência Financeira.

O Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Banco de Portugal, e totalmente independente do Fundo de Garantia de Depósitos para o sector bancário português. Este fundo é dirigido por uma Comissão Directiva, tem como Presidente um Administrador do Banco de Portugal e dois Vogais nomeados, um em representação do Ministério das Finanças e outro em representação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. As funções de fiscalização são da competência do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

O mecanismo de garantia dos depósitos é análogo ao que rege o Fundo de Garantia de Depósitos, aplicável à banca em geral, considerando as especificidades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao SICAM. Assim, o FGCAM garante até 100 mil euros, por titular de depósito e por instituição, o reembolso dos depósitos constituídos na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas. Este Fundo nunca foi accionado no âmbito da garantia de depósitos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 o FGCAM apresenta um valor de recursos próprios de 346,9 milhões de euros, dos quais 199,8 milhões de euros correspondiam exclusivamente a aplicações destinadas a garantir os depósitos constituídos no SICAM.

Em conformidade com o disposto no Regime Jurídico que regula a sua actividade, o FGCAM aplica os recursos disponíveis em aplicações financeiras, mediante o plano de aplicações definido pela Comissão Directiva, sendo que 30% do seu activo deve ser aplicado em depósitos imediatamente disponíveis e em instrumentos financeiros de elevada liquidez. À data de 31 de Dezembro de 2016, as aplicações financeiras totais ascendiam a 261,4 milhões de euros.

d) Presença Internacional do GCA

Consciente da importância do mercado internacional, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a reforçar a sua presença internacional através de acordos comerciais e de investimento, conjuntamente com a expansão da rede de escritórios de representação e de agentes comerciais e com o alargamento da oferta de produtos e serviços destinados a apoiar a actividade internacional das empresas portuguesas.

Presença Internacional do Crédito Agrícola em 2016

Europa

Alemanha

Bélgica

França

Luxemburgo

Portugal

Suíça

Espanha

África

Cabo Verde



Legenda:

- Rede doméstica
- Escritórios (ER/EI)
- Angariadores
- SFE
- Participação de capital

1.2 CAIXA CENTRAL E GOVERNANCE DO GRUPO

a) Órgãos sociais da Caixa Central

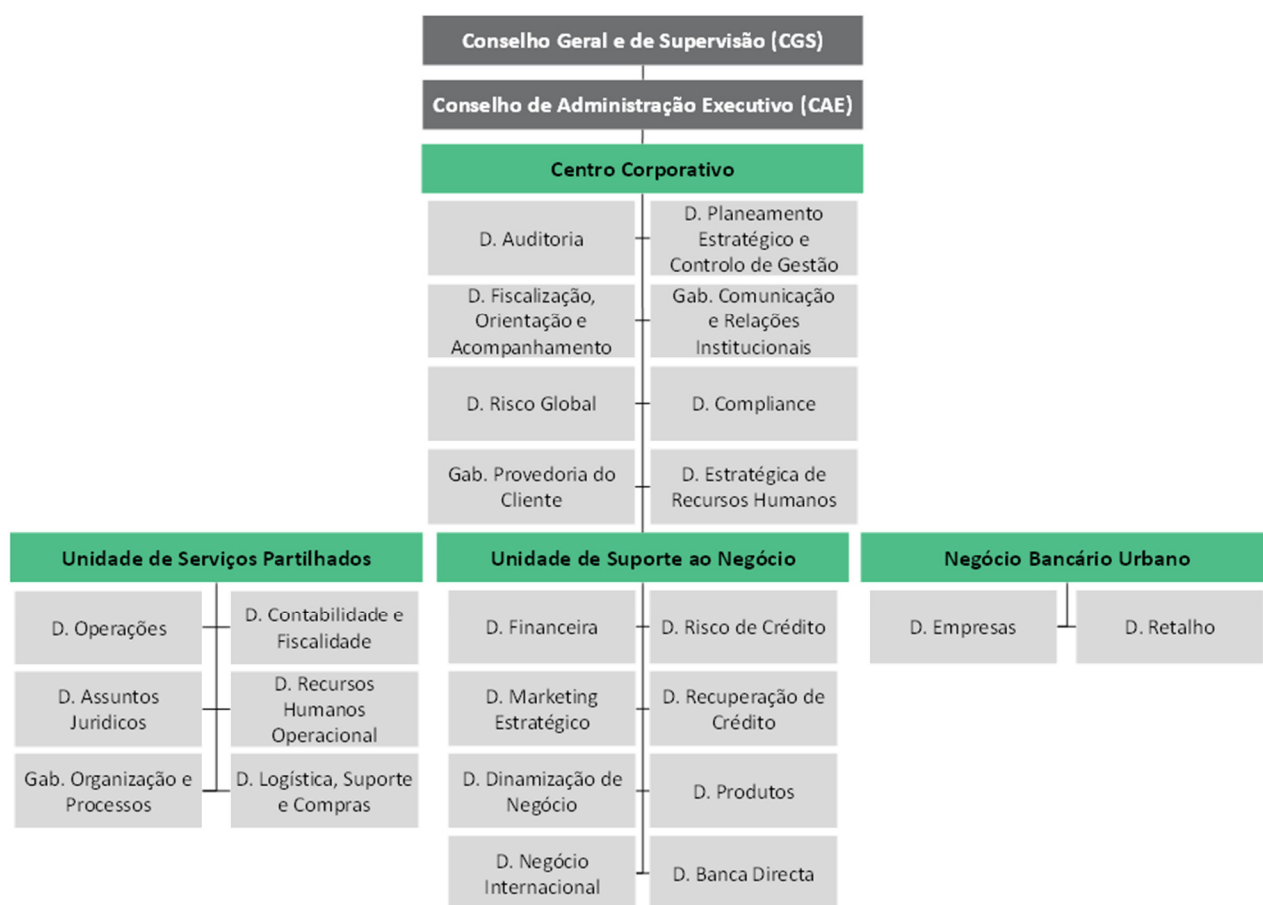
A Caixa Central, atendendo a que é uma Cooperativa, mas que, nos termos do determinado no Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, pode dispor em sede de governação de um dos modelos estabelecidos para as sociedades anónimas no Código das Sociedades Comerciais, adopta o modelo germânico ou seja, dispõe de um Conselho Geral e de Supervisão, de um Revisor Oficial de Contas (ROC) e de um Conselho de Administração Executivo, para além de uma Mesa de Assembleia Geral e de um Conselho Consultivo, este último órgão de cariz consultivo e não executivo.

A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Consultivo são integrados exclusivamente por Associadas da Caixa Central – as actuais 82 Caixas Agrícolas que designam pessoas singulares que exercem o cargo em nome próprio – eleitas em Assembleia Geral, sendo que cada Caixa Agrícola Associada só pode pertencer a um órgão social através dos seus representantes, não podendo portanto acumular o exercício de funções em mais do que um órgão.

De acordo com a recente revisão estatutária, o Conselho de Administração Executivo é eleito em Assembleia Geral, sendo integrado por pessoas singulares, Associados ou não das Caixas Agrícolas e com ou sem ligação ao Grupo Crédito Agrícola.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO GERAL E SUPERVISÃO	CONSELHO CONSULTIVO	REVISOR OFICIAL DE CONTAS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO
Presidente Nuno Carlos Ferreira Carrilho CCAM Terras de Viriato	Presidente Carlos Alberto Courelas CCAM Pombal	Presidente Hélio José de Lemos Rosa CCAM Alenquer	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda representada por: Aurélio Adriano Rangel Amado	Presidente Licínio Manuel Prata Pina
Vice-Presidente Josué Cândido Ferreira dos Cantos CCAM Ferreira do Alentejo	Francisco Amâncio Oliveira Macedo CCAM Açores	José Luís Tirapicos Nunes CCAM Alentejo Central		Vogal Renato Manuel Ferreira Feitor
Secretário Carlos Alberto Samora Bitoque Vargas Mogo CCAM São Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra	Alcino Pinto dos Santos Sanfins CCAM Alto Douro	José Lopes Gonçalves Barbosa CCAM Alto Cávado e Basto		Vogal José Fernando Maia Alexandre
	António João Mota Cachulo da Trindade CCAM Baixo Mondego	Normando António Gil Xarepe CCAM Extremoz, Monforte e Arronches		Vogal Ana Paula Raposo Ramos Freitas
	Afonso de Sousa Marto CCAM Batalha	António Germano Fernandes de Sá e Abreu CCAM Médio Ave		Vogal Sérgio Manuel Raposo Frade
	Orlando José Matos Felicíssimo CCAM Aljustrel e Almodôvar	João Nascimento Canas Guerra CCAM Nordeste Alentejano		
	José Gonçalves Correia da Silva CCAM Noroeste	António Francisco Coelho Pinheiro CCAM Paredes		
	Artur Teixeira de Faria CCAM Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves CCAM Silves		
	Magda Cristina Batista Antunes Santolini CCAM Zona do Pinhal	Francisco Eduardo das Neves Rebelo CCAM Vale do Távora e Douro		
		Adriano Augusto Diegues <i>Por inerência, nos termos do nº2 do artigo 35º dos estatutos da Caixa Central.</i>		

b) Organograma funcional da Caixa Central



O organograma da Caixa Central, resultante do processo de reorganização interna e em linha com a visão estabelecida no Programa de Transformação do Grupo Crédito Agrícola, traduz as suas 4 funções essenciais:

- Centro Corporativo (incluindo as funções de planeamento, acompanhamento, controlo e supervisão do SICAM), Unidade de Serviços Partilhados (que, numa visão mais abrangente, integra a esfera de actuação das empresas CA Serviços, CA Informática e CA Imóveis), Unidade de Suporte ao Negócio (incluindo a gestão de tesouraria do SICAM) e Negócio Bancário Urbano da Caixa Central (retalho/agências e corporate).
- O Centro Corporativo agrega as estruturas que apoiam a definição de políticas de Grupo, a estratégia, a implementação de controlos e de gestão de riscos, da fiscalização de aspectos técnicos, financeiros e administrativos da organização e gestão das Caixas Associadas e, quando necessário, a intervenção na gestão das mesmas para corrigir desequilíbrios financeiros, de *governance* ou de natureza diversa que se verifiquem, ou estejam em risco de verificar-se.
- Reconhecendo a importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, designadamente, para garantir um efectivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares e demais deveres a que o Grupo Crédito Agrícola se encontra sujeito, as estruturas de Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria têm vindo a assumir-se, cada vez mais, como funções de controlo de todo o Grupo. Complementarmente, a estrutura de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento cumpre as atribuições de controlar, fiscalizar, orientar e acompanhar (local e sistematicamente) as Caixas Agrícolas.

c) Órgãos societários e fóruns executivos e não executivos do Grupo

Para além dos Órgãos Sociais da Caixa Central, a governação do Grupo Crédito Agrícola é ainda complementada por fóruns constituídos por membros representantes das Caixas Associadas e de empresas do Grupo.

Fóruns Executivos do Grupo	
Assembleia-Geral do Grupo CA	min.>= 2 x ano
Comités de Gestão de Programa	mensal
Comités de Activos e Passivos (ALCO)	mensal
Comités de SI/TI (Negócio & TI)	mensal
Conselhos de Crédito	semanal
Conselhos de Recuperação	semanal
Conselho Administração Executivo	semanal
Fóruns Não Executivos (não exaustivo)	
Conselho Estratégico	mensal
Comité Comercial & de Marketing	trimestral
Comité de Recuperação de Crédito	trimestral
Comité de Gestão de Risco	trimestral
Comité de Custos e Eficiência	trimestral
Comité de RH	trimestral
Comité de SI/TI	trimestral
Comité Plano Continuidade Negócio	semestral
Comité Controlo Interno	semestral
Comissão Técnica de Auditoria	trimestral

d) Funções de controlo interno do Grupo

i. *Compliance e controlo interno*

A função Compliance, enquanto parte integrante do Sistema de Controlo Interno e responsável pela Gestão do Risco de Compliance, tem como missão assegurar, em conjunto com as demais áreas de controlo, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controlo Interno, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade dos seus negócios, bem como disseminar a cultura de controlos para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes, visando a minimização do risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras e reputacionais.

O modelo organizativo definido para esta função no Grupo Crédito Agrícola (GCA) assenta numa lógica corporativa em que a Caixa Central assume a liderança. Neste modelo a Caixa Central assume e centraliza uma parte significativa das actividades (no que diz respeito ao SICAM), cabendo aos restantes membros do Grupo assegurar actividades específicas, com o apoio do órgão de estrutura especializado criado na Caixa Central.

Esta estrutura articula as tarefas que lhes estão cometidas, na perspectiva da gestão e controlo do risco de Compliance no Grupo, com os interlocutores de compliance – Compliance Monitors – das Caixas de Crédito Agrícola e empresas do Grupo, elos essenciais no desenvolvimento da cultura de compliance e na melhoria do Sistema de Controlo Interno. Esta articulação e organização permitem a adopção de práticas uniformes no que respeita à identificação, interpretação e implementação dos requisitos legais e regulamentares bem como um adequado acompanhamento e monitorização dos riscos identificados.

ii. Gestão de riscos

A gestão de riscos constitui um eixo de actuação prioritário para a Caixa Central e para o Grupo Crédito Agrícola, reconhecendo-se o seu impacto decisivo na criação de valor. A gestão de riscos visa, assim, desenvolver e apoiar, de modo global e integrado, a definição da estratégia e das políticas de gestão de risco e capital, assegurando o seu cumprimento e adequada capacitação organizacional através da implementação de metodologias, procedimentos e ferramentas que assegurem a determinação e planeamento de capital e a identificação, mensuração e controlo dos diversos riscos. As actividades desenvolvidas neste domínio enquadram a função enquanto órgão de controlo interno, consubstanciam uma articulação das matérias visadas com as diferentes unidades orgânicas especializadas, em particular, os riscos de crédito, liquidez, taxa de juro, mercado, operacional e reputacional e, ainda, visam promover a relação com as entidades reguladoras.

Reconhecendo que a gestão do risco se traduz num importante factor de estabilidade, a Caixa Central e o Grupo vêm desenvolvendo continuamente, em todas as áreas, um significativo número de iniciativas que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica e exigem o desenvolvimento de competências internas e capacidades específicas, de modo a capacitar o Grupo para os desafios emergentes de um quadro regulamentar cuja frequência de actualização tem sido particularmente acentuada no passado recente, ao que acresce, o esforço exigido ao sistema bancário pelos requisitos de planeamento e controlo dos níveis de liquidez e solvabilidade. Em paralelo, constitui objectivo do Grupo continuar a desenvolver as condições necessárias para a afirmação de uma verdadeira cultura de risco assente em valores éticos e de elevado rigor profissional.

Em linha com estes objectivos, a estratégia de negócio que vem sendo prosseguida, visa o desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo e atribui particular ênfase ao controlo do risco, definindo objectivos mensuráveis que se pretendem assumir, a par da rentabilidade que se deseja alcançar, subordinando esta à limitação dos riscos. A estratégia global de risco define objectivos relativos à qualidade, rentabilidade, alocação de fundos próprios e desenvolvimento da carteira de crédito, activos financeiros e títulos, sendo estes objectivos monitorizados regularmente como base de suporte para a revisão ou actualização da estratégia prosseguida.

As actividades e as medidas associadas à gestão de riscos mantiveram-se amplamente direccionadas para as acções relacionadas com os reportes de natureza contabilística e prudencial no âmbito dos modelos de informação que permitiram harmonizar e garantir a comparabilidade de informação no contexto europeu sobre a situação patrimonial e de risco das Instituições Financeiras, bem como para os trabalhos associados ao alinhamento com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) no âmbito da publicação do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal.

iii. Auditoria interna

Os princípios e regras regulamentares previstas no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal e nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia sobre o Governo Interno das instituições (EBA GL44), conferem à área de auditoria interna da Caixa Central, enquanto 3ª linha de defesa no controlo interno do SICAM, a responsabilidade de coordenar, controlar e monitorizar a actividade de auditoria desenvolvida nas Caixas Associadas. Os procedimentos, as metodologias de trabalho e os critérios de avaliação comuns estabelecidos centralmente pela área de Auditoria da Caixa Central, asseguram a qualidade, a suficiência e a abrangência do exercício da função local, garantindo que a actividade de auditoria desenvolvida pelas Caixas Associadas contribui de forma efectiva para melhoria e reforço do sistema de controlo interno do SICAM.

Na Caixa Central, a área de Auditoria constitui uma estrutura técnica de controlo, autónoma e independente, que apoia o Conselho de Administração na melhoria do sistema de controlo interno e auxilia os responsáveis operacionais no cumprimento dos objectivos globais estabelecidos. Na sua missão está consagrada a avaliação dos sistemas de informação, a conformidade dos processos e a adequação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, bem como a prestação de serviços de auditoria interna às Caixas Associadas e às empresas participadas que entendam subcontratar a função à Caixa Central.

As actividades de auditoria desenvolvidas na Caixa Central respeitaram, maioritariamente, o Plano de Actividades de Auditoria proposto às Caixas Associadas, bem como compreenderam um conjunto de exercícios específicos de avaliação aos processos, procedimentos e controlos que decorre do enquadramento regulamentar e operacional da Caixa Central no SICAM. O trabalho desenvolvido permitiu atestar e suportar os principais riscos associados às áreas funcionais analisadas, bem como reconhecer a efectividade e adequação dos controlos instituídos, atentas as normas e procedimentos em vigor e as melhores práticas bancárias.

Em matéria de ferramentas de trabalho, a manutenção evolutiva da aplicação AUDIT visou endereçar a necessidade de sistematização do processo de trabalho de auditoria, com especial ênfase na gestão e monitorização do processo de regularização das deficiências identificadas em sede de auditoria.

iv. Fiscalização, orientação e acompanhamento das Caixas Associadas

Em 2016, a prioridade da actividade de supervisão consistiu no acompanhamento de forma oportuna e sistemática da evolução das Caixas Agrícolas, permitindo garantir um adequado e eficaz nível de controlo, procedimentos que salvaguardam a detecção atempada de eventuais insuficiências e possibilitam uma rápida intervenção na adopção das iniciativas necessárias para as normalizar.

Para além dos trabalhos regulares previstos nos Programas de Trabalho, que envolveram o tratamento dos alertas originados da Aplicação SIGA, a análise mensal às anulações de provisões concretizadas pelas CCAM, a elaboração de Relatórios de Intervenção, Acompanhamento e de Controlo à Distância Detalhados, bem como a emissão de pareceres diversos solicitados pelas Caixas Agrícolas, foi ainda monitorizada a

implementação de 16 Planos de Recuperação, visando o restabelecimento de condições de exploração positiva e em base sustentável.

Ainda no quadro da supervisão e apoio às Caixas Associadas, foi dado todo o suporte necessário à preparação dos actos de fusão das CCAM de Alcobaça e do Cartaxo, bem como das CCAM de Pernes e Alcanhões. Este apoio às 4 CCAM que integraram estes processos de fusão, cujas propostas já foram deliberadas nas respectivas Assembleias Gerais, envolveram a preparação dos projectos especiais para registo nas conservatórias, bem como os projectos de alterações estatutárias e redefinição de novas estruturas organizativas.

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 157/2014, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) provocaram uma revisão global das práticas em vigor no SICAM quanto à Política de Avaliação e Adequação e Selecção de Órgãos de Administração e Fiscalização. Tais alterações tiveram origem no aumento global de exigência no sector bancário e financeiro relativamente aos responsáveis pela administração e fiscalização das instituições, estabelecendo um conjunto de exigências e requisitos em matéria de idoneidade, qualificação, experiência profissional, independência e disponibilidade relativamente à adequação dos titulares de cargos com funções de administração e fiscalização.

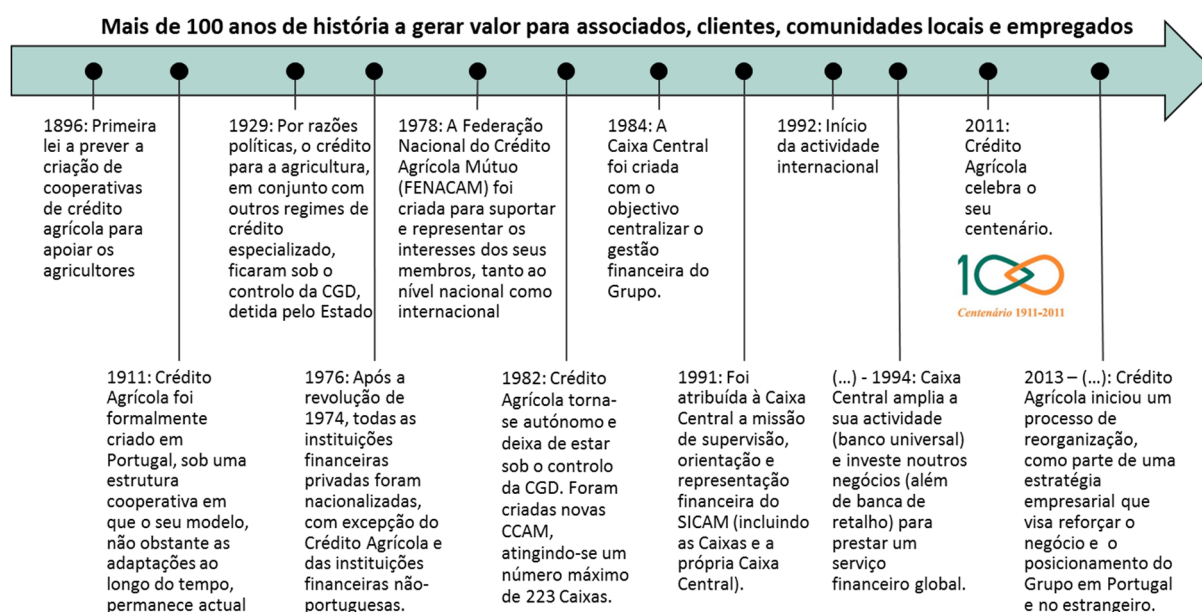
Tendo presente o fim dos mandatos dos membros dos Órgãos Sociais da generalidade das CCAM no final do ano de 2015, foi criado um grupo de trabalho constituído com valências nas áreas jurídicas e de RH, tendo sido estabelecida e aprovada em Assembleia-geral uma política interna de selecção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (PISAA) e um Modelo Único de Avaliação de Adequação para todo o SICAM.

O ano de 2016 foi marcado pela continuidade da actividade das Comissões de Avaliação nas CCAM, responsáveis pela verificação da adequação individual e avaliação colectiva dos órgãos de administração e fiscalização das CCAM, com participação activa da Caixa Central na maioria daquelas comissões. Ao nível da Caixa Central, no âmbito do processo de autorização para o exercício de funções dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 a 5 do artigo 10º do RJCAM, a Caixa Central analisou e preparou pareceres sobre todos os pedidos de registo junto do Banco de Portugal dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

1.3 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA

a) Marcos históricos

Em Portugal a banca cooperativa é representada pelo Grupo Crédito Agrícola que regista uma marcante história secular de contributo para a sociedade e a economia nacional e que diariamente se renova para cumprir a sua missão, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais e da diáspora portuguesa.



b) Grupo Crédito Agrícola em 2016

O Crédito Agrícola é um grupo financeiro com oferta universal com cerca de 16,7 mil milhões de euros de activos líquidos, 14 mil milhões de euros de recursos de clientes e uma base de cerca de 1 milhão de clientes. Com uma situação líquida de cerca de 1,23 mil milhões de euros, o Grupo relaciona-se com os seus Clientes e Associados através das 673 agências que possui por todo o país (e que lhe asseguram o lugar cimeiro em matéria de presença física através de agências bancárias) e da sua oferta de canais não presenciais e digitais.



c) Missão, Visão e Valores do Grupo Crédito Agrícola

Sendo um Grupo de cariz cooperativo e centenário e não estando sujeito aos regulamentos e à pressão do mercado de capitais, o Crédito Agrícola aposta numa estratégia de reinvestimento dos resultados gerados e de maximização do valor a longo prazo.

Missão e Visão do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola (e as Caixas Associadas que o compõem) tem como objectivo:

Missão	Ser o motor de desenvolvimento das comunidades locais através da relação de proximidade com os clientes, contribuindo para dar resposta às suas ambições e projectos financeiros; e
Visão	Ser reconhecido como o “Melhor Grupo Financeiro” nos mercados em que opera.

O Grupo Crédito Agrícola foca-se nas relações de proximidade para dar resposta às ambições e projectos financeiros dos clientes e das comunidades e distingue-se da concorrência por reinvestir o lucro gerado por cada Caixa Associada na própria região (os casos de distribuição de resultados são inexpressivos), por aplicar os depósitos captados no financiamento de projectos da região dos depositantes, por contribuir para a redução dos níveis de desemprego das regiões onde actua (recrutamento local) e por descentralizar as tomadas de decisão de financiamento atentos os limites de exposição e as políticas de Grupo em vigor.

A origem dos princípios de solidariedade e responsabilidade social do Grupo Crédito Agrícola, que norteiam a sua missão e valores, remontam ao século XV, aquando da fundação das Santas Casas da Misericórdia em Portugal. Estas entidades foram pioneiras na concessão de crédito aos agricultores, a partir de meados do século XVIII, lançando as bases para a criação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Ao longo dos séculos este sistema foi evoluindo, tornando-se cada vez mais relevante no contexto social e económico do país, o

que conduziu ao seu actual enquadramento legal e prudencial e ao progresso registado em matéria de modelo de governo corporativo e de integração.

Valores do Grupo CA



d) Princípios de reforço da sustentabilidade

Para manter a sustentabilidade do actual modelo de negócio, o GCA tem vindo a demonstrar capacidades de adaptação à mudança e de responder agilmente ombreando com os maiores bancos do sistema bancário nacional.

Princípios orientadores para a sustentabilidade do modelo de negócio do CA

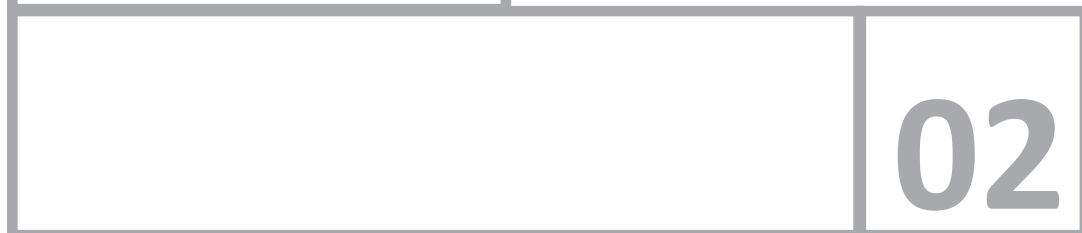
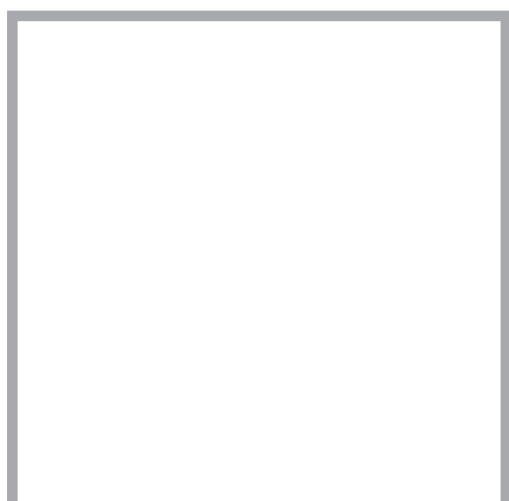
- Acompanhamento das tendências sociais de urbanização e digitalização.
- **Modernização da marca** fazendo evoluir a marca para um conceito de **banco universal**.
- **Orientação de toda a organização para o conhecimento do Cliente.**
- Manutenção e **incentivo de uma disciplina de rigor e contenção de custos.**
- Fomento de uma **cultura de avaliação criteriosa de tomada de riscos de crédito.**

e) Estratégia de marketing e comercial integrada (*bancassurance*)

Com a definição de uma estratégia comum focada no Cliente e com o patrocínio da gestão de topo, o Crédito Agrícola tem vindo a colher os resultados da implementação de uma gestão integrada dos negócios bancário, segurador e de gestão de activos que passa pela:

- Definição de objectivos comerciais com vista a focar a rede de agências nos segmentos / produtos mais rentáveis e vinculadores (estratégia comum);
- Orçamentação e atribuição de incentivos aos colaboradores comerciais das agências para estímulo do desempenho individual no cumprimento dos objectivos do Grupo;
- Planeamento e realização de campanhas, protocolos e outras acções de marketing e comunicação orientadas a segmentos de clientes;
- Investimento em ferramentas de simplificação do processo de interacção comercial;
- Implementação de ciclos de formação formatados em função dos resultados da avaliação individual de conhecimentos;
- Acompanhamento regular no terreno do cumprimento de objectivos;
- Preparação das visitas comerciais a clientes e não clientes (quando necessário, com o apoio de especialistas de produto).

O programa de transformação centrou, com sucesso, a estratégia de marketing e comercial num modelo de grupo (banca-seguros). Com esta nova dinâmica, tem sido possível às actividades de seguros e gestão de activos aumentar a sua participação na geração de valor para o Grupo.



Modelo de banca
responsável do
Crédito Agrícola

II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA

Da matriz cooperativa do Crédito Agrícola decorre um modelo de governo e uma estrutura organizativa diferenciada da banca tradicional, com 82 Caixas de Crédito Agrícola empenhadas em promover o desenvolvimento económico e o bem estar das comunidades de cada umas das regiões onde estão implantadas. Ao longo deste capítulo divulgamos uma síntese das iniciativas de sustentabilidade implementadas em 2016 junto das principais partes interessadas: Clientes, Comunidades Locais, Fornecedores e Colaboradores. A informação mais detalhada pode ser consultada no relatório de sustentabilidade, disponibilizado no site do Grupo CA.

2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES

a) Produtos com Benefícios Sociais e Ambientais

O compromisso com a sustentabilidade no Grupo CA traduz-se na disponibilização de uma oferta de serviços financeiros, indutores de um conjunto de benefícios sociais e ambientais. A oferta sustentável para clientes empresariais, promotora do desenvolvimento do tecido empresarial português e, consequentemente, da empregabilidade incluiu, em 2016, linhas de financiamento para micro e pequenas empresas, para empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa e apoio a projectos de microcrédito. Engloba ainda financiamento a projectos de energias renováveis, nomeadamente parques eólicos e fotovoltaicos.

Oferta Sustentável CA para Clientes Empresariais	Valor do financiamento em 2015	Valor do financiamento em 2016
Apoio a competitividade das micro e pequenas empresas (milhões de euros)	903	979
Apoio a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa (milhões de euros)	443	450
Microcrédito (mil euros)	888	720
Crédito a energias renováveis (mil euros)	7.077	242

No segmento particulares, a oferta de produtos disponibilizados pelo CA promove a inclusão financeira, o ecocrédito e o apoio ao ensino. O CA tem ainda soluções para potenciar junto das famílias a criação de hábitos de poupança, numa óptica de gestão financeira responsável.

Oferta Sustentável CA para Clientes Particulares	Valor em 2015	Valor em 2016
Inclusão Financeira (# de contas serviços mínimos bancários)	321	329
Ecocrédito (mil euros)	73	94
Apoio ao Ensino (mil euros)	1.828	735

Campanha de Adesão ao Serviço Internet Banking

O Crédito Agrícola lançou, em 2016, uma campanha que premiou os Clientes particulares que aderiram ao serviço de internet banking com documentação digital, através de um sorteio semanal de um iPhone 6s e da oferta da primeira anuidade do seguro CA Responsabilidade Civil Familiar. Esta campanha promoveu a redução do consumo de papel e os custos associados a este recurso, contribuindo, simultaneamente, para a preservação do ambiente.

b) Medidas implementadas para fomentar a competitividade e empreendedorismo

Em 2016 o Crédito Agrícola continuou a promover um conjunto de iniciativas para fomentar a competitividade e o empreendedorismo. São de destacar, pelo papel que representam na história do Grupo, os protocolos com associações empresariais, nomeadamente as dos principais sectores económicos que estruturam a carteira de crédito do CA, que atribuem condições especiais de subscrição de produtos e serviços financeiros aos seus Associados/membros. Em 2016 o CA aumentou o número de novos protocolos face ao ano anterior, para um total de 5, tendo ainda renovado 12 protocolos com instituições de diversos sectores económicos.

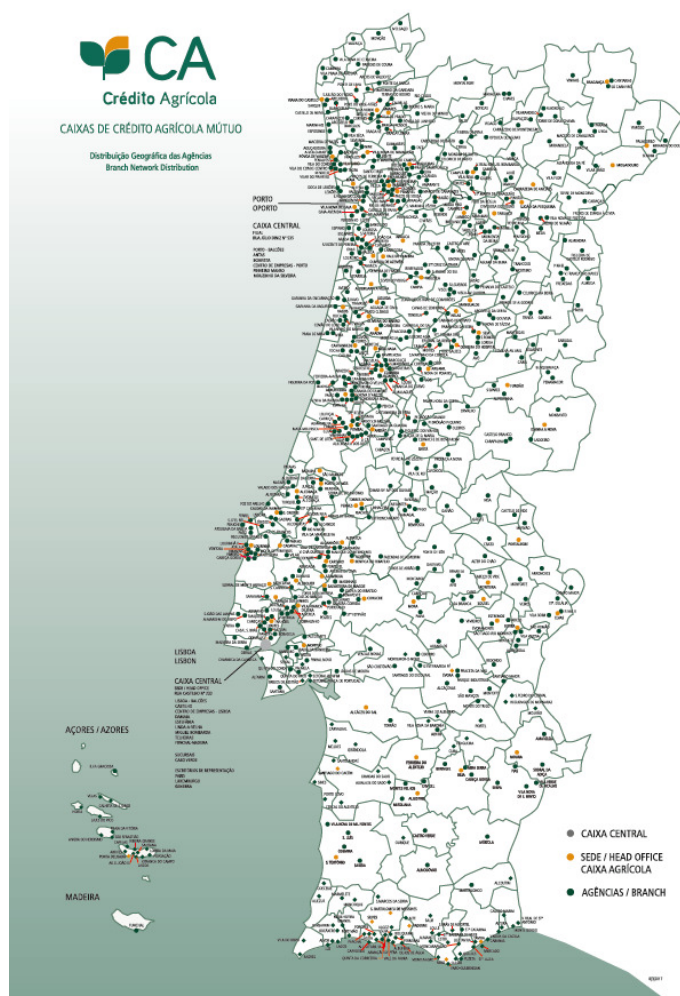
Protocolos com Associações Empresariais (#)	2015	2016
Novos Protocolos	4	5
Renovação de protocolos	5	12

Protocolo com ANDC para promover inclusão financeira

O Crédito Agrícola e a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) assinaram, em 2016, um protocolo que teve como objectivo a criação de condições para o acesso ao microcrédito por parte de quem deseja iniciar um pequeno negócio, uma microempresa ou criar o seu próprio emprego, mas que não reúne as condições de acesso ao crédito bancário comercial. Trata-se de um microcrédito isento de comissões bancárias e que não exige garantias reais, com um montante de financiamento disponível entre os 1.000 euros e 15.000 euros, incluindo um período inicial até 3 meses de utilização do crédito e/ou carência de capital. Pensado para apoiar projectos de natureza económica de pequena dimensão, este financiamento é destinado a cidadãos com dificuldades económicas ou necessidades de integração ou valorização social, designadamente em situação de desemprego, ou sem emprego e sem capacidade para recorrer a crédito bancário de tipo convencional, e que não dispõem de garantias reais, mas com capacidade activa para criar e/ou promover pequenos negócios e o seu próprio emprego ou actividade comercial.

c) Mapa de agências e parque ATM

Em 2016 o CA disponibilizou aos seus Clientes uma rede 673 Agências, a maior rede de agências no mercado português.



Crédito Agrícola

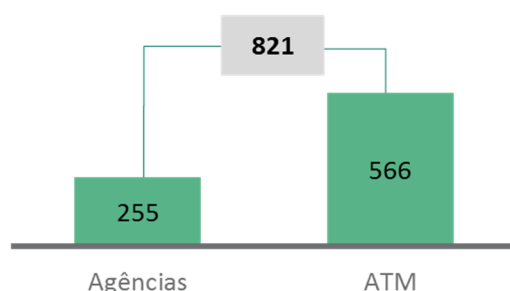
Um Banco Privado com Funções Públicas

Com a maior rede de agências do país, marcada pela elevada capilaridade e interioridade, o Crédito Agrícola continuou, em 2016, a garantir a acessibilidade aos serviços financeiros em localidades economicamente mais desfavorecidas e com menor densidade populacional.

O objectivo tem sido o de manter o máximo número de agências abertas, ainda que com ajustes pontuais e encerrando agências não rentáveis, mas abrindo em novas localidades em que o Crédito Agrícola não está presente e que em alguns casos são abandonadas por outras instituições concorrentes.

Como exemplo, em Outubro de 2016, foi inaugurada uma nova agência no Funchal que pretende primordialmente promover o crescimento económico da Região Autónoma da Madeira e contribuir para o bem-estar das suas populações.

Mapa de Agências e ATM em localidades onde não existe nenhuma outra



Em 2016, o parque de ATM e Agências em localidades onde não existe nenhuma outra situou-se nas 821 unidades.

d) Relações de confiança com os clientes

Reconhecimento do Mercado

Em 2016 o Crédito Agrícola foi vencedor do Prémio Cinco Estrelas, na categoria “Banca - Atendimento ao Cliente”, pelo 2º ano consecutivo. O CA foi classificado pelos portugueses como “muito bom” no atendimento ao Cliente. O estudo, desenvolvido em três fases – comité de avaliação, testes de experimentação e questionários de avaliação a 1000 portugueses – conclui que os consumidores estão muito satisfeitos com o CA e que recomendam e confiam na marca. Este prémio reflecte a cultura de proximidade do Crédito Agrícola às comunidades onde se insere, um dos factores distintivos da instituição financeira e que visa potenciar o desenvolvimento sócio-económico das regiões.



A satisfação dos Clientes do CA foi também evidenciada no estudo da Marktest, do primeiro quadrimestre do ano, em que o Crédito Agrícola apresentou um índice de satisfação com a qualidade do atendimento (numa escala de 0 a 100) de 89,7, face a uma média do sector de 83,6 pontos. O CA registou um índice de satisfação com a qualidade dos seus produtos financeiros de 81,7 pontos, face à média do sector, com 74. O índice de satisfação global foi de 85,8 pontos, mais 7,5 do que a média do sector.

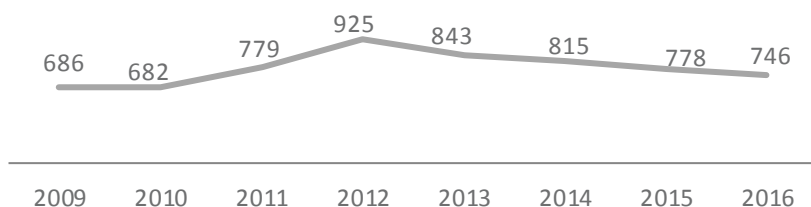
	Qualidade Atendimento		Qualidade Produtos		Satisfação Global		Recomendação	
	CA	Sector	CA	Sector	CA	Sector	CA	Sector
Índice de Satisfação (escala de 0 a 100)	89,7	83,6	81,7	74,0	85,8	78,3	85,6	77,2
Score Like NPS	70,2	45,8	36,9	10,3	54,5	26,1	54,3	27,1

O estudo da Marktest aponta que o nível de recomendação do CA é de 85,6 pontos, acima da média do sector, com 77,2, sendo o *net promotion score* (NPS) de 54,3 (isto é, muito bom na escala de fraco a excelente).

Reclamações

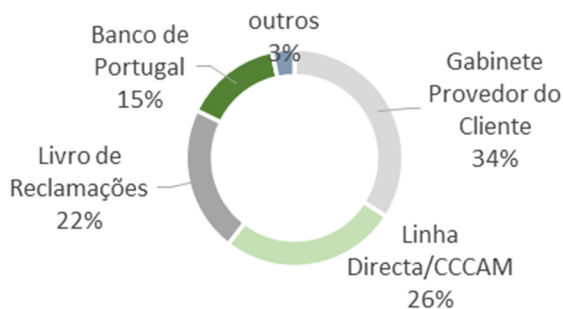
No ano de 2016 registaram-se 746 reclamações na aplicação CA GPS, o que representa um decréscimo de 4% face ao ano anterior. Verifica-se, por isso, a continuidade do decréscimo de reclamações desde 2012.

Evolução do n.º de reclamações



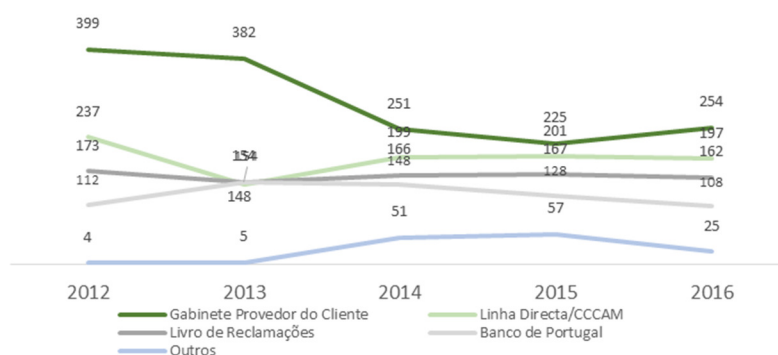
Em 2016 o canal com maior peso foi o gabinete do Provedor do Cliente, com 34%, seguida da Linha Directa da Caixa Central, com 26%.

Origem das Reclamações em 2016



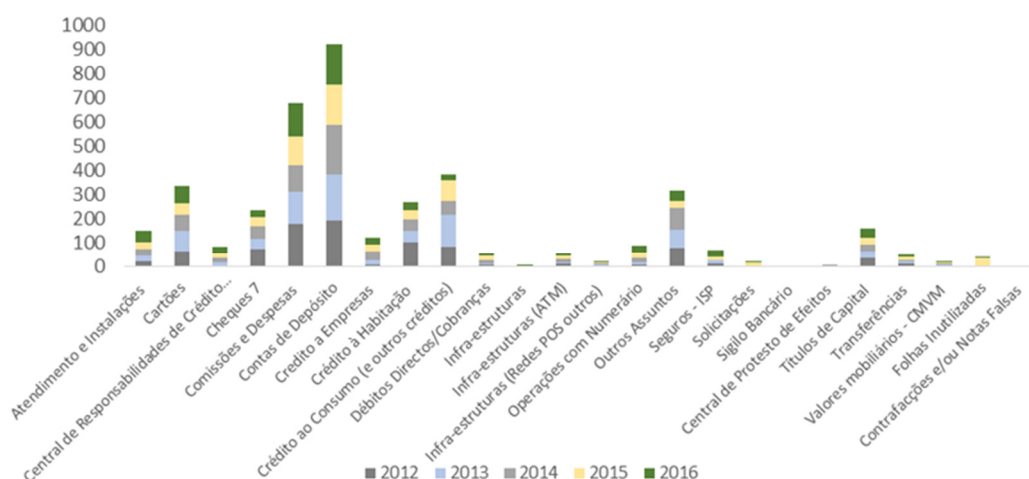
No que respeita à distribuição das reclamações por canal de entrada, o Gabinete do Provedor do Cliente continua a ser o canal mais utilizado, seguido da Linha Directa da Caixa Central.

Evolução da Origem das Reclamações



A análise à distribuição dos temas das reclamações evidencia que, em 2016, se mantém o padrão dos anos anteriores, verificando-se que “comissões e despesas” e “contas de depósito” são os temas prioritários, com um peso de 18% e 22% do total de reclamações recebidas.

Assuntos das Reclamações

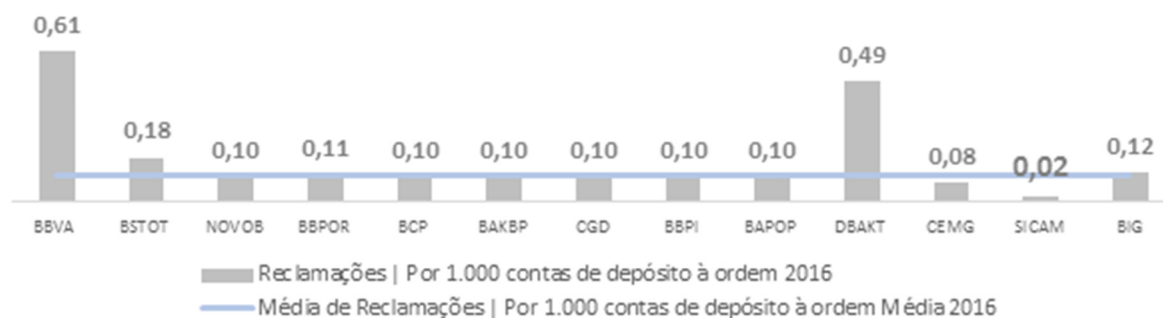


De referir ainda que no ano de 2016, foram recepcionadas 7 solicitações com origem na DECO para apoio ao Cliente, valor que reduziu relativamente ao do ano anterior.

Origem	Nº de Solicitações em 2015	Nº de Solicitações em 2016
DECO	11	7

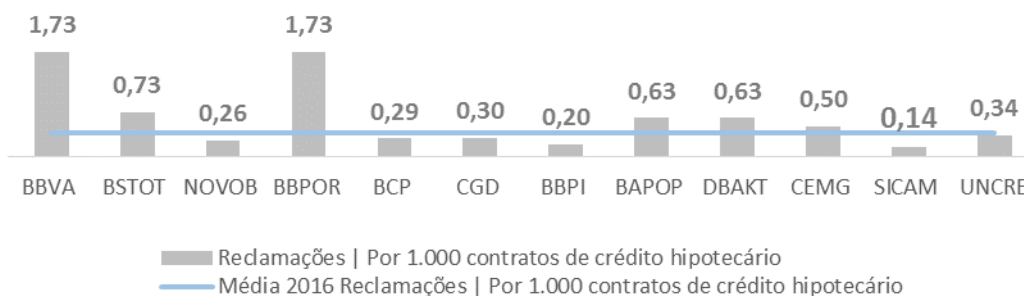
Analisando os dados do sector financeiro, integrados no Relatório de Supervisão Comportamental, referentes a 2016, e publicados pelo Banco de Portugal, o Crédito Agrícola (SICAM) é a instituição menos reclamada ao Banco de Portugal no que se refere a contas de depósito à ordem, registando um valor de 0,02 por 1.000 contas de depósito à ordem, valor bastante inferior à média do sector, de 0,11.

N.º de Reclamações por 1.000 contas de depósito à ordem



O desempenho do Crédito Agrícola é também o melhor do seu sector no que se refere ao número de reclamações por 1.000 contratos de crédito hipotecário recebidas, em 2016, pelo Banco de Portugal, onde tem um desempenho de 0,14, inferior à média de 0,38.

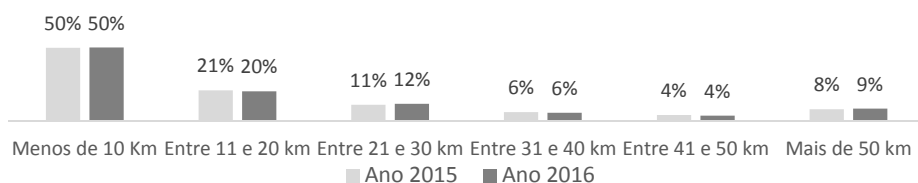
N.º de Reclamações por 1.000 contratos de crédito hipotecário



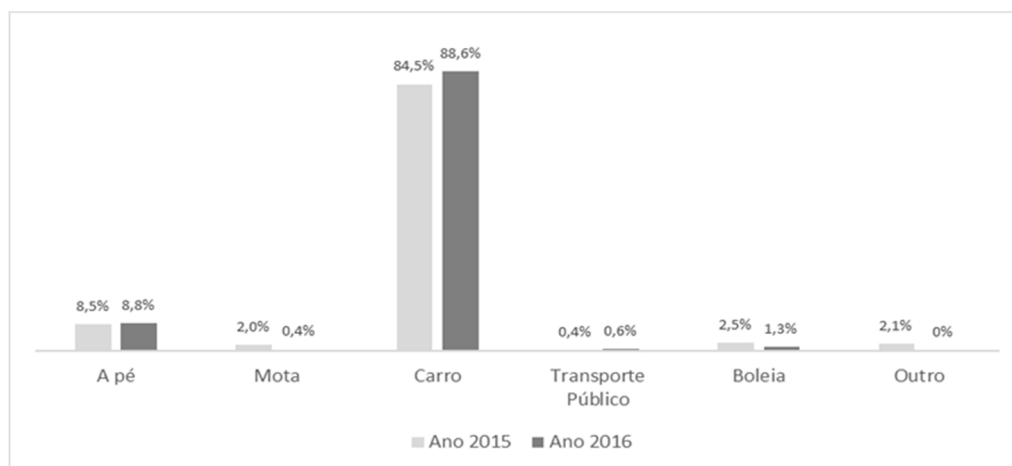
e) Empregabilidade local

Um dos impactos do modelo organizacional do CA é a criação de emprego directo, sobretudo no interior e em zonas rurais do país. Do total de colaboradores das CCAM, 50% percorre menos de 10 km no trajeto casa-trabalho-casa e 8,8% dos colaboradores das Caixas faz o seu percurso casa-trabalho a pé.

Distância casa-trabalho-casa percorrida pelos Colaboradores das CCAM



Meio de transporte utilizado pelos Colaboradores das CCAM



f) Fornecedores

A aquisição de produtos e serviços a fornecedores locais é um indicador relevante de sustentabilidade. Não apenas porque reduz os impactos ambientais, nomeadamente os custos energéticos, associados ao transporte de bens ou pessoas, mas também pelo estímulo que dá à economia local, com a criação de emprego, e, conseqüentemente, ao bem-estar da comunidade de cada região. Em 2016, 55% dos contratos plurianuais das Caixas foram realizados com fornecedores locais, estando excluídos deste número os fornecedores de electricidade, água e gás. 24% do valor das compras realizadas em 2016 pelas Caixas foram feitas a fornecedores locais².

g) Ajuda mútua no desenvolvimento

Na qualidade de parceiro do desenvolvimento da economia local, o CA continuou a investir durante 2016 num conjunto de actividades promotoras do empreendedorismo e da dinamização dos sectores económicos estratégicos para a sua actividade financeira e economia do país. Para além de viabilizar, com o seu apoio/patrocínio, a ocorrência de feiras e seminários, que desempenham um papel importante na disseminação de inovações, no debate das oportunidades futuras e na promoção do *network* entre os principais *players*, 2016 fica marcado pela realização da 3.ª edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação CA, acompanhado de um novo ciclo de seminários dedicado aos sectores agrícola, agro-industrial, florestal e mar, e o “III Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola”. No seu conjunto estas iniciativas materializam a Política de Sustentabilidade do CA em matéria de ajuda mútua ao desenvolvimento.

Ciclo de Seminários Inovação na “Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar”

Em parceria com a Inovisa, entidade coordenadora da rede Inovar, o CA continuou a promover, em 2016 este ciclo de seminários, promotores do debate e partilha de conhecimento sobre a cultura de inovação em sectores estratégicos da economia portuguesa: agricultura, agroindústria, floresta e mar. Dirigidos a

² A informação relativa às compras locais abrange 76% das CCAM para o número de contratos locais plurianuais e 66% das CCAM para o indicador valor das aquisições a fornecedores locais.

empresários, agricultores, produtores, estruturas associativas e entidades do sistema científico e tecnológico, os 6 debates realizados em 2016 constituíram-se como espaço de partilha e as oportunidades futuras destes sectores, promovendo o empreendedorismo baseado na inovação.

Ciclo de seminários Inovação na “Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar”		
Indicadores	2015	2016
N.º de seminários realizados	6	6
N.º de seminários realizados fora de Lisboa e do Porto	4	4
Participantes	1.042	1.100
Oradores	70	53
Casos de sucesso/ empresas participantes	7	16
Sessões de trabalho com empreendedores	7	n.a.

Prémio Inovação Crédito Agrícola – Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar

O Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola tem por objectivo reconhecer o mérito e a excelência, contribuindo de forma efectiva para a disseminação de uma cultura de empreendedorismo e inovação nos sectores agrícola, agro-industrial, florestal e mar.

O prémio, público e de inscrição gratuita, distingue os projectos inovadores sobre produtos, processos ou serviços que se relacionem directa ou indirectamente com estes sectores, em 6 grandes categorias. Na edição de 2016 foram vencedores os seguintes projectos, que poderão ser conhecidos com maior detalhe em <http://www.premioinovacao.pt/vencedores/>

Prémio Inovação Crédito Agrícola – Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar	
Categorias	Projectos vencedores em 2016
Produção e Transformação	Black Bock, sistema solar híbrido para secagem de ervas aromáticas, fruta, cogumelos e cortiça
Comercialização e Internacionalização	Lotes Reserva, projecto do Cantinho das Aromáticas, desenvolvido em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Consiste na colheita selectiva das partes terminais de diversas plantas para infusões.
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	Biosubstratpot, um meio de cultura /substracto de plantação 100% biodegradável que permite substituir a utilização de vasos plásticos na produção de plantas.
Desenvolvimento Rural	Porta do Mezio, projecto turístico que promove o Parque Nacional da Peneda Gerês, permitindo a organização de actividades e programas turísticos em colaboração com empresas deste sector.
Jovem Empresário Rural	Quinta da Fornalha
Projecto de Elevado Potencial, promovidos por associados do CA	Projecto vinícola da Ervideira, Vinho da Água

Aos projectos vencedores de cada categoria foi atribuído um prémio monetário no valor de € 5.000,00, e condições preferenciais em linhas de financiamento e outros produtos/serviços financeiros do Crédito Agrícola. Às 4 menções honrosas foi atribuído um prémio de € 2.500,00 e condições especiais nos serviços da CA. O processo de selecção do projecto ou empresa vencedora passa pela avaliação de critérios como o grau de inovação, relevância, viabilidade técnica e económica, potencial de mercado e sustentabilidade.

Prémio Inovação Crédito Agrícola – Agricultura, Agro-Indústria, Floresta e Mar		
Indicadores	2015	2016
Candidaturas recebidas	102	72
Elementos	15	14
Prémios	8	10
Investimento nos prémios atribuídos (euros)	32.500	40.000
Financiamentos com condições vantajosas aos projectos vencedores (nº)	5	10

Concurso de Vinhos

O CA promoveu, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal, a 3.ª edição do “Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola”. Com este concurso, que coloca à prova a qualidade dos vinhos nacionais, o Crédito Agrícola pretende apoiar o sector vitivinícola e o desenvolvimento das economias locais. Dos mais de 200 vinhos brancos, tintos e espumantes colocados à prova por 121 produtores nacionais das várias regiões vitivinícolas do país, o júri distinguiu, 62 vinhos com a Tambuladeira dos Escanções de Portugal, 27 com medalhas de ouro e 35 com medalhas de prata.

Patrocínios e Apoios a Feiras

Em 2016 o Crédito Agrícola voltou a ser parceiro de um conjunto de eventos que desempenham um papel relevante na dinamização das fileiras do sector primário, e na promoção do empreendedorismo. A relevância do apoio dado pelo Crédito Agrícola é ainda justificada pelas parcerias que tem vindo a estabelecer nestes eventos ao longo dos últimos anos. Em 2016 merecem destaque os patrocínios e apoios dados aos seguintes eventos:

Principais patrocínios e apoios a Feiras
Agronegócios
Feira Nacional de Agricultura
Ovibeja
Mercados do Campo Pequeno (Natal, Gourmet e Vinhos)
Concursos de Azeites
AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação
Portugal Agro
Feira Nacional do Porco
Fruit Attraction e Fruit logistic

2.2 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES

O modelo de cidadania do CA caracteriza-se pela actuação cirúrgica de cada CCAM em resposta às principais problemáticas e desafios que cada comunidade local apresenta. Este modelo garante uma forma de intervenção diferenciada de formatos mais uniformizados, garantindo que o CA seja um agente que contribui para a resolução de problemas e necessidades concretas da comunidade local onde desenvolve a sua actividade, em articulação com as principais instituições do tecido social local.

A responsabilidade social do CA apoia iniciativas e instituições que desenvolvem a sua actividade em 5 áreas: cultura; desporto; solidariedade social, seniores e educação. Dada a intervenção local da responsabilidade do CA, é identificada ainda uma 6.ª categoria, denominada “outras” que, em 2016, foi a mais relevante em termos do número de instituições apoiadas. Relativamente às tipologias dos apoios concedidos estão segmentadas em donativo monetário, e/ou donativos em bens e equipamentos.

Indicador de Responsabilidade Social para com a Comunidade Local em 2016	
2,5	Milhões de euros investidos na comunidade em acções de responsabilidade social
2.943	Instituições apoiadas
30%	Peso do valor total do investimento na área cultural
3	Número de fundações criadas para serem utilizadas como instituição veículo dos apoios à comunidade

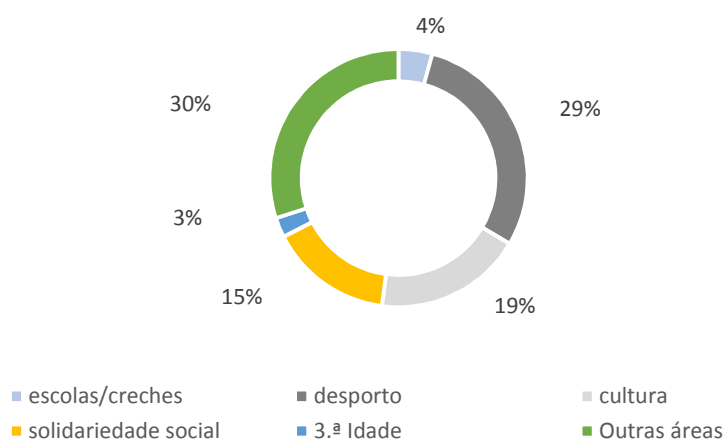
O investimento em responsabilidade social em 2016 foi de 2,5 milhões de euros, mais 31% que em 2015. Neste valor estão contemplados donativos e patrocínios realizados.

Investimento em responsabilidade social em 2015 e 2016 (milhões de euros)



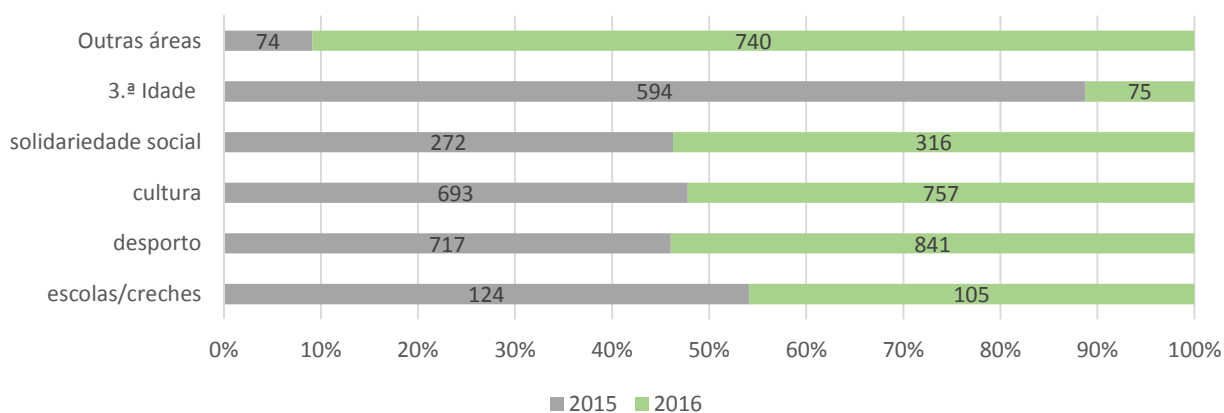
A distribuição do investimento em responsabilidade do CA em 2016 mantém-se análoga ao ano anterior com as áreas do desporto e cultura a representarem pesos de 29% e 19% do valor total. Não menos importante é o peso da categoria “outras”, que representa 30% do valor total do investimento social, por traduzir um investimento social em causas e necessidades específicas de cada localidade.

Distribuição do investimento em responsabilidade social em %



Em 2016 foram apoiadas um total de 2.834 instituições, mais 15% que 2015. Verificou-se ainda uma maior dispersão nas instituições apoiadas (categoria “outra”), traduzindo a matriz de apoio social do CA que pauta a sua actuação social por respostas às necessidades específicas de cada comunidade. Nas áreas de cidadania estratégicas, o maior aumento do número de instituições apoiadas verificou-se nas áreas desportiva e da solidariedade social, com mais 17% e 16%, respectivamente.

Número de instituições apoiadas em 2015 e 2016



Cultura

O Grupo CA apoia manifestações culturais em diversas áreas artísticas e lúdicas. Das iniciativas culturais apoiadas em 2016 temos como exemplo:

- Patrocínio Clientes do CA do Norte Alentejano, pelo 3.º ano consecutivo, do Festival de Artesanato e Gastronomia do Crato
- Patrocínio da edição de 2016 da Festa da Rádio Alfa
- Apoio à realização do Festival do Crato pelo CA Norte Alentejano

Educação

O CA tem desempenhado um papel importante na atribuição de prémios aos alunos com melhor desempenho escolar. Estas iniciativas, que decorrem por todo o país, são relevantes dado que estimulam a adesão, junto dos mais jovens, de valores que irão determinar a qualidade e bem-estar da sua vida futura e da comunidade onde estão inseridos.

- No âmbito do Programa Nota 20 promovido para todo o Grupo CA foram premiados 120 alunos, do 7.º ao 12.º, pelos resultados escolares alcançados. Esta iniciativa atribuiu aos 20 melhores alunos de cada ano de escolaridade prémios monetários entre os 100 e os 1.000 euros, num total de 25 mil euros, para depósito nas contas poupança.
- Ao nível das CCAM e pelo 4.º ano consecutivo a Fundação Caixa Agrícola do Noroeste atribuiu 5 bolsas de estudo por mérito e carência económica, no valor de 1000 euros cada, a alunos do distrito de Viana do Castelo e do Concelho de Barcelos.
- O CA de Coimbra entregou prémios aos 20 alunos que mais se destacaram no projecto Mentres Brilhantes. O projecto, implementado no âmbito do protocolo com a Fundação para Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional visa possibilitar à comunidade escolar o acesso a programas de estudos avançados, para incentivar o desenvolvimento intelectual das crianças.
- O CA de Moravia patrocinou o 6.º Prémio Fluvial – Jovem Cientista do Ano, que distinguiu o investigador Rui Rivaes. O prémio foi atribuído no âmbito do 9.º aniversário do Fluvial de Mora, o primeiro grande aquário de água doce da Europa.
- O CA de Salvaterra de Magos premiou os melhores alunos dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais.
- O CA Vale do Dão e Alto Vouga atribuiu o prémio “Aluno de Excelência CA” aos melhores alunos de cada ciclo, ao melhor aluno do ensino profissional, do Agrupamento de escolas de Mangualde. Distinguiu ainda praticantes do desporto adaptado.

Desporto

O apoio dos valores desportivos e do bem-estar que a estes estão associados têm sido um dos traços da cultura de responsabilidade do CA. Neste âmbito o Grupo tem possibilitado que diversas instituições desportivas cumpram com a sua missão, estimulando milhares de jovens para a prática desportiva.

Em 2016 manteve a sua política de continuidade de patrocínios nas seguintes áreas: motociclismo – todo-o-terreno, automobilismo – rali, ciclismo em várias classes, entre outros. Esta política de proximidade que caracteriza o Grupo foi também aplicada ao nível dos patrocínios e apoios concedidos a nível nacional, incidindo nos sectores desportivos e sócio/culturais.

Principais atletas/eventos/modalidades desportivas apoiadas	
Motociclismo	Mário Patrão
Automobilismo	João Ruivo, Paulo Ramalho, Rui Ramalho e Rafael Lobato
Ciclismo	34.ª Volta ao Alentejo em Bicicleta, Alcobaça Clube de Ciclismo
Surf e Bodyboard	Teresa Almeida, Kathleen Barrigão, Crédito Agrícola Júnior Cup
Outras modalidades	Triatlo, Kart, Atletismo

Solidariedade Social

O apoio do Crédito Agrícola a iniciativas de carácter social é evidente na amostra abaixo, no entanto são inúmeras as iniciativas deste âmbito promovidas pela totalidade das Caixas dada a sua génese e posicionamento de proximidade com as populações.

- Apoio aos Bombeiros Voluntários de Mêda. Apoio para aquisição de uma ambulância, para fazer face a necessidades de ajuda comunitária pelo CA Douro e Coa.
- Donativo para uma nova Ambulância da Delegação de Estremoz da Cruz Vermelha Portuguesa pelo CA de Estremoz, Monforte e Arronches.
- Donativo por ocasião do centenário da CCAM de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo, a duas corporações de Bombeiros.
- Donativo aos bombeiros locais pelo CA de Albufeira.

Outros Apoios e Reconhecimentos

CA condecorado pelos bombeiros de Bucelas

O CA foi condecorado pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Bucelas com a medalha dos serviços distintos, Grau de Prata, da Liga dos Bombeiros Portugueses. A distinção foi atribuída como forma de agradecimento pela colaboração da Caixa Central, através da cedência temporária de um armazém em Bucelas, de que é proprietária, enquanto decorreram as obras de remodelação do quartel-sede daquela corporação de bombeiros.

CA dá asas

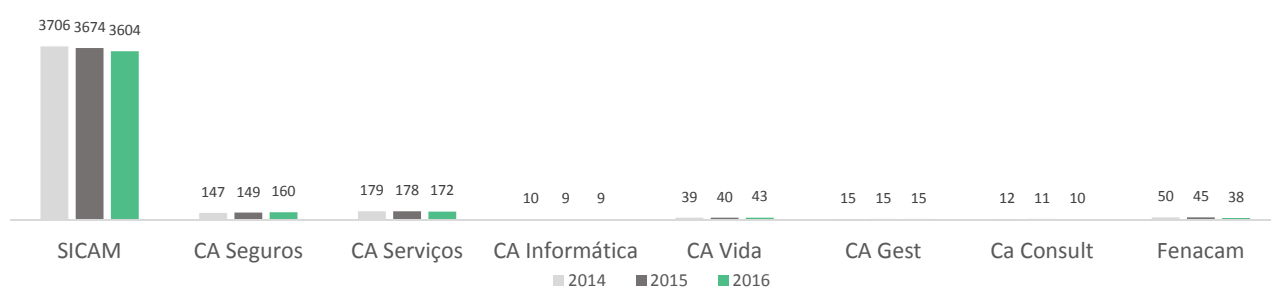
A Fundação da Caixa Agrícola do Vale do Távora, em parceria com a autarquia de Moimenta da Beira e com o Centro Comunitário de Alvite, financiou a primeira viagem de avião de um grupo de idosos.

2.3 RESPONSABILIDADES COM OS COLABORADORES

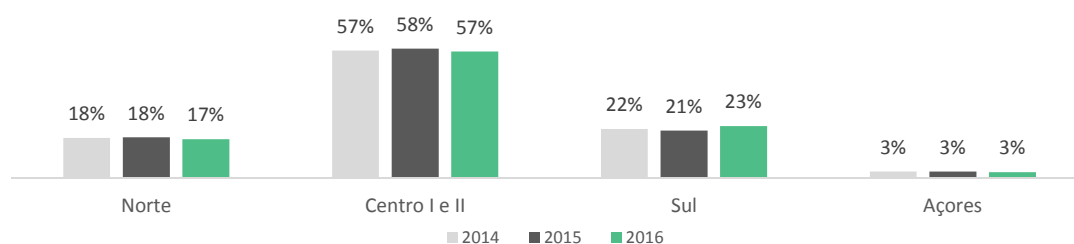
Equipa Grupo CA

Em 2016 a equipa de Colaboradores do Grupo CA apresentou uma distribuição análoga aos anos anteriores entre as diferentes empresas do Grupo:

Distribuição dos Colaboradores pelo SICAM, Empresas Participadas e FENACAM

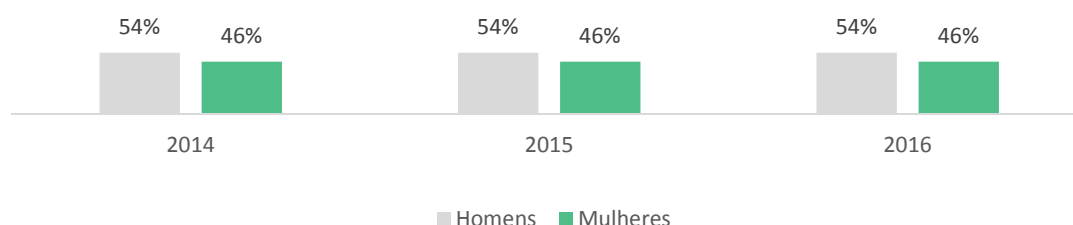


Distribuição geográfica dos Colaboradores

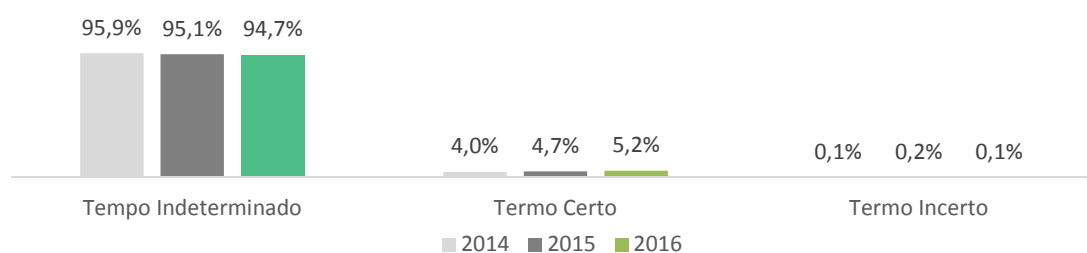


A equipa de colaboradores regista um equilíbrio relativamente ao género, dado que 54% dos colaboradores são homens e 46% mulheres. 94,7% dos colaboradores possuem contrato por tempo indeterminado. A estrutura etária da equipa apresenta um padrão semelhante a 2015, com a faixa etária dos 40 aos 49 a representar 38% dos colaboradores.

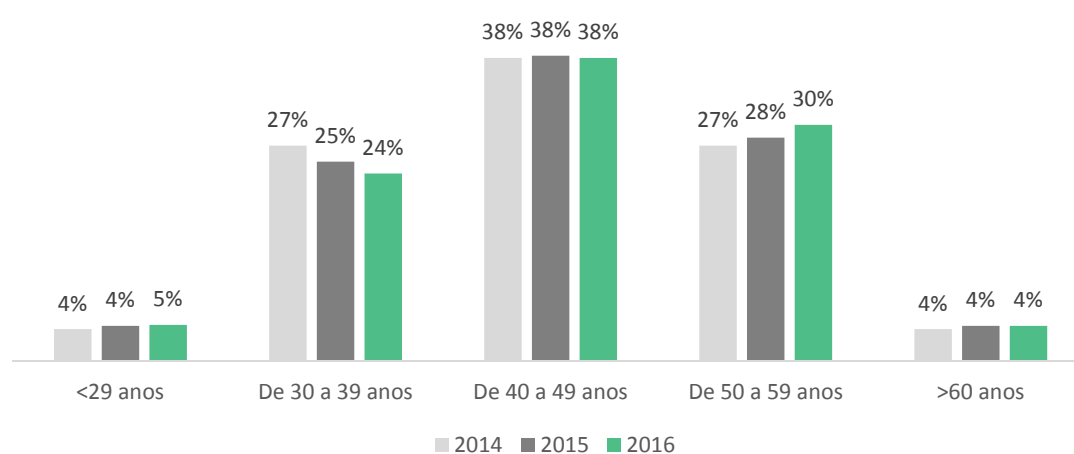
Distribuição equipa por género



Caracterização do efectivo por tipo de contrato de trabalho

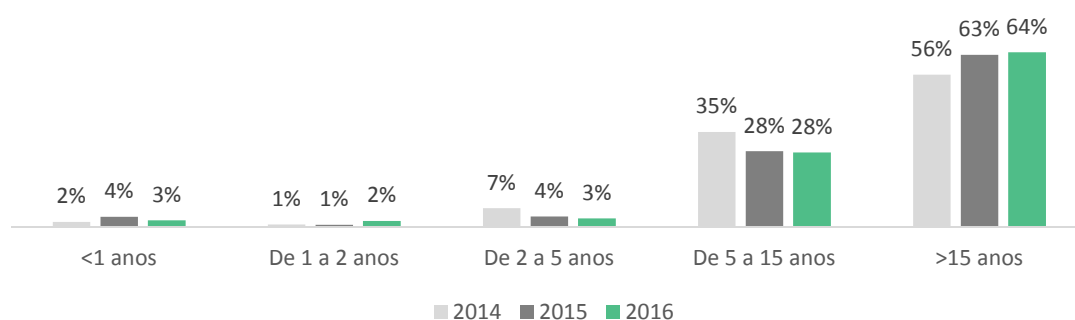


Caracterização do efectivo por faixa etária

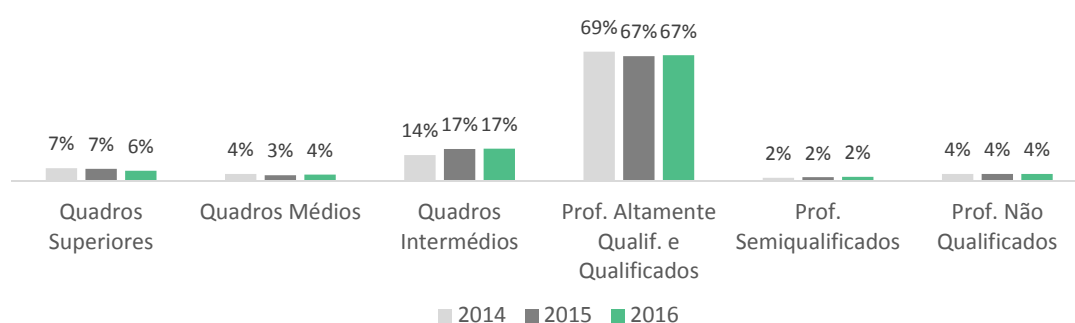


O Grupo CA revela uma forte capacidade de retenção dos seus colaboradores, expressa na antiguidade da equipa, na medida em que 64% dos colaboradores estão no Grupo há mais de 15 anos. Relativamente à distribuição funcional, 67% dos colaboradores estão integrados na categoria profissionais altamente qualificados e qualificados, e 17% são quadros intermédios. Relativamente às habilitações académicas 48% tem o ensino secundário e 37% possui um grau académico do ensino superior.

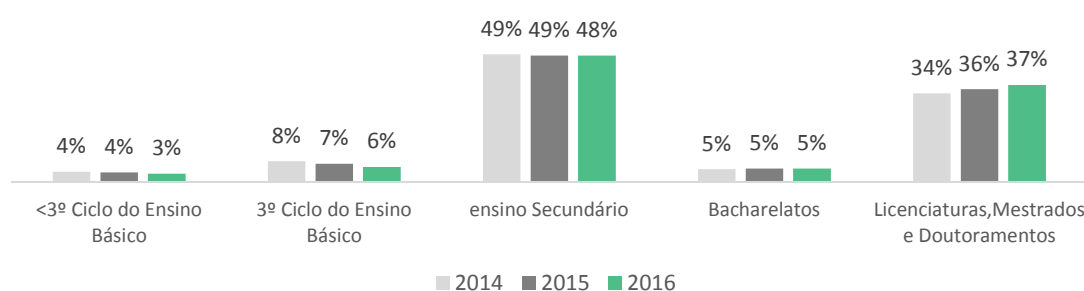
Caracterização do efectivo por antiguidade



Caracterização do efectivo por distribuição funcional



Caracterização do efectivo por habilitações literárias



Formação

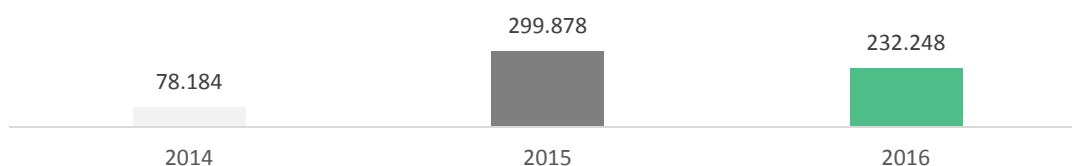
Em 2016 foram ministradas um total de 232.248 horas de formação, menos 23% que em 2015. No total, as acções de formação realizadas em 2016 tiveram 9.606 participantes. O número de participantes registou uma diminuição no registo de formação presencial e *e-learning*, em 39,6% e 12,2%, respectivamente. Verificou-se um aumento do número de participantes em 24% na formação à distância. O número de horas de formação presencial aumentou em 73,3%, tendo diminuído substancialmente no registo de *e-learning*, em 46,4%.

NÚMERO DE PARTICIPANTES (1)	2016	2015	VAR.%
Presencial	5.959	9.862	-39,6%
E-learning	3.571	4.067	-12,2%
À distância	76	25	204,0%

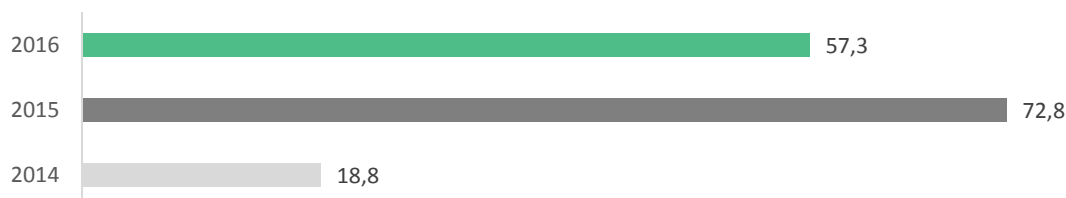
NÚMERO DE HORAS	2016	2015	VAR.%
Presencial	84.898	49.002	73,3%
E-learning	132.073	246.531	-46,4%
À distância	15.277	4.345	251,6%

(1) O mesmo colaborador pode ter frequentado diversas formações.

Número de horas de formação



Média de horas de formação por trabalhador



Benefícios

Os benefícios atribuídos aos Colaboradores estão segmentados nas seguintes 3 áreas, sendo ainda referenciado no final deste subcapítulo os encargos de protecção social assumidos pelo CA:

- Benefícios relacionados com a saúde, formação e família
- Crédito
- Cultura, Desporto e Bem-estar

Saúde, formação e família

Em 2016 o Grupo CA atribuiu ainda aos Colaboradores os benefícios em seguida referidos, para além dos que são regulamentados pela legislação bancária:

- Financiamento e apoio no incremento da formação académica e especializada dos Colaboradores, o que, em 2016 se materializou num investimento de 172 mil euros;
- Investimento no desenvolvimento de competências dos Colaboradores, num total de 695 mil euros;
- Colaboração com o IFB na qualificação de alunos com o 12º ano, através de acolhimento para realização de estágios em regime de alternância e comparticipação de 17 mil euros.

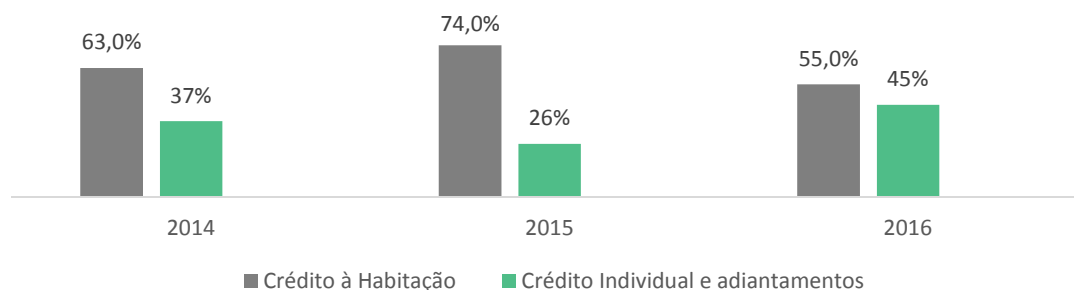
Crédito

Os Colaboradores do Crédito Agrícola beneficiam de condições especiais em vários produtos e serviços financeiros, nomeadamente:

- No recurso ao crédito a habitação;
- Na contratualização de vários seguros;
- Na redução de despesas de manutenção na anuidade dos cartões de crédito e de débito;
- Na redução de despesas de manutenção na emissão de cheques;
- Na isenção de despesas de comissão de manutenção nos depósitos a ordem;
- Crédito para despesas pessoais a taxas simbólicas.

Do crédito concedido aos colaboradores em 2016, 55% foi crédito à habitação, e 45% crédito individual e adiantamentos, tendo o crédito à habitação diminuído o peso em relação a 2015, e o crédito individual aumentado em 2016 face ao ano anterior.

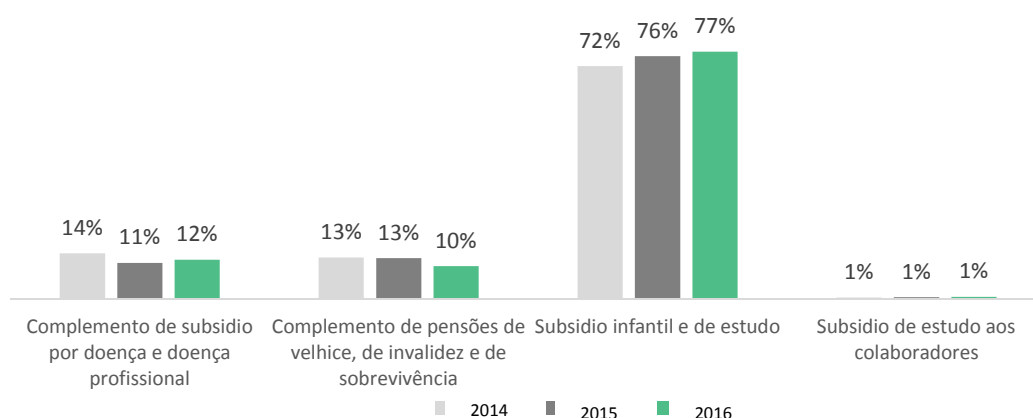
Crédito concedido aos Colaboradores



Protecção Social

Dos encargos de protecção social directamente suportados pela empresa, o subsídio infantil e de estudo assume um peso de 77% em valor investido, tendo aumentado o peso em 2 p.p. face a 2015.

Encargos de protecção social directamente suportados pela empresa



A par do apoio e relacionamento com a comunidade, a responsabilidade social interna representa uma dimensão importante da Política de Sustentabilidade do Grupo CA. Neste âmbito são implementadas iniciativas dirigidas aos colaboradores do Grupo, que nalguns casos se estendem aos seus familiares. Para além de actividades da área da cultura, desporto e bem-estar, merece destaque o Encontro Anual, o grande momento anual de reunião de todos os colaboradores e das suas famílias.

Cultura, Desporto e Bem-estar

A responsabilidade social integra os valores e o posicionamento do Crédito Agrícola, o que se reflecte não só ao nível da comunidade, mas também num vasto conjunto de iniciativas dirigidas aos colaboradores do Grupo, sendo de destacar a acção do Centro de Cultura e Desporto do Crédito Agrícola.

O CCDCAM nasceu do intuito de promover o desenvolvimento cultural, intelectual, físico e cívico dos colaboradores do Crédito Agrícola Mútuo, visando promover o bem-estar e o relacionamento interpessoal.

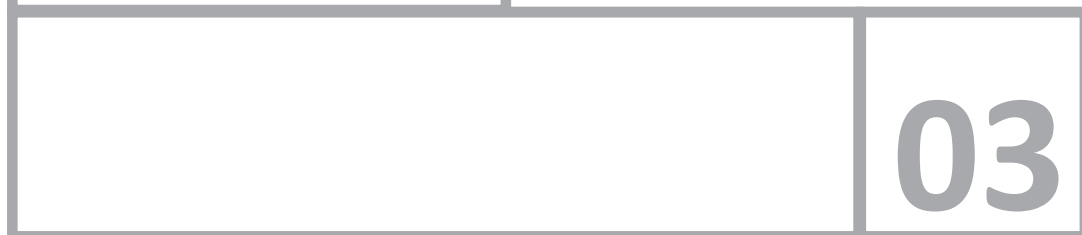
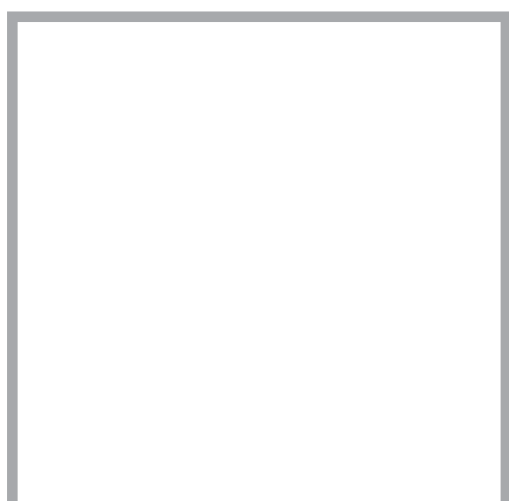
Esta associação tem vindo, ano após ano, a recolher uma crescente adesão a iniciativas de âmbito diversificado e oportunidades sociais, empenhando-se em corresponder aos interesses dos associados e às suas expectativas, para o que foi desenvolvido um novo site institucional de forma a promover uma melhor comunicação e divulgação das diferentes iniciativas, nomeadamente no âmbito:

- Dos Núcleos de actividades desportivas: Atletismo, Ciclismo, Passeios pedestres, Golfe, Bilhar, Motard, Pesca desportiva e Triatlo;
- De actividades culturais: realização de protocolos com descontos para aquisição de Bilhetes para o jardim zoológico, espectáculos, exposições e diversas instituições de cariz cultural;
- Promoção de trabalhos realizados pelos colaboradores, nomeadamente de pintura, livros e artesanato;
- Organização de passeios, viagens e visitas a diversificados locais de interesse nacionais e internacionais, e, uma competição anual de Rally Paper;
- Biblioteca com um diversificado leque de obras, visando a promoção da leitura no seio dos trabalhadores do GCA;
- Realização de protocolos com diferentes entidades tendo em vista a obtenção de descontos e prestação de serviços, em áreas como a saúde, a estética, a restauração, o ensino, o estacionamento, combustíveis, comunicações;

É ainda de destacar a acção de Solidariedade Social promovida pelo núcleo de motards da CCDCAM, como é exemplo a caravana de Pais Natal motards tendo em vista a entrega de medicamentos e bens de primeira necessidade, entre os quais 1.500 litros de leite, na Casa do Gaiato, angariados em campanha de solidariedade com a colaboração da Lactaço.

Encontros Anuais

É ainda promovida a realização de encontros de colaboradores, tendo em vista, entre outros, o convívio, a proximidade, a partilha de experiências e a coesão, envolvendo ou não as suas famílias. É de destacar neste âmbito, a festa de Natal e o encontro anual de colaboradores que por regra registam uma grande afluência de pessoas (cerca de 1.000), entre Colaboradores e seus familiares.

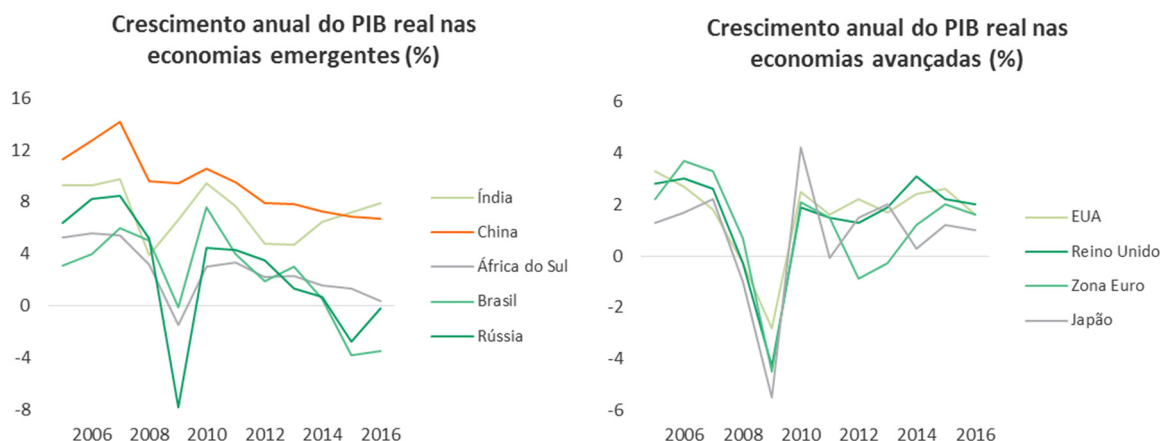


Enquadramento
económico

III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A estimativa mais recente aponta para que se tenha verificado um crescimento do PIB mundial de 3,1% em 2016, valor inferior aos 3,2% alcançados em 2015. A confirmar-se esta expectativa, este será o ritmo de crescimento económico mais fraco desde o ano da recessão mundial de 2009.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

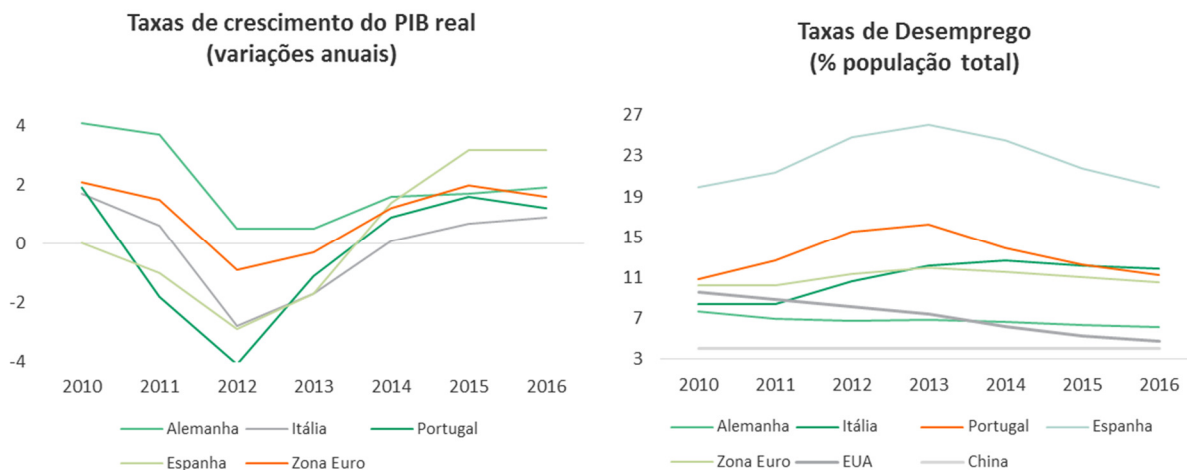
Antes da crise financeira (2008), as economias emergentes vinham apresentando ritmos de crescimento superiores a 7,0%, tendo nos anos mais recentes (2008-2016) apresentado um crescimento em torno dos 4,0%. Efectivamente, para 2016, o FMI antecipa um crescimento no conjunto dos países emergentes de 4,2%, valor aquém dos 4,4% registados em 2015. Parte deste abrandamento perspectivado para a economia global em 2016 é explicado pela evolução da segunda maior economia do mundo – a China que, com uma variação estimada de 6,7% no PIB deste ano, regista o mais baixo crescimento desde 1990 (3,9%).

Este valor contrasta, ainda assim, com o ritmo de crescimento dos países desenvolvidos, que se estima ter sofrido uma desaceleração de 2,1%, em 2015, para 1,6%, em 2016. A quebra no desempenho dos EUA, cujo crescimento anual reduziu de 2,6% em 2015 para 1,6% em 2016, encontra explicação na componente das exportações (que foram prejudicadas, entre outros, pelo fortalecimento do dólar americano) e na componente do investimento (condicionado pelo comportamento dos preços do petróleo que durante o ano de 2016 se mantiveram baixos).

A economia da Zona Euro acelerou ligeiramente no final de 2016 (1,6%), mas o crescimento que se perspectiva é tímido e inferior ao registado em 2015 (2,0%), o que deverá contribuir para a divergência de posições entre os responsáveis monetários quanto ao fim dos estímulos na região da moeda única.

Os ataques terroristas tiveram um forte impacto negativo no desempenho do sector do turismo da França (a 2ª maior economia da Zona Euro). Por outro lado, o FMI assinala que, apesar dos avanços registados na Grécia, com o PIB a progredir de -0,2% em 2015 para +0,3% em 2016, as dívidas da Grécia continuam “insustentáveis” a longo prazo (180% do PIB). No médio prazo, os riscos para o crescimento económico na

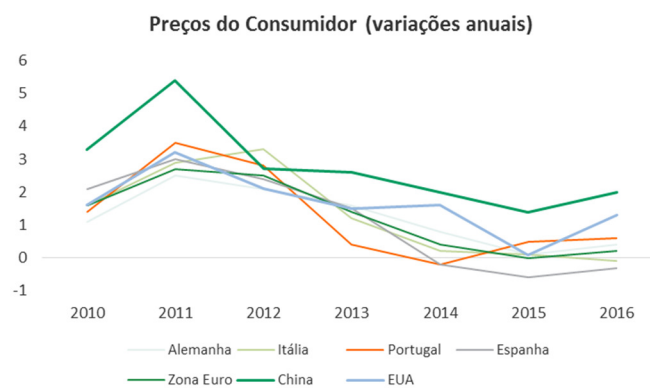
Zona Euro são legados da crise recente³, o voto do Reino Unido para deixar a União Europeia, potenciais disrupções ao comércio internacional e um aperto mais forte da política monetária nos Estados Unidos que poderá ter consequências negativas nas economias emergentes (algumas das quais com fortes relações comerciais com a Europa).



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

A taxa de desemprego na Zona Euro foi diminuindo paulatinamente ao longo do ano, atingindo no final de 2016 uma taxa prevista de 10,5%, valor mais baixo desde 2011 e que compara com os 11,0% registados no final de 2015. Não obstante a redução do nível de desemprego nos últimos anos, esta continua ainda em níveis historicamente elevados.

Nos EUA, 2016 foi um bom ano para o mercado de trabalho, com o desemprego americano a situar-se nos 4,8%, apresentando níveis mínimos semelhantes aos registados em 2007. No que toca à remuneração média por hora, esta aumentou 2,9% face a Dezembro de 2015, o que traduz o maior aumento desde 2009.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

No que diz respeito à inflação, no final do ano apenas um dos 19 membros da Zona Euro apresentava ainda taxas negativas, o número mais baixo desde Fevereiro de 2013, última data em que todos os membros da

³ Com os sectores público e privado a apresentarem níveis de endividamentos elevados e com processos de desalavancagem em curso, os problemas no sector bancário não completamente resolvidos e os níveis de desemprego a permanecerem persistentemente elevados.

Zona Euro apresentaram valores de inflação positivos. Um sinal de que a ameaça de deflação na Zona Euro se está a dissipar.

Em termos agregados da Zona Euro, a inflação perspectivada para 2016 foi de 0,2%, que compara com os 0,0% registados em 2015. Para esta recuperação, ainda assim para um nível inferior ao objectivo de 2,0% definido pelo BCE, muito contribuiu a combinação dos aumentos no preço da energia e uma modesta recuperação económica.

A autoridade monetária europeia estendeu até final do ano o plano de compra de activos no sector público como forma de dar força à inflação através de incentivos à economia. Mas com a subida dos preços a encaminhar-se progressivamente para um ritmo que o BCE considera adequado para assegurar a estabilidade económica, alguns responsáveis avaliam a hipótese de antecipar o fim do programa de quantitative easing.

Também a inflação nos EUA foi subindo ao longo de 2016, principalmente na segunda metade do ano, estimando-se que fique nos 1,3%, acima dos 0,1% registados em 2015. Este aumento foi suportado pelo fim do ciclo de quedas nos preços do petróleo, ditando que o sector energético deixasse de ter uma contribuição negativa em 2016 e começasse mesmo a contribuir positivamente para o aumento dos preços ao consumidor.

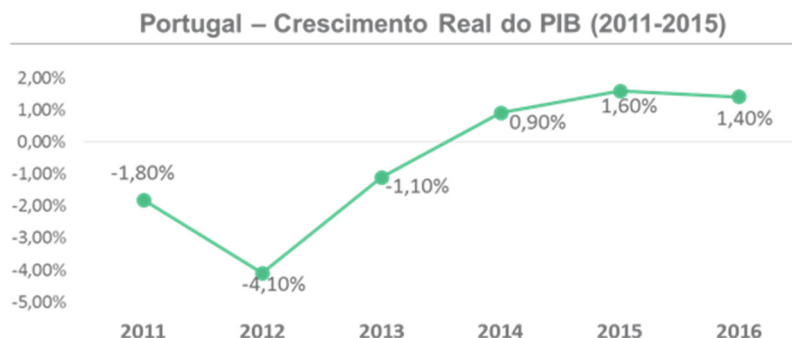
O ano de 2016 ficou ainda marcado pela ocorrência de diversos eventos políticos de consequências potencialmente muito disruptivas.

Na Europa, o ano de 2016 ficou decisivamente marcado pela vitória do Brexit no Reino Unido, evento que poderá condicionar a situação económica e a evolução dos mercados em função dos recuos e avanços que se venham a verificar no desenrolar do processo negocial de saída do Reino Unido da União Europeia. Theresa May, a chefe do governo britânico, activou o Artigo 50 no dia 29 de Março de 2017, notificando formalmente a União Europeia da sua decisão de sair ("*Brexit*"), pelo que esta questão será um tema importante no debate político associado à realização de eleições em França e na Alemanha e condicionará o futuro da União Europeia nos próximos anos.

Nos EUA, Donald Trump venceu as eleições presidenciais constituindo uma incógnita o rumo esperado da política americana, sendo certo que o actual discurso político é marcadamente proteccionista (limitações à livre circulação de pessoas e bens) e de confronto com a política convencional (ruptura com o status quo).

3.2 ECONOMIA NACIONAL

A economia portuguesa, penalizada por um crescimento fraco do investimento e por fragilidades ao nível das exportações, no primeiro semestre de 2016, manteve a tendência de desaceleração iniciada no último trimestre de 2015, tendo crescido 0,9% em termos homólogos. A aceleração registada no segundo semestre de 2016, muito por conta da evolução da actividade turística e do consumo privado, permitiu que o crescimento anual se situasse nos 1,4% em 2016⁴, valor 2 p.p. abaixo do crescimento em 2015 (1,6%).



Fonte: INE, Fevereiro 2017

O comportamento das exportações nacionais foi condicionado pela ocorrência de diversos factores, de entre os quais se destacam a persistente precariedade da situação económica em Angola (em termos homólogos, entre Janeiro e Outubro, as exportações de bens para Angola diminuíram 41,9%), muito afectada pelo baixo preço de petróleo e pelo facto de uma refinaria ter estado temporariamente parada no início do ano (o que fez com que as exportações de combustíveis diminuíssem 29,1% até Outubro). Em sentido inverso, o sector do turismo mostrou um crescimento nas exportações de serviços de 9,2%.

⁴ Neste enquadramento, a Comissão Europeia melhorou as estimativas para 2017 e 2018, esperando agora que a economia cresça 1,6% e 1,5%, respectivamente (em oposição às previsões de Outono para o crescimento do PIB de 1,2% em 2017 e 1,4% em 2018).

Indicadores macroeconómicos (2014-2016)

		2014	2015	2016
Procura Externa	tav	4,6	3,8	2,0
EUR/USD Taxa de Câmbio (%)	tav	-11,97	-10,22	-3,18
Preço do Petróleo (%)	tav	-41,0	-27,6	57,0
Produto Interno Bruto	tav	0,9	1,6	1,4
Consumo Privado	tav	2,1	2,6	2,3
Consumo Público	tav	-0,7	0,8	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	tav	2,3	4,5	-0,3
Exportações	tav	3,4	6,1	4,4
Importações	tav	6,2	8,2	4,4
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	tav	0,7	0,5	0,6
Taxa de Poupança (%)	vma	6,9	7,0	5,0
Taxa de Emprego	%	50,7	51,3	52,0
Taxa de Desemprego	%	13,9	12,4	11,1
Remunerações por Trabalhador (sector privado)	tav	-1,3	0,0	1,5
Balança Corrente e de Capital (%PIB)	tav	2,1	1,7	1,1
Balança de Bens e Serviços (%PIB)	tav	1,1	1,8	2,2
Taxa de referência do BCE (média)	%	0,16	0,05	0,00
Euribor 3 meses (média)	%	0,21	0,00	-0,30
Yield das OT Alemãs 10 anos (média)	%	0,54	0,63	0,20
Yield das OT Portuguesas 10 anos (média)	%	2,69	2,52	3,76

Fonte: Banco de Portugal (Março 2017), Banco Central Europeu (Dezembro 2016), Bloomberg (Janeiro 2017) e INE (Fevereiro 2017)

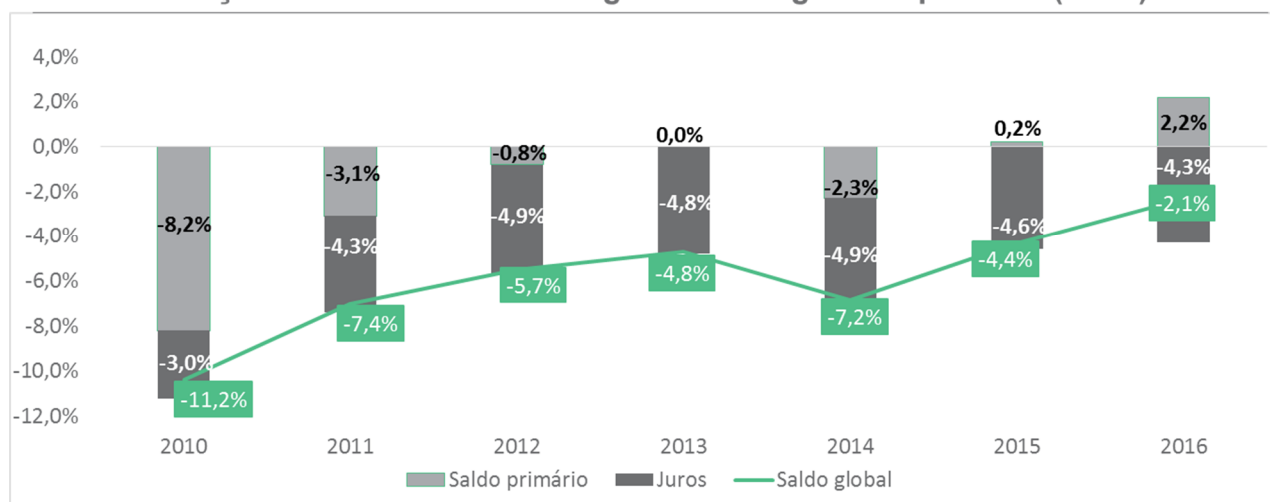
tav: Taxa anual de variação; vma: variação média anual

O consumo privado cresceu 2,3% em 2016 i.e. 0,3 p.p. abaixo do verificado em 2015. Por seu lado, o investimento interrompeu em 2016 uma tendência de recuperação gradual, mas constante, iniciada no final de 2013. A formação bruta de capital fixo registou ainda assim decréscimos homólogos sucessivamente menores nos 3 primeiros trimestres (-2,5%, -2,2% e -0,1%) e uma forte recuperação no último trimestre (+4,5%). Os factores que mais contribuíram para este cenário foram as incertezas externas (volatilidade dos mercados no início do ano e incertezas políticas) e incertezas internas (viabilidade da solução política e problemas na banca portuguesa) que afastaram os investidores. Para além disso, observou-se também uma descida do investimento público para níveis historicamente baixos (até Setembro registou-se uma quebra de 27,6% na formação bruta de capital fixo por parte das administrações públicas).

No mercado laboral, depois de um período entre Junho de 2015 e Março de 2016 em que a taxa de desemprego aumentou de 11,9% para 12,4%, o 2º e 3º trimestres de 2016 mostraram uma tendência de melhoria, com a taxa a descer para os 10,5% entre Julho e Setembro, o valor mais baixo desde o final de 2009, o que permitiu fechar o ano com uma taxa de desemprego de 11,1%.

Em termos da evolução dos preços, em 2016 verificou-se praticamente uma manutenção do nível registado no ano anterior já que a inflação média para 2016 deverá rondar os 0,6%, ligeiramente acima dos 0,5% registados em 2015.

Saldo orçamental do Estado Português: Saldo global e primário (%PIB)



Em 2016, a dívida pública portuguesa somou 241,1 mil M€, o que representa um aumento de 9,5 mil M€ face a 2015. Para o aumento de 4,1% contribuíram as emissões líquidas de títulos, com destaque para as emissões de Tesouro de rendimento variável (um novo instrumento que permitiu captar cerca de 3,3 mil M€ de aplicações das famílias) e para as emissões de certificados do Tesouro (que aumentaram 3,4 mil M€). Por seu lado, os empréstimos caíram 5,6 mil M€, com o contributo do reembolso antecipado de 4,5 mil M€ concedidos pelo FMI no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

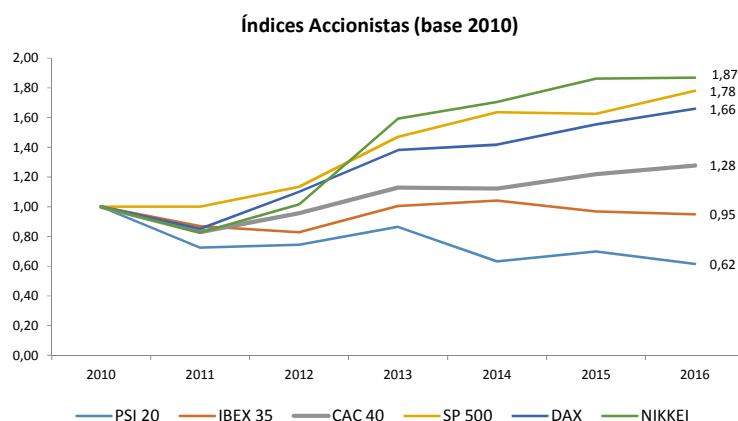
O Banco de Portugal estima que a dívida pública tenha subido para 130,5% do PIB no conjunto de 2016. Esta estimativa, a confirmar-se, significa um decréscimo face ao valor registado no final do terceiro trimestre de 2016, de 133,4% do PIB, mas significa igualmente um aumento em relação a 2015 e um desvio face ao previsto para o final do ano pelo Ministério das Finanças no âmbito do Orçamento do Estado para 2017 (129,7%). Para este desvio terá contribuído o acréscimo de depósitos da administração central de 13,3 mil M€ no final de 2015 para 17,3 mil M€, quando se encontrava prevista no OE2017 uma estabilização. A UTAO estima que a dívida pública líquida (i.e. excluindo os depósitos da administração central) poderá atingir 120,8% do PIB no final de 2016, o que representa um decréscimo de 0,8 p.p. face a 2015.

O INE confirmou, em Março, que o défice orçamental português desceu para 2,1% do PIB em 2016, ficando abaixo da meta definida para o fim do processo de sanções (2,5%). No entanto, segundo a UTAO, a arrecadação de receita foi inferior ao orçamentado em 2016, tendo esse efeito sido parcialmente compensado por receitas adicionais (através do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado) e pela contenção de despesa, estimando-se que, sem as medidas extraordinárias, o défice orçamental português ficaria nos 2,6% do PIB.

3.3 MERCADOS FINANCEIROS

Mercados accionistas

No final do primeiro trimestre de 2016, o sentimento global de aversão ao risco perdeu força. O BCE reforçou a sua política monetária acomodatória. A China apresentou uma nova série de medidas de estímulos e controlo do valor da sua moeda. Os EUA divulgaram dados económicos prometedores e a Reserva Federal Americana indicou que iria adiar uma subida das taxas de juro. Ainda assim, excluindo os índices americanos e britânicos, a quase totalidade dos principais índices accionistas registou perdas superiores a 10%, particularmente relevantes nos mercados asiáticos. Com desvalorizações desta magnitude, este acabou por ser o pior arranque de ano para as bolsas desde 2008.



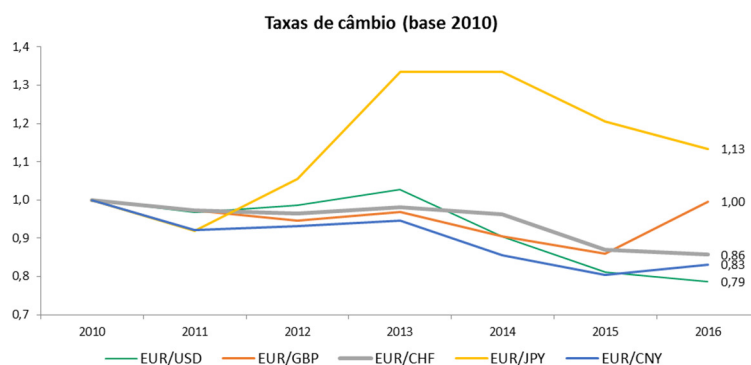
Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

A finalizar a primeira metade do ano, o resultado do referendo realizado no Reino Unido retirou um valor recorde de \$3 biliões dos mercados globais em apenas dois dias, levando a uma queda abrupta dos índices accionistas. Em contraposição, as perspectivas de políticas mais expansionistas nos EUA com a vitória de Trump nas eleições americanas, a recuperação dos preços do petróleo e uma actividade económica resiliente levaram os índices americanos a atingirem novos máximos históricos no final de 2016, com o Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq a registarem valorizações anuais de 15%, 12% e 9%, respectivamente.

Os factores que foram afectando a Europa ao longo do ano, combinados com os dados económicos pouco surpreendentes, embora positivos, levaram as bolsas da Europa a terem um desempenho mais contido. Em termos anuais o Stoxx 600 registou uma perda de 1,2%, mas o DAX alemão teve uma evolução bastante positiva (+6,87%). Os países da periferia foram os mais vulneráveis aos desenvolvimentos na Europa, com o PSI 20 e o índice de referência italiano a registarem perdas de 11,9% e 10,2%, respectivamente. Em Espanha a descida não foi tão acentuada (-2%).

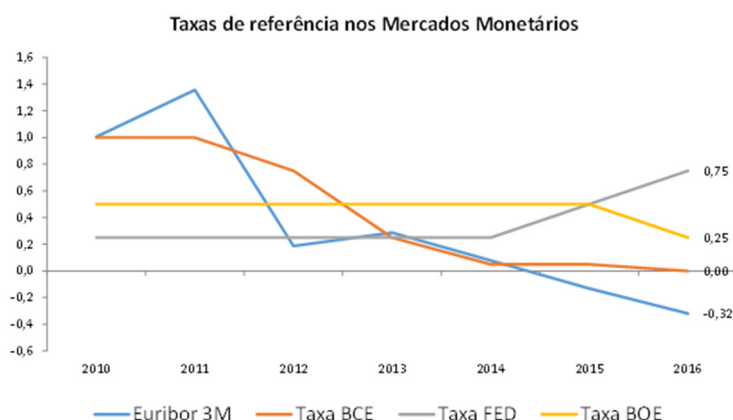
Mercados monetários - Taxas de câmbio e taxas de juro de referência

Em 2016, foram registadas quedas do euro (EUR) face ao dólar (USD), pelo terceiro ano consecutivo, algo que não acontecia desde finais de 2001. Num período marcado pela disparidade entre as políticas monetárias do BCE e da FED, o Euro recuou 2,9% para os 1,0539 USD no final do ano, tendo chegado a negociar em mínimos de Dezembro de 2002.



O resultado do Brexit afectou significativamente a libra esterlina, tendo esta tido um dos piores desempenhos em 2016, tendo-se fixado a cotação nos 1,2340 USD. Num contexto de elevada incerteza, o lene continuou a representar o seu papel de moeda refúgio e, em 2016, o USD perdeu terreno face ao lene, caindo 2,97% e com cada USD a valer 116,96 lenes no final do ano.

Não obstante a desvalorização face ao lene, o USD, em relação ao índice de referência das principais moedas mundiais (DXY), ultrapassou os 103 pontos em Dezembro, valor que não era registado desde final de 2002 (dando a 2016 a denominação de “o ano da nota verde”).

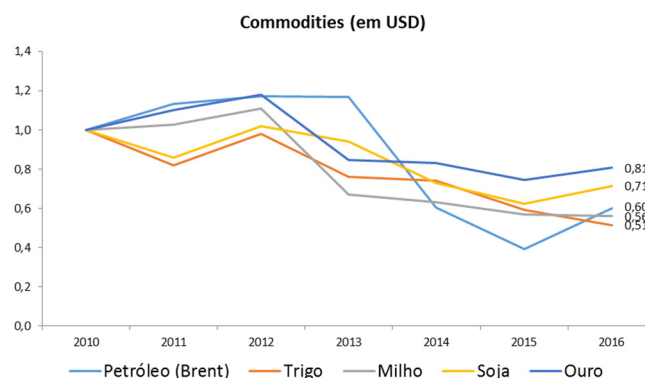


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

No que se refere ao mercado monetário na Zona Euro, verificou-se ao longo de todo o ano a progressiva descida das taxas Euribor. No final do ano, a taxa Euribor a um mês estava a -0,368% e a Euribor a 1 ano apresentava o valor de -0,082%. Nos EUA, as taxas LIBOR do USD até um ano acabaram por subir ao longo do ano, tendo apresentado o valor de 1,686% no final do ano de 2016.

Matérias-primas

Os primeiros seis meses do ano foram marcados por uma subida dos preços à vista (“spot”) nos mercados das matérias-primas (commodities) que reacenderam o interesse dos investidores. O ouro, em particular, liderou o caminho, a ganhar quase 20% nos primeiros 6 meses do ano. Os preços do petróleo subiram de US\$39 por barril no final de Março para quase US\$50 por barril no final de Junho. Os produtos agrícolas, como a soja, o açúcar, o milho e o algodão, também apresentaram ganhos no segundo trimestre.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

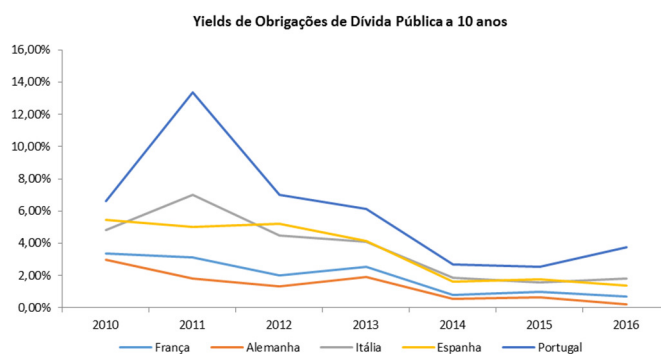
Na segunda metade de 2016 verificou-se uma evolução mais moderada dos preços das matérias primas. O Brexit enviou ondas de choque para todos os mercados do mundo, tendo os investidores convergido para o ouro, como activo de refúgio, o que permitiu uma valorização de 8,2% nas semanas seguintes à votação. Após as eleições presidenciais americanas o ouro acabou por perder parte do seu valor, tendo encerrado o ano a valorizar 9,33% em 2016.

No final do 3º trimestre, a OPEP decidiu que a produção de crude seria cortada a partir de Janeiro de 2017, conduzindo a uma subida dos preços do petróleo. O Brent do Mar do Norte registou um ganho de 52% nos 12 meses do ano, fechando com uma cotação de US\$56,82 por barril. Já o West Texas Intermediate observou um rendimento anual de 45%, encerrando o ano a US\$53,72 por barril.

Mercado obrigacionista

A dívida portuguesa teve um dos piores desempenhos na Zona Euro. Em 2016, a taxa da dívida soberana a dez anos aumentou 1,25 p.p., de 2,516% para 3,764%. A subida do prémio de risco foi ainda mais acentuada, exigindo o mercado um prémio de 356 pontos base face à dívida alemã, referência na Zona Euro.

As obrigações italianas sofreram também uma subida anual das suas yields, a primeira desde a crise da dívida em 2011. No prazo de 10 anos a dívida soberana italiana subiu de 1,592% no início do ano para os 1,812% no final do ano (+ 22 pontos base), ao contrário da dívida espanhola que, para a mesma maturidade, registou uma descida de 1,766% no início do ano para os 1,380% no final do ano (-38,6 p.b.).



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2017

A dívida alemã foi um dos activos com melhor desempenho em 2016, pois, para uma maturidade a 10 anos, os títulos começaram o ano com uma yield de 0,629% e acabaram o ano com uma yield de 0,208%, registando uma variação de -42,1 pontos base. A meio do ano, o rendimento da dívida alemã entrou mesmo em terreno negativo, chegando a yield a 10 anos a atingir o valor de -0,190%. Do outro lado do Atlântico, nos EUA, a yield das obrigações da dívida soberana americana a 10 anos iniciou o ano com uma yield de 2,273% e encerrou o ano com os 2,446% (+17,3 pontos base).

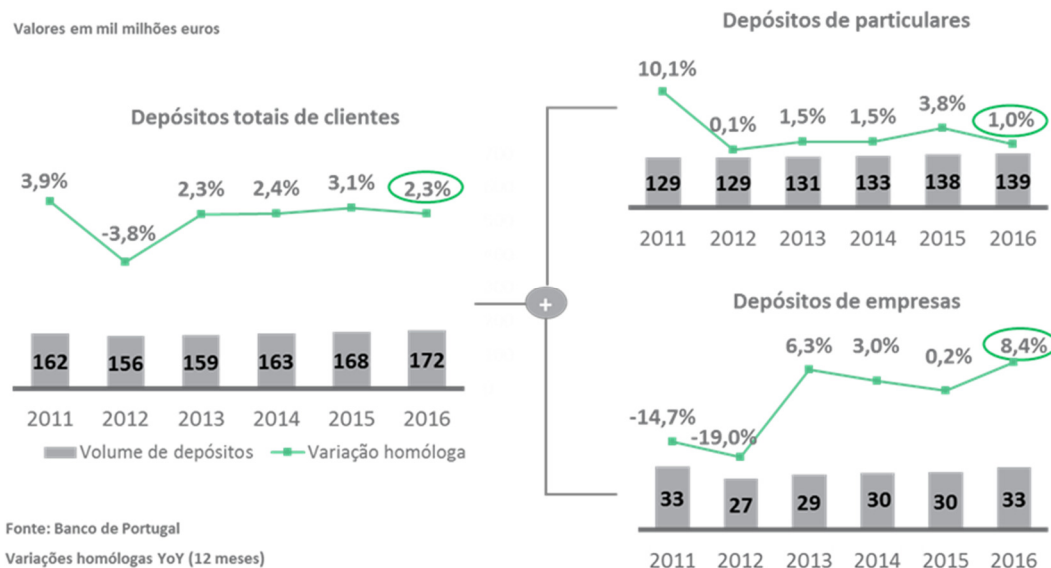
3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL

a) Factos relevantes

O ano de 2016 e o início de 2017 foram marcados por uma reestruturação significativa dos principais bancos portugueses e, em alguns casos, com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo accionista. Em termos sucintos, em 2016 observou-se: o plano de recapitalização e a nomeação de uma nova equipa de gestão para a CGD (o banco de capitais públicos); a entrada e reforço de um novo accionista (Fosun) no BCP e o pagamento da última fatia de 700M€ do empréstimo obrigacionista de acções convertíveis (que chegou a totalizar 3.000M€); a oferta pública de aquisição lançada pelo grupo catalão CaixaBank sobre o capital do BPI que lhe permitiu adquirir uma posição de 84,52% (participação que compara com os anteriores 45,5%); o veto do Parlamento às propostas PCP/BE de nacionalização do Novo Banco, a entrada do BES em processo de liquidação e o reforço das negociações entre Banco de Portugal e o Fundo de Resolução e os candidatos à aquisição do Novo Banco (ex. fundo Lone Star) para conclusão deste processo.

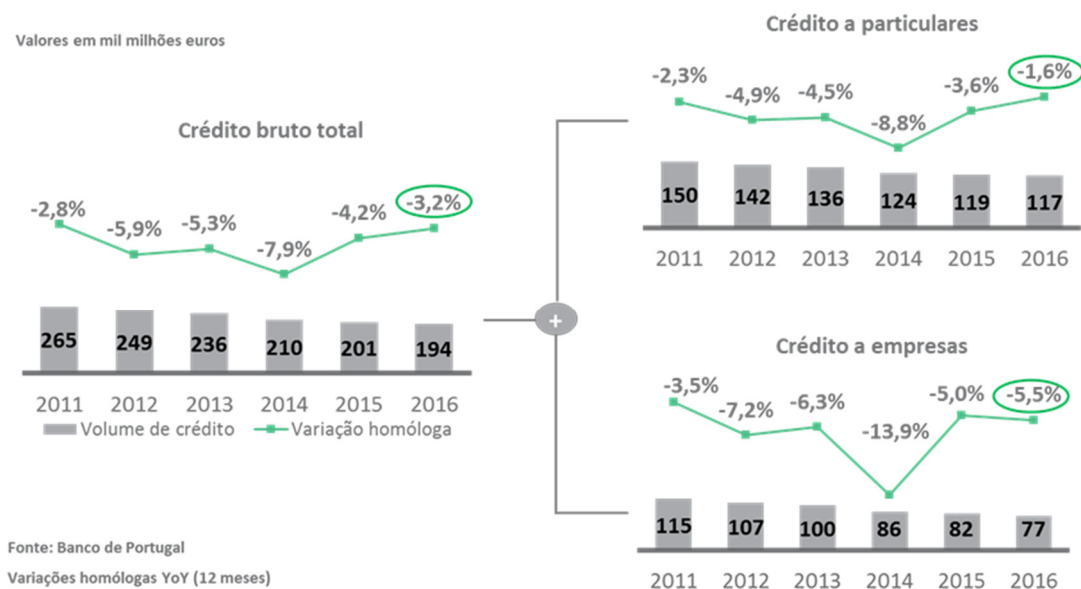
b) Evolução do mercado nacional de depósitos (2011 –2016)

Segundo a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal referente a Dezembro de 2016, o volume de depósitos aumentou 2,3% em Dezembro de 2016 face ao período homólogo de 2015. Para essa evolução contribuíram o acentuado crescimento dos depósitos de empresas em 8,4% (+8,2 p.p. que em 2015) e um ligeiro crescimento nos depósitos de particulares em 1,0% (-2,8 p.p. que em 2015).



c) Evolução do mercado nacional de crédito (Dezembro 2011 – Dezembro 2016)

Ao invés, o crédito bruto total concedido a clientes registou um decréscimo de 3,2% em Dezembro de 2016 face ao registado no final de 2015. A quebra mais significativa verificou-se no crédito a empresas (-5,5%), mas também foi assinalada uma redução no crédito a particulares (-1,6%), ambos face a Dezembro de 2015.



De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Portugal, entre Dez.2015 e Dez.2016, o crédito total reduziu 3,2% com uma quebra percentual mais expressiva (de dois dígitos) no segmento das empresas nas regiões autónomas e nos distritos de Viana do Castelo, Setúbal e Portalegre. Em Lisboa, o crédito a empresas caiu 2,6 mil milhões de euros, o que explica mais de 55% da quebra registada no país.

Evolução do crédito total por região - Dez.2016

	Crédito			Peso total %	Var. Homóloga		
	Particulares	Empresas	Total		Particulares	Empresas	Total
Aveiro	5.598	2.834	8.432	4,3%	-3,9%	-5,1%	-4,3%
Beja	1.290	442	1.732	0,9%	-2,5%	-0,7%	-2,0%
Braga	6.293	3.467	9.760	5,0%	-2,8%	-8,9%	-5,1%
Bragança	903	264	1.167	0,6%	-2,3%	10,9%	0,4%
Castelo Branco	1.437	404	1.841	0,9%	-3,7%	-1,5%	-3,2%
Coimbra	3.833	1.291	5.124	2,6%	-3,6%	1,2%	-2,4%
Évora	1.676	897	2.573	1,3%	-4,1%	26,7%	4,8%
Faro	4.661	1.747	6.408	3,3%	-6,9%	1,5%	-4,7%
Guarda	879	272	1.151	0,6%	-2,9%	-5,2%	-3,4%
Leiria	4.121	2.489	6.610	3,4%	-4,4%	-1,5%	-3,3%
Lisboa	44.162	43.090	87.252	44,9%	1,7%	-5,8%	-2,1%
Portalegre	869	276	1.145	0,6%	-3,8%	-16,1%	-7,1%
Porto	17.168	12.246	29.414	15,1%	-3,0%	-4,1%	-3,4%
Santarém	4.024	1.507	5.531	2,8%	-3,7%	-0,4%	-2,8%
Setúbal	9.337	1.769	11.106	5,7%	-2,9%	-15,2%	-5,1%
Viana do Castelo	1.641	488	2.129	1,1%	-3,3%	-24,2%	-9,1%
Vila Real	1.337	346	1.683	0,9%	-2,5%	4,2%	-1,2%
Viseu	2.531	1.084	3.615	1,9%	-1,7%	6,3%	0,5%
Reg. Autónoma Açores	2.607	796	3.403	1,8%	-4,4%	-31,4%	-12,5%
Reg. Autónoma Madeira	2.931	1.328	4.259	2,2%	-3,8%	-14,4%	-7,4%
Total	117.296	77.037	194.335	100%	-1,6%	-5,5%	-3,2%

Fonte: Banco de Portugal

Analisando detalhadamente o crédito a particulares, verifica-se que o decréscimo se deveu essencialmente à diminuição do crédito à habitação (-3,0% em Dezembro de 2016 face ao período homólogo de 2015) que representa 80,8% do total do crédito a particulares. Relativamente ao crédito vencido de clientes particulares, esse situou-se nos 3,9%, agravado, principalmente, pelo crédito a outros fins que, ainda assim, tem vindo a perder peso no agregado de crédito.

Evolução do mercado de crédito a particulares por tipologia - Dez.2016

Tipologia	Volume de crédito (M€)	Var. Homóloga	Peso total %	Crédito vencido %
Habitação	94.780	-3,0%	80,8%	2,5%
Consumo	13.725	12,7%	11,7%	6,2%
Outros fins	8.792	-5,8%	7,5%	15,4%
Total	117.297	-1,6%	100%	3,9%

Fonte: Banco de Portugal

No caso do crédito a empresas, o decréscimo de 5,5% deveu-se principalmente à redução do crédito a empresas do sector da construção, actividades imobiliárias e água e saneamento. Apenas nos sectores da agricultura e pescas, alojamento e restauração, saúde e apoio social e indústrias extractivas foi possível verificar um aumento do crédito concedido (5,0%, 2,7%, 1,4% e 0,8%, respectivamente).

Relativamente ao crédito vencido de empresas, este situou-se nos 15,7%, sendo que os sectores com maior incumprimento continuam a ser o da construção, do comércio, das actividades imobiliárias e das indústrias extractivas, que mantêm elevada representatividade no total do crédito a empresas.

Evolução do mercado de crédito a empresas por CAE - Dez.2016

Actividade económica	Var. Homóloga	Total Crédito	Peso %	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	5,0%	2.294	3,0%	5,9%
Indústrias Extractivas	0,8%	256	0,3%	10,5%
Indústrias Transformadoras	-0,3%	12.844	16,7%	10,1%
Energia	-8,1%	2.313	3,0%	0,7%
Água e Saneamento	-12,3%	1.358	1,8%	2,0%
Construção	-11,8%	11.343	14,7%	35,8%
Comércio	-0,9%	12.127	15,7%	14,6%
Transporte e Armazenagem	-5,3%	6.837	8,9%	7,5%
Alojamento e Restauração	2,7%	4.567	5,9%	10,4%
Actividades Imobiliárias	-15,2%	9.508	12,3%	25,6%
Saúde e Apoio Social	1,4%	1.291	1,7%	4,7%
Outros	-4,7%	12.298	16,0%	10,4%
Total	-5,5%	77.037	100%	15,7%

Fonte: Banco de Portugal

Em 2016, as PME foram as empresas que registaram maior redução no crédito contraído face a 2014, tendo sido a principal aposta comercial das instituições bancárias não apenas pelo seu peso relativo (52% do total) mas também pela menor incidência de crédito vencido (10,5% e 13,6%, nas médias e pequenas empresas respectivamente, que comparam com os 26,6% das microempresas).

Valores em milhões de euros

Evolução do mercado de crédito a empresas por dimensão

	2014	2015	2016	Variação 14/16	Peso % 2016	% Crédito Vencido 2016
Microempresas	28.501	26.297	24.802	-13,0%	34%	26,6%
Pequenas empresas	21.371	20.473	19.297	-9,7%	26%	13,6%
Médias empresas	20.907	20.644	19.412	-7,2%	26%	10,5%
Grandes empresas	10.913	10.713	10.474	-4,0%	14%	4,4%
Total	81.692	78.127	73.985	-9,4%	100%	16,1%

Fonte: Banco de Portugal

Da análise ao número de empresas, destaca-se a variação positiva do nascimento de novas empresas, o que, combinado com a variação do número de empresas encerradas e insolventes, resulta na criação líquida de empresas de 2,0x em 2016 (i.e. revitalização empresarial), 7,3% acima do verificado em 2014.

Evolução do número de empresas

	2014	2015	2016	Variação 14/16
Nascimentos	35.849	37.961	37.034	3,3%
Encerramentos	14.992	16.638	15.505	3,4%
Insolvências	4.492	4.232	3.256	-27,5%
Revitalização Empresarial *	1,8	1,8	2,0	7,3%

Fonte: Barómetro Informa DB

* Nascimentos / (Encerramentos + Insolvências)

3.5 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2017

A evolução das economias europeias e a instabilidade política e económica, fruto das futuras eleições em França e na Alemanha e da implementação do Brexit, constituem os grandes focos de preocupação para 2017. A eleição de governos extremistas e/ou antieuropeístas nos países referidos juntamente com a concretização da saída do Reino Unido da União Europeia podem colocar entraves, segundo analistas internacionais, ao processo de integração na União Europeia ou mesmo riscos de desintegração, com riscos incalculáveis nas economias dos países que dela fazem parte. A este factor externo, junta-se outro relacionado com a eleição de Donald Trump como Presidente dos EUA, que criou uma nova fonte de tensão internacional e instabilidade geopolítica que poderá trazer maior incerteza quanto à evolução económica mundial para os próximos anos.

O ano de 2017 será mais um ano marcado pela regulamentação e diversas exigências impostas ao sector financeiro, para a banca europeia, através do Banco Central Europeu (BCE), Banco de Portugal (BdP) e Autoridade Europeia Bancária (EBA).

No início de 2017, o Banco de Portugal apontou quatro grandes desafios com que o sistema bancário nacional se defronta actualmente, são eles:

- i. melhorar de forma sustentada a sua rentabilidade;
- ii. adaptar-se às novas exigências regulatórias e assegurar a sua observância;
- iii. introduzir alterações no modelo de governo e na cultura organizacional que permitam recuperar a confiança dos stakeholders; e
- iv. investir em inovação em termos operacionais e ao nível da prestação de serviços aos clientes.

No imediato, o reforço da rentabilidade dos bancos é o desafio primordial para gerar capital interno e para atrair capital externo e, desse modo, criar as condições que permitam pôr em prática estratégias de:

- i. redução do peso dos activos improdutivos (crédito e imóveis) nos balanços;
- ii. reavaliação dos modelos de negócio com vista a torná-los mais eficientes (eliminação do “*overbanking*”) e ajustados ao novo paradigma de banca digital; e
- iii. mudança cultural e de comportamentos com vista a recuperar a confiança e a estabilidade de todos os *stakeholders*.

Para além dos reguladores acima mencionados, as instituições de crédito e as sociedades financeiras estão também abrangidas pela regulamentação emitida pelas autoridades reguladoras do mercado de capitais e das actividades de investimento (e.g. ESMA, CMVM), estando neste âmbito abrangidas por novos requisitos e regulamentos, em implementação nacional e em consulta, o que naturalmente inclui o Grupo Crédito Agrícola.



04

Actividade do
Grupo Crédito
Agrícola em 2016

IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2016

4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA

a) Evolução do crédito

Em 2016, a carteira de crédito registou um acréscimo de 3,4% face ao ano anterior, tendo passado de 8.430 milhões de euros em 2015 para 8.713 milhões em 2016.

Este crescimento ocorreu em contraciclo com a média do sector bancário em Portugal, que apresentou um decréscimo do crédito bruto de 5,5%⁵ e 1,6%, a empresas e particulares, respectivamente. Por sua vez no negócio bancário do Crédito Agrícola, o crédito concedido a empresas aumentou 3,8% e o crédito concedido a particulares aumentou 2,9%.

Crédito a Clientes	2012	2013	2014	2015	2016	Δ Abs.	Δ %
<i>Valores em milhões de euros, excepto %</i>							
Crédito a Clientes bruto	8.365	8.199	8.147	8.430	8.713	284	3,4%
Empresas	4.108	4.083	4.079	4.286	4.451	165	3,8%
Particulares	4.257	4.115	4.068	4.144	4.263	119	2,9%
do qual crédito vencido há mais de 90 dias	568	628	644	650	533	-117	-18,0%
Rácio de Crédito Vencido + 90 dias	6,8%	7,7%	8,0%	7,8%	6,2%	-1,6 p.p	
Compromissos perante terceiros	1.085	947	1.194	1.000	1.015	14	1,4%
linhas de crédito irrevogáveis	553	500	536	599	644	45	7,5%
linhas de crédito revogáveis	308	201	296	301	243	-58	-19,2%
outros	224	246	363	101	128	27	27,2%
Garantias Prestadas *	257	250	225	203	197	-6	-2,7%

* Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema

O crédito vencido há mais de 90 dias no final de 2016 alcançou os 533 milhões de euros, representando uma variação de -18,0% face ao ano transacto e uma melhoria do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias de - 1,6 p.p. Esta redução do crédito vencido é explicado em grande parte pelo abate de crédito ao activo (totalmente provisionado), bem como pelo esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e ainda as iniciativas e ferramentas desenvolvidas para uma normalização dos processos de acompanhamento e recuperação de crédito, no âmbito do Grupo CA.

Relativamente aos compromissos perante terceiros, estes aumentaram 14 milhões de euros e as garantias prestadas relacionadas com operações com clientes reduziram 6 milhões de euros, ambos face ao exercício de 2015.

⁵ Em Portugal, no segmento de crédito a sociedades não financeiras, a concessão de crédito encontra-se particularmente penalizada pela dinâmica negativa do crédito aos sectores da construção e imobiliário, com um peso superior a 25%. O crédito à agricultura e pescas, alojamento e restauração e saúde e apoio social são as que registam variações homólogas positivas. Fonte: Crédito por sector de actividade económica, BPStat, Fev.2017

Para o crescimento do crédito concedido em 2016 contribuiu, com principal destaque o crédito à habitação (+125,5 milhões de euros, +5,1%), os contratos de financiamento (+106,7 milhões de euros, +2,1%) e o papel comercial (+30,0 milhões de euros, +13,1%).

Evolução do Crédito por Tipo de Operação	2012	2013	2014	2015	2016	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Crédito à Habitação	2.449	2.364	2.375	2.451	2.577	125,5	5,1%
Cartões de Crédito	39	38	23	36	36	-0,5	-1,3%
Descobertos	34	16	30	25	23	-1,7	-7,1%
Contas Correntes Caucionadas	569	433	433	491	506	15,2	3,1%
Papel Comercial	169	240	226	229	259	30,0	13,1%
Leasing	165	138	133	133	151	18,0	13,6%
Descontos Comerciais	52	38	30	26	21	-4,4	-17,1%
Contratos de Financiamento (diversas maturidades)	4.854	4.912	4.884	5.031	5.137	106,7	2,1%
Rendimentos a receber (líquidos)	41	38	34	30	28	-2,4	-8,0%
Receitas com rendimento diferido (líquidas)	-17	-19	-21	-22	-25	-2,7	12,3%
Crédito a clientes bruto (1)	8.365	8.199	8.147	8.430	8.713	283,6	3,4%
Compromissos perante Terceiros (2)	1.085	947	1.194	1.000	1.015	14,4	1,4%
Linhas de Crédito Irrevogáveis	553	500	536	599	644	44,8	7,5%
Linhas de Crédito Revogáveis	308	201	296	301	243	-57,7	-19,2%
Outros	224	246	363	101	128	27,4	27,2%
Garantias prestadas (3) *	257	250	225	203	197	-5,5	-2,7%
Subtotal (2+3)	1.342	1.197	1.419	1.203	1.212	8,9	0,7%
Total (1+2+3)	9.708	9.395	9.566	9.633	9.925	292,5	3,0%

* Inclui garantias e avals prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema.

A remuneração da carteira de crédito a clientes, medida em termos de taxa média ponderada com saldos de fim de período, reduziu 0,4 p.p. para os 3,2%. Esta redução é explicada não apenas pelo aumento da concorrência por operações com binómio qualidade/risco aceitável mas também pela redução registada nas taxas de referência (Euribor).

Evolução das taxas médias do crédito	2015	2016
Crédito habitação	1,7%	1,6%
Crédito Pessoal	7,9%	6,3%
Cartões de crédito	22,3%	21,9%
Crédito à tesouraria	4,8%	4,3%
Crédito ao investimento	4,2%	3,6%
Total	3,6%	3,2%

Fonte: Pin Mercado

À semelhança do já registado decréscimo verificado em 2015, as taxas médias do crédito concedido registaram uma quebra em todos os segmentos em linha com a redução registada nas taxas de referência. Sendo de referir que as maiores quebras ocorreram no crédito pessoal (-1,6 p.p.) e no crédito ao investimento (-0,7 p.p.).

i. Empresas

No segmento de empresas, como já referido, verificou-se um crescimento de 3,8% (+165 milhões de euros), valor que compara com o decréscimo de 5,5% verificado no sector. Esta situação permitiu ao Crédito Agrícola reforçar em 2016 a sua quota de mercado no crédito a empresas e evidenciar a aposta estratégica do Grupo neste segmento de clientes.

A taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas regista quebras desde 2012 fixando-se, em 2016, nos 3,52%, situação explicada em grande medida pela redução das taxas Euribor que atingiram níveis historicamente baixos em 2016.

EMPRESAS	2012	2013	2014	2015	2016	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Crédito a Empresas	4.108	4.083	4.079	4.286	4.451	165	3,8%
Contas Correntes Caucionadas	497	383	380	402	403	1	0,3%
Descontos Comerciais	53	34	25	24	19	-4	-17,7%
Leasing	142	120	115	114	128	14	12,5%
Financiamentos	3.416	3.546	3.558	3.747	3.900	154	4,1%
do qual Papel Comercial	169	240	226	229	259	30	13,1%
Taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas	5,08%	4,93%	4,88%	4,09%	3,52%	-0,6 p.p.	

Fonte: PIN Risco

A aumento da concessão de crédito no Crédito Agrícola foi transversal à generalidade dos sectores, em especial nos sectores da agricultura e pesca (+19,4%), do alojamento (+14,4%) e actividades imobiliárias (+20,4%).

Valores em milhões de euros

Evolução do crédito a empresas por CAE - Dez.2016

Actividade económica	Var. Homóloga	Crédito Bruto	Peso %	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	19,4%	612	12,7%	3,5%
Indústrias Extractivas	-2,1%	20	0,4%	21,1%
Indústrias Transformadoras	0,8%	624	12,9%	7,2%
Dos quais: Agroindústria	0,1%	330	6,8%	5,7%
Energia	-28,8%	28	0,6%	0,0%
Água e Saneamento	50,4%	85	1,8%	0,7%
Construção	-2,0%	424	8,8%	18,6%
Comércio	2,9%	799	16,6%	8,7%
Transporte e Armazenagem	4,1%	99	2,1%	9,5%
Alojamento e Restauração	14,4%	328	6,8%	4,9%
Actividades Imobiliárias	20,4%	438	9,1%	10,5%
Saúde e Apoio Social	0,3%	234	4,8%	1,1%
Outros	-2,1%	1.137	23,6%	4,8%
Dos quais: Administração Pública	11,2%	277	5,7%	0,0%
Total	5,0%	4.829	100%	7,2%
Dos quais: Clientes ENI	21,2%	378		
Total excluindo Clientes ENI	3,8%	4.451		

Fonte: PIN Mercado (Clientes ENI com conta negócio/empresa)

No que respeita à concentração de crédito, verifica-se que os sectores da agricultura e pescas, indústrias transformadoras e comércio, representam aproximadamente 46% do crédito concedido a empresas. O sector agrícola destaca-se pela sua relevância no Crédito Agrícola, tendo a quota de mercado atingido os 26,7%, em 2016. Em contraposição, o peso no crédito a empresas dos sectores da construção e actividades imobiliárias do Crédito Agrícola é francamente inferior ao registado no mercado (8,8% versus 14,7% e 9,1% versus 12,3%, respectivamente).

ii. Particulares

Pese embora a melhoria da conjuntura económica em 2016, com o consumo privado e a taxa de desemprego a contribuírem para uma maior confiança dos consumidores, persiste ainda um elevado nível de endividamento das famílias. O crédito a particulares no SICAM registou um aumento de 2,9% em 2016, apresentando um desempenho mais favorável do que a média deste segmento no total do sector bancário nacional que, por sua vez, contraiu 1,6%.

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS	2012	2013	2014	2015	2016	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Crédito a Particulares	4.257	4.115	4.068	4.144	4.263	119	2,9%
Crédito à Habitação (inclui Multiusos)	2.449	2.337	2.375	2.451	2.577	125	5,1%
Crédito ao Consumo *	331	319	225	244	320	76	31,0%
Cartões de Crédito	38	37	22	22	31	9	38,4%
Leasing	23	18	18	20	23	4	19,1%
Outro Crédito por Desembolso de Fundos *	1.455	1.441	1.450	1.429	1.343	-86	-6,0%

* Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas

Fonte: PIN Risco

Do reforço do crédito, destaca-se o crescimento de 125 milhões de euros verificados no crédito à habitação, que compara com o crescimento de 76 milhões de euros ocorrido em 2015.

O crédito ao consumo reforçou o aumento já registado em 2015, tendo apresentado um crescimento em 2016 de 31,0% para os 320 milhões de euros, alcançando os valores registados em 2013 (319 milhões de euros).

iii. Locação Financeira

O valor da carteira de crédito em locação financeira do Crédito Agrícola ascende a um valor global de 151 milhões de euros.

Activo das operações leasing	2013	2014	2015	2016	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2015	2016
unidade: milhares de euros, excepto %								
Caixa Central	119.448	108.484	108.826	116.568	7.742	7,1%	81,9%	77,3%
Caixas Associadas	18.765	24.148	23.974	34.235	10.261	42,8%	18,1%	22,7%
Total	138.213	132.632	132.800	150.803	18.003	13,6%	100%	100%

Em 2016, o sector empresarial não financeiro representou cerca de 81% do valor da carteira de crédito nesta área, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 19%, tendo estes últimos registado um assinalável crescimento de 25%.

Tipo de locatário	2013	2014	2015	2016	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2015	2016
unidade: milhares de euros, excepto %								
Particulares e pequenos negócios	18.421	17.531	22.409	28.049	5.640	25,2%	16,9%	18,6%
Sector público estatal	581	575	638	694	56	8,8%	0,5%	0,5%
Sector financeiro	665	586	603	551	-52	-8,6%	0,5%	0,4%
Sector não financeiro	118.546	113.940	109.150	121.509	12.359	11,3%	82,2%	80,6%
Total	138.213	132.632	132.800	150.803	18.003	13,6%	100,0%	100,0%

Relativamente ao bem locado é de destacar o crescimento de 20,7% na carteira de viaturas e de 20,3% na carteira de imóveis, que beneficiaram da recuperação verificada no sector automóvel e imobiliário em 2016 e compensaram o decréscimo ocorrido na carteira de equipamentos (-8,4%).

Tipo de bem locado	2013	2014	2015	2016	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2015	2016
unidade: milhares de euros, excepto %								
Viaturas	36.254	38.775	46.041	55.553	9.512	20,7%	34,7%	36,8%
Equipamentos	44.516	34.078	31.790	29.134	-2.656	-8,4%	23,9%	19,3%
Imóveis	57.443	59.779	54.969	66.116	11.147	20,3%	41,4%	43,8%
Total	138.213	132.632	132.800	150.803	18.003	13,6%	100,0%	100,0%

b) Evolução dos depósitos e outros recursos

Num contexto em que se registou a continuação do reforço dos níveis de poupança em Portugal, o Crédito Agrícola consolidou a sua posição de banco aforrador, conquistando quota de mercado ao registar um crescimento dos recursos de 7,3% que compara com os 2,3% registados pelo total do sistema bancário nacional.

Em relação à sua repartição, os depósitos à ordem aumentaram 18,1%, o que reflecte a opção dos aforradores em manter um nível de recursos com maior liquidez, atendendo às reduzidas taxas de juro de remuneração dos depósitos a prazo praticadas pelo mercado bancário em geral e seguidas também pelo Crédito Agrícola. Em contraste, os depósitos a prazo cresceram 2,4%, reduzindo o seu peso relativo no total de depósitos de clientes.

Depósitos de Clientes	2012	2013	2014	2015	2016	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Depósitos à Ordem	2.660	2.805	2.943	3.419	4.036	617	18,1%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.518	7.405	7.677	7.551	7.734	184	2,4%
TOTAL	10.178	10.210	10.620	10.970	11.771	801	7,3%

No que concerne à angariação de recursos fora de balanço, após um crescimento de 10,7% em 2015, o Crédito Agrícola registou um ligeiro aumento de 1,4% para os 2.334 milhões de euros em 2016, motivado pelo crescimento registado nos fundos de investimento mobiliários e imobiliários.

Recursos Fora do Balanço do Grupo	2012	2013	2014	2015	2016	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Fundos de Investimento	356	432	645	689	785	96	14,0%
Mobiliários (FIM e FEI)	166	221	396	382	408	26	6,8%
Imobiliários	190	212	249	307	377	70	22,9%
dos quais: Retalho	117	145	210	289	357	68	23,6%
dos quais: institucionais	73	67	39	19	21	2	11,6%
Seguros de Capitalização*	994	1.246	1.473	1.613	1.548	-64	-4,0%
TOTAL	1.350	1.678	2.118	2.302	2.334	32	1,4%

* inclui valor das provisões matemáticas e passivos financeiros de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos contratos de investimento, referentes às CCAM do SICAM.

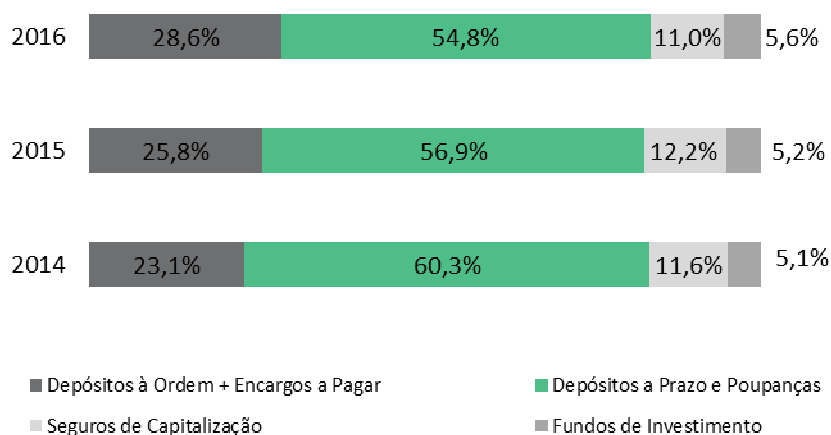
Relativamente à comercialização de fundos de investimento destaca-se o crescimento de 6,8% nos FIM e nos FEI em 2016 e o aumento de 22,9% dos FII. No que respeita aos seguros de capitalização estes variaram negativamente 4,0% (-64 milhões de euros), situando-se em 1.548 milhões de euros em 2016.

Na estrutura de recursos de clientes manteve-se, naturalmente, o peso dominante dos depósitos, os quais representavam 83,5% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2016, em oposição aos 88,9% que representavam em 2012, o que traduz a efectividade da estratégia bancassurance implementada pelo Grupo.

Recursos de Clientes sob Gestão do Crédito Agrícola						Estrutura (% total)				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Valores em milhões de euros, excepto %										
Depósitos à Ordem + Encargos a Pagar	2.660	2.805	2.943	3.419	4.036	23,1%	23,6%	23,1%	25,8%	28,6%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.518	7.405	7.677	7.551	7.734	65,2%	62,3%	60,3%	56,9%	54,8%
Total Depósitos	10.178	10.210	10.620	10.970	11.771	88,3%	85,9%	83,4%	82,7%	83,5%
Seguros de Capitalização	994	1.246	1.473	1.613	1.548	8,6%	10,5%	11,6%	12,2%	11,0%
Fundos de Investimento	356	432	645	689	785	3,1%	3,6%	5,1%	5,2%	5,6%
Total Recursos Fora do Balanço	1.350	1.678	2.118	2.302	2.334	11,7%	14,1%	16,6%	17,3%	16,5%
TOTAL	11.528	11.888	12.738	13.271	14.105	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Dada a evolução positiva em particular nos depósitos tradicionais, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registou um acréscimo face ao período homólogo de 6,3%, tendo atingido os 14,1 mil milhões de euros em Dezembro de 2016.

Estrutura dos Recursos de Clientes



c) Canais de distribuição

O Grupo Crédito Agrícola disponibiliza aos seus clientes, empresariais e particulares/micro-negócios, uma ampla rede de agências e uma equipa de gestores comerciais que, complementados com especialistas de produto, estão disponíveis para encontrar as soluções de investimento e protecção mais adequadas às necessidades e aspirações financeiras específicas. O acréscimo de adesão aos canais digitais e não presenciais tem permitido ao Crédito Agrícola servir, numa base 24x7, as necessidades transaccionais e focar a relação da rede comercial nas actividades de maior valor acrescentado.



Rede de agências

Entre Dezembro de 2015 e Dezembro de 2016 encerraram mais de 360 agências bancárias em Portugal, tendo o Crédito Agrícola aproveitado para reforçar a presença física junto das comunidades locais, o que resultou na liderança enquanto banco com maior número de agências a operar em Portugal.

Banco	Dez.2015	Dez.2016	Var.
CA	675	673	-2
C	695	663**	-32
A	575	657	-95
B	177		
D	671	618	-53
E	596	556***	-40
F	495	445	-50
G	421	327	-94
Total	4.305	3.938	-367

*Aquisição do Banco B pelo Banco A ocorreu em 29 de Dezembro de 2015

**Junho 2016

***Setembro 2016

Nota: No caso dos Bancos (C, E e F), os valores são consolidados

Canais de banca directa

Nos últimos anos tem-se registado um crescimento muito significativo na adopção dos Canais Digitais no contacto com o banco e em particular na realização de transacções financeiras, embora ainda abaixo da média europeia que, de acordo com estudo da Eurostat, se situa nos 57% face aos 41% registados em Portugal (“% de portugueses que utiliza a internet para aceder ao seu banco”). No caso do CA, este crescimento tem vindo igualmente a evidenciar-se pelo aumento das adesões aos serviços à distância, registando-se cada vez mais uma maior exigência na oferta de soluções inovadoras por parte dos Clientes, situação que tem levado o Grupo CA a apostar em investimentos tecnológicos e inovadores que permitam responder às necessidades dos Clientes, promovendo uma experiência de utilização positiva que garanta um maior engagement por parte dos seus utilizadores, destacando a marca dos seus principais concorrentes.

Das acções desenvolvidas em 2016 nesta área, destacam-se:

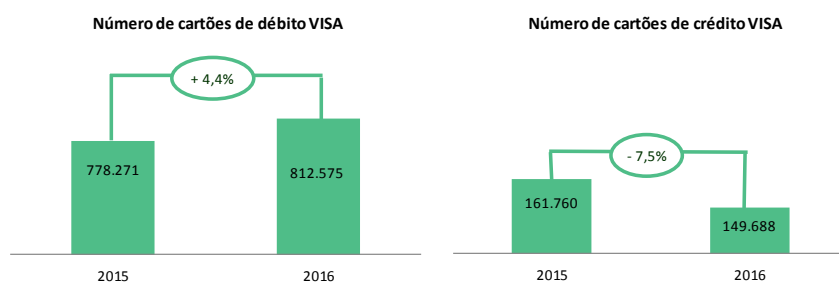
- O lançamento do novo serviço **On-Line para clientes Particulares**, que consistiu essencialmente na adopção de uma nova infra-estrutura tecnológica e numa navegação integrada de funcionalidades;
- O lançamento da página de Facebook – **CA Portugueses no Mundo** – com o objectivo de aproximar o CA às comunidades portuguesas que residem no estrangeiro; e
- O desenvolvimento da nova plataforma **CA Mobile para clientes Particulares**.

d) Meios electrónicos de pagamento

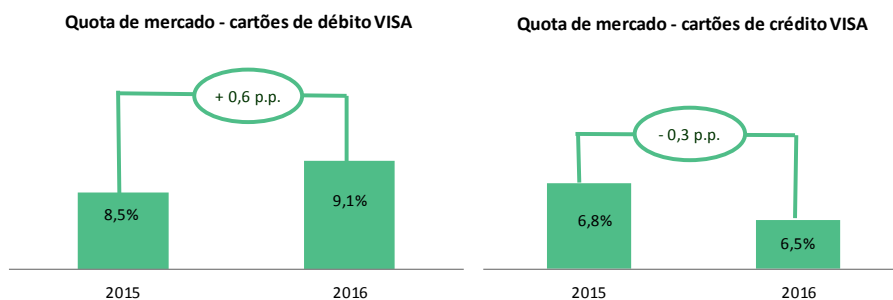
Em matéria de produtos associados à área de meios de pagamento, o ano de 2016 destaca-se pela:

- Renovação da imagem dos cartões de débito e pré-pago, emitidos pelo Crédito Agrícola, com vista a apresentarem uma imagem adequada, diferenciadora e marcante.
- Implementação do serviço 3D Secure que confere maiores níveis de segurança aos consumidores que efectuem compras no online uma vez que assegura, no momento da transacção, que o responsável pelo pagamento é efectivamente o titular legítimo do cartão utilizado na compra online.
- Implementação das regras que constam no Regulamento (UE) 2015/751 do Parlamento Europeu e do Conselho para a actividade de emissão e aceitação. De entre outras medidas, o regulamento determinou (i) a possibilidade de um titular do cartão multimarca, ex. VISA e MB, poder escolher, no terminal de pagamento, a marca de pagamento desejada e (ii) que os prestadores de serviços de aceitação deverão informar os comerciantes de operações de pagamento baseadas em cartões sobre um conjunto de elementos relacionados com estas operações, identificando, designadamente, os encargos cobrados.

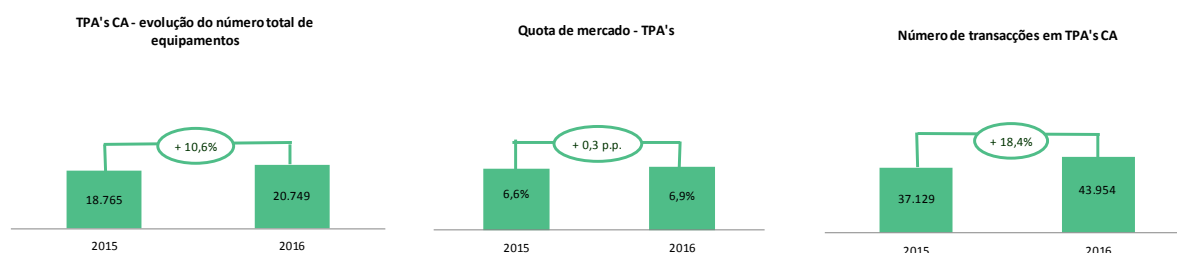
No ano 2016, numa análise homóloga, verificou-se um aumento da carteira de cartões de pagamento a débito do Crédito Agrícola em 4,4% enquanto a carteira de cartões de pagamento a crédito do Crédito Agrícola recuou 7,5%.



Esta evolução originou um incremento da quota de mercado do Crédito Agrícola de 0,6p.p. nos cartões de débito e perda de 0,3 p.p. nos cartões crédito.



O ano 2016 regista um aumento de 11,6% no número de transacções realizadas com cartões, assim como, um aumento do volume de transacções (+11,4%), sustentando a previsão do crescimento de utilização dos cartões de pagamento CA pelos seus titulares.



O serviço Rede CA&companhia continua a reforçar a sua posição, estando instalada em 56% do parque de terminais de pagamento automático do Crédito Agrícola.

e) Negócio internacional

O Grupo Crédito Agrícola, através da área de Negócio Internacional, tem vindo a desenvolver uma estratégia de constante e efectivo apoio aos seus clientes, não apenas através da realização das respectivas operações bancárias de comércio internacional, como praticando uma política de banca de proximidade, proporcionando um serviço de detecção de oportunidades de negócio que identifica potenciais parceiros internacionais interessados em estabelecer relações comerciais com Portugal e, em concreto, com os clientes do Grupo Crédito Agrícola. Estas acções complementam-se com a organização de missões empresariais, com a realização de *workshops* e com o estabelecimento de diversos acordos e parcerias, quer com entidades nacionais, quer com multilaterais, o que faculta aos clientes uma oferta global, mitigando riscos e baseada no conceito “chave na mão” para a internacionalização das empresas.

Em 2016, e pela primeira vez, o Crédito Agrícola registou uma presença institucional na Feira Internacional de Macau, cuja 21ª edição se realizou em Outubro de 2016, tendo sido realizados contactos institucionais e dado apoio aos Clientes do Crédito Agrícola que estiveram presentes neste importante certame internacional. Esta participação foi bastante apreciada e percepcionada pelos Clientes como muito positiva e reveladora de uma postura comercial agressiva e progressista.

Como corolário desta actividade, verificamos que, apesar dos objectivos comerciais das operações internacionais terem sido definidos com ambição, estes foram ultrapassados.

Banca de Correspondência e Comércio Internacional

A actividade desta área de negócio, em 2016, continuou condicionada pelas alterações que têm vindo a ser implementadas ao nível regulamentar não apenas europeu mas internacional em geral, destacando-se a especial incidência no incremento da rigidez das normas de Compliance. Os custos crescentes que os bancos têm que suportar com os requisitos de Compliance e procedimentos de *due diligence*, implicam selectividade acrescida quer nos aspectos operacionais, quer em termos de parceiros viáveis para troca de mensagens autenticadas, materializando-se estes aspectos numa redução do número de bancos correspondentes.

Apesar do risco-país de Portugal ter melhorado no início do ano, as perspectivas de final de ano são mais modestas e ao longo de 2016 esta melhoria não se reflectiu numa melhor classificação pelas agências de *rating*, factor que continua a dificultar as opções dos grandes bancos internacionais. Neste sentido, verificaram-se ligeiras alterações na matriz dos bancos correspondentes da Caixa Central, fruto de opções ditadas pela dinâmica do negócio.

É de realçar, adicionalmente, a celebração de diversos protocolos de colaboração com entidades e associações nacionais e supranacionais que vieram a dar um contributo real para o apoio às operações internacionais dos clientes do Crédito Agrícola, especialmente no sentido de mitigar riscos e detectar novas oportunidades de negócio.

Apesar do montante global das operações de estrangeiro efectuadas ter decrescido 9,0%, o número de operações apresentou um crescimento de 8,0%, com especial incidência no elevado crescimento das operações documentárias, traduzindo uma maior actividade do Crédito Agrícola nesta área de negócio.

Escritórios de Representação

O ano de 2016 é marcado pela consolidação e afirmação do posicionamento internacional do Crédito Agrícola nos mercados Francês, Luxemburguês e Suíço, tendo o Grupo aumentado a sua visibilidade e notoriedade naqueles países de forte implantação da comunidade portuguesa.

Em linha com a estratégia de dinamização do negócio internacional dos seus Clientes, o Grupo Crédito Agrícola, através da actuação dos seus Escritórios de Representação, tem-se mantido na vanguarda do mercado no apoio às empresas exportadoras, garantindo condições especiais no acesso à informação sobre estes mercados e respectivos *players* e detectando oportunidades de negócio para os seus Clientes.

As Representações Exteriores do Crédito Agrícola têm assim permitido uma maior proximidade entre a rede nacional e os mercados em causa, com vantagens para um maior fluir de negócio entre empresas importadoras e exportadoras. Realça-se ainda a participação em diversos eventos de reconhecido impacto empresarial e comunitário, a realização de diversas Missões Empresariais e a distinção recebida da Câmara de Comércio e Indústria Franco Portuguesa, através do prémio de “Membro do Ano”.

Emigração

Esta área de negócio, dedicada ao segmento de não residentes e emigrantes, tem desenvolvido a sua actividade com especial ênfase no acompanhamento das necessidades que os clientes emigrantes têm ao longo de todo o ano. Merece especial destaque a divulgação dos canais digitais do Grupo, os quais

proporcionam uma maior proximidade dos clientes ao seu parceiro financeiro. De destacar ainda o aumento do negócio conexo com as vertentes imobiliárias (investimento e habitação) dos não residentes que procuram Portugal para investir e/ou para residir.

Serviço de Money Transfer

O Grupo Crédito Agrícola detém uma licença de Agente da Western Union e tem o serviço implementado em toda a sua rede comercial. Sem prejuízo de não ser uma actividade *core*, complementa a oferta do Grupo e contribui para o aumento do produto bancário das Caixas Associadas, revelando ao longo dos últimos anos um crescimento sustentado. Os dados referentes à transferência de dinheiro através deste serviço traduzem-se num incremento do número de operações de 4% em 2016, tendo as mesmas crescido cerca de 15% nos últimos 3 anos.

4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA

a) Seguros Vida

O ano de 2016 voltou a ser marcante para a CA Vida. A permanência de um cenário de taxas de juro baixas, a condicionar a oferta do segmento de capitalização e o enquadramento regulamentar e prudencial de Solvência II, a representaram investimento significativo, por um lado, em recursos humanos e sistemas de informação e, por outro, em capital necessário para a continuidade da actividade, constituíram desafios à gestão da CA Vida, que procurou obter um equilíbrio entre três vectores de negócio essenciais, o crescimento, a rentabilidade e a exigência de capital.

Não obstante este contexto, a CA Vida alcançou um resultado líquido de 4,2 milhões de Euros, resultado consistente com o que tem sido o desempenho financeiro da CA Vida nos últimos anos, e um volume de prémios brutos emitidos e entregas em contratos de investimento na ordem de 168 milhões de euros. No que respeita ao volume de produção referido, o mesmo representou um decréscimo de 51% comparativamente a 2015, sendo este justificado integralmente pela suspensão dos produtos de capitalização no decorrer de 2016.

Em linha com o objectivo estratégico de crescimento dos seguros de risco, 2016 assumiu-se como um ano de viragem no que concerne ao desenvolvimento de novas soluções e reestruturação dos produtos em carteira. Nesse sentido a oferta de produtos de risco foi reforçada ao longo do ano e os produtos já existentes foram também renovados, com a disponibilização de novas coberturas, mais ajustadas à realidade e perfil de consumo do cliente. De destacar a performance deste segmento de negócio, bem como de fundos de pensões, cujos valores de crescimento superaram em muito os verificados no mercado.

No final de 2016, a CA Vida detinha 291.487 apólices de seguros de vida em vigor e 13.945 contratos de fundos de pensões, representando, respectivamente, um crescimento de 3% e 67% face ao ano anterior.

	2014	2015	2016	Δ %
Nº de Apólices	267	283	291	3,0%
Nº de Contratos de Fundos de Pensões	7,5	8,4	13,9	66,5%

Unidade: milhares, excepto %

O volume de contribuições de fundos de pensões ascendeu a 21,2 milhões de Euros, representando um incremento de 49% face ao ano transacto, quando em 2015 já apresentara um crescimento de 93%. Para esta evolução, contribuiu não só o aumento das contribuições nos fundos de pensões abertos em resultado do alargamento da base de clientes, mas também o aumento de contribuições no fundo de pensões do Crédito Agrícola efectuadas pelas Caixas Associadas no final de 2016.

O desempenho comercial das Caixas Agrícolas nas diferentes categorias de produto associado ao modelo de comissionamento implementado em 2016 resultou, uma vez mais, num importante contributo para os resultados do Grupo Crédito Agrícola, consubstanciado em 12,1 milhões de euros de comissões de mediação.

Remunerações de Mediação de Seguros pagas às CCAM

Unidades: milhões de euros

	2014	2015	2016	Δ %
CA Vida	11,9	11,5	12,1	5,5%

Em 2016 o capital próprio da CA Vida totalizava 91,9 milhões de euros, valor superior ao do ano transacto (80,8 milhões de euros), resultante da variação da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros e do resultado líquido alcançado no exercício. Tendo em consideração os resultados obtidos e sendo esta uma prática de anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos seus accionistas, no montante de 750 mil euros.

No final de 2016, os quadros da CA Vida contemplavam 44 colaboradores, continuando a Seguradora a privilegiar o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e a gerir a sua política de admissão de novos colaboradores em função das necessidades de optimização do nível de serviço prestado ao Grupo Crédito Agrícola. Apesar do volume de produção e da dinâmica que tem caracterizado a actuação da CA Vida nos últimos anos, o número de colaboradores tem-se mantido estável, sendo a relação volume de produção/número de colaboradores uma das mais competitivas do mercado.

No ano da entrada em vigor do regime de Solvência II, a CA Vida prosseguiu os trabalhos de implementação e adaptação às exigências definidas no novo enquadramento. Os desenvolvimentos efectuados ao longo do ano permitiram incrementar significativamente o nível de automatização dos diversos processos associados aos cálculos dos requisitos de capital de solvência, permitindo desta forma melhorar o processo de avaliação e gestão de riscos e a respectiva integração deste na definição e tomada de decisões estratégicas da CA Vida.

De assinalar também a participação da CA Vida no exercício de Stress Test desenvolvido pela entidade de supervisão a nível europeu, a European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA), que incluiu as cinco maiores seguradoras a nível nacional em montantes de provisões técnicas Vida e no estudo de impacto de alteração da metodologia de cálculo da estrutura temporal de taxas de juro utilizadas no desconto das responsabilidades das Companhias para efeitos de cálculos de Solvência II.

CA Vida - Principais Indicadores

Unidade: milhares de euros, excepto n.º de Colaboradores

	2014	2015	2016
Prémios brutos emitidos e entregas em contratos de Investimento	349.948	344.648	168.379
Contribuições para fundos de pensões	7.341	14.176	21.176
Activo	1.756.574	1.880.126	1.834.750
Activos financeiros	1.752.100	1.873.004	1.827.213
Capital próprio	81.187	80.827	91.916
Resultado líquido	4.059	6.717	4.236
Número de Colaboradores no final do ano	39	40	44

b) Seguros de Ramos Reais

O desempenho da actividade seguradora foi novamente favorável, na maioria das suas vertentes. Ao nível comercial, as Caixas Agrícolas registaram uma evolução positiva, traduzindo-se num aumento de 31% no valor das vendas realizadas, comparativamente ao ano anterior.

A carteira de apólices em vigor registou um crescimento de 79 mil apólices (+15%), e de 9,9 milhões de euros (+13%), o que representa um desempenho superior ao registado em anos anteriores. Para esta evolução, e para além do crescimento da produção nova, contribuíram as medidas que foram implementadas para evitar a contínua degradação dos prémios médios, particularmente nos ramos automóvel e acidentes de trabalho. No final do exercício, conseguiu-se alcançar uma carteira de maior dimensão, com uma estrutura mais favorável, tendo aumentado o peso dos produtos com maiores margens associadas.

Para a melhoria da margem técnica, contribuiu o crescimento dos prémios adquiridos (+7,0 milhões de euros; +8%), que compensou um ligeiro agravamento da sinistralidade.

A CA Seguros aumentou o número de clientes com apólices em vigor de 295 mil para 342 mil, prosseguindo proactivamente a sua Visão de “Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola”. O número de Apólices em vigor aumentou de 545 mil para 624 mil (+14,5%).

Unidade: milhares, excepto %					
	2013	2014	2015	2016	Δ%
Nº de Clientes	246	272	295	342	16,1%
Nº de Apólices	462	498	545	624	14,5%

O aumento das margens geradas pelo negócio permitiu aumentar as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas de 16,8 milhões de euros em 2015 para 18,6 milhões de euros em 2016. É importante assinalar que as remunerações de mediação têm crescido todos os anos, nos últimos 10 anos, e com uma forte aceleração a partir de 2014.

Remunerações de Mediação de Seguros Pagos às CCAM					
Unidade: milhares, excepto %					
	2013	2014	2015	2016	Δ%
CA Seguros	11,0	12,6	16,8	18,6	10,7%

Ainda assim, em 2016, tendo em vista melhorar a satisfação dos clientes e das Caixas Agrícolas com os produtos da CA Seguros, procurou-se adequar e melhorar os produtos em relação às necessidades dos clientes e do mercado, nomeadamente com o aumento de garantias do produto CA CliniCard, com a reestruturação dos produtos ligados à protecção financeira (de créditos bancários) e com a criação de um produto específico para os riscos das empresas.

A CA Seguros entrou no regime Solvência II devidamente preparada em termos de processos, conhecimento e modelos de quantificação de capital, cumprindo todas as obrigações de governação e de reporte impostas pelo Supervisor, e apresentando uma situação de elevada robustez ao nível do seu rácio de solvência.

Foi concluído com sucesso o processo de acompanhamento da Certificação de Qualidade, pela Norma ISO 9001/2008, e da auditoria de acompanhamento à Certificação Ambiental.

Neste contexto, é de assinalar o facto de a CA Seguros ter registado mais um ano com zero incumprimentos ao nível dos prazos e datas limite impostos pela lei, na gestão dos sinistros Automóvel, uma situação ímpar no mercado português.

Os Prémios brutos emitidos ascenderam a 95,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 10,1%, face ao ano anterior, com um crescimento acima do mercado não vida, que apresentou uma taxa de crescimento de 4,9%.

CA Seguros - Principais Indicadores	Unidade: milhares de de euros, excepto % e nº de Colaboradores			
	2013	2014	2015	2016
Prémios Brutos Emitidos	80.631	81.285	87.075	95.890
Activo	173.134	194.669	207.739	208.834
Capitais Próprios	32.564	42.341	49.171	45.955
Resultado Líquido	2.645	3.394	10.172	3.903
Nº Colaboradores no final do ano	144	148	151	161

O Resultado líquido apurado foi de 3,9 milhões euros, reflectindo o aumento da Margem técnica e a manutenção dos de Custos operacionais e do Resultado financeiro. Foi deliberado na Assembleia-Geral da CA Seguros efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, no montante de 1,9 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 50% do resultado líquido do exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável em 2016, traduzida no aumento do Activo total.

No Activo, os Investimentos financeiros aumentaram 4,4 milhões de euros, o que corresponde a um aumento percentual de 2,5%. O peso desta rubrica no total do Activo aumentou, de 86,8%, para 88,8% em 2016.

A CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as Provisões técnicas situam-se, em 31 de Dezembro de 2016, no valor total de 131 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2016 quer ao nível da representação das Provisões técnicas quer ao nível da solvência. Em 31 de Dezembro de 2016, os activos elegíveis para a representação das Provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 143%.

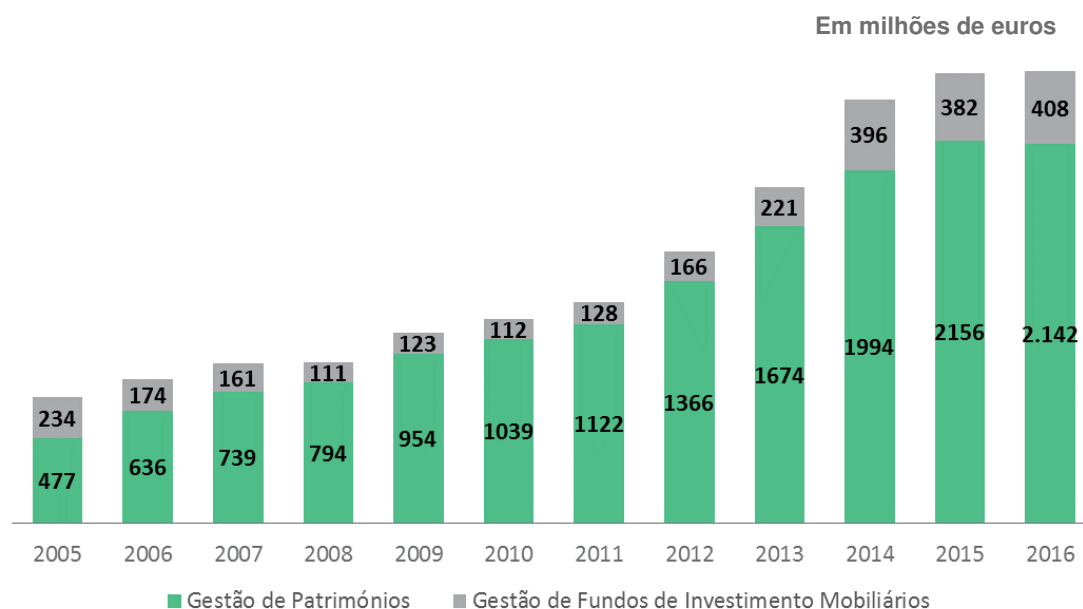
4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO

a) Gestão de patrimónios e fundos de investimento mobiliários

Activos sob gestão

Em 2016, o volume global de activos sob gestão da CA Gest registou um crescimento marginal de 0,4% para 2.550 milhões de euros, tendo o negócio de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário aumentado 6,7% para 408 milhões de euros e o negócio de Gestão de Patrimónios diminuído 0,6% para 2.142 milhões de euros.

Evolução dos saldos anuais finais dos Activos sob gestão (FIM e por Conta de Outrem - GCO)



A evolução dos activos sob gestão da CA Gest superou o desempenho dos mercados de Fundos de Investimento Mobiliário e de Gestão de Patrimónios nacionais que registaram um decréscimo de, respectivamente, 7,0% e 6,8%, o que se reflecte no crescimento das quotas de mercado:

Quota de Mercado

	2015	2016	Var.
Gestão Patrimónios	3,6%	3,8%	0,2p.p
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários	3,2%	3,7%	0,5p.p

Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário

O desempenho da actividade de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário desenvolvida em 2016 é marcado, nomeadamente, pelos seguintes factos:

- os fundos CA Monetário e CA Rendimento terminaram o ano de 2016 no 1º lugar do *ranking* das respectivas categorias, tendo sido distinguidos com o prémio “Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários”, por terem obtido a mais elevada rendibilidade ajustada pelo risco nos últimos três anos terminados em 2015 entre os fundos nacionais das respectivas categorias;
- o fundo CA Alternativo terminou o ano no 1º lugar da respectiva categoria;
- o CA Rendimento preservou a classificação de 5 estrelas atribuída pela Morningstar, dado os consistentes registos de rendibilidade e risco alcançados;
- o lançamento de 3 novas soluções de investimento - o CA Curto Prazo, o CA Dedicado Acumulação e o CA Dedicado Valorização - num ano em que o mercado nacional registou apenas 4 novos Fundos e foram liquidados 21;

A CA Gest passou a oferecer à rede do Crédito Agrícola um total de 8 fundos cobrindo a generalidade dos perfis dos clientes alvo.

Fundos de Investimento Imobiliário	ISRR*	Volumes sobre gestão		Var.
	Dez-2016	Dez-2016	Dez-2015	
Fundo CA Monetário	1	157.448	166.967	-9.519
Fundo CA Curto Prazo	2	25.272	0	25.272
Fundo CA Rendimento	2	200.101	187.664	12.437
Fundo CA Flexível	3	11.909	16.668	-4.759
Fundo CA Alternativo	3	1.542	2.355	-813
Fundo CA Dedicado Acumulação	4	1.722	0	1.722
Fundo CA Dedicado Valorização	4	450	0	450
Fundo CA Acções Europa	6	9.085	8.462	623
Total		407.529	382.117	25.412

Este desempenho reflecte também a excelente prestação comercial do Grupo Crédito Agrícola, designadamente, da Caixa Central e das Caixas Associadas, no que se refere à retenção e captação de recursos e à dinamização e comercialização de produtos financeiros.

O contexto extremamente difícil que marcou 2016, nomeadamente pela descida acentuadíssima das taxas de juro da Zona Euro para valores mínimos recorde, inclusive negativos, e eventos de mercado considerados extremos, como por exemplo o Brexit, levaram a CA Gest a adoptar medidas extraordinárias visando preservar a competitividade. Insere-se, nesta linha, a alteração do regime de comissionamento do CA Monetário, em que a Sociedade prescindiu de cobrar comissão de gestão por forma a prevenir desvalorizações da sua unidade de participação.

Gestão de Patrimónios

No final de 2016, o negócio de Gestão de Patrimónios explicava 84% do volume total de activos sob gestão na CA Gest e era constituído fundamentalmente por clientes profissionais, nomeadamente, as Seguradoras do Ramo Vida e Não Vida do Crédito Agrícola, Fundos de Pensões, abertos e fechados, e Caixas Associadas, sendo residuais os segmentos de particulares e empresas.

Em 2016, o volume de activos sob gestão correspondente à actividade de Gestão de Patrimónios registou uma descida marginal de 0,6% associada ao segmento de clientes profissionais, designadamente a quebra

registada na produção de seguros de capitalização vida. Apesar disso, o desempenho do negócio da CA Gest superou o registado pelo mercado, cuja quebra de produção de seguros directo caiu cerca de 23,3%.

O volume sob gestão das carteiras afectas ao negócio Vida conheceu uma descida significativa em 2016 devido:

- por um lado, à descontinuação da comercialização de soluções abertas de capital garantido o que se justificou pela descida agressiva das taxas de rendibilidade das obrigações denominadas em euros, provocada pelas medidas de política monetária ultraexpansionista prosseguidas pelo Banco Central Europeu, e,
- por outro, ao vencimento de produtos de capital e rendimento garantido de duração determinada.

Acresceu que a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2016, da Regulamentação Solvência II provocou igualmente reflexões na política comercial da Seguradora Vida sobre a gestão do portefólio de soluções de capitalização, atenta a necessidade de optimização dos requisitos de capital de solvência.

O negócio junto de clientes particulares e empresas foi severamente afectado pela descida das taxas de juro para valores mínimos históricos, inclusive para valores negativos, acrescido da desconfiança do aforrador nacional em investir em instrumentos emitidos por entidades financeiras nacionais, privilegiando depósitos bancários abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e os Certificados do Tesouro Poupança Mais e as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável.

Por forma a contornar estas dificuldades a CA Gest, tal como no segmento de gestão de Fundos de Investimento, apresentou soluções inovadoras de que se destacam:

- a Gestão de carteira de produto Unit linked, que resulta do lançamento, pela primeira vez na rede Crédito Agrícola, de um seguro de vida de capital variável efectuado pela Seguradora Vida do Crédito Agrícola, inserido na sua estratégia de desenvolvimento de produto em ambiente de Solvência II;
- a Gestão de carteiras das Caixas Associadas, segmento que foi objecto de dinamização pela estrutura comercial da CA Gest e que fechou o ano com um volume de activos sob gestão de cerca de 11,9 milhões de euros, distribuído por 6 entidades;
- reestruturação da oferta do produto Modelos de Investimento dirigidos a clientes particulares e empresas, que prevê a consolidação das soluções existentes em apenas duas e a reformulação do objectivo e da política de investimento do produto e traduz claramente um reforço da proposta de valor na medida em que assegura o cumprimento do objectivo estratégico da CA Gest de auxiliar o Grupo Crédito Agrícola a fidelizar, renovar e crescer a sua base de clientes.

Principais indicadores financeiros

Em 2016, a actividade de gestão de activos desenvolvida pela CA Gest gerou um total de rendimentos directos para o Grupo Crédito Agrícola de 5,6 milhões de euros, traduzindo uma quebra de 11% face a 2015, relacionados com as comissões de gestão, de colocação e de angariação, as comissões de depositário dos Fundos de Investimento Mobiliário e as comissões de custódia da Gestão de Patrimónios.

Os rendimentos de serviços e comissões da CA Gest atingiram 3,8 milhões de euros, traduzindo uma redução anual de 581 mil euros ou uma variação de menos 13,2%. A quebra da principal fonte de rendimentos foi integralmente explicada pela descida das comissões de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, as quais atingiram 1,6 milhões de euros, significando uma queda homóloga de 27,1%, e que decorreram quer da redução de volumes sob gestão no início do ano quer da alteração do regime de comissionamento visando preservar a competitividade.

Rendimentos de serviços e comissões

	Em milhares de euros							
	2013		2014		2015		2016	
Gestão de F. Inv. Mobiliário	978	29,4%	1.908	46,0%	2.247	51,0%	1.639	42,9%
Gestão de Patrimónios	2.351	70,6%	2.243	54,0%	2.157	49,0%	2.184	57,1%
Total	3.329	100,0%	4.151	100,0%	4.404	100,0%	3.823	100,0%
Taxa de variação anual	14,0%		24,7%		6,1%		-13,2%	

Por seu turno, o valor das comissões de colocação de Fundos de Investimento Mobiliário pagas à Caixa Central e às Caixas Associadas totalizou 769 mil euros, traduzindo uma queda anual de cerca de 36%, mas inferior à quebra verificada nas comissões auferidas. Por esta razão, em 2016, o produto bancário desceu 240 mil euros para 2,9 milhões de euros.

Os custos de funcionamento recorrentes aumentaram cerca de 6,8% devido fundamentalmente ao aumento do gasto relacionado com o financiamento do sistema de incentivos integrados do Crédito Agrícola e à contratação dos *ratings* das agências Moody's e S&P, informação indispensável para efectuar o cálculo dos requisitos de capital de solvência dos clientes seguradoras. As perdas do exercício incluem ainda uma provisão no valor de 350 mil euros, constituída para fazer face a uma responsabilidade relacionada com a rescisão de contrato de trabalho, pelo que a CA Gest registou um resultado líquido de 322 mil euros negativos.

Em 2016 o valor do Activo baixou 524 mil euros para 3,2 milhões de euros, devido principalmente à redução das disponibilidades e aplicações da CA Gest resultante do financiamento da sua exploração corrente e da distribuição de Reservas Livres à Accionista Única no valor de 400 mil euros, e os Capitais Próprios diminuíram 722 mil euros para 2,14 milhões de euros, em resultado do prejuízo do exercício no valor de 322 mil euros e da referida distribuição de reservas livres.

Fundos de Investimento Imobiliário	Dez-2016	Dez-2015	Var.	Var. (%)
Produto Bancário	2.882.919	3.123.031	-240.112	-7,7%
Custos recorrentes	2.813.860	2.635.657	178.203	6,8%
Provisões líquidas de reposições e anulações	350.000	-180.000	530.000	n.a
Resultado líquido	-322.315	534.704	-857.019	n.a
Activo	3.233.175	3.757.181	-524.006	-13,9%
Capitais Próprios	2.137.736	2.860.051	-722.315	-25,3%
Número de Colaboradores no final do ano	15	15	0	0%

b) Fundos de investimentos imobiliários de retalho

Fundo de Investimento Imobiliário Aberto CA Património Crescente

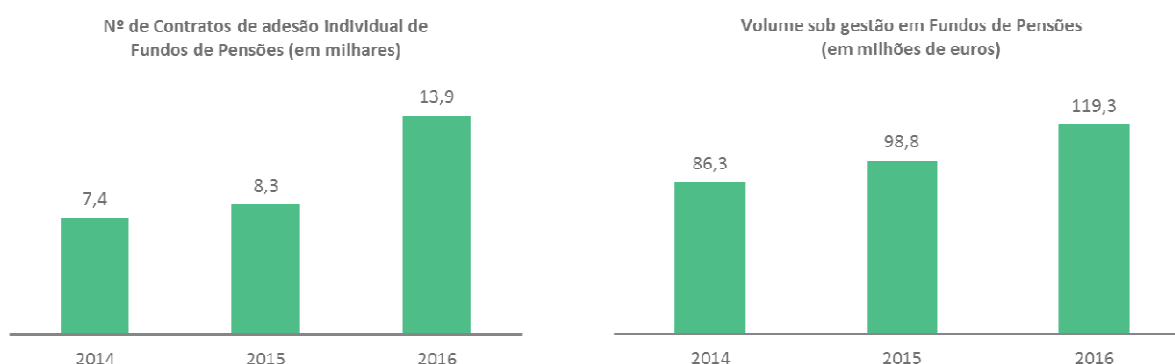
O Fundo CA Património Crescente ("CAPC") iniciou a sua actividade em Julho de 2015 e tem vindo ao longo dos anos a captar pequenas e médias poupanças de clientes do Grupo CA que pretendem um rendimento estável e sólido.

O Fundo tem como depositário a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL e as entidades do SICAM actuaram como agentes comercializadores.

No final de Dezembro de 2016 o valor líquido global do fundo CAPC era de cerca de 377,4 milhões de euros. A rentabilidade anual líquida (a Dezembro de 2016) foi de 3,21% a 1 ano, de 2,96% a 3 anos e 3,67% desde a data de constituição do fundo.

c) Fundos de pensões

Os fundos de pensões geridos pela CA Vida registaram em 2016 um comportamento bastante positivo, crescendo tanto em número de contratos de adesão individual (no caso dos fundos de pensões abertos) como em montante sob gestão.



Face a 2015, o montante sob gestão aumentou 21%, numa tendência crescente que já vem de 2011. Os fundos de pensões abertos, que têm como objectivo financiar planos de pensões individuais ou colectivos, diferenciam-se pela política de investimento que adoptam, de acordo com o nível de risco tolerado e do horizonte temporal de investimento. O CA Reforma Segura destina-se a investidores com reduzida tolerância ao risco, investindo sobretudo em títulos de rendimento fixo; o CA Reforma Tranquila, para investidores com uma moderada tolerância ao risco, possui uma carteira diversificada de títulos de rendimento fixo e variável; o CA Reforma Mais, com um perfil menos avesso ao risco, apresenta uma política de investimento mais dinâmica, com maior exposição ao mercado de acções.

Em 2016 estes fundos apresentaram rentabilidades anuais de -0,11% (CA Reforma Mais), 0,84% (CA Reforma Tranquila) e 2,01% (CA Reforma Segura). Para além destes fundos de pensões abertos, a CA Vida gere também o fundo de pensões aberto CA Reforma Garantida, um fundo de pensões aberto com garantida de capital investido, e o fundo de pensões fechado do Crédito Agrícola que tem como objectivo financiar o plano de pensões decorrente do acordo colectivo de trabalho das instituições do Crédito Agrícola.

d) Exposição imobiliária e fundos de investimento imobiliário de recuperação

Em 2016 o mercado imobiliário em Portugal mostrou grande dinamismo, o que permitiu ao Grupo a alienação de cerca de 106,3 milhões de euros de imóveis em balanço, num total de 970 imóveis, contribuindo para a redução da exposição líquida total de 865 milhões de euros em Dezembro de 2015 para 761 milhões de euros em Dezembro de 2016. Este resultado francamente positivo, a par de um volume de activos recuperados substancialmente inferior, veio sustentar o esforço de desinvestimento em activos imobiliários que tem vindo a ser realizado nos últimos anos.

Adicionalmente, o Grupo conta ainda com 3 fundos de investimento imobiliário cujos activos são maioritariamente provenientes de processos de recuperação de crédito: o ImovalorCA – FEIF, dirigido principalmente às CCAM, o CA Arrendamento Habitacional – FIIF direccionado para o arrendamento habitacional e o CA Imobiliário – FEIA.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto CA Imobiliário

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 01/09/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: €220.390.819
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2016: €170.499.476
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos, não privilegiando nenhuma área em particular da actividade imobiliária, nem de tipologia de imóveis. O seu património tem sido aplicado predominantemente na aquisição de bens imóveis adquiridos por Instituições de Crédito em reembolso de crédito próprio
- Rendibilidade anualizada desde o início do fundo: -5,54%
Rendibilidade a 1 ano (2016): -21,50%

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado CA Arrendamento Habitacional

- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 23/10/2009
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: €106.075.341
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2016: €80.092.073
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos destinados ao arrendamento habitacional
- Rendibilidade anualizada desde o início do fundo: -2,43%
- Rendibilidade a 1 ano (2016): -5,67%

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado IMOVALOR CA

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Selecta Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Actividade: 31/07/2013
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: €19.582.925
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2016: €32.986.117
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos provenientes das Caixas Agrícolas e à Caixa Central ou adquiridos no âmbito de operações extrajudiciais de recuperação de crédito.
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2016): -6,66%

e) Fundos de capital de risco, assessoria financeira e serviços

No âmbito da missão que lhe é conferida pelo Grupo Crédito Agrícola, a CA Consult manteve, durante todo o ano de 2016, a sua actividade focada na prestação de serviços de assessoria a entidades do Grupo nas seguintes vertentes:

- Assessoria em Capital de Risco;
- Assessoria de Gestão a Órgãos de Estrutura da Caixa Central e suas participadas; e
- Prestação de Serviços Administrativos e de Contabilidade; e acessoriamente,
- assessoria financeira e de gestão a entidades exteriores ao Grupo Crédito Agrícola,

sendo a generalidade dos recursos humanos objecto de cedência, total ou parcial, a entidades do Grupo, nomeadamente à Caixa Central (DPEC, DE e DCF) e à CA SGPS.

Assessoria em Capital de Risco

A CA Consult continua a prestar serviços de assessoria de apoio à execução de tarefas da responsabilidade da Caixa Central e da AGROCAPITAL enquanto entidades gestoras de Fundos de Capital de Risco (FCR).

No que respeita ao FCR CENTRAL FRIE, e prevendo o respectivo Regulamento de Gestão que o fundo fosse extinto em 2016, a actividade ao longo do primeiro semestre do ano focou-se nas negociações realizadas com terceiras entidades e que permitiram realizar a alienação das duas únicas participações que constavam da carteira do fundo: a Castelinho Vinhos e a Hexa Painel cujos contratos de venda foram celebrados em Janeiro e Maio, respectivamente.

No decurso do segundo semestre o Fundo foi extinto por deliberação da respectiva Assembleia de Participantes em 30 de Novembro, mas, atentos os acordos estabelecidos entre o IAPMEI e a CCCAM GI, a CA Consult continua a prestar assessoria a esta última entidade sobre a gestão dos créditos objecto de partilha.

Relativamente ao FCR AGROCAPITAL 1, e tendo sido considerado pelos órgãos próprios do fundo que deixaram de existir condições para realizar novos investimentos recuperáveis até à maturidade, cessou a actividade de angariação de novas operações sendo a assessoria da CA Consult focalizada na gestão da carteira de capital de risco.

Relativamente à carteira de participações, procedeu-se à alienação da participação na Sociedade Agrícola Herdade das Mouras de Arraiolos, SA. Relativamente à outra participada do fundo (a Azal) foi, em Janeiro de 2017 exercida a inerente opção de venda da participação, que aguarda cumprimento por parte dos devedores.

Ao longo de 2016 a CA Consult manteve ainda a apreciação de oportunidades que possam perspectivar a diversificação de actividades da AGROCAPITAL designadamente a constituição de outros Fundos de Capital de Risco que permitam rentabilizar a estrutura e conhecimento disponíveis.

Assessoria à Caixa Central e CA SGPS na gestão de participações

Nesta área a CA Consult manteve a actividade de acompanhamento e reporte dos eventos, nomeadamente societários ou assimiláveis, de entidades em que a Caixa Central, a CA SGPS e CCCAM GI participam, onde se incluem:

- Sociedades de garantia mútua;
- Sociedades de gestão de patrimónios imobiliários;
- Sociedades financeiras de gestão de pagamentos;
- Fundo de investimento florestal e respectiva entidade gestora;
- Fundos de capital de risco; e
- Associações empresariais e de carácter sectorial, domiciliadas em Portugal, mas também, desde final de 2015:
 - Entidade bancária, e
 - Grupo de sociedades financeiras com operações internacionais no seio da UE.

Assinale-se que uma parte substancial destas participadas integram sectores regulados, e tendo-se verificado, em 2016, a entrada em vigor de diversas alterações aos respectivos regimes jurídicos, de auditoria e de supervisão, assistiu-se a um particular incremento das solicitações relativas à análise, preparação e reporte de deliberações sociais nesses domínios.

Por fim assinala-se que o ano de 2016 foi o primeiro exercício completo em que a CA Consult assegurou integralmente o apoio à gestão corrente e aos respectivos órgãos sociais, bem como todas as tarefas de natureza administrativa não só da CA SGPS, e da CCCAM GI como também da Crédito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, SA.

Serviços Administrativos e de Contabilidade

Esta área - integrada funcionalmente na Caixa Central - continuou a prestar serviços de apoio administrativo e o processamento contabilístico da própria CA Consult bem como da CA Gest, CA Imóveis, CCCAM GI, FCR Central FRIE, AGROCAPITAL SCR, FCR Agrocapital 1, assegurando também a preparação de reportes e demais informação a submeter às entidades de supervisão e às estruturas de controlo de gestão do Grupo Crédito Agrícola.

Outros serviços de assessoria

Embora a assessoria a entidades exteriores ao Grupo Crédito Agrícola não tenha sido proactivamente desenvolvida, a possibilidade de rentabilizar recursos e know-how disponíveis na CA Consult bem como apoiar tecnicamente estruturas da Caixa Central (nomeadamente a Direcção de Empresas) conduziu a que, em 2016, fosse retomada, ainda que de forma gradual, a prestação de serviços de consultoria a terceiras entidades, prioritariamente clientes da Caixa Central no âmbito de operações de crédito apreciadas por esta.

Desempenho Económico e Financeiro

Em 2016 a CA Consult registou um resultado líquido de 265 mil euros, equivalente a 27,5% do volume de negócios e que representa 27% da totalidade do capital próprio que a accionista única mantém investido na sociedade.

Dados os bons níveis de geração líquida de fundos, as disponibilidades aumentaram cerca de 58% no exercício, apesar de a sociedade ter procedido ao reembolso de prestações acessórias realizadas pela accionista única no valor de € 250 mil.

Tal não prejudicou, no entanto, a solidez financeira e solvência da CA Consult, que continua a não registar responsabilidades bancárias nem dívida de financiamento, estando o passivo representado exclusivamente por dívidas correntes de actividade e, apesar da referida distribuição à accionista, mantém uma autonomia financeira de 65%.

CA Consult - Principais Indicadores

Valores em milhares de Euros, excepto nº de colaboradores

	2012	2013	2014	2015	2016
Activo Líquido	1.301	533	524	480	509
Situação Líquida	218	306	370	315	330
Resultado Líquido	-631	88	64	235	265
Nº Colaboradores	21	16	15	14	13

4.4 ACTIVIDADE DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO DAS CAIXAS ASSOCIADAS

Enquadramento geral

As alterações significativas que se têm verificado no quadro legislativo e regulatório das Instituições de Crédito têm conduzido a um agravamento das exigências que se colocam à actividade de fiscalização, orientação e acompanhamento de forma a garantir uma operacionalidade adequada à evolução organizativa e financeira das Caixas Associadas.

Políticas de Consolidação Económico-Financeira

Neste âmbito, o envio de relatórios de avaliação periódica às CCAM, elaborados pelos Técnicos de Acompanhamento, foi o veículo preferencial para a concretização desse objectivo, uma vez que, ao perspectivarem os impactos ao nível patrimonial e financeiro dos principais riscos, eventuais incumprimentos e insuficiências, facilitaram o enquadramento e discussão destas matérias junto das Administrações das Caixas Associadas.

A discussão destes relatórios de avaliação periódica possibilitou a realização de acções de fiscalização locais, nas quais foi possível avaliar a adequação das normas e procedimentos implementados face às exigências regulamentares.

Merece particular destaque a dinamização do processo de adequação das estruturas organizacionais das Caixas Associadas, visando salvaguardar a segregação de funções, a colegialidade das decisões e os mecanismos de controlo sobre a actividade. Por outro lado, a revisão dos procedimentos, das metodologias de trabalho e dos circuitos implementados nas CCAM, permitiu, através da racionalização dos recursos afectos aos diversos processos, melhorar o seu nível de eficiência.

No quadro do objectivo de consolidação económica e recuperação de desequilíbrios patrimoniais, inserem-se as acções de intervenção. Presentemente, mantêm-se intervencionadas, pelo artigo 77º-A do RJCAM, as CCAM do Algarve, CCAM de Entre Tejo e Sado, CCAM de Coimbra, CCAM das Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche e CCAM de Coruche. Ainda em 2016, terminou a intervenção, no âmbito do artigo 77º do RJCAM, na CCAM da Beira Baixa (Sul).

As intervenções ao abrigo do artigo 77º-A do Regime Jurídico são entendidas como a assunção pela Caixa Central da plena gestão das Caixas intervencionadas, pelo que implica a permanência, a tempo inteiro, de uma Administração Provisória.

Já as intervenções no âmbito do Artº 77º do RJCAM, embora não obrigando a uma permanência a tempo inteiro, determinam, ainda assim, a afectação de um técnico a um acompanhamento muito próximo da gestão, com competências próprias e definidas no âmbito da legislação aplicável.

Estas formas de actuação da Caixa Central assentam, por um lado, na concepção que uma intervenção na gestão de uma Caixa Associada ocorre apenas em casos de desequilíbrios patrimoniais e financeiros graves, que obriga, consequentemente, à tomada de medidas céleres e adequadas à recuperação de tais desequilíbrios e, principalmente, aconselha uma atenção redobrada na gestão, só possível quando esta se exerce a tempo inteiro.

TIPO DE ACOMPANHAMENTO							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
77º A	3	3	3	4	6	6	5
77º	1	2	2	0	0	1	0
Total de CCAM	85	85	84	83	82	82	82

Para além das intervenções referidas, foram desenvolvidas acções pontuais de curta duração que permitiram corrigir aspectos específicos do funcionamento ou prevenir certas situações.

Em 2016 prosseguiu a política de consolidação económico-financeira e reorganização estrutural do SICAM, com a promoção de estudos de reorganização e de avaliação do potencial humano, realizados com o apoio de consultores externos ou pelas áreas de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos da Caixa Central, com o apoio técnico da DFOA. Esses estudos, elaborados numa perspectiva de racionalização dos recursos e ganhos de eficiência, contribuem para identificar as funções que devem ser centralizadas, numa óptica de fusão, bem como para definir os perfis profissionais dessas funções, para além de relevarem as áreas funcionais com carência ou excesso de recursos.

QUADRO DE INDICADORES NORMATIVOS								
	Rádios Normativos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crédito Vencido Líquido	< = 3%	2,01%	2,44%	2,28%	2,26%	1,84%	1,37%	1,14%
Crédito Vencido Bruto há mais de 90 dias	< = 5%	5,15%	6,08%	6,99%	7,78%	8,13%	7,93%	6,35%
Rácio de Eficiência	< 60%	67,71%	62,00%	65,20%	68,36%	68,63%	63,55%	67,69%
Activo líquido por empregado	> 3.000.000 €	3.473.523 €	3.647.736 €	3.744.723 €	3.835.702 €	3.823.490 €	4.088.965 €	4.556.021 €
Produto Bancário por empregado	> 110.000 €	111.310 €	133.043 €	125.792 €	120.022 €	120.960 €	130.406 €	129.727 €
Comissões/Produto Bancário	> 20%	24,94%	23,61%	27,38%	28,96%	28,31%	26,90%	29,74%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	<85%	72,28%	81,27%	75,94%	72,06%	68,36%	67,81%	67,37%
Crédito Coberto com garantias reais	> = 65%	71,32%	73,23%	73,60%	74,07%	74,47%	74,60%	75,13%

Saliente-se que os indicadores do Normativo aplicável às CCAM evoluíram, em termos gerais, favoravelmente em 2016, nomeadamente nos indicadores relacionados com crédito vencido. De salientar, adicionalmente, as ligeiras melhorias do rácio do crédito vencido, líquido de provisões, bem como do rácio activo líquido por empregado.

O FGCAM assiste, através da celebração de Contratos de Assistência Financeira (CAF), a CCAM de Entre Tejo e Sado, a CCAM Moravis, a CCAM Alcácer do Sal, a CCAM Beira Baixa Sul, a CCAM Bairrada e Aguireira, a CCAM Costa Verde e a CCAM Coimbra.

ASSISTÊNCIA DO FGCAM (Saldo em vigor)					
CCAM	2012	2013	2014	2015	2016
Empréstimos a CCAM	86.433.884 €	81.433.884 €	94.433.884 €	84.956.724 €	84.956.724 €
Nº CCAM Assistidas	8	7	8	7	7
Empréstimos à Caixa Central	0	0	0	0	0
Total Emp. CCAM + Caixa Central	86.433.884 €	81.433.884 €	94.433.884 €	84.956.724 €	84.956.724 €

Compete aos serviços da Caixa Central preparar as propostas de assistência e, no âmbito previsto nos CAF, autorizar os actos de gestão da CCAM, cuja realização fica condicionada ao acordo prévio do CAE da Caixa Central. A apresentação dos pedidos de enquadramento decorrente da entrada em vigor do Regulamento (EU) 575/2013 ao Banco de Portugal passou-se a aplicar, de igual modo, às emissões de títulos de investimento.

Supervisão e Fiscalização das Caixas Associadas

Em 2016, a prioridade da actividade de supervisão consistiu no acompanhamento de forma oportuna e sistemática da evolução das Caixas Agrícolas, permitindo garantir um adequado e eficaz nível de controlo, procedimentos que salvaguardam a detecção atempada de eventuais insuficiências e possibilitam uma rápida intervenção na adopção das iniciativas necessárias para as normalizar.

Para além dos trabalhos regulares previstos nos Programas de Trabalho, que envolveram o tratamento dos alertas originados da Aplicação SIGA, a análise mensal às anulações de provisões concretizadas pelas CCAM, a elaboração de Relatórios de Intervenção, Acompanhamento e de Controlo à Distância Detalhados, bem como a emissão de pareceres diversos solicitados pelas Caixas Agrícolas, foi ainda monitorizada a implementação de 16 Planos de Recuperação, visando o restabelecimento de condições de exploração positiva e em base sustentável.

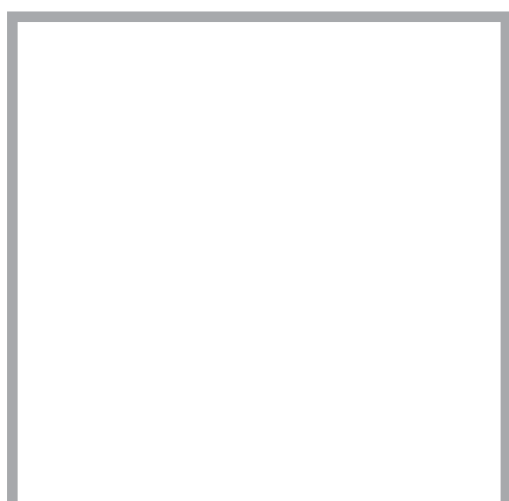
Ainda no quadro da supervisão e apoio às Caixas Associadas, foi dado todo o suporte necessário à preparação dos actos de fusão das CCAM de Alcobaça e do Cartaxo, bem como das CCAM de Pernes e Alcanhões. Este apoio às 4 CCAM que integraram estes processos de fusão, cujas propostas já foram deliberadas nas respectivas Assembleias Gerais, envolveram a preparação dos projectos especiais para registo nas conservatórias, bem como os projectos de alterações estatutárias e redefinição de novas estruturas organizativas.

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 157/2014, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) provocaram uma revisão global das práticas em vigor no SICAM quanto à Política de Avaliação e Adequação e Selecção de Órgãos de Administração e Fiscalização. Tais alterações tiveram origem no aumento global de exigência no sector bancário e financeiro relativamente aos responsáveis pela administração e fiscalização das instituições, estabelecendo um conjunto de exigências e requisitos em matéria de idoneidade, qualificação, experiência profissional, independência e disponibilidade relativamente à adequação dos titulares de cargos com funções de administração e fiscalização.

Tendo presente o fim dos mandatos dos membros dos Órgãos Sociais da generalidade das CCAM no final do ano de 2015, foi criado um grupo de trabalho na Caixa Central, tendo sido estabelecida e aprovada em

Assembleia-geral uma política interna de selecção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (PISAA) e um Modelo Único de Avaliação de Adequação para todo o SICAM.

O ano de 2016 foi marcado pela continuidade da actividade das Comissões de Avaliação nas CCAM, responsáveis pela verificação da adequação individual e avaliação colectiva dos órgãos de administração e fiscalização das CCAM, com participação activa da Caixa Central.



	05
--	----

Análise financeira

V. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

As contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola reflectem a situação patrimonial do SICAM (Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas Associadas, que com as restantes empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo.

a) Evolução dos principais indicadores

Evolução do GCA

Valores em milhões de euros

	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.	2011 Dez.	2012 Dez.	2013 Dez.	2014 Dez.	2015 Dez.	2016 Dez.
Recursos de Clientes (<i>on e off balance</i>)	10.406	11.048	10.910	10.923	11.463	11.801	12.655	13.212	14.060
dos quais depósitos	9.528	9.965	9.939	9.821	10.113	10.123	10.537	10.910	11.726
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	878	1.083	971	1.102	1.350	1.678	2.118	2.302	2.334
Créditos sobre Clientes Bruto	8.300	8.781	8.534	8.507	8.301	8.136	8.099	8.373	8.651
Créditos sobre Clientes Líquido	7.926	8.366	8.041	7.914	7.660	7.472	7.261	7.555	7.941
Activo Líquido	12.122	12.948	14.224	14.241	15.113	14.621	15.051	14.936	16.699
Situação Líquida	987	1.075	1.108	1.142	1.100	1.141	1.211	1.205	1.244
Margem Financeira	425	341	335	381	367	307	307	310	327
Comissionamento Líquido	81	82	93	97	102	101	101	98	105
Margem Técnica de Seguros	14	9	5	10	-4	-9	-21	20	14
Produto Bancário	537	457	478	505	493	486	577	515	467
Resultado Líquido	121	52	36	55	45	-3	27	54	58
Rácio Crédito Vencido > 90 dias b)	3,8%	4,1%	4,9%	5,8%	6,8%	7,7%	8,0%	7,8%	6,2%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido - %	136,0%	127,4%	127,8%	119,8%	114,2%	121,0%	122,9%	122,5%	129,8%
Core Tier 1 - GCA - %	12,2%	12,1%	12,7%	12,5%	11,6%	11,9%	n.a.	n.a.	n.a.
Common equity tier 1	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	13,1%	13,0%	13,6%
Tier 1 - GCA - % c)	12,0%	11,8%	12,5%	12,3%	11,1%	11,4%	13,1%	13,0%	13,6%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	13,3%	12,7%	13,4%	12,7%	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	14,4%
Rácio de Eficiência - GCA - %	56,8%	68,8%	68,3%	65,4%	67,0%	68,2%	57,5%	63,8%	73,1%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	12,2%	4,9%	3,2%	4,8%	4,1%	-0,3%	2,2%	4,5%	4,7%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	1,0%	0,4%	0,2%	0,4%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%	0,3%
Número de colaboradores d)	4.326	4.392	4.365	4.335	4.296	4.212	4.158	4.121	4.054

Notas:

Os valores de 2010 foram calculados de acordo com as normas aprovadas pela União Europeia e que entraram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010; os valores de 2009 e 2008 foram reexpressos para efeitos comparabilidade.

a) Os valores referem-se exclusivamente às Caixas Associadas do SICAM.

b) Os valores apresentados para o período 2008-2011 referem-se ao SICAM.

c) A partir de 2014, os valores correspondem ao common equity tier 1 - phased in (Basel III).

d) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo/incerto (posições de final de ano).

O activo líquido consolidado do Grupo Crédito Agrícola registou, em 2016, um valor de 16.699 milhões de euros, representando um crescimento de 11,8% face aos 14.936 milhões de euros alcançados em 2015 essencialmente como resultado do aumento dos activos financeiros do Grupo, classificados como investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda, que no conjunto aumentaram cerca de 1,6 mil milhões de euros em 2016. A contribuir para o aumento de activo esteve também o crédito bruto que aumentou cerca de 280 milhões de euros.

Relativamente ao passivo total consolidado, este sofreu um aumento de 12,6%, passando de 13.731 milhões de euros em 2015 para 15.455 milhões de euros em 2016, sendo de assinalar, neste contexto, o crescimento homólogo registado nos recursos de clientes em balanço (+ 816,3 milhões de euros em 2016).

O capital próprio consolidado do Grupo Crédito Agrícola atingiu os 1.244 milhões de euros em 2016, o que representou um acréscimo de 39,5 milhões de euros (+3,3%), justificado particularmente pelo aumento do capital social em 36,7 milhões de euros (+3,7%).

Em termos de resultado líquido, o Grupo Crédito Agrícola apresentou em 2016 um valor de 58,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,2 milhões de euros face a 2015. Para este aumento contribuíram, essencialmente, o crescimento da margem financeira em 17,7 milhões de euros (+5,7%) e um nível significativamente inferior de constituição de provisões e imparidades que se cifraram em 31,0 milhões de euros (menos 81,9 milhões de euros do que o valor registado no período homólogo de 2015), que mais do que compensaram a quebra nos resultados de activos financeiros, que registaram uma quebra de 65,5 milhões de euros (-59,7%).

b) rácios de capital

Em Dezembro de 2016, os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.277 milhões de euros, o que representou um reforço de 85 milhões de euros em relação ao período homólogo. Os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito (que incluem requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito) e do risco operacional cresceram globalmente 0,8% quando comparados com a posição no final de 2015.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

<i>Em milhões de euros</i>	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 16/15
Fundos Próprios totais ^(a)	992	913	1.048	1.142	1.227	7,4%
Core tier 1	1.052	1.012				
Fundos Próprios Principais de Nível 1 (Common equity tier 1)			1.048	1.105	1.163	5,2%
Fundos Próprios de Nível 1 (<i>Tier 1</i>)	1.011,0	967,0	1.048	1.105	1.163	5,2%
Posição em risco de activos e equivalentes	15.825	13.505	15.301	14.245	17.203	20,8%
Requisitos de fundos próprios	9.088	8.495	7.985	8.479	8.544	0,8%
Crédito ^(b)	8.096	7.487	6.919	7.377	7.426	0,7%
Operacional	992	1.008	1.066	1.099	1.118	1,7%
Rácios de solvabilidade ^(c)						
Core Tier 1	11,6%	11,9%				
Common equity tier 1 - phased in			13,1%	13,0%	13,6%	0,57 p.p.
Tier 1	11,1%	11,4%	13,1%	13,0%	13,6%	0,57 p.p.
Total	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	14,4%	0,88 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do exercício.

(b) Incluindo os requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito.

(c) Até dezembro 2013 os rácios são calculado de acordo com o Avisos nºs 5/2007 e 6/2010 do Banco de Portugal, após o que são aplicadas as regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

Os rácios common equity tier 1 e solvabilidade total, calculados com a aplicação das disposições transitórias (phased-in) e aplicação integral (fully implemented) das regras previstas no Regulamento (UE) nº 575/2013, fixaram-se em:

- CET1:
 - *phased-in*: 13,6%
 - *fully implemented*: 12,3%
- Solvabilidade total:
 - *phased-in*: 14,4%
 - *fully implemented*: 13,4%

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE 2016 - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

	CRD IV transitional definition (1)	CRD IV fully definition (2)	Δ 2/1
<i>Em milhões de euros</i>			
Capital Common equity tier 1	1.163	1.040	-10,6%
Fundos próprios totais	1.227	1.134	-7,5%
Requisitos de fundos próprios	8.544	8.466	-0,9%
Rácios de solvabilidade			
<i>Common equity tier 1</i>	13,6%	12,3%	-1,4 p.p.
<i>Total</i>	14,4%	13,4%	-0,9 p.p.

c) Demonstração de Resultados

Num contexto em que o sector financeiro voltou a estar pressionado devido às taxas Euribor historicamente baixas, ao processo de desalavancagem dos agentes económicos e aos crescentes requisitos de capital no quadro da regulamentação do Basileia III e do Solvência II, o Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado de 58,3 milhões de euros, um aumento de 7,8% face a 2015, explicado pelo aumento da margem financeira (+17,7 milhões de euros) e da menor constituição de provisões/imparidades (-81,9 milhões de euros) em relação a 2016, que compensaram a diminuição do produto bancário no montante de 48,3 milhões de euros (nomeadamente afectada pela quebra nos resultados de operações financeiras em 65,5 milhões de euros).

Demonstração de Resultados

Em milhares de euros

	2014	2015	2016	Variação Abs.	%
Juros e rendimentos similares	531.548	486.032	496.551	10.518	2,2%
Juros e encargos similares	224.609	176.385	169.168	-7.217	-4,1%
Margem Financeira	306.940	309.647	327.383	17.735	5,7%
Margem técnica da actividade de seguros	-21.497	19.661	13.855	-5.806	-29,5%
Comissões líquidas	100.601	98.280	105.143	6.863	7,0%
Result. de op. Financeiras*	211.182	109.680	44.211	-65.469	-59,7%
Outros result. de exploração:	-20.667	-22.056	-23.693	-1.636	-7,4%
Result. de act. e pass. avaliados ao justo valor	564	-15.466	13.442	28.908	n.a.
Result. de alienação de outros activos	-7.560	-6.669	-21.255	-14.586	-218,7%
Outros result. de exploração	-13.671	79	-15.879	-15.958	n.a.
Produto Bancário	576.559	515.212	466.899	-48.313	-9,4%
Custos de Estrutura	331.578	328.916	341.343	12.427	3,8%
Custos de pessoal	192.135	193.296	201.091	7.795	4,0%
Gastos gerais administrativos	107.300	108.147	112.685	4.538	4,2%
Amortizações	32.144	27.473	27.567	95	0,3%
Provisões e imparidades	179.320	112.942	30.999	-81.943	-72,6%
Resultados de participações em associadas (equivalência patrimonial)	-100	-227	304	531	n.a.
Resultado antes de impostos	65.560	73.128	94.861	21.733	29,7%
Impostos	38.582	18.755	36.420	17.665	94,2%
Interesses que não controlam	-95	-260	-117	144	55,2%
Resultado Líquido	26.883	54.112	58.325	4.212	7,8%

(*) Somatório de rendimentos de instrumentos de capital, de resultados de activos financeiros disponíveis para venda e de reavaliação cambial.

d) Estrutura do Balanço

O activo líquido registou o valor de 16,7 mil milhões de euros, apresentando um crescimento face a 2015 de 1,76 mil milhões de euros, resultante essencialmente do aumento do crédito a clientes (+386M€), do aumento dos investimentos detidos até à maturidade (+3.664M€) e da redução das aplicações em títulos (-2.078M€), em parte resultado de uma alteração da estratégia de investimento.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

<i>Em milhares de euros</i>					
	2014	2015	2016	Variação	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	501.660	421.807	415.873	-5.934	-1,4%
Aplicações em Instituições de Crédito	3.194	95.128	6.035	-89.093	-93,7%
Crédito a Clientes (líquido)	7.261.441	7.555.017	7.940.905	385.889	5,1%
Aplicações em Títulos (líquido)	5.856.848	5.449.820	3.371.613	-2.078.207	-38,1%
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	3.663.616	3.663.616	n.a.
Activos não correntes detidos para venda	667.990	668.752	619.506	-49.247	-7,4%
Propriedades de investimento	94.835	82.583	69.946	-12.637	-15,3%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	335.393	321.608	309.835	-11.773	-3,7%
Activos por impostos diferidos	150.357	170.524	161.966	-8.558	-5,0%
Outros Activos	179.122	170.520	140.096	-30.423	-17,8%
Total Activo	15.050.841	14.935.759	16.699.391	1.763.632	11,8%
Passivo					
Recursos de bancos centrais e OIC's	1.116.382	625.817	1.578.903	953.086	152,3%
Recursos de Clientes	10.536.609	10.910.086	11.726.366	816.280	7,5%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.516.614	1.611.507	1.573.475	-38.033	-2,4%
Passivos Subordinados	142.534	120.409	116.534	-3.876	-3,2%
Outros Passivos	527.777	463.136	459.849	-3.287	-0,7%
Total Passivo	13.839.915	13.730.955	15.455.126	1.724.170	12,6%
Capitais Próprios	1.210.925	1.204.804	1.244.266	39.462	3,3%
Total do Capital Próprio + Passivo	15.050.841	14.935.759	16.699.391	1.763.632	11,8%

e) Qualidade da Carteira de Crédito

Numa análise à qualidade da carteira de crédito é possível verificar que o crédito vencido superior a 90 dias diminuiu 117 milhões de euros (-18%). Para esta redução contribuiu a passagem para créditos abatidos ao activo (totalmente provisionados) de cerca de 100 milhões de euros (dos quais 58 milhões foram vendidos no âmbito do Cassiopeia 2), bem como pelo esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e ainda as iniciativas e ferramentas desenvolvidas para uma normalização dos processos de acompanhamento e recuperação de crédito, no âmbito do Grupo CA, o que contribuiu para uma melhoria do respectivo rácio em 1,6 p.p. para os 6,2% registados em Dezembro de 2016.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO

<i>Em milhões de euros</i>	2013	2014	2015	2016	Δ 16/15	Δ % 16/15
Crédito vencido < 90 dias	29,8	27,5	17,8	13,9	-3,9	-22%
Crédito vencido > 90 dias	627,6	644,1	650,3	533,3	-117,0	-18%
Crédito vencido total	657,5	671,6	668,1	547,2	-120,9	-18%
Rácio crédito vencido > 90 dias	7,7%	8,0%	7,8%	6,2%	-1,6 p.p.	

Relativamente ao nível de provisionamento para cobertura da carteira de crédito vencido situou-se nos 129,8%, mantendo níveis de cobertura conservadores face aos registados no mercado.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31.DEZ.2016

Em milhões de euros

	Crédito total bruto	Crédito vencido	Crédito vencido / Crédito total	Provisões para risco de crédito	Grau de cobertura
Empresas e Administração Pública	4.393	337	7,7%	450	133,5%
Particulares	4.263	210	4,9%	261	123,9%
Habituação	2.577	43	1,7%	35	80,2%
Consumo e outras finalidades	1.686	167	9,9%	226	135,3%
Total	8.651	547	6,3%	710	129,8%

O segmento de Empresas e Administração Pública registou uma contenção do crédito vencido com o rácio de crédito vencido a situar-se nos 7,7% em Dezembro de 2016 (10,1% em 2015). O crédito concedido a clientes particulares também acompanhou a redução do rácio crédito vencido, situando-se em 2016 nos 4,9%, ou seja 0,9 p.p. abaixo dos 5,8% registados em 2015.

O rácio de crédito com incumprimento, calculado nos termos da Instrução nº 24/2012 do Banco de Portugal reduziu, face ao ano anterior, atingindo os 6,5% em Dezembro de 2016 e o rácio de incumprimento líquido manteve-se nos -1,8%.

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO (*)

	2013	2014	2015	2016
Crédito com incumprimento/Crédito total	8,4%	8,5%	8,1%	6,5%
Crédito com incumprimento, líquido /Crédito total, líquido	-0,2%	-1,8%	-1,8%	-1,8%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011.

O rácio de crédito em risco, que inclui o valor total em dívida do crédito vencido por um período igual ou superior a 90 dias e o crédito reestruturado igualmente vencido por esse período sem que tenham sido observados o pagamento integral de juros e encargos e o reforço integral de garantias, apresentou uma variação de 1,8 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 9,4% e observando, em termos líquidos, uma redução face ao período homólogo, fixando-se nos 1,3%.

RÁCIOS CRÉDITO EM RISCO (*)

	2013	2014	2015	2016
Crédito em risco/Crédito total	11,3%	11,8%	11,2%	9,4%
Crédito risco, líquido /Crédito total, líquido	3,0%	1,8%	1,6%	1,3%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011.

O rácio de crédito reestruturado, calculado nos termos da Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal, atingiu os 13,8% (um aumento de 0,8 p.p. face a 2015) e o rácio de crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se nos 11,9% (mantendo o mesmo nível do ano anterior).

RÁCIOS CRÉDITO REESTRUTURADO (*)

	2013	2014	2015	2016
Crédito reestruturado/Crédito total	10,8%	10,7%	13,0%	13,8%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco /Crédito total	10,2%	9,7%	11,9%	11,9%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 32/2013.

5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO

a) Evolução dos principais indicadores

O Crédito Agrícola apresentou no final de Dezembro de 2016 um aumento do resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 16 milhões de euros face a 2015 (72,1 milhões de euros vs. 56,3 milhões de euros), para o qual contribuiu positivamente o aumento do crédito bruto (+3,4%) e a menor necessidade de reforço de provisões e imparidades (-55,8%), embora atenuado pela redução dos resultados de operações financeiras (-52,4%).

PRINCIPAIS INDICADORES

Em milhares de euros

	2014	2015	2016	Var. 16/15	
				Abs.	%
Activo total	13.266.600	13.059.792	14.880.614	1.820.822	13,9%
Activos fin. dispon. para venda e detidos até à maturidade	4.277.583	3.729.604	5.311.976	1.582.371	42,4%
Crédito a clientes (bruto)	8.147.371	8.429.644	8.713.284	283.640	3,4%
Passivo total	12.098.264	11.887.166	13.653.239	1.766.073	14,9%
Recursos de clientes	10.620.337	10.969.821	11.770.738	800.917	7,3%
Recursos de OIC/BCE	1.116.382	625.817	1.578.903	953.086	152,3%
Capitais próprios	1.168.335	1.172.626	1.227.375	54.749	4,7%
Margem financeira	248.225	245.129	276.013	30.884	12,6%
Produto bancário	554.378	502.756	474.532	-28.225	-5,6%
Custos de estrutura	300.475	300.838	313.331	12.493	4,2%
Provisões / imparidades	200.507	126.902	56.123	-70.778	-55,8%
Resultado Líquido	24.505	56.311	72.057	15.746	28,0%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	2,10%	4,8%	5,9%	n.a.	1,1 p.p.
Rácio de eficiência	54,2%	59,8%	66,0%	n.a.	6,2 p.p.

b) Demonstração de Resultados

Após 3 anos de depressão económica em Portugal, entre 2011 e 2013, o ano de 2016 veio confirmar a fase de recuperação e crescimento iniciada em 2014, tendo o crescimento do PIB sido de 1,4% em 2016, ainda assim demonstrando uma desaceleração face ao crescimento registado em 2015 de 1,6%. Apesar da dinâmica verificada na procura interna, assistiu-se a uma redução do nível de alavancagem das famílias e das empresas não financeiras com tradução directa na redução do crédito (volume de liquidação não compensado pelas novas concessões de crédito) em 3,2%, especificamente de -1,6% nas famílias e -5,5% nas empresas⁶.

De forma assinalável, a actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola, que inclui a Caixa Central e as Caixas Associadas (SICAM) destacou-se da tendência de mercado, registando um aumento homólogo no crédito concedido a clientes de 3,4%, sustentado num crescimento de 3,8% no crédito a empresas e de 2,9% no crédito a particulares.

⁶ Em Portugal, no segmento de crédito a sociedades não financeiras, a concessão de crédito encontra-se particularmente penalizada pela dinâmica negativa do crédito aos sectores da construção e imobiliário, com um peso superior a 25%. O crédito à agricultura e pescas, alojamento e restauração e saúde e apoio social são as que registam variações homólogas positivas. Fonte: Crédito por sector de actividade económica, BPStat, Fev.2017

O Crédito Agrícola apresentou no final de Dezembro de 2016 um resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 72,1 milhões de euros, que se traduzem numa variação positiva de 15,7 milhões de euros face a 2015.

Globalmente o resultado líquido é marcado: i) pela melhoria da margem financeira em 12,6%; ii) pela quebra de 52,4% no resultado de operações financeiras proveniente dos resultados obtidos na carteira de títulos; iii) pela quebra nos outros resultados de exploração em 53,6% (-13,6 milhões de euros) e iv) pela redução das provisões e imparidades constituídas no exercício que passaram de 126,9 milhões de euros em 2015 para 56,1 milhões de euros (-55,8%) em 2016.

Demonstração de Resultados

<i>Em milhares de euros</i>	2014	2015	2016	Varição Abs.	%
Juros e rendimentos similares	457.014	400.181	396.270	-3.912	-1,0%
Juros e encargos similares	208.789	155.052	120.256	-34.795	-22,4%
Margem Financeira	248.225	245.129	276.013	30.884	12,6%
Comissões líquidas	128.522	130.193	138.192	7.999	6,1%
Result. de operações financeiras	171.767	101.989	48.509	-53.480	-52,4%
Outros resultados de exploração	5.864	25.445	11.818	-13.628	-53,6%
Produto Bancário	554.378	502.756	474.532	-28.225	-5,6%
<u>Custos de Estrutura</u>	300.475	300.838	313.331	12.493	4,2%
Custos de pessoal	164.986	166.516	175.410	8.895	5,3%
dos quais não recorrentes*	2.297	3.386	2.204	-1.182	-34,9%
Gastos gerais administrativos	121.298	121.152	124.682	3.530	2,9%
dos quais não recorrentes*	477	0	116	116	n.a.
Amortizações	14.190	13.170	13.238	68	0,5%
Provisões e imparidades	200.507	126.902	56.123	-70.778	-55,8%
Resultado antes de impostos	53.397	75.017	105.078	30.060	40,1%
Impostos, após correc. e diferidos	28.891	18.706	33.020	14.314	76,5%
Resultado Líquido	24.505	56.311	72.057	15.746	28,0%

(*) Custos com pré-reformas, indemnizações e consultoria (reorganização do Grupo em 2014 e da DFOA em 2016).

i. Margem Financeira

A margem financeira do SICAM registou um aumento de 12,6%, passando de 245 milhões de euros em 2015 para 276 milhões de euros em 2016.

O ano de 2016 ficou novamente marcado pela política expansionista do BCE, com vista ao aumento dos níveis de inflação na Zona Euro que, por um lado, ficou marcada pela injeção de liquidez na economia através do programa de *quantitative easing*, e, por outro, pela reduzida taxa de referência, com impacto ao nível das taxas Euribor que, em algumas maturidades, atingiram valores negativos.

MARGEM FINANCEIRA

em milhares de euros

Variáveis	2015			2016		
	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/ Custos	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/ Custos
Crédito a clientes	8.288.507	3,6%	296.278	8.571.464	3,2%	270.342
Títulos e outras aplicações *	4.492.008	0,9%	40.677	5.003.912	0,9%	43.421
Activos financeiros	12.780.516	2,6%	336.955	13.575.376	2,3%	313.764
Depósitos de clientes	10.795.079	0,8%	87.253	11.370.280	0,3%	34.330
Recursos de Bancos Centrais e outros passivos	1.002.571	0,5%	4.573	1.220.832	0,3%	3.420
Passivo financeiro	11.797.650	0,8%	91.826	12.591.111	0,3%	37.750
Margem financeira		1,9%	245.129		2,0%	276.013
Margem de intermediação**		2,8%			2,9%	
Taxa euribor média (6 meses)		0,06%			-0,17%	

(*) Proveitos líquidos de encargos com amortizações de prémios

(**) taxa média crédito a clientes - depósitos a clientes

Para o aumento da margem financeira contribuiu em larga escala: i) o efeito preço, por via da redução da taxa de juro média de depósitos de 0,8% para 0,3% que foi superior à redução da taxa de juro média no crédito a clientes de 3,6% para 3,2% justificada fundamentalmente pela descida da taxa Euribor e ii) o efeito volume, por via do aumento do crédito concedido a clientes.

ii. Produto Bancário

Apesar do resultado líquido do SICAM ser superior ao do ano anterior, o produto bancário registou, em sentido inverso, uma quebra de 5,6%, explicada pelo menor contributo dos resultados de activos financeiros disponíveis para venda que, no que respeita às mais-valias geradas pela carteira de títulos, sofreu em 2016 uma redução de 60,7 milhões de euros (99,4 milhões de euros em 2015 para 38,6 milhões de euros em 2016), o que representa um decréscimo de 61%. A justificação para este resultado reside na estabilização do mercado obrigacionista europeu, em particular do mercado de dívida pública dos países do sul da Zona Euro.

iii. Comissões Líquidas

Em 2016, as comissões líquidas aumentaram 6,1%, alcançando os 138,2 milhões de euros face aos 130,1 milhões de euros registados em 2015. Este efeito resultou:

- do aumento das comissões das operações de crédito em 10,9% (+2,8 milhões), proporcionado pelo crescimento do crédito bruto;
- do aumento das comissões de colocação e comercialização de produtos de retalho nas áreas dos seguros e da gestão de activos em 7,9% (+2,6 milhões de euros) em resultado da aposta do Grupo em reforçar a venda dos produtos complementares ao negócio bancário disponibilizados pela CA Gest, CA Seguros e CA Vida e por entidades externas ao grupo.

COMISSÕES

Em milhares de euros

	2014	2015	2016	Variação	
				Abs.	%
Comissões recebidas	138.214	140.430	149.219	8.789	6,3%
Garantias prestadas	5.382	4.838	4.213	-625	-12,9%
Créditos documentários abertos	85	82	65	-16	-20,1%
Compromissos assumidos perante terceiros	7.894	7.726	8.221	495	6,4%
Depósito e guarda de valores	3.345	3.649	3.621	-29	-0,8%
Cobrança de valores	927	877	793	-84	-9,6%
Transferências de valores	2.882	2.298	2.321	22	1,0%
Operações de crédito	24.905	25.552	28.343	2.791	10,9%
Cartões	24.849	24.630	25.894	1.264	5,1%
Interbancárias	366	389	430	41	10,5%
Colocação e comercialização	28.989	32.922	35.507	2.585	7,9%
Outras comissões recebidas	38.589	37.466	39.811	2.345	6,3%
Comissões pagas	9.692	10.237	11.028	790	7,7%
Total de comissões líquidas	128.522	130.193	138.192	7.999	6,1%

O aumento da actividade das empresas participadas traduziu-se numa maior remuneração da Caixa Central e das Caixas Associadas enquanto colocadoras. Este aumento deveu-se particularmente aos resultados da CA Seguros que geraram comissões na ordem dos 17,9 milhões de euros, o que representou um aumento de 11,3% face a 2015.

COMISSÕES DE COLOCAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Em milhares de euros

	2014	2015	2016	Variação	
				Abs.	%
CA Gest	870	1.145	763	-381	-33,3%
CA Seguros	12.197	16.117	17.945	1.828	11,3%
CA Vida	11.710	11.211	11.903	692	6,2%
Sub-total	24.777	28.473	30.612	2.139	7,5%
Outras comissões de colocação/comercialização	4.212	4.449	4.895	446	10,0%
Total	28.989	32.922	35.507	2.585	7,9%

iv. Resultados de Operações Financeiras

Os resultados de operações financeiras atingiram os 48,5 milhões de euros em 2016, o que reflecte uma redução de 53,5 milhões de euros face a 2015 (-52%).

RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de euros

	2014	2015	2016	Variação	
				Abs.	%
Activos financeiros disponíveis para venda	169.130	99.365	38.643	-60.722	-61%
<i>Dívida pública soberana</i>	<i>184.616</i>	<i>80.711</i>	<i>26.067</i>	<i>-54.644</i>	<i>-68%</i>
<i>Outros instrumentos de dívida</i>	<i>-7.820</i>	<i>15.510</i>	<i>422</i>	<i>-15.088</i>	<i>-97%</i>
<i>Instrumentos de capital</i>	<i>-7.666</i>	<i>3.144</i>	<i>12.154</i>	<i>9.010</i>	<i>287%</i>
Rendimento de instrumentos de capital	341	339	8.181	7.842	2316%
Cambiais	847	2.739	1.768	-971	-35%
Outros resultados	1.449	-453	-82	371	n.a.
Total de resultado de operações financeiras	171.767	101.989	48.509	-53.480	-52%

A estabilização do mercado obrigacionista, nomeadamente da dívida pública da zona euro, resultou na redução das mais valias geradas pela carteira de títulos, que alcançaram apenas os 26,1 milhões de euros em 2016, representando um decréscimo de 68% face a 2015 (-54,6 milhões de euros).

v. Custos de Estrutura

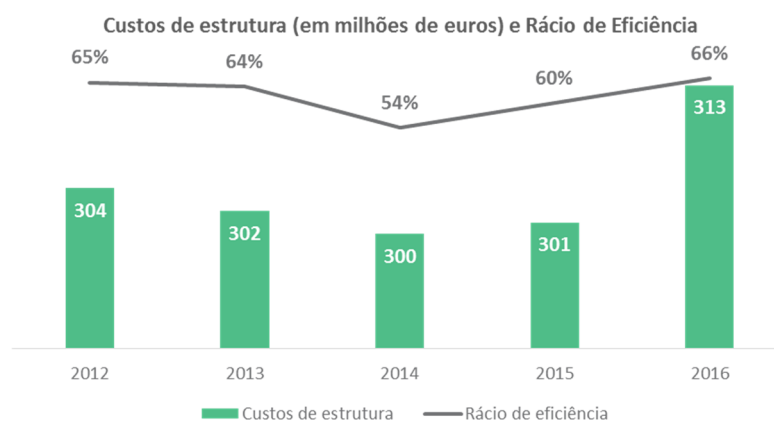
Verificou-se um crescimento nos custos de estrutura para os 313 milhões de euros, tendo estes aumentado cerca de 12,5 milhões de euros. Esta evolução é explicada pelo aumento dos custos com pessoal que passaram de 167 milhões de euros em 2015 para 175 milhões de euros em 2016, sendo esta variação (+8,9 milhões de euros) explicada, essencialmente, (i) pela recomposição de titulares em funções de administração e fiscalização para os mandatos 2016-2018 em cumprimento da regulamentação sobre os requisitos de adequação daqueles titulares e (ii) pelo aumento dos custos com fundo de pensões. Por sua vez os gastos gerais e administrativos aumentaram 3,5 milhões de euros devido particularmente ao reconhecimento de: gastos com serviços judiciais e de contencioso (+0,4 milhões de euros), designadamente associados ao elevado número de processos de crédito abatido ao activo, gastos com serviços especializados da SIBS (+1,7 milhões de euros) e gastos com publicidade e sistema de incentivos comerciais (+0,7 milhões de euros). Verificou-se ainda um ligeiro aumento das amortizações do exercício de 0,5%.

Custos de estrutura

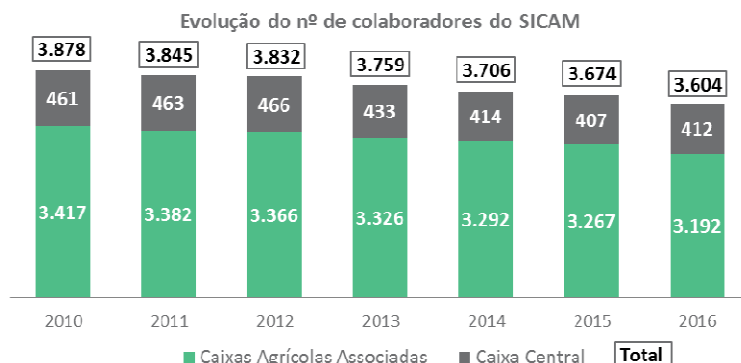
Em milhares de euros	2014	2015	2016	Variação	
				Absoluta	Relativa
Custos de funcionamento	286.284	287.668	300.093	12.425	4,3%
Custos com o pessoal	164.986	166.516	175.410	8.895	5,3%
dos quais não recorrentes*	2.297	3.386	2.204	-1.182	-34,9%
Gastos gerais administrativos	121.298	121.152	124.682	3.530	2,9%
dos quais não recorrentes*	477	0	116	116	n.a.
Amortizações	14.190	13.170	13.238	68	0,5%
Custos de estrutura	300.475	300.838	313.331	12.493	4,2%
Custos não recorrentes*	2.774	3.386	2.320	-1.066	-31,5%
Custos de estrutura excl. custos não recorrentes	297.701	297.452	311.011	13.559	4,6%
Rácio de eficiência	54%	60%	66%	6,2 p.p.	-

* Custos com pré-reformas, indemnizações e consultoria da Caixa Central

Relativamente ao rácio de eficiência, este cresceu de 60% em 2015 para 66% em 2016, em resultado da quebra do produto bancário em 5,6% e do aumento dos custos de estrutura em 4,2%.



vi. Evolução dos colaboradores do SICAM



Em 2016, o SICAM diminuiu o número de colaboradores de 3.674 para 3.604 (- 70 colaboradores),

vii. Níveis de Provisões / Imparidades

Nos últimos anos as exigências no reforço de provisões/imparidades fizeram-se notar nos balanços das instituições financeiras portuguesas, sendo que o SICAM não foi excepção, tendo procedido a um reforço de provisões/imparidades entre 2012 e 2015 de mais de 600 milhões de euros.

Em 2016 o volume de provisões/imparidades no SICAM ascendeu a 56 milhões de euros, o que representa um abrandamento face ao verificado no ano de 2015, sobretudo justificado:

- pela redução do crédito vencido de 7,8% em 2015 para 6,3% (-1,5 p.p.) em 2016 em virtude da passagem de crédito vencido para abatido ao activo, o qual se encontrava totalmente provisionado, num total de cerca de 100 milhões de euros. Esta evolução não é alheia à orientação transmitida pela Autoridade Tributária, em Maio de 2016, no sentido de não existirem implicações fiscais quando as instituições removerem dos seus balanços os créditos em mora há mais de 24 meses e sobre os quais tenha sido reconhecida e aceite fiscalmente uma perda por imparidade de valor igual ao do crédito; e
- por uma melhor análise de risco na concessão e na renovação de créditos, sustentada na crescente normalização de processos e numa análise de risco mais enriquecida e criteriosa.

Relativamente à repartição das provisões e imparidades do exercício verificou-se que:

- i) as provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa (regulamentares e extraordinárias) reduziram de 76 milhões de euros em 2015 para uma reversão líquida em 2016 de 8 milhões de euros essencialmente justificada pelo abate de créditos ao activo;
- ii) as imparidades de outros activos financeiros, em particular das unidades de participação e fundos de investimento imobiliário, mantiveram o mesmo nível de reforço registado em 2015, na ordem dos 32 milhões de euros.

Em relação ao rácio de cobertura do crédito vencido, este situou-se nos 129,8%, tendo o Crédito Agrícola prosseguido com uma gestão sã e prudente no que respeita a esta matéria.

Adicionalmente, no que respeita aos imóveis recebidos em dação por incumprimento, o reforço de imparidades teve um aumento significativo de 9,6 milhões de euros registados em 2015 para 21,5 milhões de euros verificados em 2016.

PROVISÕES / IMPARIDADES

Em milhares de euros	2014	2015	2016	Variação	
				Abs.	%
Provisões para crédito vencido e de cob. duvidosa	155.001	75.883	-8.033	-83.916	n.a.
Imparidade de outros activos financeiros	29.256	32.692	31.553	-1.139	-3,5%
Imparidade de outros activos	11.130	12.332	32.155	19.823	160,7%
<i>dos quais imóveis por recuperação de crédito</i>	<i>9.242</i>	<i>9.616</i>	<i>21.501</i>	<i>11.885</i>	<i>123,6%</i>
Outras provisões / imparidades	5.119	5.996	449	-5.547	-92,5%
Total	200.507	126.902	56.123	-70.778	-55,8%

viii. Rendibilidade

A actividade bancária, espelhada na margem comercial bruta, verificou um ligeiro aumento de 0,11 p.p. em 2016 face a 2015, em resultado da maior rendibilidade média da margem financeira (+ 0,12 p.p.).

DECOMPOSIÇÃO DA RENDIBILIDADE

	2014	2015	2016	Variação
+ Taxa activos financeiros	3,11%	2,64%	2,31%	-0,33 p.p.
- Taxa passivos financeiros	1,16%	0,72%	0,28%	-0,44 p.p.
= Margem financeira	1,95%	1,92%	2,03%	0,12 p.p.
+ Rendibilidade de comissões	1,01%	1,02%	1,02%	0,00 p.p.
= Margem Comercial Bruta	2,96%	2,94%	3,05%	0,11 p.p.
+ Resultado de operações financeiras e outros	1,40%	1,00%	0,44%	-0,55 p.p.
= Margem de Negócio	4,36%	3,93%	3,50%	-0,44 p.p.
- Efeito dos custos de estrutura	2,36%	2,35%	2,31%	-0,05 p.p.
- Efeito de provisões e impostos	1,80%	1,14%	0,66%	-0,48 p.p.
= Rendibilidade dos activos financeiros	0,19%	0,44%	0,53%	0,09 p.p.
x Activos financeiros / Activo líquido	0,96	0,98	0,91	
= Rendibilidade do activo (ROA)	0,18%	0,43%	0,48%	0,05 p.p.
x Activo líquido / Capital próprio	11,36	11,14	12,12	
= Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	2,10%	4,80%	5,87%	1,07 p.p.

A rendibilidade alcançada com as operações financeiras decresceu 0,55 p.p. face a 2015, no entanto foi mais que compensada pelo efeito positivo do aumento da margem comercial bruta (+0,11 p.p.) e pelo efeito positivo da redução do reforço das provisões e impostos (-0,48 p.p.), o que resultou num aumento da rentabilidade dos capitais próprios em 1,07 p.p., passando dos 4,8% em 2015 para os 5,9% em 2016.

c) Estrutura do Balanço

Balanço a 31 de Dezembro

Em milhares de euros

	2014	2015	2016	Variação	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	501.641	421.057	415.824	-5.233	-1,2%
Aplicações em Instituições de Crédito	191	94.827	6.035	-88.792	-93,6%
Crédito a Clientes (líquido)	7.309.837	7.577.775	7.997.636	419.860	5,5%
Crédito a Clientes (bruto)	8.147.371	8.429.644	8.713.284	283.640	3,4%
Imparidades	837.534	851.869	715.648	-136.221	-16,0%
Aplicações em Títulos (líquido)	4.277.583	3.729.604	5.311.976	1.582.371	42,4%
Activos não correntes detidos para venda	429.010	445.441	395.045	-50.396	-11,3%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	323.123	330.958	320.780	-10.178	-3,1%
Outros Activos	425.215	460.129	433.319	-26.810	-5,8%
Total Activo	13.266.600	13.059.792	14.880.614	1.820.822	13,9%
Passivo					
Recursos de bancos centrais e OIC's	1.116.382	625.817	1.578.903	953.086	152,3%
Recursos de Clientes	10.620.337	10.969.821	11.770.738	800.917	7,3%
Passivos Subordinados	142.534	120.409	116.534	-3.876	-3,2%
Outros Passivos	219.011	171.118	187.064	15.946	9,3%
Total Passivo	12.098.264	11.887.166	13.653.239	1.766.073	14,9%
Capitais Próprios	1.168.335	1.172.626	1.227.375	54.749	4,7%
Total do Capital Próprio + Passivo	13.266.600	13.059.792	14.880.614	1.820.822	13,9%

Em 2016, o activo total situou-se nos 14.881 milhões de euros, o que representa um crescimento de 13,9% face a 2015, tendo para o efeito contribuído:

- o acréscimo do crédito a clientes líquido de 5,5% (+ 420 milhões de euros), em função do desempenho comercial do SICAM e da melhor qualidade da carteira de crédito;
- o aumento no valor das aplicações em títulos de 42,4%, em virtude do aumento dos recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito (OIC) e do aumento dos recursos de clientes no balanço que não foram transformados em crédito, tendo sido aplicados em títulos.

É ainda de salientar, em 2016, a redução de aplicações em instituições de crédito de 88,8 milhões de euros.

O passivo total acompanhou a tendência do activo total com um aumento de 14,9%, cifrando-se nos 13.653 milhões de euros, o que representa um aumento de 1.766 milhões de euros. Este aumento do passivo está relacionado com o já mencionado aumento dos recursos de bancos centrais e OIC e dos recursos de clientes.

Importa referir que, não obstante o crescimento do crédito verificado, o rácio de transformação de depósitos em crédito líquido situou-se nos 67,9%, significativamente abaixo do limiar máximo de transformação recomendado (120%) e dos valores registados no sistema bancário como um todo.

Quanto aos capitais próprios, estes registaram um crescimento de 55 milhões de euros (+4,7%), fixando-se em 1.227 milhões de euros, em função:

- do aumento do capital social em 37 milhões de euros através de novos associados e do reforço de títulos de capital dos associados já existentes;
- do reforço dos resultados transitados em 27 milhões de euros;
- do aumento do resultado líquido do exercício em 16 milhões de euros;

- iv) dos efeitos mencionados previamente terem compensado a quebra líquida das reservas em 25 milhões de euros , nomeadamente a quebra verificada nas reservas de reavaliação (-27 milhões de euros).

i. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

A carteira de activos financeiros do SICAM é gerida pela Caixa Central enquanto responsável pela tesouraria e gestão de liquidez do sistema. É de salientar uma alteração no mix da carteira de investimentos com a passagem de uma parte significativa dos activos financeiros disponíveis para venda para activos detidos até à maturidade.

Importa referir neste contexto que:

- i) os títulos de dívida pública portuguesa passaram a ter um peso superior a 40% na carteira de activos financeiros (41,3% em 2016 face a 33,9% em 2015);
- ii) os títulos de dívida pública de emissores estrangeiros continuaram a ter um peso significativo na carteira de activos financeiros (45%), tendo este peso estabilizado face ao período anterior.

No cômputo geral, a carteira de activos financeiros cresceu situando-se no final de 2016 em 5.312 milhões de euros face aos 3.730 milhões de euros registados no final de 2015 (+42,4%).

Activos financeiros disponíveis para venda, detidos até à maturidade e para negociação

Em milhares de euros	2015		2016		Δ 2016/ 2015
	Valor	% do total	Valor	% do total	
Carteira de activos					
Activos financeiros disponíveis para venda	3.586.461	96,2%	1.647.949	31,0%	-54,1%
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	1.123.606	30,1%	614.559	11,6%	-45,3%
Obrigações de outros emissores residentes	280.846	7,5%	109.466	2,1%	-61,0%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1.676.546	45,0%	559.540	10,5%	-66,6%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	168.301	4,5%	60.408	1,1%	-64,1%
Acções de empresas nacionais e UP's	327.832	8,8%	291.435	5,5%	-11,1%
Acções de empresas estrangeiras e UP's	9.330	0,3%	12.541	0,2%	34,4%
Investimentos detidos até à maturidade	142.920	3,8%	3.663.616	69,0%	2463%
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	139.367	3,7%	1.580.766	29,8%	1034%
Obrigações de outros emissores residentes	0	0,0%	82.361	1,6%	n.a.
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	0	0,0%	1.852.343	34,9%	n.a.
Obrigações de outros emissores estrangeiros	0	0,0%	81.779	1,5%	n.a.
Outros não discriminados	3.553	0,1%	66.366	1,2%	1768%
Activos financeiros detidos para negociação	224	0,0%	411	0,0%	83,7%
Total	3.729.604	100,0%	5.311.976	100,0%	42,4%

5.3 NEGÓCIO BANCÁRIO EXCLUINDO CAIXA CENTRAL

PRINCIPAIS INDICADORES

em milhares de euros

	2014	2015	2016	Var. 16/15	
				Abs.	%
Activo total	11.840.817	12.663.525	13.836.604	1.173.079	9,3%
Activos fin. dispon. para venda e detidos até à maturidade	186.442	239.698	279.375	39.677	16,6%
Crédito a clientes (bruto)	6.782.153	6.987.799	7.301.095	313.296	4,5%
Aplicações na Caixa Central (Bruto)	3.997.382	4.565.248	5.247.260	682.012	14,9%
Recursos de clientes	10.293.225	10.593.286	11.169.269	575.983	5,4%
Recursos de OIC	69.376	554.324	1.061.968	507.644	91,6%
Capitais próprios	1.171.098	1.219.407	1.297.487	78.080	6,4%
Margem financeira	252.383	262.897	255.524	-7.373	-2,8%
Produto bancário	374.612	403.867	393.982	-9.886	-2,4%
Custos de estrutura	257.082	256.663	266.672	10.009	3,9%
Provisões / imparidades	119.936	83.473	16.467	-67.007	-80,3%
Resultado antes de impostos	-2.406	63.731	110.843	47.112	73,9%
Resultado Líquido	-13.112	49.985	80.574	30.589	61,2%
Rácio de crédito vencido	8,49%	8,17%	6,53%	-1,64 p.p.	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	-1,12%	4,10%	6,21%	2,11 p.p.	
Rendibilidade do activo (ROA)	-0,11%	0,39%	0,58%	0,19 p.p.	
Rácio de eficiência	68,6%	63,6%	67,7%	4,14 p.p.	

O activo total das Caixas Agrícolas registou, em 2016, um valor de 13.837 milhões de euros, representando um aumento de 9,3% (+1.173 milhões de euros) face ao período homólogo. Este aumento deve-se, em grande medida (i) ao aumento dos excedentes das Caixas Agrícolas na Caixa Central que, em 2016, atingiu o valor de 5.247 milhões de euros e (ii) ao aumento do crédito a clientes bruto que se fixou nos 7.301 milhões de euros (+4,5%).

O passivo total registou um aumento de 9,6%, passando de 11.444 milhões de euros em 2015 para 12.539 milhões de euros em 2016, influenciado:

- pelo aumento dos recursos de clientes em 5,4% (+576 milhões de euros) passando para os 11.169 milhões de euros, em 2016; e
- pelo aumento dos recursos de outras instituições de crédito em 91,6% (+508 milhões de euros) passando para os 1.062 milhões de euros, em 2016.

Ao nível do capital próprio das Caixas Agrícolas, assistiu-se a um crescimento de 78 milhões de euros (+6,4%), totalizando 1.297 milhões de euros em 2016, que compara com os 1.219 milhões de euros em 2015.

No que respeita ao resultado líquido, as Caixas Associadas apresentaram, em 2016, um valor de 81 milhões de euros o que representa um acréscimo de 31 milhões de euros face ao período homólogo.

5.4 NEGÓCIO DA CAIXA CENTRAL

A Caixa Central, em linha com o sector, observou, com referência a Dezembro de 2016, uma diminuição do volume de crédito bruto concedido a clientes, em cerca de 2,3% face ao período homólogo, bem como uma diminuição ao nível do crédito vencido (-28,2%), originando um rácio de crédito vencido há mais de 90 dias de 4,9% (1,8 p.p inferior ao verificado no ano anterior).

PRINCIPAIS INDICADORES

<i>em milhares de euros</i>	2013	2014	2015	2016	Var. 2016/2015
Activo total	6.576.679	5.994.803	6.022.848	7.964.474	32,2%
Passivo total	6.428.774	5.692.924	5.767.870	7.735.075	34,1%
Crédito a clientes (bruto)	1.392.146	1.365.084	1.441.712	1.408.944	-2,3%
Recursos das Caixas Agrícolas	4.155.994	4.097.656	4.666.450	5.456.605	16,9%
Recursos de clientes	194.157	313.253	376.947	600.625	59,3%
Capitais próprios	147.905	301.878	254.978	229.399	-10,0%
Margem financeira	-2.944	-4.717	-18.366	19.922	208,5%
Produto bancário	97.771	180.752	99.634	78.474	-21,2%
Custos de estrutura	46.705	44.890	45.619	47.766	4,7%
Provisões / imparidades	46.468	81.066	44.043	37.235	-15,5%
Resultado Líquido	1.025	36.610	4.961	-9.279	-287,0%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	0,7%	12,1%	1,9%	-4,0%	-6 p.p
Rácio de eficiência	47,8%	24,8%	45,8%	60,9%	15,1 p.p
Rácio de crédito vencido > 90 dias	7,1%	6,8%	6,7%	4,9%	-1,8 p.p
Rácio de solvabilidade - Common Equity Tier 1	-	10,7%	10,7%	10,4%	-0,3 p.p
Rácio de solvabilidade - Tier 1	7,5%	10,7%	10,7%	10,4%	-0,3 p.p
Rácio de solvabilidade - Total	9,7%	11,9%	11,5%	10,9%	-0,6 p.p

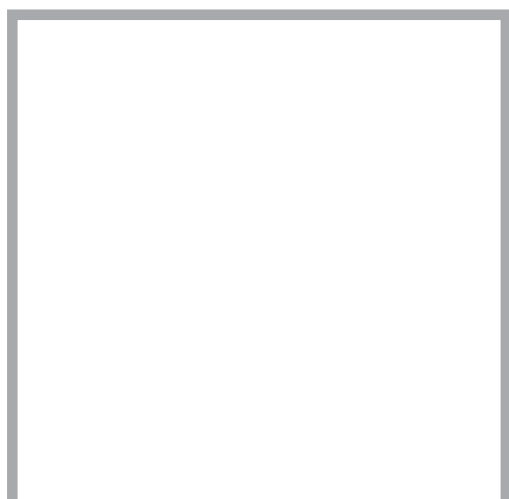
Num contexto em que o crédito bruto concedido em Lisboa e Porto registou uma quebra de 2,1% e 3,4 , respectivamente em 2016, a Caixa Central viu o seu crédito bruto diminuir 2,3% (-32,7 milhões de euros), fruto de uma contracção tanto do crédito próprio (-20,0 milhões de euros), como do crédito agenciado (-12,7 milhões de euros). Contudo esta redução do crédito bruto na Caixa Central foi fortemente influenciada pelo abate ao activo de crédito vencido e totalmente provisionado (46,3 milhões de euros).

No que respeita à estrutura de balanço, em 2016, verificou-se um aumento do activo total que atingiu os 7.964 milhões de euros (+ 32,2% face ao valor do activo registado em 2015), tendo contribuído para este aumento essencialmente as aplicações em títulos que aumentaram 44,2% face a 2015 (+1,5 mil milhões de euros) e as aplicações em instituições de crédito que registaram um aumento de 67,5% (+426 milhões de euros). O passivo total acompanhou o crescimento do activo e cifrou-se nos 7.735 milhões de euros, o que representa um aumento de 34,1% face ao valor registado a 31 Dezembro 2015. O capital próprio registou um decréscimo de 26 milhões de euros para os 229 milhões de euros, essencialmente explicado pela redução registada nas reservas e no resultado do exercício que se cifrou em cerca de -9,3 milhões de euros.

Este decréscimo do resultado líquido para valores negativos é explicado essencialmente pela redução de 55,8 milhões de euros dos resultados gerados pelas aplicações em activos financeiros face a 2015 (-55,4%).

No que respeita ao risco de liquidez e de taxa de juro, a Caixa Central mantém um efectivo controlo destes riscos, garantindo a sua mitigação e uma gestão conservadora do balanço, em linha com os seus princípios orientadores e as especificidades do Grupo Crédito Agrícola, em particular, na gestão de tesouraria e excedentes de liquidez.

A Caixa Central apresenta uma situação resiliente e adequada no que respeita ao capital, onde se destaca um rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1 (Common Equity Tier 1) de 10,4% e um rácio de capital total de 10,9%, valores com referência a 31 de Dezembro de 2016 incorporando o resultado líquido do exercício.



	06
--	----

Gestão de risco

VI. GESTÃO DE RISCO

6.1 GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO

a) Estrutura organizacional

A gestão de risco no Grupo Crédito Agrícola pretende assegurar, a nível individual e consolidado, a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, designadamente mediante a definição do respectivo perfil de risco e monitorização do mesmo ao longo do tempo, bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais insuficiências desse sistema. A função de gestão de risco confere, neste contexto, um suporte aos órgãos de gestão e assume uma posição relevante na estrutura de defesa da solidez financeira da instituição.

O modelo organizacional estabelecido para o Crédito Agrícola encontra-se sustentado numa função de índole tendencialmente corporativa assumida por órgãos de estrutura da Caixa Central em estreita articulação com cada Caixa Agrícola, designadamente na identificação, avaliação, reporte e controlo dos riscos, com o objectivo de minimização do risco da actividade. A gestão executiva das Caixas Agrícolas assegura o envolvimento na definição e implementação dos modelos de risco, a definição das políticas e objectivos em termos comerciais, de risco de crédito, de recursos humanos e financeiros, de acordo com as orientações da Caixa Central e a monitorização do cumprimento das orientações e dos objectivos. A este respeito, e não obstante as actividades desenvolvidas neste domínio nos últimos anos, decorre um processo de evolução dos meios de suporte, incluindo modelos de dados, que permitem apoiar de uma forma sistemática a função risco nas Caixas Agrícolas.

No apoio à definição e implementação das políticas de gestão de risco e capital do Grupo, o Comité de Risco assume um papel fundamental, tratando-se do órgão colegial que colabora na supervisão global das políticas de gestão do risco aplicadas pelos membros do GCA e envolvendo a presença de Caixas Agrícolas. Compete-lhe, genericamente, apoiar a definição de objectivos globais e emitir orientações, no que concerne à gestão dos diferentes riscos, procurando garantir a sua aplicação e transposição para a actividade corrente. Na execução desta missão compete-lhe assegurar a adequada integração das diferentes vertentes, perspectivas funcionais e elementos que concorrem para a actividade e que se reflectem nas suas práticas operacionais.

A função de gestão de activos e passivos do GCA engloba todas as iniciativas destinadas a identificar, quantificar e gerir os riscos inerentes à actividade de intermediação financeira, alcançando uma articulação com as restantes dimensões funcionais relevantes para esta última. E, nesta matéria, o Comité ALCO assume-se como o órgão colegial encarregue da preparação, tomada de decisão e posterior acompanhamento da execução das medidas definidas ao nível da gestão de activos e passivos.

Em linha com as melhores práticas, cada uma das entidades constituintes do SICAM dispõe, genericamente, de um conjunto de órgãos intervenientes no governo do risco, em particular na vertente de crédito, como sejam os Conselhos de Crédito que pretendem assegurar a qualidade da carteira através da decisão das

operações ou limites enquadradas em cada um dos níveis de delegação de competências ou, ainda, os Conselhos de Acompanhamento e de Recuperação de Crédito.

Perfil de risco

O perfil de risco corresponde ao nível de risco que o Grupo Crédito Agrícola está disposto a aceitar e tem como vectores o posicionamento estratégico do Grupo, as características estruturais e o grau de aceitação do risco. Os processos adoptados, tendo em vista uma gestão prudente do negócio e uma adequada avaliação do risco, reflectem o perfil de risco do GCA em cada momento. A sua definição e contínuo reajustamento são entendidos como necessários à manutenção da relação retorno/risco desejável.

A metodologia de suporte à definição do perfil de risco baseia-se na materialização dos objectivos estratégicos, propostos pelo CAE e sancionados em Assembleia-Geral, em indicadores e limites de exposição ao risco, que devem ser incorporados no exercício da actividade diária.

Dadas as especificidades do sistema cooperativo, nomeadamente a autonomia societária e comercial das Caixas Agrícolas e o seu envolvimento na economia local e nas comunidades em que estão inseridas, o perfil de risco das entidades do SICAM obedece a um perfil de referência através de limites estabelecidos para o efeito e da identificação de eventuais medidas de regularização dos níveis de capital ou de liquidez.

6.2 RISCO DE CRÉDITO, MERCADO, TAXA DE JURO, LIQUIDEZ E OPERACIONAL

a) Risco de crédito

Estratégia e Princípios Orientadores

O risco de crédito constitui o risco mais relevante da actividade do Grupo Crédito Agrícola atenta a sua natureza jurídica e as especificidades da estratégia de negócio do Grupo.

O objectivo da gestão do risco de crédito consiste na maximização dos proveitos por unidade de risco assumida, mantendo a exposição a este risco em níveis aceitáveis face aos objectivos de desenvolvimento do negócio e, posteriormente, respeitando sempre as exigências regulamentares.

A estratégia e as políticas gerais do risco de crédito são definidas, revistas e aprovadas com uma periodicidade mínima anual, assegurando-se que estas cobrem todas as actividades nas quais existe uma exposição relevante a esta tipologia de risco.

O Grupo Crédito Agrícola aplica o método padrão na determinação dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito, tal como estabelecido pelos requisitos prudenciais de Basileia, registando o valor de 7,4 mil milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2016.

Na perspectiva de reduzir as perdas por crédito concedido, o GCA aplica um conjunto de medidas que visam aprofundar o controlo sobre os clientes e operações, reforçar a capacidade de análise de risco, melhorar a decisão de crédito e reforçar o acompanhamento dos clientes de forma a actuar preventivamente:

- **Processo de análise de risco de crédito**

Os procedimentos associados à análise de risco de crédito permitem controlar a sua conformidade, eficácia e eficiência, obedecendo a um conjunto de princípios fundamentais, tais como, uma avaliação da capacidade de reembolso do mutuário através de uma visão da sua actividade e do seu relacionamento bancário consolidado; a obtenção de um conhecimento profundo do cliente, resultante da experiência de relacionamento e da informação recolhida sobre o mesmo; a aplicação de metodologias, critérios e práticas homogéneas na avaliação do risco; uma adequada segregação de funções; uma avaliação do risco realizada de forma independente, isenta, rigorosa e de acordo com os critérios éticos e profissionais que regem o GCA e de acordo com as políticas e procedimentos definidos, respeitando as normas prudenciais a que o Grupo está sujeito.

- **Processo de decisão**

De modo a conciliar o interesse comercial com a adequada gestão do risco de crédito subjacente, é identificado um conjunto de variáveis que, no seu conjunto, definem o grau de risco do cliente e da operação e que se encontram sustentadas em modelos analíticos de apoio ao processo de decisão, destacando-se a este nível os modelos de *scoring* destinados ao segmento de clientes particulares (incluindo ENI) e os modelos de *rating* que pretendem avaliar o risco de crédito dos clientes empresariais.

– **Processo de acompanhamento**

O processo de acompanhamento da carteira de crédito está sustentado numa ferramenta que visa a monitorização e sistematização do crédito ao longo da fase pré-recuperação, além de contemplar um conjunto de procedimentos de acompanhamento, como a manutenção da carteira em conformidade com a estratégia definida de limites de exposição, diversificação e cobertura por garantias e imparidades de crédito e o acompanhamento, individual, de cada operação, cliente ou grupo de clientes, com o objectivo de monitorizar a evolução da probabilidade de recebimento de *cash-flows* futuros esperados e a adopção de medidas tendentes a minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes de uma evolução desfavorável da situação financeira dos clientes.

Nesta dimensão, o processo de apuramento das imparidades de crédito assume um papel de relevo nas actividades de acompanhamento.

– **Processo de recuperação**

Na presença de situações de incumprimento, as responsabilidades de um cliente são geridas através de uma área específica e autónoma que avalia o potencial de recuperação daquelas responsabilidades através da renegociação, da execução de garantias existentes ou outra via de índole litigiosa. Para apoio a este processo, o Grupo dispõe de uma ferramenta informática especializada que permite agilizar as tarefas associadas, tais como organizar a informação em processos extra-judiciais e judiciais, distribuir os processos aos elementos da área de recuperação, criar minutas de documentos e facultar informação tempestiva sobre o estado dos processos.

Modelos Analíticos de Avaliação do Risco de Crédito

O modelo interno de atribuição de rating a clientes empresa, os modelos de scoring (aplicacionais e comportamentais) destinados ao segmento de clientes particulares, incluindo ENI, o sistema de gestão e controlo de grupos económicos e de risco, o sistema de gestão e controlo de limites de crédito, o workflow de crédito, as ferramentas de apoio aos processos de acompanhamento e de recuperação de crédito e a ferramenta de gestão de garantias e colaterais recebidos, pretendem alcançar uma melhoria significativa no domínio da gestão do risco de crédito no Grupo Crédito Agrícola, não só mediante a acrescida qualidade da informação de suporte, como também pelo dinamismo e robustez que promovem, contribuindo para um eficiente acompanhamento da carteira de crédito.

O modelo interno de rating adoptado pelo Crédito Agrícola, com o estatuto de ferramenta de apoio à decisão e acompanhamento da carteira de crédito de clientes com actividade económica, visa formalizar de forma homogénea e sintética a classificação (notação) de risco daqueles clientes, com o objectivo principal da sua mitigação, resultando numa escala de solvência associada a distintos perfis de risco.

No sentido de quantificar o risco no momento da aceitação de crédito para o segmento dos clientes particulares, são utilizados modelos de scoring aplicacionais (reactivos) para cada segmento, que permitem estimar a probabilidade de incumprimento e que assentam igualmente numa escala de solvência correlacionada com o perfil de risco do cliente/ operação. Em alguns segmentos, com características específicas, são apresentados limites de crédito com natureza indicativa associados a cada classe de risco.

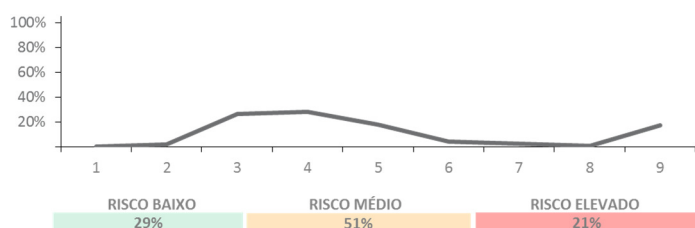
Em linha com estes, os modelos de scoring comportamental permitem alcançar a actualização regular e automática da notação de risco, a avaliação permanente dos clientes e contratos e a monitorização periódica do crédito concedido a clientes particulares, sobretudo através da ponderação de informação comportamental interna.

Avaliação da Exposição

O crédito concedido a clientes do Grupo observou um aumento de 3,4% em termos homólogos posicionando-se nos 8.655 milhões de euros em Dezembro de 2016.

A análise da carteira de crédito de clientes com actividade económica, através da distribuição relativa pelas diferentes classes de risco, permite identificar uma forte concentração no perfil de risco baixo e médio, representando 29% e 51% do montante de exposição, respectivamente.

NOTAÇÕES DE RATING
FREQUÊNCIA RELATIVA DO VOLUME DE EXPOSIÇÃO

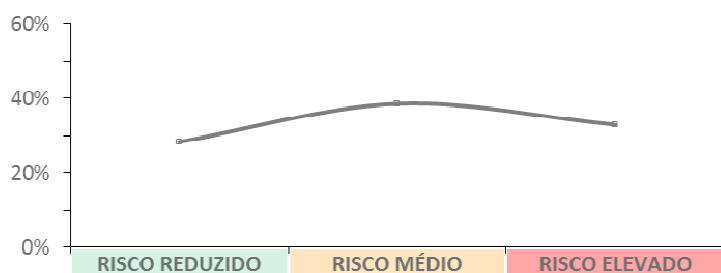


Notação	Descrição do perfil de risco do cliente
1	Extremamente Sólido
1,5	Muito Sólido
2	Sólido
2,5	
3	
3,5	Razoável
4	
4,5	
5	Moderadamente Vulnerável
5,5	
6	
6,5	Vulnerável
7	
7,5	
8	Muito Vulnerável
8,5	Excessivamente Vulnerável
9	

No segmento de clientes particulares, as operações de crédito à habitação registam uma concentração no perfil de risco médio, o que perfaz 39% do montante de crédito concedido.

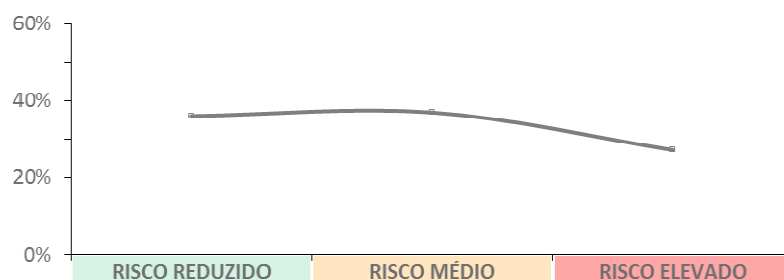
Relativamente ao crédito para consumo e outras finalidades, a análise gráfica da frequência relativa permite assinalar uma trajetória descendente do volume com o aumento do nível de risco, observando-se uma forte incidência no perfil de risco reduzido e médio, fixando-se nos 36% e 37% do montante concedido, respectivamente.

CRÉDITO À HABITAÇÃO
FREQUÊNCIA RELATIVA DO MONTANTE DE EXPOSIÇÃO



Classes de risco	Nível de risco
1	Reduzido
2	
3	
4	Médio
5	
6	
7	Elevado
8	

CRÉDITO PARA CONSUMO E OUTRAS FINALIDADES
FREQÜÊNCIA RELATIVA DO MONTANTE DE EXPOSIÇÃO

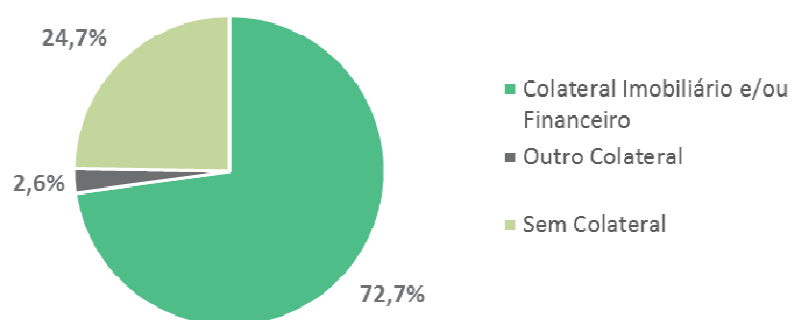


Risco de concentração de crédito

Os indicadores de crédito concedido por cliente ou grupo económico e de risco permitem apurar as 10 maiores exposições do Grupo Crédito Agrícola, exceptuando os Bancos e Soberanos.

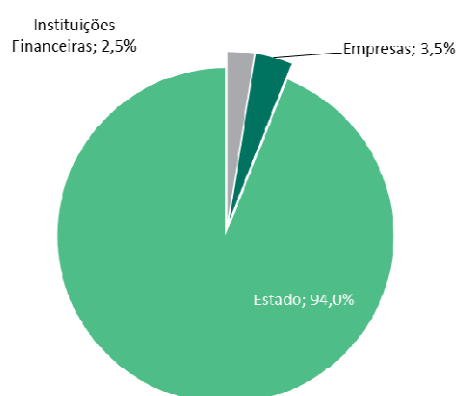
Cliente/ Grupo de clientes	Peso da Exposição no total da carteira (%)
Grupo A	1,4%
Grupo B	0,6%
Grupo C	0,4%
Grupo D	0,4%
Grupo E	0,3%
Total 5 maiores	3,0%
Grupo F	0,3%
Grupo G	0,2%
Grupo H	0,2%
Grupo I	0,2%
Grupo J	0,2%
Total 6-10 maiores	1,1%
Total 10 maiores	4,2%
Total 50 maiores	9,1%

A carteira de garantias recebidas para cobertura do crédito a clientes mantém a sua composição habitual, com os colaterais imobiliários e financeiras a assumirem a maior preponderância perfazendo cerca de 73% do volume de crédito em Dezembro de 2016.

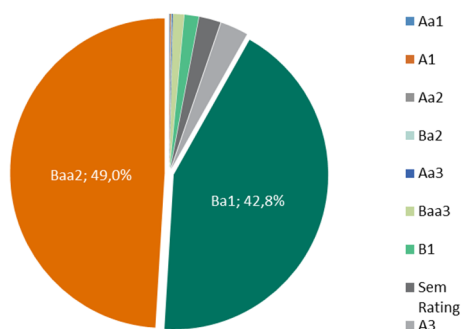


Carteira de Títulos de Dívida

A carteira própria de títulos detidos revela uma concentração elevada em instrumentos emitidos pelo Estado ou com garantia do Estado, além de uma parte remanescente associada a Instituições financeiras e Empresas.



A análise do grau de concentração da carteira com base no rating da contraparte apresenta a seguinte distribuição.



b) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro reflecte a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro (risco de repricing), alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos (risco de base) do balanço, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais (risco opcional).

As alterações das taxas de juro condicionam os resultados ao afectarem, não só a margem financeira, como outros elementos do produto bancário sensíveis às taxas de juro (e.g. valor dos títulos de dívida pública sujeitos a reavaliação a valor de mercado), afectando igualmente o valor subjacente dos activos, passivos, elementos fora de balanço, e consequentemente dos fundos próprios, em função da necessária revisão do valor actual dos cash-flows futuros por estes gerados (e em muitos casos da revisão dos próprios cash-flows).

Estratégia e Princípios Orientadores

O risco de taxa de juro é um risco relevante da actividade desenvolvida pelo Grupo e, nesse sentido, é identificado, mensurado, monitorizado e controlado não só em base consolidada mas também em base individual ao nível da Caixa Central e das Caixas Associadas. A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo CAE e os resultados das avaliações de exposição ao risco de taxa de juro e das eventuais estratégias de cobertura do risco serão igualmente acompanhados pelo ALCO e do conhecimento do CAE.

Com a definição de adequadas métricas e metodologias de avaliação do risco de taxa de juro e a definição de limites de exposição a este risco, procura garantir-se que o GCA não incorre em situações que coloquem em causa a estabilidade da sua conta de resultados ou, no limite, a sua solvabilidade.

Avaliação da Exposição

O GCA recorre a um conjunto alargado de métricas para determinação da exposição ao risco de taxa de juro, bem como à definição de um conjunto complementar de limites que procurem minimizar o risco de verificação de perdas associadas a variações das taxas de juro tanto a curto como a médio e longo prazo.

A avaliação mensal da exposição ao risco de taxa de juro é realizada com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa, sendo calculados, para cada intervalo, os cash-flows activos e passivos e apurado o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Com base nos resultados obtidos, procede-se à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

Adicionalmente são elaborados vários tipos de reporte interno como é o caso de análises macroeconómicas, análises das demonstrações financeiras, avaliação dos riscos de balanço, gap de duração e valor económico, projecção de avaliação da margem financeira, análise da contribuição das diversas

massas de balanço para a margem financeira, cenários de evolução das taxas de juro, testes de esforço, margens patrimoniais e evolução da margem financeira associada às diversas massas patrimoniais. Estes indicadores permitem, às áreas envolvidas no ALCO, bem como à gestão de topo, acompanhar e tomar decisões de forma atempada.

Em 31 de Dezembro de 2016, a exposição do balanço ao risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados é a seguinte:

	Datas de Refixação/ Datas de Maturidade							Valores em milhares de euros
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.132	0	0	0	0	0	0	340.132
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.691	0	0	0	0	0	0	75.691
Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0	0	0	1.009	1.009
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	27	0	0	0	27
Activos financeiros disponíveis para venda	0	600.549	324.338	297.822	31.207	12.499	137.701	1.404.116
Aplicações em instituições de crédito	0	1.622	4.378	0	0	0	35	6.035
Crédito a clientes (saldo bruto)	35.533	4.231.857	3.649.697	122.243	114.791	173.595	327.607	8.655.322
Investimentos Detidos até a Maturidade	0	75.054	8.099	209.369	2.251.947	1.082.734	36.413	3.663.616
Total	451.356	4.909.082	3.986.513	629.461	2.397.944	1.268.828	502.764	14.145.948
Passivo								
Recursos de bancos centrais	0	37.960	0	0	1.285.200	0	0	1.323.160
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	234	234
Recursos de outras instituições de crédito	3.476	112.771	131.612	0	0	0	11.055	258.914
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.204	6.973.507	4.222.653	144.868	11.157	32.279	330.302	11.731.970
Instrumentos representativos de capital	0	0	0	0	0	0	1.515	1.515
Outros passivos subordinados	0	16.672	42.350	10.671	45.368	0	1.473	116.533
Total	20.680	7.140.910	4.396.615	155.539	1.341.724	32.279	344.580	13.432.326
Exposição Líquida	430.676	-2.231.828	-410.102	473.922	1.056.220	1.236.549	158.184	713.622

A análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2016, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações nas taxas de referência de -100 pontos base até +100 pontos base apresenta os seguintes resultados:

Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência				
Valores em milhares de euros	-100 p.b.	-50 p.b.	+50 p.b.	+100 p.b.
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-237	-118	118	237
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	-10.506	-5.253	5.253	10.506
Aplicações em instituições de crédito	-27	-14	14	27
Crédito a clientes (saldo bruto)	-41.975	-20.987	20.987	41.975
Investimentos Detidos até a Maturidade	-137.627	-68.813	68.813	137.627
Total	-190.372	-95.186	95.186	190.372
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-46.536	-23.268	23.268	46.536
Recursos de outras instituições de crédito	-796	-398	398	796
Recursos de clientes e outros empréstimos	-36.115	-18.057	18.057	36.115
Outros passivos subordinados	-1.147	-574	574	1.147
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Total	-84.593	-42.297	42.297	84.593
Impacto no valor económico	-105.779	-52.890	52.890	105.779

O mapa de análise de sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (i.e. +50 bp, +100 bp, -50 bp, -100 bp), procedendo para tal à actualização dos *cash flows* associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios e na Margem Financeira do Grupo, respectivamente.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez reflecte a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da Instituição dispor, a cada momento, das disponibilidades para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, tendo já em consideração a capacidade existente para gerir uma liquidação de activos em condições de preço e período de tempo razoáveis. Desta forma, pretende-se financiar o activo e satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas sem incorrer em perdas exageradas, limitando, para tal, a existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira.

Estratégia e princípios orientadores

A política de gestão da liquidez do GCA é definida e monitorizada de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo CAE, enquanto a sua gestão diária é da responsabilidade das áreas especializadas. Os recursos excedentários do Grupo são canalizados para a Caixa Central onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e de liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de curto prazo sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo e a Caixa Central realizam um acompanhamento dos rácios de liquidez do ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras do Banco de Portugal. A este propósito refira-se que o Grupo mantém uma política conservadora traduzida num rácio de transformação líquido abaixo da média do sector.

No âmbito da gestão de liquidez procura manter-se linhas de financiamento, com ou sem garantia de títulos, junto de instituições de crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas, lançar produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos, bem como controlar eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, possam vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira, diminuindo a sua estabilidade e permanência.

Adicionalmente o GCA mantém a cada momento um plano de contingência de liquidez actualizado, identificando as acções a desenvolver e responsabilidades de actualização em caso de materialização de cenários de stress, bem como, utiliza no processo de definição de pricing da oferta comercial e de avaliação de performance, mecanismos que considerem os custos de liquidez implícitos em cada produto.

Avaliação da exposição

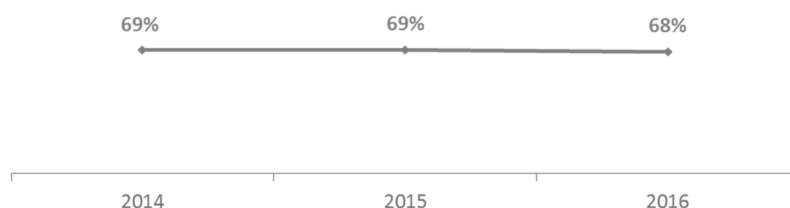
O Grupo recorre a conjunto alargado de métricas para determinação da exposição ao risco de liquidez bem como à definição de um conjunto complementar de limites que procurem minimizar o risco de verificação de perdas associadas a situações de iliquidez tanto a curto como a médio e longo prazos.

Na análise de exposição ao risco de liquidez são utilizadas diversas metodologias com o objectivo de avaliar, por um lado, a liquidez imediata, por via do Rácio de Cobertura de Liquidez (Liquidity Coverage Ratio ou LCR), dos rácios mínimos de liquidez a uma semana e a um mês considerando o grau de cobertura de uma redução brusca dos depósitos à ordem e a prazo de clientes (presentemente, única fonte de liquidez estrutural do SICAM) sem impedimentos relevantes à mobilização antecipada, por activos líquidos de elevada qualidade (convertíveis em cash, por vencimento, venda ou utilização em operações de financiamento com garantia de títulos, de forma praticamente imediata e sem perda relevante de valor). Por outro lado, para avaliar a liquidez estrutural, são calculados os gaps estáticos e dinâmicos (incorporando a evolução orçamentada da actividade) de liquidez considerando a agregação numa série de intervalos temporais da totalidade dos cash-flows (pagamento de juros e amortização de capital) gerados pelas operações contratadas, tanto activas como passivas (de balanço e fora de balanço), bem como o Rácio de Financiamento Líquido Estável (Net Stable Funding Ratio ou NSFR).

O GCA prevê igualmente o desenvolvimento de mecanismos de cálculo de métricas adicionais de monitorização de liquidez designadamente: perfil temporal de maturidades (contratuais e comportamentais) de activos e passivos, concentração de financiamento por tipo de passivo e de contraparte, concentração da carteira de activos líquidos com potencial de liquidação, custeio dos vários tipos de financiamento disponível, perfil de renovação dos vários tipos e financiamentos utilizados.

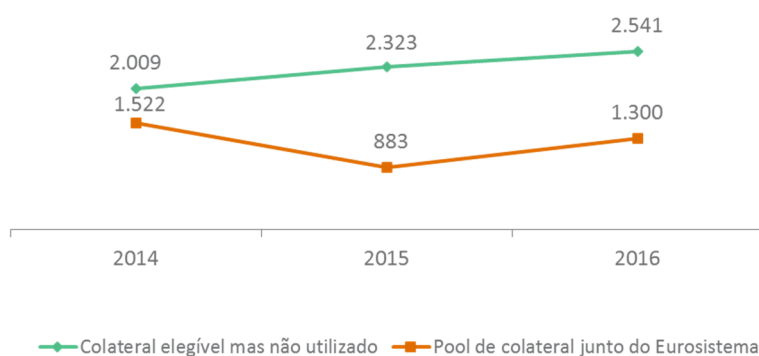
O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma posição de liquidez confortável, traduzida numa base de recursos de clientes sólida (a principal fonte de financiamento do GCA) e reflectindo um rácio de transformação em níveis inferiores ao observado, em regra, pelo sistema financeiro.

Rácio de transformação (líquido)



O financiamento junto do BCE registou um acréscimo após uma retracção nos períodos recentes, atingindo os 1.000 milhões de euros em Dezembro de 2016, sendo de referir que os activos elegíveis para esta tipologia de operações totalizavam 2,5 mil milhões de euros na mesma data.

Refinanciamento junto ao Eurosistema



d) Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, da inadequação ou deficiência dos sistemas de informação, de causas externas, eventos estes que podem resultar num impacto negativo nos resultados e no capital.

Nesta matéria, o Grupo tem vindo a expandir o catálogo de processos, incluindo os respectivos riscos e controlos, para subsequente articulação estreita com a infra-estrutura de risco operacional e que se caracteriza por objectivos incrementais na respectiva abordagem de evolução, em particular no que diz respeito à matriz de eventos de risco e ao processo global de recolha de eventos e perdas.

A metodologia de cálculo do capital interno para o risco operacional, denominada como Adjusted Basic Indicator, assenta na realização de questionários, distribuídos a membros qualificados da Instituição, que permitem avaliar o grau de conformidade do modelo de gestão de risco operacional do GCA face às práticas

mínimas estabelecidas pelo Comité de Basileia e às restantes boas práticas encontradas no sector financeiro. Os questionários remetidos para resposta são independentes (por tipo de risco), ou seja, cada questionário avalia individualmente cada um dos tipos de risco sujeitos a avaliação: operacional, de compliance e de sistemas de informação.

O Grupo aplica um vasto conjunto de medidas de mitigação do risco operacional, destacando-se a existência e actualização permanente de um plano de continuidade do negócio, de normas internas de segurança da informação, a automatização dos processos contabilísticos, em particular, os associados à carteira de crédito, a segregação de funções na realização e contabilização de transacções, a existência de normas internas de segurança física das instalações e a existência de seguros (e.g. edifícios, roubo, etc.).

O requisito de fundos próprios para o risco operacional, calculado de acordo com o indicador básico estabelecido por Basileia posicionou-se, com referência a 31 de Dezembro 2016, nos 1,1 mil milhões de euros.

e) Risco imobiliário

O risco imobiliário consiste estritamente na perda resultante da variação desfavorável do preço dos activos imobiliários residentes no balanço, em particular relativamente aos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio. Assume uma natureza complementar ao risco imobiliário intrínseco ao risco de crédito.

A metodologia de avaliação do risco imobiliário no Grupo Crédito Agrícola pressupõe a quantificação da perda potencial resultante da variação do preço dos activos imobiliários registados no balanço, considerando a totalidade do valor dos imóveis em carteira à data de referência, em cenários previamente estabelecidos, tomando em consideração as especificidades dos diferentes segmentos (residencial, comercial e agrícola/ terrenos agrícolas). O risco imobiliário pressupõe, naturalmente, uma expectativa de desvalorização do preço dos imóveis registados no balanço (activos não correntes detidos para venda) e em fundos imobiliários.

f) Risco de mercado e risco de taxa de câmbio

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, spreads de crédito ou outras variáveis equivalentes.

No contexto da estratégia e da actividade desenvolvida pelo Grupo Crédito Agrícola, o risco de mercado não foi classificado como materialmente relevante, em particular, observando, nesta fase, a inexistência de uma carteira de negociação.

De modo a mitigar os riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco, a cada momento.

Além da carteira de títulos da Caixa Central, a carteira de títulos da CA Vida é gerida na sua totalidade pela CA Gest, sendo que existe um benchmark de investimento definido, de acordo com o risco que se pretende

assumir e a rentabilidade desejada, para cada título. A referida carteira é valorizada mensalmente, ou semanalmente em períodos de grande volatilidade dos mercados, com base em relatórios produzidos pela CA Gest.

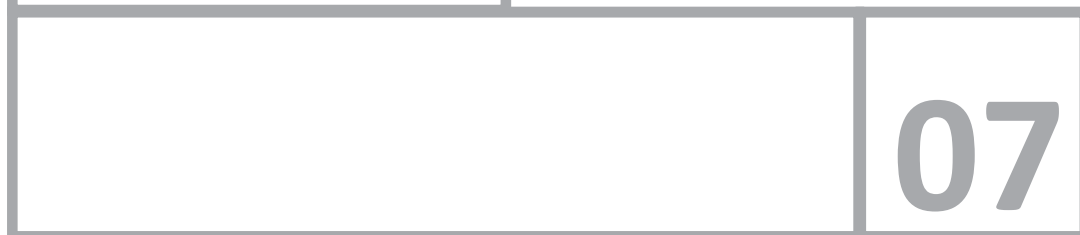
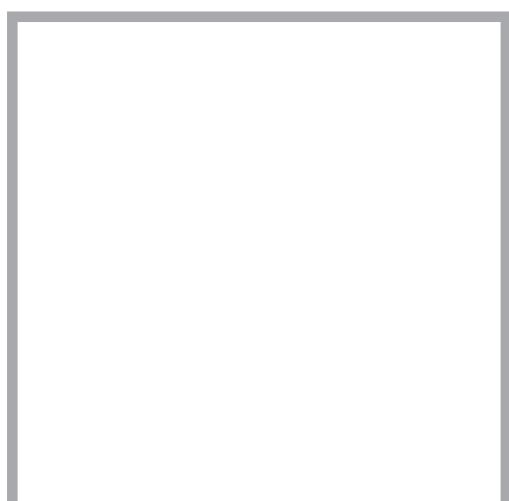
O acompanhamento das carteiras sob gestão da CA Gest é realizado, designadamente, mediante a avaliação regular da respectiva composição, duração média, rendibilidade e risco, neste caso através de análises VaR (Value at Risk), tratando-se de matéria visada em âmbito de Comité ALCO.

No que concerne ao risco cambial, surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem posições abertas nessas mesmas moedas e, à semelhança do risco de mercado, também é assinalado como um risco não materialmente relevante para o Crédito Agrícola.

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. As operações negociadas têm substrato comercial, sendo a actividade cambial direccionada para a sua cobertura dentro de limites de exposição muito conservadores.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual para cada uma das sucursais e a nível consolidado.

No GCA, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada e sob o enquadramento de limites aprovados.



Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

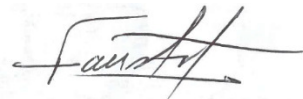
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2016		2015		PASSIVO E CAPITAL	Notas	2016	2015
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	340.138.054	-	340.138.054	354.214.212	Recursos de bancos centrais	23	1.323.160.110	385.809.900
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	75.735.013	-	75.735.013	67.592.683	Passivos financeiros detidos para negociação	12	234.003	3.945
Activos financeiros detidos para negociação	8	24.910.337	-	24.910.337	35.304.739	Recursos de outras instituições de crédito	23	255.743.193	240.007.012
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	85.444.410	-	85.444.410	68.203.609	Recursos de clientes e outros empréstimos	24	11.726.365.591	10.910.085.663
Activos financeiros disponíveis para venda	10	3.263.869.582	(2.611.396)	3.261.258.186	5.346.311.852	Provisões	25	11.992.870	11.326.053
Aplicações em instituições de crédito	11	6.035.157	-	6.035.157	95.128.432	Provisões técnicas de contratos de seguros	21	1.573.474.610	1.611.507.323
Crédito a clientes	13	8.651.322.913	(710.417.574)	7.940.905.339	7.555.016.699	Passivos por impostos correntes	20	6.441.971	7.872.979
Investimentos detidos até à maturidade	14	3.663.616.201	-	3.663.616.201	-	Passivos por impostos diferidos	20	6.612.225	8.264.917
Activos não correntes detidos para venda	15	743.694.111	(124.188.404)	619.505.707	668.752.364	Instrumentos representativos de capital	26	1.515.030	1.634.295
Propriedades de investimento	16	69.945.836	-	69.945.836	82.583.185	Outros passivos subordinados	27	116.533.500	120.409.349
Outros activos tangíveis	17	543.736.183	(299.850.630)	243.885.553	255.279.451	Outros passivos	28	433.052.446	434.033.836
Activos intangíveis	18	259.600.924	(196.195.124)	63.405.800	61.212.319	Total do Passivo		15.455.125.549	13.730.955.272
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	2.543.738	-	2.543.738	5.116.010				
Activos por impostos correntes	20	13.224.273	-	13.224.273	24.969.273	Capital	30	1.033.901.361	997.212.651
Activos por impostos diferidos	20	161.965.757	-	161.965.757	170.523.652	Reservas de reavaliação	31	(1.953.106)	26.023.329
Outros activos	22	154.036.492	(27.164.514)	126.871.978	145.550.462	Outras reservas e resultados transitados	31	152.353.797	125.750.495
						Lucro do exercício	32	58.324.971	54.112.494
								1.242.627.023	1.203.098.969
						Interesses que não controlam	33	1.638.767	1.704.701
						Total do Capital		1.244.265.790	1.204.803.670
Total do Activo		18.059.818.981	(1.360.427.642)	16.699.391.339	14.935.758.942	Total do Passivo e do Capital		16.699.391.339	14.935.758.942

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

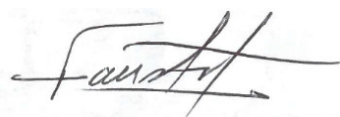
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	34	496.550.591	486.032.472
Juros e encargos similares	35	(169.168.029)	(176.385.404)
Margem financeira		327.382.562	309.647.068
Margem técnica da actividade de seguros	44	13.855.291	19.661.279
Rendimentos de instrumentos de capital	36	1.204.139	2.005.267
Rendimentos de serviços e comissões	37	122.849.535	116.346.647
Encargos com serviços e comissões	38	(17.706.146)	(18.066.289)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	39	13.441.556	(15.466.270)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	40	41.239.042	104.937.606
Resultados de reavaliação cambial	41	1.767.512	2.736.781
Resultados de alienação de outros activos	42	(21.255.061)	(6.668.755)
Outros resultados de exploração	43	(15.879.252)	78.612
Produto bancário		466.899.178	515.211.946
Custos com pessoal	45	(201.090.912)	(193.295.889)
Gastos gerais administrativos	46	(112.684.857)	(108.147.126)
Amortizações do exercício	16 e 17	(27.567.387)	(27.472.751)
Provisões líquidas de reposições e anulações	25	(1.818.880)	(5.843.438)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	25	8.033.300	(75.882.584)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(961.600)	555.027
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(36.251.796)	(31.770.729)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	32	304.292	(226.596)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		94.861.338	73.127.860
Impostos			
correntes	20	(24.274.928)	(27.355.287)
diferidos	20	(12.144.872)	8.600.283
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		58.441.538	54.372.856
Interesses que não controlam	32 e 33	(116.567)	(260.362)
Resultado consolidado do exercício		58.324.971	54.112.494

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

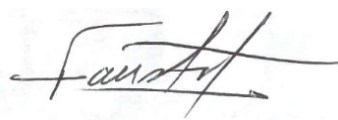
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		621.799.181	602.379.119
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(200.861.461)	(194.451.693)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(306.600.823)	(300.736.615)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões		(4.337.065)	(706.400)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento		(13.163.685)	(88.548.023)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		20.865.458	45.074.409
		117.701.605	63.010.797
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:			
Crédito a clientes		380.446.519	369.539.060
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados		(6.595.157)	9.879.651
Activos financeiros disponíveis para venda		(2.096.134.775)	(402.446.165)
Aplicações em instituições de crédito		(89.082.631)	91.934.431
Investimentos detidos até à maturidade		3.663.616.201	-
Outros activos		1.053.364	(4.253.097)
		1.853.303.521	64.653.880
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais		954.119.627	(490.565.210)
Recursos de clientes e outros empréstimos		829.233.977	373.476.811
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura		230.058	(192.891)
Outros passivos		(44.786.126)	65.208.110
		1.738.797.536	(52.073.180)
Caixa líquida das actividades operacionais		3.195.620	(53.716.263)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos		1.204.139	2.005.267
Alienações (Aquisições) de filiais e associadas, líquidas de alienações		2.572.272	47.973
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações		(24.718.604)	(14.558.371)
Caixa líquida das actividades de investimento		(20.942.193)	(12.505.131)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos		(3.875.849)	(22.124.616)
Interesses que não controlam		(65.934)	163.675
Aumento (diminuição) de capital		15.754.528	8.329.065
Caixa líquida das actividades de financiamento		11.812.745	(13.631.876)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		(5.933.828)	(79.853.270)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		421.806.895	501.660.165
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		415.873.067	421.806.895
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	340.138.054	354.214.212
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	75.735.013	67.592.683
		415.873.067	421.806.895

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

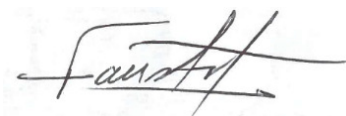
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses que não controlam	Total
			Outras reservas	Resultados transitados	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	965.798.891	95.497.848	309.064.960	(187.860.896)	121.204.064	26.883.471	1.209.384.274	1.541.026	1.210.925.300
Aplicação do resultado do exercício de 2014:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	29.379.857	(2.496.386)	26.883.471	(26.883.471)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(3.467.387)	-	(3.467.387)	-	(3.467.387)	-	(3.467.387)
Aumento de capital por incorporação de reservas	30	23.084.695	(23.084.695)	-	(23.084.695)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	30	14.107.280	-	-	-	-	14.107.280	-	14.107.280
Diminuição de capital por reembolso a sócios	30	(5.778.215)	-	-	-	-	(5.778.215)	-	(5.778.215)
Aumento de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	424.037	424.037
Transferências	-	(4.662.947)	-	4.662.947	4.662.947	-	-	-	-
Outras Variações em Capital Próprio	-	-	-	(447.905)	(447.905)	-	(447.905)	-	(447.905)
Resultado Líquido	32	-	-	-	-	54.112.494	54.112.494	(260.362)	53.852.132
Rendimento integral consolidado do exercício de 2015	-	(64.811.572)	-	-	-	-	(64.811.572)	-	(64.811.572)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	997.212.651	26.023.329	311.892.735	(186.142.240)	125.750.495	54.112.494	1.203.098.969	1.704.701	1.204.803.670
Aplicação do resultado do exercício de 2015									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	28.607.855	25.504.639	54.112.494	(54.112.494)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(6.760.205)	-	(6.760.205)	-	(6.760.205)	-	(6.760.205)
Aumento de capital por incorporação de reservas	30	20.934.182	(20.934.182)	-	(20.934.182)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	30	19.541.488	-	-	-	-	19.541.488	-	19.541.488
Diminuição de capital por reembolso a sócios	30	(3.786.960)	-	-	-	-	(3.786.960)	-	(3.786.960)
Aumento de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	50.633	50.633
Outras Variações em Capital Próprio	-	-	-	185.195	185.195	-	185.195	-	185.195
Resultado Líquido	32	-	-	-	-	58.324.971	58.324.971	(116.567)	58.208.404
Rendimento integral consolidado do exercício de 2016	-	(27.976.435)	-	-	-	-	(27.976.435)	-	(27.976.435)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.033.901.361	(1.953.106)	312.806.203	(160.452.406)	152.353.797	58.324.971	1.242.627.022	1.638.767	1.244.265.789

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



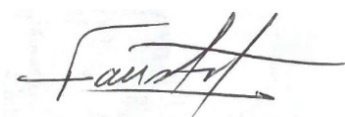
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



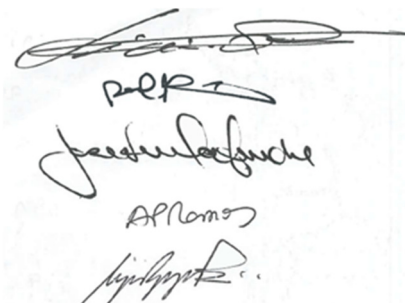
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2016	2015
Resultado consolidado do exercício		58.324.971	54.112.494
Variações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, líquido		(25.986.375)	(38.067.588)
Varição da reserva de reavaliação de imobilizado		6.111.050	585.483
Transferência para resultados por alienação		(9.321.008)	(44.668.581)
		(29.196.333)	(82.150.686)
Impacto fiscal:			
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	20	6.036.920	23.169.631
Remunerações relativas a planos de benefícios de pensões	48	(4.817.022)	(5.830.517)
Total de outros rendimentos integrais		(27.976.435)	(64.811.572)
Rendimento integral consolidado		30.348.536	(10.699.078)
Atribuível ao grupo		30.414.470	(10.862.753)
Atribuível aos interesses que não controlam		(65.934)	163.675

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



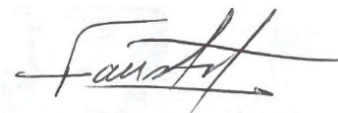
SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2016			2015		PASSIVO E CAPITAL	2016	2015
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	340.132.832	-	340.132.832	354.210.218	Recurso de bancos centrais	1.323.160.110	385.809.900	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.691.479	-	75.691.479	66.847.243	Passivos financeiros detidos para negociação	234.003	3.945	
Activos financeiros detidos para negociação	410.910	-	410.910	223.738	Recursos de outras instituições de crédito	255.743.193	240.007.012	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	Recursos de clientes e outros empréstimos	11.770.737.978	10.969.821.411	
Activos financeiros disponíveis para venda	1.781.480.420	(133.531.628)	1.647.948.792	3.586.461.091	Provisões	10.292.662	10.793.774	
Aplicações em instituições de crédito	6.035.157	-	6.035.157	94.827.185	Passivos por impostos correntes	4.862.564	6.147.905	
Crédito a clientes	8.713.283.755	(715.647.999)	7.997.635.756	7.577.775.385	Passivos por impostos diferidos	1.333.389	600.038	
Investimentos detidos até à maturidade	3.663.616.201	-	3.663.616.201	142.919.607	Instrumentos representativos de capital	1.515.030	1.634.295	
Activos não correntes detidos para venda	491.116.404	(96.071.885)	395.044.519	445.440.763	Outros passivos subordinados	116.533.500	120.409.349	
Propriedades de investimento	126.304	-	126.304	-	Outros passivos	168.826.261	151.938.141	
Outros activos tangíveis	471.921.465	(242.288.600)	229.632.865	239.784.837	Total do Passivo	13.653.238.690	11.887.165.770	
Activos intangíveis	15.058.815	(14.474.293)	584.522	736.855	Capital	1.033.901.361	997.212.651	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	90.564.146	(128.288)	90.435.858	90.436.314	Reservas de reavaliação	(23.535.709)	(901.979)	
Activos por impostos correntes	11.224.633	-	11.224.633	24.551.810	Outras reservas e resultados transitados	144.952.301	120.004.446	
Activos por impostos diferidos	157.571.905	-	157.571.905	164.014.467	Lucro do exercício	72.057.394	56.311.115	
Outros activos	287.090.211	(22.567.907)	264.522.304	271.562.490				
					Total do Capital	1.227.375.347	1.172.626.233	
Total do Activo	16.105.324.637	(1.224.710.600)	14.880.614.037	13.059.792.003	Total do Passivo e do Capital	14.880.614.037	13.059.792.003	

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



Demonstrações Financeiras não auditadas.

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

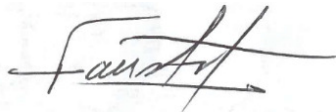
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2016	2015
Juros e rendimentos similares	396.269.562	400.181.082
Juros e encargos similares	(120.256.373)	(155.051.726)
Margem financeira	276.013.189	245.129.356
Rendimentos de instrumentos de capital	8.180.537	338.585
Rendimentos de serviços e comissões	149.219.500	140.430.253
Encargos com serviços e comissões	(11.027.677)	(10.237.332)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(82.118)	(452.991)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38.642.646	99.364.534
Resultados de reavaliação cambial	1.767.820	2.738.542
Resultados de alienação de outros activos	(1.213.115)	(2.274.979)
Outros resultados de exploração	13.030.835	27.720.398
Produto bancário	474.531.617	502.756.366
Custos com pessoal	(175.410.286)	(166.515.710)
Gastos gerais administrativos	(124.682.292)	(121.152.066)
Amortizações do exercício	(13.238.183)	(13.169.813)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(449.200)	(5.995.724)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	8.033.300	(75.882.584)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(31.552.836)	(32.691.514)
	(32.154.610)	(12.331.784)
Resultado antes de impostos	105.077.510	75.017.171
Impostos		
correntes	(21.092.933)	(23.916.520)
diferidos	(11.927.183)	5.210.464
Resultado líquido do exercício	72.057.394	56.311.115

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



Demonstrações Financeiras não auditadas.



Anexos

08

VIII. ANEXOS

8.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (Caixa Central) e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhantes às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade consolidada do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido elaboradas para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas do Banco de Portugal. O Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou em 16 de Fevereiro de 2017, as demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2016. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 27 de Maio de 2017.

A Assembleia Geral pode recusar a proposta dos membros do Conselho de Administração, relativa à aprovação das contas e deliberar a elaboração de novas contas ou, a reforma, em pontos concretos, dos apresentados.

No decorrer do exercício de 2016 mantiveram-se as actividades relacionadas com os reportes de natureza contabilística e prudencial sustentados em modelos de informação harmonizados no contexto europeu (FINREP/ COREP), bem como a realização periódica de diversos exercícios que, além de elementos de gestão interna do GCA, representam instrumentos de supervisão

prudencial por parte do regulador, destacando-se a este nível o Plano de Financiamento e de Capital (Funding and Capital Plan), que visa a projecção dos principais agregados financeiros e prudenciais com o propósito principal de salientar as necessidades potenciais de capital e liquidez num teor vincadamente prospectivo, o exercício de teste de esforço estabelecido pelo Banco de Portugal que se baseou no ‘2016 EU – Wide StressTest’ conduzido pela EBA e no ‘2016 SREP Stress Test’ efectuado pelo BCE, realizado no contexto do Mecanismo Único de Supervisão, o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), que pretende avaliar e quantificar os principais riscos a que a instituição se encontra exposta e o Plano de Recuperação com o objectivo de planificar previamente as medidas susceptíveis de serem adoptadas para corrigir de forma tempestiva uma eventual situação de desequilíbrio financeiro, ou mesmo para evitar.

Em 2016, foi iniciado, junto das autoridades competentes, o processo de encerramento da Sucursal Financeira Exterior em Cabo Verde, denominada “Sucursal Financeira Exterior (SFE) de Cabo Verde”, o qual se prevê concluir em 2017.

Em 2016 não se verificaram alterações no âmbito do SICAM decorrentes de fusões entre Caixas Agrícolas associadas. No Grupo Crédito Agrícola, a única alteração respeitou ao FCR Central Frie (fundo de capital de risco para investidores qualificados) que foi liquidado durante o ano de 2016, pelo que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação do GCA.

As contas consolidadas integram as contas das 82 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2016.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As alterações decorrentes da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Os montantes indicados encontram-se apresentados em euros (excepto quando expressamente indicado), arredondados ao euro mais próximo.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, as entidades do Grupo Crédito Agrícola utilizam as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e que se encontram aprovadas pela União Europeia, efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o GCA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor, caso dos activos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivados, propriedades de investimento.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo GCA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na Nota 3.

2.2. Alterações às políticas contabilísticas e informação comparativa

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício são consistentes com as utilizadas no exercício anterior, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes.

As alterações que se verificaram às IFRS, seguidamente apresentadas, não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras preparadas com referência a 31 de Dezembro de 2016.

As alterações às IFRS ocorridas durante o ano de 2016, foram as seguintes:

1. Impacto de adopção de normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2016:

Normas

- IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

- IAS 16 e IAS 38 (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de activos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. É de aplicação prospectiva.

- IAS 16 e IAS 41 (alteração), ‘Agricultura: plantas que produzem activos biológicos consumíveis’. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz activos biológicos consumíveis, e retira este tipo de activos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os activos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

- IAS 19 (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

- IAS 27 (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

- Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”.

- IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de actividades empresariais.

- Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.

- Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:

- IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Encontram-se em avaliação os impactos da adopção futura desta norma nas demonstrações financeiras consolidadas do GCA.

- IFRS 15 (nova), 'Rédito de contractos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contractos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não é espectável que a adopção desta norma venha a ter impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do GCA.

3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transacções que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das actividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.

- IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos activos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos activos relacionados com activos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem

diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos activos quando existem restrições na lei fiscal.

- IAS 40 (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os activos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.

- IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

- IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.

- Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

- IFRS 16 (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova

norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um activo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de activos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um activo identificado”.

- Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

Interpretações

- IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transacção” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transacção” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira. [incluir informação sobre o impacto da adopção futura desta interpretação nas demonstrações financeiras da Entidade].

Estas normas apesar de aprovadas/endossadas pela União Europeia, não foram adoptadas pela CCCAM na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2016 uma vez que a sua aplicação não é ainda obrigatória. Os impactos da sua adopção futura estão a ser avaliados e estimados pela gestão.

2.3. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e
- Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a Caixa Central exerce um

controlo efectivo sobre a sua gestão. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

a) Empresas filiais ou subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias ou filiais), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos, assim como quaisquer instrumentos de capital emitidos, em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida. Os custos directamente atribuíveis à operação são registados como custo quando incorridos. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Quando a aquisição do controlo é efectuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transacção. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transacção e o

valor contabilístico da participação transaccionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses minoritários são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% (mas inferior a 50% com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos activos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na Associada. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da Associada adquirida, a diferença é reconhecida como um ganho directamente na Demonstração do rendimento integral consolidado.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a Demonstração dos resultados.

Na aplicação do método da equivalência patrimonial os ganhos ou perdas não realizadas em transacções entre o Grupo e as suas Associadas são eliminados. As políticas contabilísticas das

Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando a quota-parte das perdas de uma Associada excede o investimento na Associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da Associada.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos, instrumentos de capital próprio emitidos, deduzido dos custos directamente atribuíveis à emissão. O goodwill refere-se à diferença apurada entre o justo valor do preço de aquisição de investimentos em subsidiárias, associadas, ou negócios, e o justo valor dos activos e passivos dessas empresas ou negócios à data da sua aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade, de acordo com o IAS 36, pelo menos uma vez por ano, não sendo amortizado. As perdas de imparidade de Goodwill não são reversíveis. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos líquidos adquiridos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, para efeitos de realização dos testes de imparidade. Quando o Grupo reorganiza a sua estrutura societária, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado goodwill, o processo de reorganização deverá envolver a realocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efectuada através de uma abordagem de valor relativo, face às novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço indicada pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas.

Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de “fixing” indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

Os activos e passivos não monetários mensurados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado, sendo as diferenças cambiais resultantes apresentadas em resultados. As diferenças cambiais de activos financeiros disponíveis para venda são, no entanto, reconhecidas em outros rendimentos integrais, tais como as diferenças cambiais respeitantes a relações de cobertura de fluxos de caixa.

- Câmbios à data de balanço:

Cod.ISO	Moeda	Taxa Câmbio
FIXAUD	AUD - Dólar Australiano	1,45928
FIXBRL	BRL - Real do Brasil	3,41160
FIXCAD	CAD - Dólar Canadiano	1,41840
FIXCHF	CHF - Franco Suíço	1,07377
FIXDKK	DKK - Coroa Dinamarquesa	7,43410
FIXGBP	GBP - Libra Esterlina	0,85539
FIXRUB	RUB - Rublo Russo	64,37540
FIXUSD	USD - Dólar dos Estados Unidos	1,05430
FIXZAR	ZAR - Rand da África do Sul	14,45350
FIXCNY	CNY - Yuan Renmimbi da China	7,32280
FIXCVE	CVE - Escudo de Cabo Verde	110,26500
FIXJPY	JPY - Iene Japonês	123,40000
FIXMOP	MOP - Pataca de Macau	8,45810
FIXNOK	NOK - Coroa Norueguesa	9,08660
FIXSCP	SCP - Libra Escocesa	0,85539
FIXSEK	SEK - Coroa Sueca	9,55080
FIXBNG	BGN - Lev da Bulgária	1,95600
FIXCZK	CZK - Coroa Checa	27,02300
FIXHKD	HKD - Dólar Hong Kong	8,17770
FIXHUF	HUF - Forint Húngaro	309,83000
FIXIDR	IDR - Rupia Indonésia	14.191,94000
FIXKRW	KRW - Won Coreia do Sul	1.267,34000
FIXLTL	LTL - Litas da Lituânia	3,45300
FIXLVL	LVL - Lats da Letónia	0,70280
FIXNZD	NZD - Dólar Nova Zelândia	1,51560
FIXPHP	PHP - Peso Filipinas	52,29330
FIXPLN	PLN - Zloty Polaco	4,41090
FIXSGD	SGD - Dólar Singapura	1,52400
FIXTHB	THB - Baht Tailândia	37,73720

c) Crédito a clientes

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente, sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O GCA classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do GCA relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o GCA transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o GCA reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, controlo sobre os créditos tiver sido transferido.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito a particulares;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes/ Grupo económico (GER) com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros;
- Clientes/ GER com crédito vencido (há mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros;
- Clientes/ GER com classificação igual ou superior a indícios e responsabilidades superiores a 500.000 Euros;
- Clientes/ GER com exposição da conta corrente ou descoberto superior a 500.000 Euros e igual ou superior a 90% do limite contratado nos últimos 18 meses;
- Clientes/ GER com responsabilidades superiores a 500.000 Euros sem garantia real associada ou com LTV (loan-To-Value) superior a 80%;
- Clientes/ GER com créditos reestruturados e com exposição de créditos reestruturados superior a 500.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:

- das condições e/ou capacidade de pagamento;
- das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes que não revelam indícios de imparidade corresponde ao produto entre a probabilidade de indícios acumulada a 12 meses (PI), tendo por base o tempo de permanência em meses no estado de delinquência sem indícios de imparidade, e o máximo entre zero e a diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos à data de referência e o valor actualizado dos fluxos de caixas futuros estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de indícios de imparidade durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelos Serviços do GCA (incurred but not reported). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 12 meses, e a PI foi calculada por operação.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração Executivo do GCA. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no GCA, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com

prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição.

Os activos financeiros são reconhecidos no momento inicial ao justo valor, ao qual se adicionam os custos de transacção, excepto no caso dos activos financeiros detidos para negociação, os quais são reconhecidos de imediato em resultados.

Estas categorias de activos são desreconhecidas quando (i) expiram os direitos contratuais do GCA ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o GCA tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o GCA tenha transferido o controlo sobre os activos.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o Grupo optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, enquadrando-se no ponto 9 b)i) da IAS 39, de forma a evitar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo

valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de dívida são reconhecidos directamente em resultados do período, enquanto que os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de capital próprio são reconhecidos directamente em reservas.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

iii) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do Grupo mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Por força da alienação de títulos de Dívida Publica em 2013, antes da sua data de maturidade/reembolso, que se encontravam registados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade, o Grupo encontrou-se impedido de registar qualquer activo financeiro nesta carteira, durante o exercício de 2013 e nos dois seguintes, em conformidade com as regras constantes na norma internacional contabilidade (IAS 39 – Instrumentos Financeiros). Resultante desta contaminação, os activos não alienados e que se encontravam nessa carteira tiveram que ser reclassificados em 2013 para a carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, mantendo-se a restrição nos exercícios de 2014 e 2015.

Tendo terminado em 2015 a inibição de contabilização na carteira de investimentos detidos até à maturidade, em conformidade com as regras constantes na norma internacional contabilidade

(IAS 39 – Instrumentos Financeiros), o Grupo passou em 2016 a poder registar activos financeiros nesta carteira.

Os investimentos financeiros que em 2016 foram reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, são registados ao justo valor à datas da reclassificação. Os ajustamentos entretanto efectuados ao custo de aquisição, bem como a correspondente reserva de reavaliação, são amortizados através da demonstração de resultados, sendo o seu efeito nulo.

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzidos de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, é utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial. A taxa de juro efectiva calculada para um activo financeiro com esta natureza não é alterada em períodos de relato subsequentes.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Considera-se acordo de recompra, um acordo para transferir um activo financeiro para uma outra parte em troca de dinheiro ou de outra retribuição e uma obrigação concorrente de adquirir o activo financeiro numa data futura por uma quantia igual ao dinheiro, ou a outra retribuição trocada incluindo juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros, através do método da taxa de juro efectiva.

vi) Operações de compra com acordo de revenda

É considerada compra com acordo de revenda o acordo pelo qual uma instituição compra um activo financeiro com o compromisso de revender esse activo a um preço pré determinado e numa determinada data fixada ou em data a fixar.

Os activos financeiros adquiridos com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o custo de aquisição registado como empréstimos a outras

instituições de crédito. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

vii) Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro independentemente da sua forma legal.

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.4.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados e fundos de investimento, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Considera-se desvalorização continuada ou de valor significativo, uma depreciação de valor por tempo superior a 12 meses ou de valor superior a 30%, respectivamente. Para títulos não cotados, é considerado evidência objectiva de imparidade a existência de eventos com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade

registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

O GCA não possui em balanço instrumentos financeiros derivados de cobertura.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados em separado do instrumento principal, sempre que: i) as suas características económicas e os seus riscos não se encontrem relacionados com as características económicas e riscos do instrumento principal; e ii) o instrumento principal não se encontre mensurado ao justo valor através de resultados. Tais derivados embutidos são desembutidos, e contabilizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das depreciações e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento, dos dois o mais baixo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o GCA.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos não correntes detidos para venda

O GCA regista em “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

Encontram-se registados igualmente, nesta rubrica, os activos executados judicialmente.

Em excepção ao enquadramento no parágrafo acima referido, os imóveis que apresentem a existência de “ónus” impeditivo de venda, são enquadrados em “Outros Activos”, de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 “Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas”:

Para que este seja o caso, o activo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito Apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais activos (ou grupos para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Propriedades de investimento

O GCA regista em “Propriedades de investimento” os imóveis, seguindo as mesmas regras de valorização e mensuração dos activos registados na rubrica de “Outros activos tangíveis”, cuja característica de diferenciação resulta no facto de corresponder aos imóveis detidos pelo GCA, não utilizados na actividade e identificados como sendo geradores de receita, isto é, sobre os quais existe o objectivo de obter algum tipo de rendimento.

Os gastos e rendimentos obtidos em propriedades de investimento do Grupo Crédito Agrícola são registados na rubrica de demonstração de resultados “Outros resultados de exploração”.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 25).

As provisões para outros riscos e encargos são constituídas com base nos pressupostos da IAS 37 - “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, correspondentes a passivos ou obrigações presentes, com elevada probabilidade de ocorrência futura ou passivo cuja liquidação se espera que resulte num dispêndio de recursos. O seu elevado grau de certeza obriga ao registo de provisões, não podendo ser apenas divulgado como um “passivo contingente”.

k) Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

l) Dívida titulada emitida pelo GCA

As emissões de obrigações do GCA estão registadas na rubrica Outros passivos subordinados. Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

m) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-

se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;

- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do Projected Unit Credit para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada por actuário da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão do Grupo prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Decorrente da aplicação do IAS 19 Revisto (como início no exercício de 2013), as remensurações (anteriormente denominadas ganhos e perdas actuariais) resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidas na sua totalidade como um rendimento integral do respectivo exercício em que ocorrem, sendo registado numa rubrica de resultados transitados.

Os valores registados no exercício em resultados, passam a ser apurados pelo seu “*net interest*”:

- Custo do Serviço (P&L): O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações;
- Juro líquido (P&L): O juro líquido é determinado pela multiplicação da taxa de desconto pelo passivo (activo) líquido de benefícios definidos (ambos determinados no início do período de relato anual, tendo em conta qualquer variação do passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período em consequência do pagamento de contribuições e benefícios);

As remensurações (Outro Rendimento Integral) incluem todas as alterações resultantes da remensuração das responsabilidades por serviços passados e activos do plano.

n) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método Projected Unit Credit. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O impacto dos desvios actuariais estimados em cada exercício é registado em resultados do exercício.

o) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

p) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas da sucursal são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados em outros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

q) Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

- Como locador:

Enquanto locador os activos alienados em regime de locação financeira são desreconhecidos sendo registado no balanço o saldo do crédito concedido como “Crédito a clientes” (quantia equivalente ao valor de investimento líquido efectuado nos bens locados, juntamente com qualquer residual não garantido a favor da entidade do GCA), o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros em “Juros e rendimentos similares”, com base numa taxa de retorno periódica constante, calculada sobre o valor do investimento líquido referido.

- Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

r) Seguros

1) Contratos de Seguro

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro, não tendo risco de seguro significativo. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puramente financeiros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados), continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

2) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (*"IBNR-Incurred but not reported"*) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,25%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo GCA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Companhia e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos cash-flows futuros associados a cada contrato, descontados considerando a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, (EIOPA) para efeitos de cálculos de Provisões Técnicas no âmbito do regime Solvência II, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença entre os valores das responsabilidades e a projecção de cash-flows futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando se realizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos cash flows futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço nas rubricas de caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito, com maturidade inicial inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e não sujeitas a riscos de flutuação de valor. São excluídos os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do GCA são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente *inputs* observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados de acordo com projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções.

Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. r) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Imparidade em crédito a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma a avaliar a existência de evidência de imparidade. Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em suposições sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos. Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2016, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	1.297.486.717	13.836.604.378	80.573.937	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	229.398.823	7.963.795.256	(9.278.580)	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	2.137.736	3.233.175	(322.315)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	4.543.547	55.991.105	(4.578.660)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	4.798.306	6.942.870	20.602	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	330.018	508.537	265.035	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	7.230.047	16.832.400	235.720	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.017.131	1.088.213	30.561	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FEIIA CA Imobiliário	170.499.476	180.315.193	(46.843.308)	94,07%	99,89%	Integral
FIIF CA Arrendamento Habitacional	80.092.073	82.047.656	(5.983.310)	100,00%	100,00%	Integral
FEIIF ImoValorCA	32.986.117	33.316.443	(1.632.354)	100,00%	100,00%	Integral
FCR Agrocapital 1	6.159.542	6.225.699	475.264	27,77%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	45.954.971	208.833.960	3.903.402	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	91.915.653	183.749.964	4.235.836	99,96%	99,96%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	60.705.719	-	94,53%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	61.950.211	195.904.855	(4.046.609)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Seguros & Pensões SGPS S.A.	137.183.231	137.184.439	9.495.152	99,98%	99,98%	Integral
CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda	246.481	18.043.080	(238.183)	100,00%	100,00%	Integral
RNA - Rede Nacional de Assistência	3.475.319	9.221.869	805.390	20,00%	20,00%	Eq. Patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2016 (salvos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

⁽¹⁾ Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Crédito Agrícola SGPS S.A., a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda, a Crédito Agrícola Consult S.A. e a CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., a Crédito Agrícola Vida, S.A., a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S. e a Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., têm a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FEIIA CA Imobiliário e o FIIF CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FEIIF Imovalor CA é um fundo de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Selecta – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua de S. Caetano à Lapa, nº 6, Bloco C, 1º Piso, 1200-829 Lisboa.

A RNA Seguros de Assistência S.A. tem sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco – Edf. Amoreiras, Torre 1 - 12º Piso - Sala 1, 1070-101 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

Não se verificaram alterações no perímetro de consolidação em 2016.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

- Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.
- Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.
- Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).
- Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.
- Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócios é a seguinte:

2016							
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Margem financeira	276.013.189	(10.567)	49.486.175	3.360.560	161	(1.466.956)	327.382.562
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(20.268.980)	34.124.271	-	-	13.855.291
Rendimentos de instrumentos de capital	8.180.537	-	138.332	-	-	(7.114.730)	1.204.139
Resultados de serviços e comissões	138.191.823	(2.762.175)	(13.068.378)	(15.990.575)	-	(1.227.306)	105.143.389
Outros resultados de exploração e outros	52.146.068	(45.959.895)	4.507.799	1.351.619	960.829	6.307.378	19.313.797
Produto bancário	474.531.617	(48.732.637)	20.794.948	22.845.875	960.990	(3.501.615)	466.899.178
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(300.092.578)	(5.554.663)	(7.532.669)	(14.645.559)	(687.807)	14.737.507	(313.775.769)
Amortizações do exercício	(13.238.183)	(37.719)	(883.259)	(1.671.943)	(794)	(11.735.490)	(27.567.387)
Provisões e imparidade	(56.123.346)	(414.894)	(6.501.205)	(1.505.065)	14.500	33.531.034	(30.998.976)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	304.292	304.292
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	105.077.510	(54.739.913)	5.877.815	5.023.308	286.889	33.335.728	94.861.338
Impostos	(33.020.116)	(41.375)	(1.641.979)	(1.119.907)	(21.854)	(574.569)	(36.419.800)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	72.057.394	(54.781.288)	4.235.836	3.903.401	265.035	32.761.159	58.441.538
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(116.567)	(116.567)
Resultado líquido do exercício	72.057.394	(54.781.288)	4.235.836	3.903.401	265.035	32.644.592	58.324.971

2015							
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Margem financeira	245.129.356	9.541	62.715.331	2.985.030	268	(1.192.458)	309.647.068
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(11.952.171)	31.613.450	-	-	19.661.279
Rendimentos de instrumentos de capital	338.585	-	809.145	163.481	-	694.056	2.005.267
Resultados de serviços e comissões	130.192.921	(3.714.474)	(12.689.516)	(14.503.641)	-	(1.004.932)	98.280.358
Outros resultados de exploração e outros	127.095.504	(6.186.141)	(22.636.534)	8.495.571	938.475	(22.088.901)	85.617.974
Produto bancário	502.756.366	(9.891.074)	16.246.255	28.753.891	938.743	(23.592.235)	515.211.946
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(287.667.776)	(5.787.694)	(6.798.478)	(14.846.858)	(693.049)	14.350.840	(301.443.015)
Amortizações do exercício	(13.169.813)	(34.482)	(543.267)	(1.854.088)	(794)	(11.870.307)	(27.472.751)
Provisões e imparidade	(126.901.606)	(319.583)	-	(1.114.207)	5.722	15.387.950	(112.941.724)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	(226.596)	(226.596)
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	75.017.171	(16.032.833)	8.904.510	10.938.738	250.622	(5.950.348)	73.127.860
Impostos	(18.706.056)	(67.754)	(2.187.228)	(766.565)	(15.581)	2.988.180	(18.755.004)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	56.311.115	(16.100.587)	6.717.282	10.172.173	235.041	(2.962.168)	54.372.856
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(260.362)	(260.362)
Resultado líquido do exercício	56.311.115	(16.100.587)	6.717.282	10.172.173	235.041	(3.222.530)	54.112.494

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2016					
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros
			Ramo vida	Ramo não vida		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	415.824.311	11.864.436	3.550.124	1.804.861	441.202	(17.611.867)
Activos financeiros detidos para negociação	410.910	-	23.900.380	-	-	599.047
Activos financeiros disponíveis para venda	5.311.564.993	276	1.714.345.393	184.577.852	-	(285.614.128)
Aplicações em instituições de crédito	6.035.157	9.801.069	-	0	-	(9.801.069)
Crédito a clientes	7.997.635.756	-	-	-	-	(56.730.417)
Propriedades de investimento	126.304	-	-	-	-	69.819.532
Outros	1.149.016.606	275.410.016	89.889.677	14.251.771	67.336	(211.788.190)
Activo líquido total	14.880.614.037	297.075.798	1.831.685.574	200.634.484	508.537	(511.127.091)
Recursos de bancos centrais	(1.323.160.110)	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	(234.003)	-	(0)	-	-	0
Recursos de outras instituições de crédito	(255.743.193)	(4.487.257)	(0)	(1.515.361)	-	6.002.618
Recursos de clientes e outros empréstimos	(11.770.737.978)	-	-	-	-	44.372.387
Outros	(303.363.406)	(6.873.139)	(1.739.769.921)	(153.164.153)	(178.519)	53.726.486
Passivo total	(13.653.238.690)	(11.360.397)	(1.739.769.921)	(154.679.514)	(178.519)	104.101.492

	2015					
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros
			Ramo vida	Ramo não vida		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	421.057.461	9.765.867	12.326.747	3.631.003	279.027	(25.253.210)
Activos financeiros detidos para negociação	223.737	-	35.081.002	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	3.729.380.698	-	1.750.434.190	180.136.569	147	(313.639.752)
Aplicações em instituições de crédito	94.827.185	27.805.126	-	-	-	(27.503.879)
Crédito a clientes	7.548.031.463	-	6.985.236	-	-	-
Propriedades de investimento	-	82.583.185	-	-	-	-
Outros	1.236.527.536	238.565.272	72.483.710	15.603.570	200.714	(163.773.662)
Activo líquido total	13.030.048.080	358.719.450	1.877.310.885	199.371.142	479.888	(530.170.503)
Recursos de bancos centrais	(385.809.900)	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	(3.945)	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(240.007.012)	(3.267.330)	-	(745.513)	-	4.012.843
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.969.821.411)	-	-	-	-	59.735.748
Outros	(291.523.502)	(6.781.425)	(1.796.484.211)	(149.454.307)	(164.905)	49.359.598
Passivo total	(11.887.165.770)	(10.048.755)	(1.796.484.211)	(150.199.820)	(164.905)	113.108.189

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa:		
Moeda nacional	95.168.732	98.530.029
Moedas estrangeiras	7.055.615	7.593.622
	-----	-----
	102.224.347	106.123.651
	-----	-----
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	237.913.707	248.090.561
	-----	-----
	340.138.054	354.214.212
	=====	=====

As instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

O regime de reservas mínimas do Banco Central Europeu (BCE) é aplicável às instituições de crédito na área do euro e visa principalmente a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e a criação (ou alargamento) de uma escassez estrutural de liquidez.

O valor das reservas mínimas a cumprir por cada instituição é determinado a partir da aplicação dos coeficientes de reservas à base de incidência, a qual resulta do somatório de um subconjunto de rubricas do passivo do seu balanço. Presentemente, o coeficiente é de 1% para as responsabilidades de prazo igual ou inferior a dois anos.

Os períodos de manutenção de reservas mínimas são definidos de acordo com o calendário elaborado pelo BCE. Para prosseguir o objetivo de estabilização das taxas de juro, o regime de reservas mínimas do BCE permite que as instituições utilizem uma cláusula de média. Assim, o cumprimento das reservas mínimas é verificado a partir da comparação entre a média de valores dos saldos diários de depósitos à ordem detidos pela instituição no Banco de Portugal ao longo de um período de manutenção de reservas e o valor de reservas a cumprir referido anteriormente.

As reservas mínimas efetivamente constituídas são remuneradas, durante o período de manutenção, à média da taxa marginal de colocação (ponderada de acordo com o número de dias de calendário) das operações principais de refinanciamento do Eurosistema. De acordo com a Decisão do Conselho do Banco Central Europeu BCE/2014/23 de 5 de Junho de 2014, os depósitos que excedam o valor médio de reservas mínimas a cumprir serão remunerados a uma

taxa de zero por cento ou à taxa de juro da facilidade permanente de depósito, consoante a que for mais baixa. Como tal, sobre as reservas excedentárias poderá incidir uma taxa de juro negativa.

No contexto actual em que as taxas de depósito são negativas, os depósitos junto do Banco de Portugal são remunerados a 0%, até ao montante das Reservas Mínimas de Caixa (RMC), e à taxa *Deposit Facility*, no montante que excede as RMC.

A taxa *Deposit Facility* era de -0,30% a 31 de Dezembro de 2015 e de -0,40% a 31 de Dezembro de 2016.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	62.752.626	49.202.302
Depósitos à ordem	<u>3.746.508</u>	<u>6.071.619</u>
	<u>66.499.134</u>	<u>55.273.921</u>
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	<u>9.235.716</u>	<u>12.318.607</u>
	<u>75.734.850</u>	<u>67.592.528</u>
Juros a receber	163	155
	<u>75.735.013</u>	<u>67.592.683</u>

Os cheques a cobrar em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram compensados na sua grande maioria nos primeiros dias de Janeiro de 2017 e 2016, respectivamente.

8. ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	599.047	-
Instrumentos de dívida	-	-
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12)		
Forwards cambiais	6.408	6.561
Swaps de taxa de juro	24.304.882	35.298.179
	<u>24.910.337</u>	<u>35.304.739</u>
Cotados	-	-
Não cotados	<u>24.910.337</u>	<u>35.304.739</u>
	<u>24.910.337</u>	<u>35.304.739</u>

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	83.927.517	68.176.744
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1.516.893	26.865
	<u>85.444.410</u>	<u>68.203.609</u>
Cotados	85.444.410	68.203.609
Não cotados	-	-
	<u>85.444.410</u>	<u>68.203.609</u>

Os títulos emitidos por residentes correspondem a dívida soberana portuguesa.

Por prazos de maturidade, a carteira desagrega-se da seguinte forma:

	2016							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	3.430	49,081	5,976	26,958	-	85,444

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	835.178.457	1.747.148.451
Instrumentos de capital	60.707.640	57.092.203
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	2.267.633.122	3.467.619.319
Instrumentos de capital	100.350.363	81.100.603
	<u>3.263.869.582</u>	<u>5.352.960.576</u>
 Imparidade (Nota 24)	 (2.611.396)	 (6.648.724)
	<u>(2.611.396)</u>	<u>(6.648.724)</u>
	<u>3.261.258.186</u>	<u>5.346.311.852</u>
 Cotados	 3.246.033.909	 5.329.749.559
Não cotados	15.224.277	16.562.293
	<u>3.261.258.186</u>	<u>5.346.311.852</u>

A rubrica instrumentos de dívida emitidos por residentes, inclui o montante de 707.417.519 euros (1.377.869.606 euros em 2015) que corresponde a dívida soberana portuguesa.

A rubrica instrumentos de dívida emitidos por não residentes, inclui dívida soberana estrangeira no montante de 1.420.917.650 euros (em 2015, 2.490.055.546 euros), sendo os valores mais relevantes os das dívidas soberanas emitidas por Espanha e Itália – 281.560.855 euros e 824.020.197 euros, respectivamente.

No decorrer do ano de 2016 foram efectuadas reclassificações de títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de investimentos detidos até à maturidade. Na data da reclassificação o valor de mercado do título passa a ser o seu novo custo amortizado.

O valor da reserva de reavaliação referente à carteira reclassificada manteve-se nas respectivas contas de reserva e será amortizado até à maturidade do título a que diz respeito (ver nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2016 o impacto nas contas de reservas de reavaliação da carteira reclassificada para investimentos detidos até à maturidade é de -38.722.323 euros, distribuídos da seguinte forma:

Título	Código do título	Quantidade	Data maturidade	Valor mercado na data reclassificação	Valor de balanço na data reclassificação	Valor reserva reavaliação	Amortização reserva reavaliação	Saldo reserva reavaliação a 31/12/2016
					(i)			
Emissores públicos nacionais								
OT FEV 24	PTOTEQOE0015	45.000.000	15-02-2024	54.936.000	58.877.597	-3.941.597	-448.362	-3.493.234
OT OUT 25	PTOTEKOE0011	45.000.000	15-10-2025	45.526.500	49.589.814	-4.063.314	-357.048	-3.706.266
OT OUT 22	PTOTESOE0013	10.500.000	17-10-2022	10.258.500	10.434.920	-176.420	-1.133	-175.287
OT ABR 21	PTOTEYOE0007	115.000.000	15-04-2021	123.303.000	127.143.690	-3.840.690	-36.037	-3.804.654
OT JUN 20	PTOTECOE0029	363.000.000	15-06-2020	401.841.000	411.193.660	-9.352.660	-111.092	-9.241.567
Emissores públicos estrangeiros								
BTPS 2.15 12/21	IT0005028003	200.000.000	15-12-2021	214.520.000	217.755.338	-3.235.338	-27.010	-3.208.328
BTPS 5.5 11/22	IT0004848831	350.000.000	01-11-2022	440.580.000	451.456.530	-10.876.530	-81.636	-10.794.894
BTPS 9 11/01/23	IT0000366655	50.000.000	01-11-2023	75.825.000	78.020.155	-2.195.155	-14.969	-2.180.186
SPGB 5.40 01/31/23	ES00000123U9	58.000.000	31-01-2023	74.518.400	75.637.295	-1.118.895	-8.185	-1.110.711
Outros emissores								
BCPPL 3.375 02/17	PTBITIOM0057	70.000.000	27-02-2017	69.794.900	70.034.412	-239.512	-47.867	-191.645
RENPL 2.5 02/2025	XS1189286286	14.000.000	12-02-2025	13.830.040	14.727.852	-897.812	-82.261	-815.551
Total					1.564.871.263,42			-38.722.323,29

Por prazos residuais, a carteira é composta pelos seguintes prazos:

	2016							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	-	110.778	384.493	743.537	413.917	1.450.086	158.447	3.261.258

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	-	30.300.000
Papel Comercial a desconto	-	60.000.000
Empréstimos	6.000.000	5.050.000
Outras aplicações	<u>32.094</u>	<u>2.331</u>
	<u>6.032.094</u>	<u>95.352.331</u>
Juros a receber	3.063	(223.899)
	<u>6.035.157</u>	<u>95.128.432</u>

Em Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até três meses	32.094	30.302.331
Entre três meses e um ano	<u>6.000.000</u>	<u>65.050.000</u>
	<u>6.032.094</u>	<u>95.352.331</u>
Juros a receber	3.063	(223.899)
	<u>6.035.157</u>	<u>95.128.432</u>

O detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
. Caixa Geral de Depósitos	-	60.000.000
. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	-	30.000.000
. Finanfarma	6.000.000	5.050.000
. Novo Banco	-	300.000
. Outras	<u>32.094</u>	<u>2.331</u>
	<u>6.032.094</u>	<u>95.352.331</u>

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
		Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Total
Derivados de negociação				
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		6.408	(2.886)	3.521
Compras	292.743			
Vendas	291.395			
Swaps	80.397.125	24.304.882	(231.117)	24.073.765
	<u>80.981.263</u>	<u>24.311.290</u>	<u>(234.003)</u>	<u>24.077.286</u>
	2015			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
		Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Total
Derivados de negociação				
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		6.561	(3.945)	2.615
Compras	150.893			
Vendas	154.705			
Swaps	133.841.667	35.298.178	-	35.298.178
	<u>134.147.265</u>	<u>35.304.739</u>	<u>(3.945)</u>	<u>35.300.793</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2016				
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	>= 5 anos
Operações Cambiais a Prazo					
Forwards Cambiais					
Compras	292.743	-	-	-	-
Vendas	291.395	-	-	-	-
Swaps	-	-	-	57.795.000	22.602.125
	<u>584.138</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.795.000</u>	<u>22.602.125</u>
					<u>80.981.263</u>

				2015		
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	>=5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	150.893	-	-	-	-	150.893
Vendas	154.705	-	-	-	-	154.705
<u>Sw aps</u>	-	19.560.000	34.570.000	57.795.000	21.916.667	133.841.667
	<u>305.598</u>	<u>19.560.000</u>	<u>34.570.000</u>	<u>57.795.000</u>	<u>21.916.667</u>	<u>134.147.265</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2016 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo		
<u>Forwards Cambiais</u>		
<i>Clientes</i>	584.138	3.521
Sw aps		
<u>Sw aps de taxa de juro</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	80.397.125	24.073.765
	<u>80.981.263</u>	<u>24.077.286</u>

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Crédito interno</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	3.357.806.861	3.202.231.712
Empréstimos sem garantia real	922.629.777	881.833.730
Empréstimos à habitação regime geral	2.279.687.416	2.155.807.514
Empréstimos à habitação bonificado	170.940.906	186.785.341
Papel comercial	269.577.746	319.316.529
Contratos de locação financeira	146.519.686	127.559.433
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente		
Clientes	399.308.527	380.394.207
Outros créditos		
Cartões de crédito	31.608.699	31.597.363
Outros créditos	414.225.156	330.854.062
Descobertos em depósitos à ordem	13.813.266	13.280.523
	<u>8.006.118.040</u>	<u>7.629.660.414</u>
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo		
Empréstimos	6.863.735	5.039.192
Curto prazo		
Outros créditos	88.381.000	62.516.077
Descobertos em depósitos à ordem	14.252	7.552
	<u>95.258.987</u>	<u>67.562.821</u>
Juros a receber	27.486.099	29.920.645
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Receitas com rendimento diferido	(24.917.474)	(22.081.025)
Despesas com encargo diferido	263.774	120.775
	<u>(24.653.700)</u>	<u>(21.960.250)</u>
Total crédito não vencido	<u>8.104.209.426</u>	<u>7.705.183.630</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	540.656.521	660.214.225
Juros vencidos	6.456.966	7.876.929
Total crédito e juros vencidos	<u>547.113.487</u>	<u>668.091.154</u>
	<u>8.651.322.913</u>	<u>8.373.274.784</u>
<u>Imparidade e Provisões Acumuladas</u>		
Crédito e juros vencidos - a clientes	(463.848.819)	(574.529.845)
Créditos de cobrança duvidosa	(246.568.755)	(243.728.240)
	<u>(710.417.574)</u>	<u>(818.258.085)</u>
	<u>7.940.905.339</u>	<u>7.555.016.699</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2016		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	629.297.576	68.630.756	697.928.332
Indústrias transformadoras	525.895.540	46.608.936	572.504.476
Construção	326.779.317	76.679.683	403.458.999
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	513.082.252	20.723.516	533.805.768
Actividades imobiliárias	381.877.247	46.282.394	428.159.641
Actividades financeiras e de seguros	286.727.592	16.113.583	302.841.174
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	256.081.664	1.044	256.082.707
Actividades de saúde humana e apoio social	229.484.861	2.461.090	231.945.951
Alojamento, restauração e similares	272.408.819	15.887.280	288.296.099
Transportes e armazenagem	79.794.676	9.807.794	89.602.470
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	117.890.502	3.356.155	121.246.656
Outras actividades de serviços	65.027.302	2.867.406	67.894.707
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	62.285.403	2.312.916	64.598.319
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	27.472.829	3.182.579	30.655.409
Educação	43.005.605	1.382.263	44.387.868
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	27.571.982	1.302	27.573.284
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	83.236.985	740.972	83.977.957
Indústrias extractivas	15.389.342	4.223.193	19.612.535
Actividades de informação e de comunicação	67.574.092	4.266.251	71.840.343
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	3.801	-	3.801
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	1.364.079	15	1.364.094
Outros	87.231.074	7.248.323	94.479.397
	4.099.482.538	332.777.449	4.432.259.988
Particulares			
Habitação	2.503.202.767	42.892.420	2.546.095.188
Outros fins	1.498.691.721	164.986.651	1.663.678.373
	4.001.894.489	207.879.071	4.209.773.560
Juros a receber	27.486.099	-	27.486.099
Comissões associadas ao custo amortizado	(24.653.700)	-	(24.653.700)
Juros vencidos a regularizar			
Empresas	-	4.913.374	4.913.374
Particulares	-	1.543.592	1.543.592
Total geral	8.104.209.427	547.113.487	8.651.322.913

	2015		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	624.142.159	83.580.947	707.723.106
Indústrias transformadoras	596.850.670	60.530.757	657.381.427
Construção	302.487.570	112.537.856	415.025.426
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	411.653.850	21.035.598	432.689.448
Actividades imobiliárias	305.683.975	53.687.613	359.371.588
Actividades financeiras e de seguros	387.735.085	15.264.959	403.000.044
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	248.120.417	394.903	248.515.320
Actividades de saúde humana e apoio social	227.773.832	4.185.981	231.959.813
Alojamento, restauração e similares	234.280.250	20.342.577	254.622.827
Transportes e armazenagem	72.250.834	12.366.026	84.616.860
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	74.011.382	5.285.941	79.297.322
Outras actividades de serviços	68.199.457	2.694.243	70.893.700
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	62.954.343	3.820.812	66.775.154
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	29.383.371	3.323.425	32.706.796
Educação	37.480.221	2.341.473	39.821.694
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	38.581.374	103	38.581.477
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	55.053.202	1.201.662	56.254.865
Indústrias extractivas	12.923.836	5.025.180	17.949.016
Actividades de informação e de comunicação	13.416.725	4.618.391	18.035.116
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	14.761	24.823	39.585
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	2.038.639	831	2.039.469
Outros	8.864.460	8.372.791	17.237.251
	3.813.900.413	420.636.892	4.234.537.304
Particulares			
Habituação	2.396.992.717	50.751.500	2.447.744.217
Outros fins	1.486.330.105	188.825.834	1.675.155.939
	3.883.322.822	239.577.334	4.122.900.156
Juros a receber	29.920.645	-	29.920.645
Comissões associadas ao custo amortizado	(21.960.250)	-	(21.960.250)
Juros vencidos a regularizar			
Empresas	-	5.894.983	5.894.983
Particulares	-	1.981.946	1.981.946
Total geral	7.705.183.630	668.091.155	8.373.274.784

A rubrica de crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte:

Crédito por tipo de garantia

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito vincendo:		
Crédito com garantias reais	6.338.817.121	5.839.767.295
Crédito sem garantias	951.790.036	1.082.988.135
Crédito com garantias pessoais	813.602.270	782.428.200
	<u>8.104.209.426</u>	<u>7.705.183.630</u>
Crédito vencido:		
Crédito com garantias reais	401.731.799	437.239.283
Crédito sem garantias	59.239.912	89.429.653
Crédito com garantias pessoais	79.684.809	133.545.289
	<u>540.656.521</u>	<u>660.214.225</u>

Valor das garantias reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Garantias reais	<u>12.065.105.576</u>	<u>11.120.043.534</u>
	<u>12.065.105.576</u>	<u>11.120.043.534</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais do crédito a clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até três meses	1.052.891.472	1.118.500.706
Entre três meses e um ano	511.720.491	645.488.689
Entre um ano e três anos	668.967.479	528.242.436
Entre três e cinco anos	778.658.424	728.236.630
Mais de cinco anos	5.636.252.648	5.344.845.928
	<u>8.648.490.514</u>	<u>8.365.314.389</u>
Juros a receber	27.486.099	29.920.645
Comissões associadas ao custo amortizado	(24.653.700)	(21.960.250)
	<u>8.651.322.913</u>	<u>8.373.274.784</u>

O Crédito Agrícola não realizou até ao momento qualquer operação de securitização da sua carteira de crédito.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	1.580.766.345	-
De outros residentes	82.360.821	-
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	1.852.343.341	-
De outros não residentes	81.779.491	-
	<u>3.597.249.998</u>	<u>-</u>
Juros a receber	66.366.203	-
	<u>3.663.616.201</u>	<u>-</u>
Cotados	3.663.616.201	-
Não cotados	-	-
	<u>3.663.616.201</u>	<u>-</u>

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2016, os investimentos financeiros a deter até à maturidade encontram-se registados ao custo amortizado. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

No decorrer do ano de 2016 foram efectuadas reclassificações de títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de investimentos detidos até à maturidade. Na data da reclassificação o valor de mercado do título passa a ser o seu novo custo amortizado. O valor da reserva de reavaliação referente à carteira reclassificada manteve-se nas respectivas contas de reserva e será amortizado até à maturidade do título a que diz respeito (ver Nota 10).

Cumprindo com o disposto no parágrafo 12 a) da IFRS 7, são divulgadas as reclassificações de activos financeiros que tenham ocorrido no decorrer do ano, caso tenham sido retirados da categoria de justo valor através os lucros ou prejuízos ou caso tenham sido retirados da categoria de activos disponíveis para venda.

Dessa forma, pelo facto de ter ocorrido a reclassificação de activos financeiros (referido nos parágrafos anteriores), tendo estes sido retirados da categoria de justo valor e incluídos em Investimentos detidos até à maturidade, em conformidade com o disposto na IFRS supra mencionada, divulga-se quadro com o

detalhe dos títulos alvo de reclassificação, já mencionados na nota 8 do anexo (Activos Financeiros Disponíveis para Venda), nomeadamente, com a seguinte informação adicional (IFRS 7 § 12 a):

- (i) Valor de balanço na data da reclassificação;
- (ii) Valor de balanço a 31 de Dezembro de 2016;
- (iii) Justo valor a 31 de Dezembro de 2016 com o valor que valeria caso tivesse ainda registado ao justo valor.

Título	Código do título	Quantidade	Data maturidade	Valor mercado na data reclassificação	Valor de balanço na data reclassificação	Valor reserva reavaliação	Amortização reserva reavaliação	Saldo reserva reavaliação a 31/12/2016	Valor de balanço em 31/12/2016	Cotação	Justo valor a 31/12/2016
					(i)				(ii)		(iii)
Emissores públicos nacionais											
OT FEV 24	PTOTEQOE0015	45.000.000	15-02-2024	54.936.000	58.877.597	-3.941.597	-448.362	-3.493.234	52.928.964	114,51%	51.529.500
OT OUT 25	PTOTEKOE0011	45.000.000	15-10-2025	45.526.500	49.589.814	-4.063.314	-357.048	-3.706.266	45.479.048	95,04%	42.768.000
OT OUT 22	PTOTESOE0013	10.500.000	17-10-2022	10.258.500	10.434.920	-176.420	-1.133	-175.287	10.272.201	98,80%	10.374.000
OT ABR 21	PTOTEYOE0007	115.000.000	15-04-2021	123.303.000	127.143.690	-3.840.690	-36.037	-3.804.654	123.298.663	108,12%	124.338.000
OT JUN 20	PTOTECOE0029	363.000.000	15-06-2020	401.841.000	411.193.660	-9.352.660	-111.092	-9.241.567	401.588.125	111,62%	405.180.600
Emissores públicos estrangeiros											
BTPS 2.15 12/21	IT0005028003	200.000.000	15-12-2021	214.520.000	217.755.338	-3.235.338	-27.010	-3.208.328	214.392.065	107,23%	214.460.000
BTPS 5.5 11/22	IT0004848831	350.000.000	01-11-2022	440.580.000	451.456.530	-10.876.530	-81.636	-10.794.894	439.908.798	125,71%	439.985.000
BTPS 9 11/01/23	IT0000366655	50.000.000	01-11-2023	75.825.000	78.020.155	-2.195.155	-14.969	-2.180.186	75.663.684	151,20%	75.600.000
SPG8 5.40 01/31/23	ES00000123U9	58.000.000	31-01-2023	74.518.400	75.637.295	-1.118.895	-8.185	-1.110.711	75.121.911	128,41%	74.477.800
Outros emissores											
BCPPL 3.375 02/17	PTBITIOM0057	70.000.000	27-02-2017	69.794.900	70.034.412	-239.512	-47.867	-191.645	69.834.773	99,58%	69.706.000
RENPL 2.5 02/2025	XS1189286286	14.000.000	12-02-2025	13.830.040	14.727.852	-897.812	-82.261	-815.551	13.843.166	104,14%	14.579.600
Total					1.564.871.263,42			-38.722.323,29	1.522.331.397,43		1.522.998.500,00

Em 31 de Dezembro 2016 o impacto nas contas de reservas de reavaliação da carteira reclassificada para investimentos detidos até à maturidade é negativo em 38.722.323 euros, cuja distribuição se encontra detalhada na Nota 8 - Activos financeiros disponíveis para venda.

A carteira de investimentos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2016, tem os seguintes prazos contratuais residuais:

	2016							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Investimentos detidos até à maturidade	-	69.835	8.126	209.369	2.033.679	1.276.241	66.366	3.663.616

15. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2016 e 2015 pode ser apresentado da seguinte forma:

31-12-2015						Imparidade				31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Ajustamentos	Utilização de Imparidade	Ajustamentos	Dotações de Imparidade	Reposições de Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:												
Imóveis	810.154.019	(143.381.218)	117.604.386	(130.620.874)	(55.853.486)	10.007.263	35.900.910	(36.181.374)	10.003.476	741.284.045	(123.650.943)	617.633.102
Equipamento	563.278	(147.359)	181.074	(299.826)	-	128.533	-	(274.599)	43.460	444.526	(249.965)	194.561
Outros	2.062.106	(498.462)	148.599	(245.165)	-	237.861	-	(37.756)	10.861	1.965.540	(287.496)	1.678.044
	812.779.403	(144.027.039)	117.934.059	(131.165.865)	(55.853.486)	10.373.657	35.900.910	(36.493.729)	10.057.797	743.694.111	(124.188.404)	619.505.707

31-12-2014					Imparidade				31-12-2015			
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Ajustamentos	Utilização de Imparidade	Ajustamentos	Dotações de Imparidade	Reposições de Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:												
Imóveis	750.086.010	(85.409.531)	142.841.261	(99.828.571)	17.055.319,00	6.948.848	(36.756.343)	(34.363.262)	6.199.070	810.154.019	(143.381.218)	666.772.801
Equipamento	648.280	(196.683)	264.352	(349.354)	-	60.517	-	(29.122)	17.929	563.278	(147.359)	415.919
Outros	3.444.602	(582.580)	171.103	(1.553.599)	-	597.512	(16.222)	(497.694)	522	2.062.106	(498.462)	1.563.644
	754.178.892	(86.188.794)	143.276.716	(101.731.524)	17.055.319	7.606.877	(36.772.565)	(34.890.078)	6.217.521	812.779.403	(144.027.039)	668.752.364

Foram igualmente efectuadas avaliações de justo valor a todos os activos dos Fundos Investimento Imobiliários, dando lugar a ajustamentos de justo valor, no seu valor contabilístico e no reforço de imparidades apuradas mas ainda não cobertas.

16. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo existente em 31 de Dezembro de 2016, no valor total de 69.945.836 euros (em 2015 era de 82.583.185 euros) corresponde ao valor contabilístico dos imóveis arrendados, ou que são detidos com esse objectivo, dos fundos de investimento imobiliário detidos pelo Grupo Crédito Agrícola, que foram transferidos da rubrica “Activos não correntes detidos para venda”.

A sua natureza respeita aos imóveis que têm o objectivo directo de arrendamento habitacional, estando dessa forma concentrados no FII CA Arrendamento Habitacional.

O movimento durante os anos de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	31-12-2015					31-12-2016	
	Justo valor	Aquisições	Alienações	Transferência	Ajustamentos de justo valor	Justo valor	
Propriedades de investimento:							
Imóveis	82.583.185	84.652	(6.531.440)	126.304	(6.316.865)	69.945.836	
	82.583.185	84.652	(6.531.440)	126.304	(6.316.865)	69.945.836	

	31-12-2014				31-12-2015	
	Justo valor	Aquisições	Alienações	Ajustamentos de justo valor	Justo valor	
Propriedades de investimento:						
Imóveis	94.835.032	693.600	(7.968.793)	(4.976.654)	82.583.185	
	94.835.032	693.600	(7.968.793)	(4.976.654)	82.583.185	

17. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2015						Abates, alienações e outros	31-12-2016			
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Aquisições	Depreciações	Imparidade (Nota 25)		Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:											
De serviço próprio	294.879.149	(81.977.407)	(1.127.494)	267.722	(5.655.130)	(6.202.882)	358.642	295.185.937	(87.312.962)	(7.330.376)	200.542.599
Obras em imóveis arrendados	16.784.943	(9.414.400)	-	321.492	(812.973)	-	340.406	17.439.408	(10.219.940)	-	7.219.468
Outros imóveis	2.990.330	(966.718)	-	50.000	(74.441)	-	(220.405)	2.718.284	(939.517)	-	1.778.767
	<u>314.654.422</u>	<u>(92.358.525)</u>	<u>(1.127.494)</u>	<u>639.214</u>	<u>(6.542.544)</u>	<u>(6.202.882)</u>	<u>478.643</u>	<u>315.343.629</u>	<u>(98.472.419)</u>	<u>(7.330.376)</u>	<u>209.540.834</u>
Equipamento	219.280.140	(192.727.432)	-	7.685.032	(9.131.266)	-	(888.685)	216.472.651	(192.254.863)	-	24.217.788
Património artístico	1.023.578	-	-	52.686	-	-	-	1.076.264	-	-	1.076.264
Equipamento em locação financeira:											
Equipamento	1.021.538	(732.116)	-	106.454	(40.732)	-	-	1.127.992	(772.848)	-	355.144
Outros activos em locação financeira	-	(62.974)	-	-	(34.526)	-	(1)	-	(97.501)	-	(97.501)
	<u>1.021.538</u>	<u>(795.090)</u>	<u>-</u>	<u>106.454</u>	<u>(75.258)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>1.127.992</u>	<u>(870.349)</u>	<u>-</u>	<u>257.643</u>
Outros activos tangíveis:											
Activos tangíveis em curso	6.154.151	-	-	3.638.005	-	-	(1.093.753)	8.698.403	-	-	8.698.403
Outros	1.035.347	(881.184)	-	172	(66.599)	-	6.886	1.017.244	(922.623)	-	94.621
	<u>7.189.498</u>	<u>(881.184)</u>	<u>-</u>	<u>3.638.177</u>	<u>(66.599)</u>	<u>-</u>	<u>(1.086.867)</u>	<u>9.715.647</u>	<u>(922.623)</u>	<u>-</u>	<u>8.793.024</u>
	<u>543.169.176</u>	<u>(286.762.231)</u>	<u>(1.127.494)</u>	<u>12.121.563</u>	<u>(15.815.667)</u>	<u>(6.202.882)</u>	<u>(1.496.910)</u>	<u>543.736.183</u>	<u>(292.520.254)</u>	<u>(7.330.376)</u>	<u>243.885.553</u>

Descrição	31-12-2014						Abates, alienações e outros	31-12-2015			
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Aquisições	Depreciações	Imparidade (Nota 24)		Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:											
De serviço próprio	300.700.630	(77.821.946)	(846.733)	781.447	(5.704.989)	(280.761)	(5.053.399)	294.879.149	(81.977.407)	(1.127.494)	211.774.248
Obras em imóveis arrendados	16.929.526	(8.764.451)	-	229.166	(833.217)	-	(190.482)	16.784.943	(9.414.400)	-	7.370.543
Outros imóveis	2.904.833	(908.465)	-	37.018	(80.124)	-	70.349	2.990.330	(966.718)	-	2.023.612
	<u>320.534.989</u>	<u>(87.494.862)</u>	<u>(846.733)</u>	<u>1.047.631</u>	<u>(6.618.330)</u>	<u>(280.761)</u>	<u>(5.173.532)</u>	<u>314.654.422</u>	<u>(92.358.525)</u>	<u>(1.127.494)</u>	<u>221.168.403</u>
Equipamento	217.013.612	(187.883.219)	-	7.226.792	(9.371.601)	-	(432.676)	219.280.140	(192.727.432)	-	26.552.708
Património artístico	995.595	-	-	28.345	-	-	(362)	1.023.578	-	-	1.023.578
Equipamento em locação financeira:											
Equipamento	980.006	(833.064)	-	154.058	(7.443)	-	(4.134)	1.021.538	(732.116)	-	289.422
Outros activos em locação financeira	-	(29.847)	-	-	(33.127)	-	-	-	(62.974)	-	(62.974)
	<u>980.006</u>	<u>(862.911)</u>	<u>-</u>	<u>154.058</u>	<u>(40.570)</u>	<u>-</u>	<u>(4.134)</u>	<u>1.021.538</u>	<u>(795.090)</u>	<u>-</u>	<u>226.448</u>
Outros activos tangíveis:											
Activos tangíveis em curso	6.356.828	-	-	1.973.112	-	-	(2.175.789)	6.154.151	-	-	6.154.151
Outros	1.035.860	(795.735)	-	99	(85.882)	-	(179)	1.035.347	(881.184)	-	154.163
	<u>7.392.688</u>	<u>(795.735)</u>	<u>-</u>	<u>1.973.211</u>	<u>(85.882)</u>	<u>-</u>	<u>(2.175.968)</u>	<u>7.189.498</u>	<u>(881.184)</u>	<u>-</u>	<u>6.308.314</u>
	<u>546.916.890</u>	<u>(277.036.727)</u>	<u>(846.733)</u>	<u>10.430.037</u>	<u>(16.116.383)</u>	<u>(280.761)</u>	<u>(7.786.872)</u>	<u>543.169.176</u>	<u>(286.762.231)</u>	<u>(1.127.494)</u>	<u>255.279.451</u>

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2015						Abates, alienações e outros	31-12-2016		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Aquisições	Depreciações				Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Sistema de tratamento automático de dados (softw are)	235.916.758	(180.224.814)	3.355.532	(11.746.378)			4.933.213	244.132.090	(191.897.779)	52.234.311
Outros activos intangíveis	4.461.727	(4.292.003)	-	(5.342)			-	4.461.727	(4.297.345)	164.382
Activos intangíveis em curso	5.350.651	-	10.869.400	-			(5.212.944)	11.007.107	-	11.007.107
	<u>245.729.136</u>	<u>(184.516.817)</u>	<u>14.224.932</u>	<u>(11.751.720)</u>			<u>(279.731)</u>	<u>259.600.924</u>	<u>(196.195.124)</u>	<u>63.405.800</u>

Descrição	31-12-2014						Abates, alienações e outros	31-12-2015		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Aquisições	Depreciações				Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Sistema de tratamento automático de dados (softw are)	221.990.864	(169.638.059)	2.605.424	(11.350.404)			12.084.119	235.916.758	(180.224.814)	55.691.944
Outros activos intangíveis	4.455.830	(4.292.459)	-	(5.964)			12.317	4.461.727	(4.292.003)	169.724
Activos intangíveis em curso	8.679.638	-	9.718.433	-			(13.047.420)	5.350.651	-	5.350.651
	<u>235.126.332</u>	<u>(173.930.518)</u>	<u>12.323.857</u>	<u>(11.356.368)</u>			<u>(950.984)</u>	<u>245.729.136</u>	<u>(184.516.817)</u>	<u>61.212.319</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes de 53.255.073 euros e 49.789.980 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2016 ascendeu a 3.465.093 Euros (2015: 3.618.446 euros).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Activos intangíveis em curso” diz respeito essencialmente a custos incorridos afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos intangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 42).

19. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FCR Agrocapital 1	1.848.054	3.955.254
Rede Nacional de Assistência, SA	695.684	533.986
FCR Central Frie	-	626.770
	-----	-----
	2.543.738	5.116.110
	=====	=====

No exercício de 2016 foi liquidado o FCR Central Frie, numa das empresas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2016, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	144.284.981	163.096.230
Por prejuízos fiscais reportáveis	<u>17.680.776</u>	<u>7.427.422</u>
	<u>161.965.757</u>	<u>170.523.652</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	<u>(6.612.225)</u>	<u>(8.264.917)</u>
	<u>155.353.532</u>	<u>162.258.735</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	13.224.273	24.969.273
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>(6.441.971)</u>	<u>(7.872.979)</u>
	<u>6.782.302</u>	<u>17.096.294</u>

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016			
	Saldo em 31-12-2015	Variação em Resultados	Outros movimentos	Saldo em 31-12-2016
. Activos tangíveis e ANCDV (imparidade)	53.358	558.718	-	612.076
. Activos intangíveis	20	(20)	-	-
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	71.945.553	(16.744.008)	-	55.201.545
Provisões para crédito e juros vencidos	59.934.331	(13.702.685)	-	46.231.646
Provisões para riscos gerais de crédito	9.207.247	165.533	-	9.372.780
Provisão para aplicações financeiras	8.010	7.881	-	15.891
Provisões para imóveis	1.085.280	1.479.311	-	2.564.591
Provisões para outras aplicações	1.182.141	512.768	-	1.694.909
Provisões para outros riscos e encargos	622.543	82.758	-	705.301
. Pensões				
Reformas antecipadas	636.463	(100.049)	-	536.414
Contribuição efectuada	(4.668)	24.737	-	20.069
Prémio de antiguidade	4.026.782	435.033	-	4.461.815
Encargos com saúde	103.505	(26.639)	-	76.866
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	7.055.251	4.827.028	-	17.121.949
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(412.132)	21.724	-	(390.408)
. Valias fiscais	(188.613)	(1.985.661)	-	(2.174.274)
. Prejuízos fiscais reportáveis	7.427.422	10.253.354	-	17.680.776
. Comissões	9.860	-	-	9.860
. Imposto consolidado-eliminação mais valia intragrupo	3.354.391	-	-	3.354.391
. Outros	(3.788.009)	2.045.344	-	(1.742.665)
	<u>162.258.735</u>	<u>(12.144.873)</u>	<u>-</u>	<u>155.353.532</u>

	2015			
	Saldo em 31-12-2014	Variação em Resultados	Outros movimentos	Saldo em 31-12-2015
. Activos tangíveis e ANCDV (imparidade)	52.415	943	-	53.358
. Activos intangíveis	20	-	-	20
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	66.905.293	5.040.260	-	71.945.553
Provisões para crédito e juros vencidos	58.753.858	1.180.473	-	59.934.331
Provisões para riscos gerais de crédito	7.618.673	1.588.574	-	9.207.247
Provisão para aplicações financeiras	39.620	(31.610)	-	8.010
Provisões para imóveis	1.032.144	53.136	-	1.085.280
Provisões para outras aplicações	1.898.891	(716.750)	-	1.182.141
Provisões para outros riscos e encargos	627.414	(4.871)	-	622.543
. Pensões				
Reformas antecipadas	358.266	278.197	-	636.463
Contribuição efectuada	(10.635)	5.967	-	(4.668)
Prémio de antiguidade	4.234.251	(207.469)	-	4.026.782
Encargos com saúde	109.547	(6.042)	-	103.505
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	(11.532.443)	(10.162.522)	5.580.585	7.055.251
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(453.067)	40.935	-	(412.132)
. Valias fiscais	(3.806.253)	3.617.640	-	(188.613)
. Prejuízos fiscais reportáveis	4.647.409	2.780.013	-	7.427.422
. Comissões	9.860	-	-	9.860
. Imposto consolidado-eliminação mais valia intragrupo	-	3.354.391	-	3.354.391
. Outros	(5.577.027)	1.789.018	-	(3.788.009)
	<u>124.908.236</u>	<u>8.600.283</u>	<u>5.580.585</u>	<u>162.258.735</u>

O montante dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2016 e 2015 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

O valor de imposto diferidos activo sobre prejuízos fiscais, respeita aos prejuízos fiscais apurados individualmente pelas entidades do Grupo e que se desagrega pêlos seguintes anos em que se verificaram os prejuízos:

Prejuízo fiscal por deduzir / Ano					
2012	2013	2014	2015	2016	Total
665.793,07	9.978.040,61	13.274.243,12	6.507.948,50	52.795.701,94	83.221.727,24

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2016	2015
Impostos correntes	24.274.928	27.355.287
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	12.144.872	-8.600.283
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	36.419.800	18.755.004
Lucro antes de impostos	94.861.338	73.127.860
Carga fiscal	38,39%	25,65%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016		2015	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		94.861.338		73.127.860
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal + derrama municipal (1,5%)	22,50%	21.343.801	22,50%	16.453.769
Taxa adicional (derrama estadual)	3% e 5%	127.214	3% e 5%	1.495.802
Provisões não aceites fiscalmente, liquidas de reposições	30%	28.260.280	4%	3.233.771
Derrama Municipal	0%	459.855	2%	1.496.085
Tributações autonomas	1%	1.357.450	2%	1.281.715
Correcções de impostos relativos a exercicios anteriores	0%	97.733	-2%	(1.277.368)
Benefícios Fiscais	0%	(185.877)	0%	(221.700)
Contribuição sobre sector bancário	1%	739.542	1%	589.788
Mais e menos valias fiscais não tributadas	0%	(686)	-2%	(1.708.870)
Potencial AID e PID referente a ajustamentos consolidados	-4%	(3.671.334)	-5%	(3.354.391)
Impostos diferidos activos (por prejuízos fiscais)	-11%	(10.253.354)	0%	-
Outros	-2%	(1.854.824)	1%	766.404
Imposto registado na demonstração de resultados	38,39%	36.419.800	25,65%	18.755.004

Os valores de impostos correntes e impostos diferidos são apurados individualmente pelas entidades do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido utilizadas para o ano de 2016, a taxa de imposto (IRC) para o referido exercício de 21%, com as taxas adicionais de derrama estadual (3% e 5%) e de derrama municipal, caso sejam aplicáveis.

Foi apurado para o exercício de 2016, uma taxa média de imposto de 25%, a qual foi utilizada como taxa de referência para cálculo de impostos diferidos sobre ajustamentos de consolidação realizados (25% em 2015).

21. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Ramo vida:		
Provisão matemática	1.353.105.471	1.395.303.496
Provisão para sinistros	8.532.787	9.770.796
Outras provisões técnicas:		
Provisões para participação nos resultados	50.661.724	46.119.444
Provisões para estabilização de carteira	-	12.089.490
Provisão para compromisso de taxa	39.670.331	28.767.086
	<u>1.451.970.313</u>	<u>1.492.050.312</u>
Provisões ramo não vida:		
Provisões para prémios não adquiridos	18.642.009	16.441.137
Provisões para sinistros	98.581.714	99.520.360
Outras provisões técnicas:		
Provisões para riscos em curso	2.891.886	2.346.811
Provisões para desvios de sinistralidade	1.388.688	1.148.703
	<u>121.504.297</u>	<u>119.457.011</u>
	<u>1.573.474.610</u>	<u>1.611.507.323</u>

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante o exercício de 2015 e 2016 foi o seguinte:

Saldo em 01-01-2015	Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 43)	Utilizações / regulariz.	Saldo em 31-12-2015	Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 43)	Utilizações	Regulariz.	Saldo em 31-12-2016
1.516.613.693	139.226.127	(44.332.496)	1.611.507.324	(42.673.462)	-	4.640.748	1.573.474.610

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Protecção Poupança Investimento	35.703.621	40.761.440
Protecção Poupança Reforma	93.517.230	97.215.368
Protecção Poupança Educação	16.517.137	16.657.914
CA PPR+6	4.192.292	4.582.425
CA Poupança Activa	294.292.679	330.460.699
Protecção Super-Crédito	5	23.060
CA PPR	183.620.997	201.477.984
CA Protecção Livre	376.188	267.401
CA Vida Plena	50.109	42.784
CA Super 4,25	84.156.746	82.158.223
CA Primavera	0	27.162.294
CA Verão Taxa Crescente	0	26.478.437
CA Verão PPR	0	11.529.168
CA Futuro Garantido PPR	7.088.355	26.457.815
CA Mulher	9.629	10.793
CA Super 5	41.847.380	40.626.639
CA Super 5 - 3,8%	8.097.635	8.058.004
CA Super 5 PPR	34.109.683	33.370.130
CA Super 5 - PPR (3,8%)	7.377.094	7.261.599
CA Sempre +	14.859.118	14.472.763
CA Sempre + PPR	12.299.532	11.967.132
CA Garantia Máxima	29.674.539	29.149.845
CA Garantia Máxima - PPR	22.843.480	22.312.634
CA Pessoa-Chave	8.262	7.905
CA Pessoa-Chave Crédito	40.925	26.123
CA Garantia 5 (1ª série)	19.331.734	19.477.961
CA Garantia 5 - PPR (1ª série)	29.970.894	29.773.095
CA Garantia 5 - 2 série	51.911.617	51.644.604
CA Garantia 5 PPR - 2 série	63.689.135	62.707.060
CA Universitário (Poupança)	19.707.838	19.511.723
Empresa Viva	0	0
CA Protecção Fundo de Pensões	0	0
CA Premium	731	497
CA Mulher	10.045	5.716
CA PPR Capital	102.597.766	66.207.230
CA Poupança Activa Capital	156.804.768	102.610.054
CA Universitário [Capital]	17.941.779	10.760.206
Protecção Super Crédito	30.414	66.771
Protecção Super Crédito	30.771	0
CA Protecção Hospitalar	2.013	0
CA Corporate	238.232	0
CA Express Vida	155.097	0
	<u>1.353.105.471</u>	<u>1.395.303.496</u>

As carteiras CA Primavera, CA Verão Taxa Crescente e CA Verão PPR, são carteiras em fim de vida, faltando apenas para fechá-las, o reembolso aos respectivos beneficiários. Por esse facto já não apresentam qualquer valor de provisão matemática no final do exercício de 2016.

22. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	127.962	846.784
Ouro e outros metais preciosos	610.830	591.044
Aplicações conta-caução	2.586.815	2.037.441
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	2.119.792	969.324
IMT - reembolsos pedidos	1.497.092	1.736.521
Outros valores a receber	530.750	1.311.578
Devedores por capital não realizado	1.489	1.999
Despesas de crédito em contencioso	4.997.554	4.676.468
Suprimentos	995.604	1.186.599
Bonificações a receber	749.822	607.494
Outros activos por recuperação de crédito	9.027.604	9.363.604
Devedores diversos - adiantamentos	2.651.417	3.356.776
Clientes de locação financeira	1.227.853	1.358.812
Outros devedores diversos	56.172.318	59.925.079
	<u>83.296.902</u>	<u>87.969.523</u>
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	266.070	129.987
Por serviços bancários prestados	1.828.415	1.896.535
Outros rendimentos a receber	510.305	459.512
	<u>2.604.790</u>	<u>2.486.034</u>
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Rendas e alugueres	433.833	438.155
Seguros	1.088.322	1.325.407
Outras despesas a diferir	5.147.202	4.672.965
Contribuições para o FGD, FGCCAM e SII	-	2.482
	<u>6.669.357</u>	<u>6.439.009</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	47.919.827	60.063.075
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3.390.070	176.293
Operações cambiais a liquidar	699.985	193.186
Posição cambial	11.974	(2.257)
Acordos protocolares	1.306.320	5.020.036
Sistemas informáticos	423.414	220.065
Econmato	1.131.842	1.225.537
Compensação de valores	8.677	5.925
Outras operações a regularizar	6.573.334	5.281.193
	<u>61.465.443</u>	<u>72.183.053</u>
	<u>154.036.492</u>	<u>169.077.619</u>
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Outros devedores diversos	(27.164.514)	(23.527.157)
	<u>126.871.978</u>	<u>145.550.462</u>

A rubrica “Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)” corresponde ao montante imobilizado nas caixas ATM, a aguardar regularização por parte da SIBS.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 2.793.932 Euros e 5.850.613 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFAP pela CA Seguros, desta rubrica.

Os saldos desta rubrica são explicados pelo registo de valores em aberto para com devedores por prestação de serviços prestadas pelas entidades do Grupo a terceiros, ainda não regularizadas, os quais em 31 de Dezembro de 2016 ascendem a 45.972.345 euros (2015: 52.473.726 euros).

O valor indicado na rubrica de “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”, respeita na sua totalidade aos saldos de operações dentro e fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por e em nome de clientes, encontrando-se compensados pelos saldos credores constante no passivo do balanço em “Outros passivos” na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”. O acréscimo registado em 2016 prende-se com o aumento corrente no final de 2016 na Caixa Central, de operações e posições não encerradas antes do final do exercício, aumentando as situações pendentes de regularização (ver Nota 28).

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	1.323.139.865	385.200.000
Juros a pagar	20.245	609.900
	<u>1.323.160.110</u>	<u>385.809.900</u>
<u>Recursos de Outras Instituições de Crédito</u>		
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	204.154.007	216.989.708
	<u>204.154.007</u>	<u>216.989.708</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	1.160.243	12.144.779
Empréstimos	50.000.000	10.000.000
	<u>51.160.243</u>	<u>22.144.779</u>
Juros a pagar	428.943	872.525
	<u>255.743.193</u>	<u>240.007.012</u>
Total de Recursos de Bancos Centrais e de Recursos de Outras Instituições de Crédito	<u>1.578.903.303</u>	<u>625.816.912</u>

Em Dezembro de 2016 e 2015, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até três meses	1.061.642.085	135.907.071
Entre três meses e um ano	131.612.030	103.227.416
Entre um ano e três anos	-	385.200.000
Entre três e cinco anos	385.200.000	-
	<u>1.578.454.115</u>	<u>624.334.487</u>
Juros a pagar	449.188	1.482.425
	<u>1.578.903.303</u>	<u>625.816.912</u>

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2016 são:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor Final
SPGB 5.25 04/21	ES00000123B9	100.000	124.589.312,82
SPGB 5.40 01/31/23	ES00000123U9	102.000	133.454.711,25
IRISH 5 18/10/2020	IE00B60Z6194	8.000.000.000	95.972.307,03
BTPS 3.75 03/2021	IT0004634132	324.000	367.551.968,47
BTPS 5.5 11/22	IT0004848831	200.000	248.648.759,52
BTPS 2.15 12/21	IT0005028003	100.000	105.895.493,08
BTPS 0.95 03/15/23	IT0005172322	108.000	105.670.800,58
OT JUN 20	PTOTECOE0029	51.000.000.000	529.198.014,02
OT OUT 25	PTOTEKOE0011	4.500.000.000	38.037.368,93
OT JUN 19	PTOTEMOE0027	8.720.000.000	91.267.587,61
OT FEV 24	PTOTEQOE0015	4.450.000.000	47.014.613,35
OT ABR 21	PTOTEYOE0007	10.000.000.000	100.636.402,59
REPSM 2.625 05/28/20	XS0933604943	50	3.694.235,72
EDP FINANCE 14/09/2020	XS0970695572	500	389.981,94
EDP FINANCE 20/01/2021	XS0995380580	9.050	7.064.055,85
EDP FINANCE 2.625 01/2022	XS1111324700	13.000	8.984.662,29
RENPL 2.5 02/2025	XS1189286286	14.000	9.505.322,26
			2.017.575.597,31

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos		
À ordem	4.007.925.945	3.385.962.550
A prazo	5.230.505.684	5.232.707.099
De poupança	2.460.719.031	2.257.385.572
Outros recursos de clientes	168.064	170.246
Cheques e ordens a pagar	16.023.803	9.883.682
Outros	<u>46.066</u>	<u>45.466</u>
	<u>11.715.388.593</u>	<u>10.886.154.615</u>
Juros a pagar	10.976.998	23.931.048
	<u>11.726.365.591</u>	<u>10.910.085.663</u>

Em Dezembro de 2016 e 2015, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até três meses	7.141.897.055	6.320.983.363
Entre três meses e um ano	4.363.985.458	4.256.090.864
Entre um ano e três anos	165.226.552	280.462.487
Entre três e cinco anos	11.586.965	9.660.263
Mais de cinco anos	<u>32.692.563</u>	<u>18.957.638</u>
	<u>11.715.388.593</u>	<u>10.886.154.615</u>
Juros a pagar	10.976.998	23.931.048
	<u>11.726.365.591</u>	<u>10.910.085.663</u>

25. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante o exercício de 2016 e o exercício de 2015 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2015	2016				Saldos em 31-12-2016
		Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	243.728.243	(19.057.068)	(277.952)	28.268.984	(6.093.450)	246.568.758
Crédito e juros vencidos	574.529.843	11.023.768	(121.406.633)	(248.970)	(49.192)	463.848.816
	<u>818.258.086</u>	<u>(8.033.300)</u>	<u>(121.684.584)</u>	<u>28.020.014</u>	<u>(6.142.642)</u>	<u>710.417.574</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	11.326.053	1.818.880	(697.369)	(345.262)	(109.431)	11.992.870
	<u>11.326.053</u>	<u>1.818.880</u>	<u>(697.369)</u>	<u>(345.262)</u>	<u>(109.431)</u>	<u>11.992.870</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	6.648.724	961.600	(132.186)	(3.042)	(4.863.700)	2.611.396
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 15)	144.027.039	26.337.328	(10.373.658)	(27.893.769)	(7.908.536)	124.188.404
Outros activos (Nota 22)	23.527.157	3.737.890	(411.945)	222.059	89.353	27.164.514
Activos tangíveis (Nota 17)	1.127.495	6.176.579	-	-	26.304	7.330.377
Activos intangíveis (Nota 18)	33.858	-	-	-	-	33.858
	<u>168.715.549</u>	<u>36.251.796</u>	<u>(10.785.602)</u>	<u>(27.671.710)</u>	<u>(7.792.880)</u>	<u>158.717.153</u>
	<u>1.004.948.412</u>	<u>30.998.976</u>	<u>(133.299.742)</u>	<u>-</u>	<u>(18.908.653)</u>	<u>883.738.993</u>
	Saldos em 31-12-2014	2015				Saldos em 31-12-2015
		Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	287.197.933	(8.912.017)	(159.818)	(34.086.370)	(311.485)	243.728.243
Crédito e juros vencidos	550.803.298	84.794.601	(62.046.922)	(31.505)	1.010.371	574.529.843
	<u>838.001.231</u>	<u>75.882.584</u>	<u>(62.206.740)</u>	<u>(34.117.875)</u>	<u>698.886</u>	<u>818.258.086</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	7.500.400	5.843.437	(1.198.033)	(440.489)	(379.262)	11.326.053
	<u>7.500.400</u>	<u>5.843.437</u>	<u>(1.198.033)</u>	<u>(440.489)</u>	<u>(379.262)</u>	<u>11.326.053</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	10.785.262	555.027	(225.934)	(2.764.321)	(1.701.310)	6.648.724
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 15)	86.188.794	28.672.558	(7.606.876)	36.276.535	496.028	144.027.039
Outros activos (Nota 22)	19.574.728	2.817.411	(584.295)	1.046.150	673.163	23.527.157
Activos tangíveis (Nota 17)	846.734	280.761	-	-	-	1.127.495
Activos intangíveis (Nota 18)	33.858	-	-	-	-	33.858
	<u>106.644.114</u>	<u>31.770.730</u>	<u>(8.191.171)</u>	<u>37.322.685</u>	<u>1.169.191</u>	<u>168.715.549</u>
	<u>962.931.007</u>	<u>114.051.778</u>	<u>(71.821.878)</u>	<u>-</u>	<u>(212.495)</u>	<u>1.004.948.412</u>

O decréscimo nas provisões para crédito (cobrança duvidosa e vencido), dizem essencialmente respeito à utilização de provisões referentes a créditos abatidos ao activo, sendo de destacar o montante de cerca de 23,5 milhões de euros abatidos ao activo, no âmbito da operação de venda de créditos – Cassiopeia 2, registado na Caixa Central.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Provisões – outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

26. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	522.325	545.825
CCAM Pernes, CRL	336.910	334.275
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	249.535	309.535
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	162.040	162.155
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	88.830	88.925
CCAM do Guadiana Interior, CRL	77.800	117.800
CCAM Médio Ave, CRL	55.305	55.305
CCAM do Baixo Vouga, CRL	13.175	13.175
CCAM Costa Azul, CRL	4.775	4.775
CCAM Beja e Mértola, CRL	3.000	1.000
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	500	1.000
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	475	-
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	360	-
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	-	425
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	-	100
	-----	-----
	1.515.030	1.634.295
	=====	=====

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 30).

As reduções de títulos representativos de capital respeitam a reembolsos efectuados aos associados.

27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	84.956.724	84.956.724
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	31.059.800	34.932.700
	-----	-----
	116.016.524	119.889.424
	-----	-----
Juros a pagar	516.976	519.925
	-----	-----
	116.533.500	120.409.349
	=====	=====

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 analisa-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Menos de três meses	2.700.000	-
Entre três meses e um ano	6.555.500	7.672.900
Entre um ano e três anos	18.080.300	36.126.500
Entre três e cinco anos	17.224.000	13.765.800
Mais de cinco anos	71.456.724	62.324.224
Juros a pagar	516.976	519.925
	-----	-----
	116.533.500	120.409.349
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2016, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 84.956.724 Euros (84.956.724 Euros em 31 de Dezembro de 2015).

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo detalhado por entidade analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2016	Data de vencimento	2016			
						Saldo 31.12.2015	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2016
Empréstimo do FGCAM	C3030 - Coimbra	Euro	05-jun	0,5000%	05-06-2022	13.000.000	-	-	13.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-jan	0,5000%	31-01-2023	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	23-06-2020	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	23-06-2024	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-mai	0,7500%	30-06-2020	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	19-mar	0,6000%	31-12-2022	20.956.724	-	-	20.956.724
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	29-abr	0,5000%	30-11-2022	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2021	1.500.000	-	-	1.500.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2022	6.500.000	-	-	6.500.000
						<u>84.956.724</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.956.724</u>

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

(Montantes expressos em euros, excepto quando expressamente indicado)

O saldo dos Títulos Investimento emitidos analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2016	Data de vencimento	2016			
								Saldo 31.12.2015	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2016
Tit. Investimento/2011	C1420 - Noroeste	5.883	Euro	500	-	-	30-09-2016	2.941.500	2.941.500	-	-
Tit. Investimento/2011	C1420 - Noroeste	9.186	Euro	500	2-abr	3,8110%	02-04-2017	4.593.000	-	-	4.593.000
Tit. Investimento/2012	C1420 - Noroeste	2.142	Euro	500	2-abr	3,3110%	02-04-2018	1.071.000	-	-	1.071.000
Tit. Investimento/2011	C1440 - Área Metropolitana do Porto	2.800	Euro	500	-	-	23-12-2016	1.400.100	1.400.100	-	-
Tit. Investimento/2015	C2090 - Beira Douro	1.513	Euro	500	15-dez	2,4243%	15-12-2020	756.500	-	-	756.500
Tit. Investimento/2011 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	610	Euro	500	-	-	30-06-2016	304.800	304.800	-	-
Tit. Investimento/2011 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.400	Euro	500	31-dez	5,5000%	02-01-2017	1.200.000	-	-	1.200.000
Tit. Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.347	Euro	500	30-jun	3,9580%	29-06-2017	1.173.500	-	-	1.173.500
Tit. Investimento/2015	C2160 - Vale do Távora	653	Euro	500	-	-	09-11-2016	326.500	326.500	-	-
Tit. Investimento/2011	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	-	-	30-09-2016	1.500.000	1.500.000	-	-
Tit. Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-mar	3,8125%	30-03-2017	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit. Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2190 - Terra Quente	1.578	Euro	500	01-fev	3,8750%	01-08-2017	789.000	-	-	789.000
Tit. Investimento/2015	C2190 - Terra Quente	735	Euro	500	31-dez	1,7500%	04-01-2021	367.500	-	-	367.500
Tit. Investimento/2014	C6250 - Guadiana Interior	201.860	Euro	5	28-jan	2,3130%	28-07-2019	1.009.300	-	-	1.009.300
Tit. Investimento/2013	C6320 - Costa Azul	32.000	Euro	500	30-jun	4,0000%	30-12-2018	16.000.000	6.400.000	-	9.600.000
Tit. Investimento/2016	C6320 - Costa Azul	18.000	Euro	500	30-jun	1,2500%	30-06-2021	-	-	9.000.000	9.000.000
								<u>34.932.700</u>	<u>12.872.900</u>	<u>9.000.000</u>	<u>31.059.800</u>

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Credores e outros recursos</u>		
Recursos - conta cativa	2.889.202	2.538.989
Recursos - conta caução	11.207.655	10.504.163
Outros recursos	3.602.711	2.979.581
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	8.076.673	9.087.987
Contribuições para a Segurança Social	3.450.361	3.381.239
Imposto sobre o Valor Acrescentado	912.028	915.608
Outros impostos	2.460.870	3.422.224
Cobranças por conta de terceiros	215.177	216.687
Contribuições para outros sistemas de saúde	644.818	622.928
Passivos financeiros de contratos de seguros	232.492.158	252.277.846
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	170.499	238.441
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	11.476.736	12.359.883
Credores por valores a liquidar	282.321	196.370
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	875.113	984.537
Credores - cartões de crédito	401.609	292.615
Adiantamentos por CPCV (imóveis)	4.068.528	3.753.208
Outros credores	30.578.904	23.825.211
	<u>313.805.363</u>	<u>327.597.517</u>
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</u>		
Responsabilidades totais	81.654.302	70.763.328
Valor patrimonial do fundo de pensões	(79.832.419)	(68.072.518)
	<u>1.821.883</u>	<u>2.690.810</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	22.613.082	21.945.224
Prémio de antiguidade	19.864.502	20.084.297
Outros	2.255.151	1.917.897
Por gastos gerais administrativos	124.714	38.150
Outros	5.331.195	3.412.009
	<u>50.188.644</u>	<u>47.397.577</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	493.288	543.759
Rendas	378.048	398.619
Outras	386.351	394.052
	<u>1.257.687</u>	<u>1.336.430</u>

Valores a regularizar

Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3.389.429	176.062
Camara compensação multibanco - transito real time	12.843.837	14.487.288
Transferências electrónicas	3.808.630	143.414
Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)	3	3
Compensação de valores	5.684.317	4.832.164
Outras operações a regularizar	40.252.653	35.372.571
	<u>65.978.869</u>	<u>55.011.502</u>
	<u>433.052.446</u>	<u>434.033.836</u>

O Grupo reconhece em “Outros passivos”, as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo, por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de os reconhecer em interesses que não controlam.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros” respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2016 foi a seguinte:

	Montante gerido em 31.12.2015	Montantes		Variações de ganhos e perdas (juro técnico)	Montante gerido em 31.12.2016
		Entradas	Saídas		
Valorizados ao custo amortizado	252.277.846	-	(35.488.809)	14.224.633	231.013.670
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	1.556.277	(40.782)	(37.007)	1.478.488
Total	252.277.846				232.492.158

O valor indicado na rubrica de “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”, respeita na sua totalidade aos saldos credores de operações dentro e fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por e em nome de clientes, encontrando-se compensados pelos saldos devedores constante no activo do balanço em “Outros activos” na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”. O acréscimo registado em 2016 prende-se com o aumento corrente no final de 2016, verificado na Caixa Central, de operações e posições, não encerradas antes do final do exercício, aumentando as situações pendentes de regularização (ver Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar”, inclui as contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data-valor do início de Janeiro de 2017 e 2016, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avals prestados	194.401.068	200.554.342
Activos dados em garantia	2.089.987.057	904.842.123
Créditos documentários abertos	2.149.088	1.723.033
Activos dados em garantia - outros activos	12.238.888	7.918.983
Fianças	17.494	17.494
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	658.889.239	629.516.400
Compromissos revogáveis	243.042.825	311.597.765
Por subscrição de Títulos	105.529.325	64.703.778
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	591.915	494.159
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	1.358.608.776	1.272.004.330
Valores administrados pela instituição	2.549.670.621	2.538.271.614
Valores recebidos para cobrança	40.994.893	52.831.314
Outras	13.990.472	16.326.636
	<u>7.270.111.661</u>	<u>6.000.801.971</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Activos dados em garantia” inclui o valor dos títulos incluídos na pool de colateral depositada junto do Banco de Portugal para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Esta rubrica inclui ainda títulos dados em garantia para cobertura de operações de reporte (“repos”) contratadas junto de outras instituições financeiras não residentes.

A totalidade do saldo da rubrica “Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos” corresponde a tomada firme de papel comercial.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 49).

30. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 1.033.901.361 Euros em 31 de Dezembro de 2016.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 1.515.030 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 26).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de República (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições:
 - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
 - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2016, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 20.934.182 euros por incorporação de reservas e outro no montante de 19.541.488 euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2016	2015
CCAM de Pombal, CRL	55.979.675	55.968.130
CCAM Batalha, CRL	45.160.305	43.504.865
CCAM Alto Douro, CRL	40.246.480	37.777.960
CCAM Costa Azul, CRL	33.939.125	33.732.655
CCAM Açores, CRL	31.703.155	31.140.940
CCAM do Noroeste, CRL	29.869.140	29.299.825
CCAM da Serra da Estrela, CRL	29.520.415	27.271.845
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	29.474.730	28.277.960
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	23.304.775	22.028.050
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	21.537.020	21.476.830
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	20.916.345	18.339.515
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	20.908.460	19.749.060
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	19.346.910	18.414.025
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	19.003.565	18.779.800
CCAM do Baixo Mondego, CRL	18.097.865	16.989.845
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	17.860.035	17.105.535
CCAM de São Teotónio, CRL	17.838.450	17.782.235
CCAM Beira Douro, CRL	15.816.245	15.290.045
CCAM de Alcobaça, CRL	15.221.315	14.176.825
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	14.783.895	13.459.715
CCAM Coimbra, CRL	14.255.060	14.146.290
CCAM de Terras de Viriato, CRL	14.005.035	11.864.195
CCAM Alenquer, CRL	13.718.140	13.538.405
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	12.583.225	12.273.135
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	12.528.730	12.364.420
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.176.690	12.131.330
CCAM Lourinhã, CRL	12.073.075	11.366.870
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.873.490	11.786.570
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	11.847.950	11.813.630
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.193.595	11.132.025
CCAM Costa Verde, CRL	10.968.940	10.901.940
CCAM da Terra Quente, CRL	10.860.875	10.103.370
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	10.707.775	10.175.755
CCAM do Guadiana Interior, CRL	10.704.080	10.716.340
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.669.690	10.627.565
CCAM Coruche, CRL	10.500.570	10.481.530
CCAM Albufeira, CRL	10.270.060	9.946.260
CCAM de Silves, CRL	9.862.335	9.681.130
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.553.955	9.392.770
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	9.390.365	9.170.035
CCAM Médio Ave, CRL	9.169.555	9.089.360
CCAM Cadaval, CRL	9.075.020	8.055.610
CCAM Estremoz, CRL	9.060.860	9.033.760
CCAM de Lafões, CRL	8.677.535	8.107.790
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	8.542.210	8.174.805
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	8.485.475	8.261.360
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	8.071.695	7.890.770
CCAM Oliveira de Azeméis e Estarreja, CRL	7.861.045	7.828.780
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	7.809.490	7.420.535
CCAM de Moravia, CRL	7.723.450	7.648.010

	2016	2015
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	7.657.980	6.408.225
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	7.560.555	7.010.715
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	7.298.440	7.354.865
CCAM Alentejo Central, CRL	7.296.620	7.066.525
CCAM Paredes, CRL	7.138.570	6.606.170
CCAM da Bairrada e Aguireira, CRL	7.122.775	7.029.270
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	7.121.165	7.008.025
CCAM Porto de Mós, CRL	6.840.375	6.536.415
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	6.810.030	6.435.430
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	6.800.035	6.194.135
CCAM Arouca, CRL	6.769.610	6.748.490
CCAM Beira Centro, CRL	6.622.290	6.446.805
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novu, CRL	6.574.425	6.509.610
CCAM do Algarve, CRL	6.567.946	6.322.766
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	6.238.635	5.838.055
CCAM Pernes, CRL	6.173.650	5.503.335
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	6.148.025	6.156.375
CCAM do Norte Alentejano, CRL	6.125.420	5.683.210
CCAM Sousel, CRL	6.114.960	6.009.425
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	5.812.280	5.247.765
CCAM Azambuja, CRL	5.792.230	5.776.525
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.734.290	5.582.920
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	5.548.835	5.438.295
CCAM Anadia, CRL	5.511.070	5.470.445
CCAM Alcanhões, CRL	5.442.335	5.161.125
CCAM Serras de Ansião, CRL	5.284.170	5.122.795
CCAM Borba, CRL	5.273.095	5.202.800
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	5.251.750	5.216.065
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	5.150.760	5.134.840
CCAM Cartaxo, CRL	5.136.030	5.081.320
CCAM Vagos, CRL	5.135.440	5.173.850
CCAM Vale de Cambra, CRL	5.099.695	5.046.055
	<u>1.033.901.361</u>	<u>997.212.651</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

31. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	<u>932.366</u>	<u>17.610.917</u>
Reservas de reavaliação dos activos fixos	-	6.111.050
Outras Reservas de reavaliação – fundo pensões (Nota 48)	(108.077)	4.708.945
Outros	<u>(2.777.395)</u>	<u>(2.407.583)</u>
Reservas de reavaliação (1)	<u>(1.953.106)</u>	<u>26.023.329</u>
<u>Outras reservas e resultados transitados:</u>		
Outras reservas	312.806.203	311.892.735
Resultados transitados	<u>(160.452.406)</u>	<u>(186.142.240)</u>
Outras reservas e resultados transitados (2)	<u>152.353.797</u>	<u>125.750.495</u>
Lucro do exercício (Nota 32) (3)	58.324.971	54.112.494
Total (1) + (2) + (3)	<u><u>208.725.662</u></u>	<u><u>205.886.318</u></u>

O valor indicado em “Outras reservas” desagrega-se nas seguintes reservas estatutárias:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva legal	252.441.755	253.059.895
Reserva estatutária	848.140	843.331
Reserva especial	24.823.471	23.862.565
Reserva para formação e educação cooperativa	4.355.836	4.199.604
Reserva para mutualismo	3.860.696	3.738.433
Reservas por diferenças no reembolso de capital	1.043.174	1.043.174
Reservas p/remun.titulos de capital em exerc.seguintes	1.742.309	1.471.381
Reservas por direitos de capital dos associados	343.444	241.539
Outras reservas	<u>23.347.378</u>	<u>23.432.813</u>
	<u>312.806.203</u>	<u>311.892.735</u>

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

32. LUCRO CONSOLIDADO

No exercício de 2016, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2016
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	80.573.937
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	(9.278.580)
	<u>71.295.357</u>
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	762.037
Resultado líquido do SICAM	<u>72.057.394</u>
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
<i>Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS S.A.</i>	9.495.152
<i>Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.</i>	4.235.836
<i>Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.</i>	3.903.402
<i>Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.</i>	265.035
<i>Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.</i>	235.720
<i>Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.</i>	30.561
<i>FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL</i>	20.602
<i>Crédito Agrícola Serviços - ACE (2)</i>	-
<i>CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda</i>	(238.183)
<i>Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.</i>	(322.315)
<i>FII ImoValor CA</i>	(1.632.354)
<i>Crédito Agrícola SGPS S.A.</i>	(4.046.609)
<i>CA Imóveis, Unipessoal Lda</i>	(4.578.660)
<i>FII CA Arrendamento Habitacional</i>	(5.983.310)
<i>FEIIA CA Imobiliário</i>	(46.843.308)
	<u>(45.458.431)</u>
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	2.728.101
Anulação da imparidade nas Ups dos Fundos Inv Imobiliários registadas no exercício	30.196.024
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	278.647
	<u>33.202.772</u>
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
<i>Ajustamento de provisões sobre prestações suplementares da CA SGPS na CCCAM GI e CA Imóveis</i>	4.415.476
<i>Anulação da facturação emitida pela Fenacam às caixas agrícolas</i>	(80.670)
<i>Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs</i>	(30.842)
<i>Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA</i>	1.308.478
<i>Anulação de dividendos intra-grupo</i>	(17.709.630)
<i>Integração do resultado da entidade Alldomus (relações domínio com entidade participada pela CCAM Alto Douro)</i>	591.904
<i>Correção do justo valor das propriedades de investimento</i>	(659.553)
<i>Anulação de imparidade sobre imóveis no FII CAI já refletida em 2015</i>	13.577.787
<i>Reforço de AID em ajustamentos e anulações consolidação</i>	81.061
<i>ajustam em títulos - passagem de CH para JV</i>	-
<i>Menos valias não provisionadas dos imóveis das carteiras dos FIIs</i>	(2.846.499)
<i>Resultados de interesses não controlados de fundos de investimento</i>	46.843
<i>Outros ajustamentos de consolidação</i>	(54.552)
	<u>(1.360.196)</u>
	<u>58.441.538</u>
Resultados atribuível a interesses não controlados	(116.567)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	<u>58.324.971</u>

⁽¹⁾ Este valor resulta da soma do Resultado Líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

⁽²⁾ No final de cada exercício, o resultado do ACE é repartido na facturação às entidades do Grupo, de forma proporcional ao total facturado nesse mesmo exercício

33. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2016 e 2015, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2016			2015		
	% detida	Balanço	DR	% detida	Balanço	DR
Crédito Agrícola Seguros	97,40%	1.194.829	(101.488)	97,40%	1.278.454	(264.476)
Agrocapital SCR	66,67%	339.010	(10.186)	66,67%	328.824	8.899
Crédito Agrícola Informática	99,45%	39.765	(1.296)	99,45%	38.598	(2.177)
Crédito Agrícola Vida	99,96%	36.766	(1.694)	99,96%	32.331	(2.687)
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	99,98%	27.437	(1.899)	99,98%	25.538	-
FENACAM	99,98%	960	(4)	99,98%	956	79
		<u>1.638.767</u>	<u>(116.567)</u>		<u>1.704.701</u>	<u>(260.362)</u>

O movimento nos interesses que não controlam durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta-se de seguida:

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2014 1.541.026

=====

Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:

Crédito Agrícola Seguros 264.476

Credito Agrícola Vida 2.687

Credito Agrícola Informática 2.177

Agrocapital SCR (8.899)

Fenacam (79)

260.362

Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras (96.687)

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2015 1.704.701

=====

Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:

Crédito Agrícola Seguros 101.488

Agrocapital SCR 10.186

Credito Agrícola Seguros & Pensões SGPS 1.899

Credito Agrícola Vida 1.694

Credito Agrícola Informática	1.296
Fenacam	4

	116.567
Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(182.501)

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2016	1.638.767
	=====

34. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de disponibilidades em bancos centrais	14.218	51.778
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito:		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	2.137	1.909
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	3.895	1.391
	<u>6.032</u>	<u>3.300</u>
Juros de aplicações em instituições de crédito:		
Aplicações em instituições de crédito no país	336.472	233.287
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	0	25.569
	<u>336.472</u>	<u>258.856</u>
Juros de crédito a clientes:		
Empréstimos	151.224.721	170.414.165
Habitação	38.550.192	39.980.628
Créditos em conta corrente	17.687.938	21.649.340
Descobertos em depósitos à ordem	5.353.132	5.884.130
Outros	42.177.435	42.216.741
	<u>254.993.418</u>	<u>280.145.004</u>
Juros de crédito vencido	14.245.359	14.922.481
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	4.045.635	4.187.157
Juros de activos financeiros detidos para venda	127.083.438	158.681.322
Juros de activos financeiros detidos para negociação	5.968.898	7.160.837
Juros de investimentos detidos até à maturidade	53.736.330	6.397.478
Outros juros e rendimentos similares	36.120.791	14.224.259
	<u>241.200.451</u>	<u>205.573.534</u>
	<u>496.550.591</u>	<u>486.032.472</u>

35. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	34.089.923	86.828.620
Juros de recursos de outras instituições de crédito	1.370.350	1.538.091
Juros de recursos de bancos centrais	359.806	602.403
Juros de passivos financeiros de negociação instrumentos financeiros derivados	73.673	213.071
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	(562.744)	(589.591)
Juros de passivos subordinados	1.690.066	2.432.086
Outros juros e encargos similares	132.146.955	85.360.724
	<u>169.168.029</u>	<u>176.385.404</u>

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Emitidos por residentes	549.395	1.003.387
Emitidos por não residentes	654.744	1.001.880
	<u>1.204.139</u>	<u>2.005.267</u>
	<u>1.204.139</u>	<u>2.005.267</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor respeitante a dividendos recebidos de títulos emitidos por residentes, respeita a instrumentos de capital, constantes nas carteiras de títulos da CA Vida.

O valor de dividendos de títulos emitidos por não residentes respeita aos títulos do Grupo CIMD - Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, SA e o Banco de Credito Social Cooperativo SA, detidos pelo Crédito Agrícola SGPS, no montante de 601.494 euros e 47.500 euros, respectivamente, a que se soma o valor dos dividendos entregues à Caixa Central pela Visa Inc no montante de 5.750 euros.

37. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avales	4.193.306	4.819.215
Créditos documentários abertos	65.316	81.708
	<u>4.258.622</u>	<u>4.900.923</u>
<u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	6.586.610	6.129.613
Outros compromissos irrevogáveis	1.631.895	1.592.965
	<u>8.218.505</u>	<u>7.722.578</u>
<u>Por serviços prestados</u>		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	28.339.793	25.541.282
Anuidades	8.035.571	6.208.539
Transferência de valores	2.296.137	2.277.678
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.726.489	2.351.885
Cobrança de valores	624.141	513.100
Depósito e guarda de valores	1.420.298	1.333.396
Gestão de cartões	111.455	102.812
Montagem de operações	109.606	-
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	4.895.888	4.449.411
Outras comissões interbancárias	429.852	389.189
Outros	28.138.915	27.062.995
	<u>76.128.145</u>	<u>70.230.287</u>
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	80.058	98.867
Em operações fora de Bolsa	1.917	1.121
Outras operações realizadas por conta de terceiros	-	17.882
	<u>81.975</u>	<u>117.870</u>
Outras comissões recebidas	34.162.288	33.374.989
	<u>122.849.535</u>	<u>116.346.647</u>

38. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Por garantias recebidas	4.712	5.226
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	1.416.076	1.366.298
Cobrança de valores	25.705	24.827
Administração de valores	42.886	40.635
Outros serviços bancários prestados por terceiros	8.680.910	8.315.163
Por operações realizadas por terceiros	5.042.550	5.984.254
Outras comissões pagas	2.493.307	2.329.886
	<u>17.706.146</u>	<u>18.066.289</u>

39. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	948	(40.184)	(39.236)
Derivados de negociação	5.458.325	(3.549.031)	1.909.294
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	18.236.615	(6.665.117)	11.571.498
	<u>23.695.888</u>	<u>(10.254.332)</u>	<u>13.441.556</u>
	2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	44	(13.316.097)	(13.316.053)
Derivados de negociação	1.523.949	(2.546.646)	(1.022.697)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	1.149.135	(2.276.655)	(1.127.520)
	<u>2.673.128</u>	<u>(18.139.398)</u>	<u>(15.466.270)</u>

40. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	6.976.106	26.058.493
Instrumentos de capital	(2.518.624)	9.736.359
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	24.611.060	69.148.944
Instrumentos de capital	12.170.500	(6.190)
	<u>41.239.042</u>	<u>104.937.606</u>

Conforme se pode constar, o maior valor respeita essencialmente às mais-valias obtidas com a alienação de títulos de dívida estrangeira, registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, onde se verificou igualmente a maior variação, com a redução nos ganhos em cerca de 44.537.884 euros, face a 2015, devido à mais reduzida valorização da carteira.

41. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2016 e de 2015, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista, sendo no montante total de 1.767.512 euros e 2.736.781 euros, respectivamente.

Encontram-se refletidos nesta rubrica, os resultados originados na reavaliação de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira.

Sendo operações cambiais à vista, referem-se a operações, onde o seu vencimento se processa em prazo inferior ou igual a dois dias úteis.

42. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda (Nota 15)	(20.578.860)	(6.126.422)
Outros activos tangíveis (Nota 17)	(567.297)	(542.333)
Resultados em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 19)	(108.904)	-
	<u>(21.255.061)</u>	<u>(6.668.755)</u>

43. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas	5.966.791	5.368.580
Reembolso de despesas	2.394.114	2.458.180
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	12.164.671	9.462.650
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	15.010.594	15.103.160
Rendimentos da prestação de serviços diversos	4.499.530	3.922.815
Ganhos não realizados - propriedades de investimento	-	4.241.450
Ganhos relativos a anos anteriores	1.233.586	1.015.948
Resultados em fundos de investimentos integrados no perímetro de consolidação	46.843	12.879
Outros	12.754.324	9.834.992
	<u>54.070.453</u>	<u>51.420.654</u>
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(1.623.163)	(1.350.856)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(2.898.774)	(3.144.471)
Outros impostos	(6.924.680)	(6.255.743)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(318.553)	(247.828)
Outros encargos e gastos operacionais relativos exercício anteriores	(596.245)	(2.204.891)
Outros encargos e gastos operacionais	(57.588.290)	(38.138.253)
	<u>(69.949.705)</u>	<u>(51.342.042)</u>
	<u>(15.879.252)</u>	<u>78.612</u>

O grande valor em “outros encargos e gastos operacionais” respeita ao montante de perdas não realizadas em activos detidos pelos fundos de investimento imobiliários, o qual no final de 2016 era de 48.172.445 euros (7.560.422 euros em 2015). Esta variação, deve-se ao facto da totalidade da carteira de imóveis do FII CA Imobiliário ter sido reavaliada em 2016, com o reflexo das perdas potenciais em resultados desse exercício.

44. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	166.822.692	342.946.819
Prémios de resseguro cedido	(6.653.447)	(6.240.514)
	<u>160.169.245</u>	<u>336.706.305</u>
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	95.890.022	87.075.428
Prémios de resseguro cedido	(19.336.328)	(18.330.523)
	<u>76.553.694</u>	<u>68.744.905</u>
	<u>236.722.939</u>	<u>405.451.210</u>
<u>Custos com sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	278.081.917	254.575.321
Parte dos resseguradores	(12.540.807)	(8.011.517)
	<u>265.541.110</u>	<u>246.563.804</u>
Variação de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 18)	42.673.462	(139.226.127)
	<u>13.855.291</u>	<u>19.661.279</u>

45. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Salários e vencimentos		
Empregados	137.357.356	137.009.816
Órgãos de Gestão e Fiscalização	18.394.408	15.083.237
Encargos sociais obrigatórios		
Fundos de Pensões (Nota 48)		
Custo do serviço corrente	730.014	497.701
Custo dos juros	87.939	20.556
Custos com reformas antecipadas	3.356.460	-
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	30.656.951	30.173.551
SAMS	6.499.243	6.401.373
Outros	237.841	226.917
Outros encargos sociais obrigatórios	1.066.129	1.090.922
Encargos sociais facultativos	115.939	82.138
Outros custos com pessoal:		
Indemnizações contratuais	749.771	1.592.866
Outros	1.838.861	1.116.812
	<u>201.090.912</u>	<u>193.295.889</u>

O número médio de colaboradores do Grupo Crédito Agrícola em 2016 e 2015 apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Direcção	138	152
Chefias e gerência	840	859
Quadros técnicos	753	744
Comerciais	1.628	1.639
Administrativos	567	580
Outros	182	192
	<u>4.108</u>	<u>4.166</u>

46. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	6.520.360	6.842.392
Material de consumo corrente	943.511	994.292
Publicações	129.371	226.154
Material de higiene e limpeza	220.219	126.041
Material para assistência e reparação	31.056	40.529
Outros fornecimentos de terceiros	1.401.862	1.293.578
	<u>9.246.379</u>	<u>9.522.986</u>
Com serviços:		
Comunicações	11.694.197	11.923.046
Conservação e reparação	7.251.852	7.256.860
Publicidade e edição de publicações	7.217.454	6.119.425
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.135.049	5.016.654
Rendas e alugueres	7.010.999	6.829.848
Transportes	2.430.277	2.347.663
Seguros	860.786	1.014.295
Formação de pessoal	1.073.643	705.942
Serviços especializados:		
Informática	15.300.855	15.117.089
Avenças e honorários	8.116.472	7.723.668
Judiciais, contencioso e notariado	3.590.590	3.147.716
Segurança e vigilância	979.587	1.148.461
Informações	1.812.236	1.578.731
Mão de obra eventual	239.365	201.188
Bancos de dados	185.303	181.168
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	8.630.793	7.028.150
Avaliadores externos	2.282.310	1.813.082
Outros serviços de terceiros	19.626.710	19.471.154
	<u>103.438.478</u>	<u>98.624.140</u>
	<u>112.684.857</u>	<u>108.147.126</u>

A rubrica “Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros” inclui o montante de 2.182.316 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2015 (2.260.226 euros em 2015), divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

47. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 17.568.157 Euros (18.195.141 Euros em 31 de Dezembro de 2015).

O montante total de remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola, relativo ao exercício de 2016, foi de 18.394.408 euros (em 2015, 15.730.028 euros).

48. PENSÕES DE REFORMA E CUIDADOS DE SAÚDE

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

A 1 de Janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações, publicadas em Junho de 2011, à IAS 19 – norma contabilística internacional que trata os benefícios dos empregados.

Decorrente da aplicação da IAS 19R, as remensurações, anteriormente denominadas desvios actuariais, passaram a ser reconhecidas como “Outro rendimento integral”.

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor registado em reservas de reavaliação “rendimento integral”, respeitantes às remensurações é negativo em 108.077 euros (o valor em 31 de Dezembro de 2015 era positivo, no montante de 4.708.945 euros).

Com as alterações da IAS 19, passou a ser aplicada uma taxa única às responsabilidades e aos activos do plano, sendo que os resultados com fundo de pensões passaram a corresponder apenas ao custo corrente e aos gastos líquidos de juros. O impacto em resultados encontra-se registado na rubrica de “Custos com pessoal”, sendo respeitante ao valor dos custos com serviço corrente e do juro líquido, no montante de 4.174.413 euros (em Dezembro de 2015 era de 518.257 euros) (Nota 45).

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	(**)	(**)
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	“Projected Unit Credit”
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de desconto	(*)	(*)
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,40%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
<u>Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social:</u>		
- de acordo com nº2 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
- de acordo com nº1 Artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
(*) Taxa de desconto diferente para diferentes grupos da população:		
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos :	2,30%	2,70%
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >=55 anos :	2,10%	2,30%
Pré-reformados, reformados e pensionistas :	1,75%	2,00%
(**) De acordo com o Decreto-lei nº167-E/2013		

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os participantes de planos de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
N.º participantes do fundo de pensões:		
. Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento	4.037	4.091
. Pré-reformados	159	107
. Ex-participantes	1	1
. Reformados e pensionistas	132	372
	<u>4.329</u>	<u>4.571</u>

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola (FPCAM), assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	49.081.921	44.717.700
. Licenças sem vencimento	2.495.171	1.549.686
. Pré-reformados	5.462.624	3.817.190
. Pensões em pagamento	<u>24.601.892</u>	<u>20.659.246</u>
Total de responsabilidades	<u>81.641.608</u>	<u>70.743.822</u>
Cobertura das responsabilidades		
. Valor patrimonial do Fundo	<u>79.832.419</u>	<u>68.072.518</u>
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>(1.809.189)</u>	<u>(2.671.304)</u>

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão do Crédito Agrícola prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. Em 31 de Dezembro de 2016, os saldos de balanço do GCA não incluem os montantes destas Caixas Agrícolas.

As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Total de responsabilidades	(4.726.009)	(4.250.529)
Cobertura das responsabilidades		
. Valor patrimonial do Fundo	<u>4.634.060</u>	<u>4.158.535</u>
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>(91.949)</u>	<u>(91.994)</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 28):

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor das responsabilidades com pensões (Nota 28)	(81.654.302)	(70.763.328)
Cobertura das responsabilidades		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 28)	<u>79.832.419</u>	<u>68.072.518</u>
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>(1.821.883)</u>	<u>(2.690.810)</u>

O valor contabilístico das responsabilidades com fundo de pensões, para além do valor respeitante ao Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mutuo – FPCAM (2016: 81.641.604 euros; 2015: 70.743.822 euros), inclui responsabilidades assumidas por outras entidades do Grupo. Encontra-se acrescido do valor líquido do financiamento do fundo de pensões autónomo das seguradoras, os quais respeitam a planos de contribuição definidas, e não de benefício definido como o FPCAM, sendo em 2016, no valor total de 12.698 euros (2015: 19.506 euros).

De acordo com a IAS 19R, o valor registado no exercício em resultados, inclui o custo do serviço passado e o juro líquido. O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações, deduzido do rendimento esperado. Ainda que de pouca materialidade, em 2015, foi entendimento que os valores registados no exercício referentes aos prémios de seguro pagos e ao rendimento do seguro devem ser considerado e integrados no rendimento integral e não em resultados do exercício.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo dos juros líquidos (Nota 45)	87.939	20.556
Custo do serviço corrente (Nota 45)	730.014	497.701
Custo com reformas antecipadas (Nota 45)	<u>3.356.460</u>	<u>-</u>
Acréscimo anual de responsabilidades	<u><u>4.174.413</u></u>	<u><u>518.257</u></u>

As remensurações registadas nos exercícios de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendibilidade do fundo	(164.124)	412.982
Responsabilidades nas pensões de reforma	<u>4.981.146</u>	<u>5.417.535</u>
	<u><u>4.817.022</u></u>	<u><u>5.830.517</u></u>

De acordo com a Carta Circular do Banco de Portugal nº 106/08/DSBDR de 18 de Dezembro, a partir do exercício de 2008, o custo com o serviço corrente e o juro líquido, passaram a ser registados na rubrica "Custos com pessoal" (Nota 45).

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2015 e 2016 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2014	62.898.321
Custo do serviço corrente:	
. das entidades do Grupo (GCA)	497.701
. contribuição dos participantes (empregados)	1.472.618
Custo do Juro	1.807.842
Remensurações:	
. alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	6.193.241
. Acréscimo de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	(775.706)
Pensões pagas	(925.048)
SAMS pago pelo fundo de pensões	(425.145)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2015	70.743.824
Custo do serviço corrente:	
. das entidades do Grupo (GCA)	730.014
. contribuição dos participantes (empregados)	1.521.631
Custo do Juro	1.728.734
Remensurações:	
. alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	4.981.146
. Acréscimo de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	3.356.460
Pensões pagas	(960.952)
SAMS pago pelo fundo de pensões	(459.249)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016	81.641.608

O valor do pagamento de benefícios esperado por prazo de maturidade para a globalidade do fundo é o seguinte:

	Valores em euros
Análise de maturidade dos benefícios esperados	
Pagamento de benefícios esperado nos próximos 12 meses	1.643.600
Pagamento de benefícios esperado no período de 1 e 3 anos	3.370.000
Pagamento de benefícios esperado no período de 3 e 5 anos	3.435.700
Pagamento de benefícios esperado no período maior que 5 anos	134.911.500

As contribuições estimadas a efectuar em 2017 dependem do montante de responsabilidades que se vier a apurar no final desse exercício.

Para efeitos da contribuição esperada para 2017, o custo normal do plano é calculado tendo por base método actuarial utilizado na avaliação actuarial (Unit Credit Projectado). Nessa base, o valor da contribuição esperada para o Grupo em 2017 é de 2.547.273 euros.

Este valor não tem em consideração qualquer estimativa de eventuais desvios actuariais resultantes quer de diferenças entre os pressupostos assumidos e os valores realizados (por exemplo ao nível do rendimento do fundo) quer de alterações de pressupostos.

A duração média das responsabilidades com pensões tendo em conta os grupos de população criados, foi a seguinte (em anos):

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Duração média das responsabilidades:		
. Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades < 55 anos	28,1	27,8
. Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades > = 55 anos	17,4	16,8
. Pré-reformados, Reformados e Pensionistas	12,7	11,7

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2015 e 2016 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014	<u>63.189.841</u>
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	4.643.179
Contribuições dos empregados	1.472.618
Capitais recebidos de seguro	420.354
Rendimento líquido do Fundo	246.751
Participação de resultados no seguro	820.604
Prémios de seguro pagos	(1.370.636)
Pensões pagas	(925.048)
SAMS pago pelo fundo de pensões	(425.145)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2015	<u>68.072.518</u>
Contribuições da Caixa Central	9.853.544
Contribuições dos empregados	1.521.631
Capitais recebidos de seguro	120.236
Rendimento líquido do Fundo	1.897.124
Participação de resultados no seguro	1.219.658
Prémios de seguro pagos	(1.432.091)
Pensões pagas	(960.952)
SAMS pago pelo fundo de pensões	(459.249)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2016	<u>79.832.419</u>

- a) Em 31 de Dezembro de 2016, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por: dívida pública (49,68%), obrigações de empresas (26,26%), acções (3,96%), relacionadas com investimentos imobiliários (1,34%) e outros activos de investimento (18,77%). Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor.

	2016		2015	
Dívida pública	41.962.426	49,68%	41.679.119	57,70%
Obrigações de empresas	22.181.308	26,26%	17.753.162	24,58%
Outros activos de investimento	3.343.029	3,96%	7.828.928	10,84%
Ações	15.851.670	18,77%	3.858.485	5,34%
Activos relacionados com imobiliários	1.128.050	1,34%	1.111.361	1,54%
Total activos do Plano de Pensões do CAM	84.466.483		72.231.054	
Activos do GCA	79.832.419		68.072.518	
Activos de CAM não pertencentes ao GCA	4.634.064		4.158.536	
	84.466.483		72.231.054	

b) De acordo com o relatório actuarial do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, no ano de 2016, a rentabilidade da carteira de activos foi de + 2,79% (2015: + 9,06%). A mesma encontra-se dividida da seguinte forma:

Classes de Activo	Rentabilidade Média	
	2016	2015
Obrigações Dívida Publica	3,49%	1,03%
Obrigações de Empresas	5,86%	-0,49%
Ações Euro	-7,65%	5,76%
Investimentos de retorno absoluto	-0,39%	-1,03%
Activos relacionados com investimentos imobiliários	1,50%	2,69%

c) Riscos associados aos benefícios do plano:

O Plano garante pensões em caso de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e sobrevivência, de acordo com o definido no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo. No que se refere ao pagamento de pensões trata-se de um plano complementar à Segurança Social. O plano prevê ainda o pagamento de contribuições para os serviços de assistência médico-social pós-emprego.

Neste sentido, os riscos associados aos benefícios do plano são os seguintes:

- Risco de dependência dos benefícios dos regimes públicos de Segurança Social;
- Risco de mortalidade no período de formação do benefício e risco de longevidade no período pós-emprego;
- Risco de invalidez dos participantes. Actualmente este risco encontra-se mitigado na medida em que o fundo de pensões subscreveu um seguro de risco para cobrir o acréscimo de responsabilidades com a morte e invalidez dos participantes no activo;
- Risco relativo a reformas antecipadas.

d) Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de pagamento do prémio de antiguidade dos colaboradores. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades são como seguem:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	19.040.878	19.579.676
. Licenças sem vencimento	823.625	588.678
	-----	-----
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade	19.864.503	20.168.354
	=====	=====

e) Apresentação de análises de sensibilidade sobre cada pressuposto actuarial significativo:

Valores em Euros		
	Valor das responsabilidades	Variacão
TAXA DE DESCONTO		
Aumento em 50 pontos base	67.996.307	-6.998.048
Diminuição em 50 pontos base	83.127.113	8.132.758
TAXA DE CRESCIMENTO DAS PENSÕES		
Aumento em 50 pontos base	79.759.143	4.764.788
Diminuição em 50 pontos base	70.697.626	-4.296.729
TÁBUA DE MORTALIDADE		
Ajustamento de -1 ano	77.728.004	2.733.649
TAXA DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS		
Aumento em 50 pontos base	78.483.384	3.489.029
Diminuição em 50 pontos base	71.869.013	-3.125.342

O cenário de ajustamento da tábua de mortalidade consistiu na prática a considerar para a população abrangida uma idade inferior em 1 ano à idade efectiva dos participantes e beneficiários.

Para o cenário da taxa de crescimento dos salários foi efectuada a análise de sensibilidade ao pressuposto de crescimento das tabelas salariais do ACT bem como no salário sujeito a descontos para a Segurança Social.

49. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte o potencial de perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, spreads de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definidas políticas de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada, nas quais são definidos limites de repartição por classes de activos, por áreas geográficas, por risco de crédito, entre outros.

A carteira da Seguradora é valorizada mensalmente com base em inputs da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Mensalmente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões regulares com a mesma, com periodicidade mensal e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

O VaR da carteira em 31 de Dezembro de 2016 pode ser assim apresentado:

	Valor de Mercado	Duração	VaR Monte Carlo
Posição da Carteira 31.12.2016	4.712.573.415	3,12	18.710.870
<i>Variação face a 31.12.2015</i>	<i>1.422.870.004</i>	<i>0,28</i>	<i>-35.815.250</i>

- À semelhança dos anos anteriores, apenas consideramos o VaR da carteira de activos disponíveis para venda visto que a carteira HTM não sofre o impacto de variações do preço de mercado dos títulos.

- Em Dezembro procedeu-se à reclassificação de 1.564.871.263 euros da carteira AFS para a carteira HTM, o que explica grande parte da redução do VaR em 2016 (ver notas 10 e 14).
- O VaR da carteira é calculado com base na metodologia Monte Carlo, com um grau de confiança de 99% e um horizonte temporal de 1 mês (22 dias).

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos de posição total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade da Direção Financeira sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O Grupo Crédito Agrícola avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Proceda-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

A Companhia transacciona também swaps de taxa de juro, over-the-counter, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente investment grade, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

	2016				
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	340.138	340.138	-	340.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	75.735	75.735	-	75.735
Activos financeiros detidos para negociação	24.910	-	24.910	-	24.910
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.468	5.976	85.444	-	85.444
Activos financeiros disponíveis para venda	2.417.805	685.006	3.102.811	158.447	3.261.258
Aplicações em Instituições de Crédito	6.032	-	6.032	3	6.035
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.898.794	6.749.694	8.648.488	2.834	8.651.322
Investimentos a deter até a maturidade	3.586.719	10.531	3.597.250	66.366	3.663.616
	<u>8.013.729</u>	<u>7.867.080</u>	<u>15.880.809</u>	<u>227.650</u>	<u>16.108.459</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.323.140	-	1.323.140	20	1.323.160
Passivos financeiros detidos para negociação	234	-	234	-	234
Recursos de outras instituições de Crédito	232.265	23.049	255.314	429	255.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.887.557	3.827.832	11.715.389	10.977	11.726.366
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	1.515	1.515
Outros passivos subordinados	-	116.017	116.017	517	116.534
	<u>9.443.196</u>	<u>3.966.898</u>	<u>13.410.094</u>	<u>13.458</u>	<u>13.423.552</u>
Derivados detidos para negociação	111.925	-	111.925	-	111.925
Exposição Líquida	<u>(1.541.392)</u>	<u>3.900.182</u>	<u>2.358.790</u>	<u>214.192</u>	<u>2.572.982</u>

	2015				
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	354.214	354.214	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	67.593	67.593	-	67.593
Activos financeiros detidos para negociação	35.305	-	35.305	-	35.305
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	68.204	-	68.204	-	68.204
Activos financeiros disponíveis para venda	4.703.030	592.838	5.295.868	50.443	5.346.311
Aplicações em Instituições de Crédito	88.362	6.990	95.352	(224)	95.128
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.798.794	6.566.520	8.365.314	7.960	8.373.274
	6.693.695	7.588.156	14.281.850	58.179	14.340.030
Passivo					
Recursos de bancos centrais	385.200	-	385.200	610	385.810
Passivos financeiros detidos para negociação	4	-	4	-	4
Recursos de outras instituições de Crédito	225.265	13.870	239.135	872	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.448.485	3.427.786	10.876.271	33.815	10.910.085
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	1.634	1.634
Outros passivos subordinados	-	119.889	119.889	520	120.409
	8.058.954	3.561.545	11.620.499	37.451	11.657.949
Derivados detidos para negociação	111.925	-	111.925	-	111.925
Exposição Líquida	(1.477.184)	4.026.611	2.549.427	20.729	2.570.155

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2016							
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.138	-	-	-	-	-	340.138	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735	-	-	-	-	-	75.735	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	6	-	23.900	-	405	24.311	599
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	5.976	3.430	49.080	-	26.958	85.444	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	745.910	485.249	700.436	403.827	767.390	3.102.812	158.447
Aplicações em instituições de crédito	-	1.654	4.378	-	-	-	6.032	3
Crédito a clientes (saldo bruto)	35.533	4.552.630	3.649.697	122.243	114.791	173.595	8.648.488	2.834
Investimentos a deter até à maturidade	-	69.835	8.126	209.369	2.033.679	1.276.241	3.597.250	66.366
	451.406	5.376.010	4.150.880	1.105.028	2.552.297	2.244.589	15.880.210	228.249
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	937.940	-	-	385.200	-	1.323.140	20
Passivos financeiros detidos para negociação	-	3	-	-	-	231	234	-
Recursos de outras instituições de crédito	14.102	109.600	131.612	-	-	-	255.314	429
Recursos de clientes e outros empréstimos	330.879	6.973.553	4.222.653	144.868	11.157	32.279	11.715.388	10.977
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	1.515
Outros passivos subordinados	-	5.672	5.350	10.671	29.368	64.957	116.017	517
	344.981	8.026.768	4.359.615	155.539	425.724	97.467	13.410.093	13.458
Exposição Líquida	106.425	(2.650.758)	(208.734)	949.489	2.126.573	2.147.122	2.470.117	214.791

2015								
Datas de Refixação/Datas de Maturidade								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	354.214	-	-	-	-	-	354.214	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.593	-	-	-	-	-	67.593	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	14.050	224	21.031	-	35.305	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	885	30.560	25.166	11.592	68.204	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	222.010	1.117.536	672.125	1.887.115	1.096.481	4.995.267	351.045
Aplicações em instituições de crédito	30.302	-	65.050	-	-	-	95.352	(224)
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.915.828	2.633.109	3.485.232	107.644	73.934	149.568	8.365.315	7.960
	2.367.937	2.855.119	4.682.754	810.553	2.007.245	1.257.641	13.981.249	358.781
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	385.200	-	-	385.200	610
Passivos financeiros detidos para negociação	-	4	-	-	-	-	4	-
Recursos de outras instituições de crédito	85.381	50.525	103.227	-	-	-	239.134	873
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.853.979	3.562.208	4.212.996	228.717	9.618	18.636	10.886.154	23.931
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	1.634
Outros passivos subordinados	1.815	2.289	9.227	35.864	10.327	60.368	119.889	520
	2.941.176	3.615.026	4.325.450	649.781	19.944	79.004	11.630.381	27.568
Exposição Líquida	(573.239)	(759.907)	357.303	160.772	1.987.301	1.178.637	2.350.868	331.213

Considerando os valores apurados, verifica-se uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

2016						
impacto resultante da variação da taxa de juro de referência						
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	(474)	(237)	(118)	118	237	474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	0	(0)	(0)	(0)
Activos financeiros de negociação	1.166	574	285	(280)	(556)	(1.094)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.767	2.751	1.345	(1.290)	(2.529)	(4.869)
Activos financeiros disponíveis para venda	175.543	82.725	40.206	(38.069)	(74.157)	(140.923)
Aplicações em instituições de crédito	(54)	(27)	(14)	14	27	54
Crédito a clientes (saldo bruto)	(83.950)	(41.975)	(20.987)	20.987	41.975	83.950
Investimentos detidos até à maturidade	97.998	43.810	20.717	(18.520)	(35.002)	(62.409)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	(93.072)	(46.536)	(23.268)	23.268	46.536	93.072
Recursos de outras instituições de crédito	(1.592)	(796)	(398)	398	796	1.592
Recursos de clientes e outros empréstimos	(72.230)	(36.115)	(18.057)	18.057	36.115	72.230
Outros passivos subordinados	(2.294)	(1.147)	(574)	574	1.147	2.294
Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-	-
	(169.188)	(84.594)	(42.297)	42.297	84.594	169.188
Impacto no valor económico	267.186	128.404	63.014	(60.817)	(119.596)	(231.597)

	2015					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	55.405	23.485	10.849	(9.322)	(17.340)	(30.188)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	(0)	(0)	(0)
Activos financeiros de negociação	1.825	894	443	(434)	(859)	(1.685)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.390	1.667	824	(809)	(1.607)	(3.147)
Activos financeiros disponíveis para venda	453.347	218.830	106.508	(102.412)	(202.128)	(387.368)
Aplicações em instituições de crédito	98	49	24	(24)	(48)	(95)
Crédito a clientes (saldo bruto)	252.954	120.505	58.850	(56.208)	(109.923)	(210.428)
	<u>767.019</u>	<u>365.430</u>	<u>177.497</u>	<u>(169.208)</u>	<u>(331.905)</u>	<u>(632.909)</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	21.920	10.750	5.323	(5.223)	(10.348)	(20.314)
Recursos de outras instituições de crédito	1.567	777	387	(384)	(765)	(1.517)
Recursos de clientes e outros empréstimos	73.954	36.593	18.203	(18.020)	(35.860)	(71.019)
Outros passivos subordinados	3.377	1.650	816	(797)	(1.577)	(3.084)
Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-	-
	<u>100.819</u>	<u>49.770</u>	<u>24.729</u>	<u>(24.424)</u>	<u>(48.550)</u>	<u>(95.935)</u>
Impacto no valor económico	<u>666.201</u>	<u>315.661</u>	<u>152.769</u>	<u>(144.785)</u>	<u>(283.355)</u>	<u>(536.975)</u>

O Mapa de Análise de Sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (+50bp, +100bp, +200bp, -50bp, -100bp, -200bp), procedendo para tal à actualização dos cash flows associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios do Grupo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada, estando a sua gestão diária cometida à Direcção Financeira.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 675 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.
- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos inflows dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	2016							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.138	-	-	-	-	-	-	340.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735	-	-	-	-	-	-	75.735
Activos financeiros detidos para negociação	-	6	-	23.900	-	405	599	24.910
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	3.430	49.081	5.976	26.958	-	85.444
Activos financeiros disponíveis para venda	-	110.778	384.493	743.537	413.917	1.450.086	158.447	3.261.258
Aplicações em instituições de crédito	-	32	6.000	-	-	-	3	6.035
Crédito a clientes (saldo bruto)	-	1.052.891	511.720	668.967	778.658	5.636.253	2.834	8.651.323
Investimentos a deter até à maturidade	-	69.835	8.126	209.369	2.033.679	1.276.241	66.366	3.663.616
	415.873	1.233.541	913.770	1.694.854	3.232.229	8.389.943	228.249	16.108.460
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	937.940	-	-	385.200	-	20	1.323.160
Passivos financeiros detidos para negociação	-	3	-	-	-	231	-	234
Recursos de outras instituições de crédito	38.145	85.557	131.612	-	-	-	429	255.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.023.950	3.117.947	4.363.985	165.227	11.587	32.693	10.977	11.726.366
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	1.515	1.515
Outros passivos subordinados	-	2.700	6.556	18.080	17.224	71.457	517	116.534
	4.062.095	4.144.147	4.502.153	183.307	414.011	104.381	13.458	13.423.552
Diferencial	(3.646.222)	(2.910.606)	(3.588.383)	1.511.547	2.818.218	8.285.562	214.791	2.684.908

	2015							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	354.214	-	-	-	-	-	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.593	-	-	-	-	-	-	67.593
Activos financeiros detidos para negociação	-	7	14.050	-	21.031	217	-	35.305
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	885	49.623	-	17.696	-	68.204
Activos financeiros disponíveis para venda	-	66.057	656.548	863.472	2.141.854	1.486.837	131.544	5.346.312
Aplicações em instituições de crédito	-	30.302	65.050	-	-	-	(224)	95.128
Crédito a clientes (saldo bruto)	-	1.118.501	645.489	528.242	728.237	5.344.846	7.960	8.373.275
	<u>421.807</u>	<u>1.214.867</u>	<u>1.382.022</u>	<u>1.441.337</u>	<u>2.891.122</u>	<u>6.849.596</u>	<u>139.280</u>	<u>14.340.030</u>
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	385.200	-	-	610	385.810
Passivos financeiros detidos para negociação	-	4	-	-	-	-	-	4
Recursos de outras instituições de crédito	27.669	108.238	103.227	-	-	-	873	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.395.846	2.925.137	4.256.091	280.463	9.660	18.958	23.931	10.910.086
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	1.634	1.634
Outros passivos subordinados	-	-	7.673	36.126	13.766	62.324	520	120.409
	<u>3.423.515</u>	<u>3.033.379</u>	<u>4.366.991</u>	<u>701.789</u>	<u>23.426</u>	<u>81.282</u>	<u>27.568</u>	<u>11.657.950</u>
Diferencial	(3.001.708)	(1.818.512)	(2.984.969)	739.548	2.867.696	6.768.314	111.712	2.682.080

Risco de Crédito

A carteira de crédito do Grupo Crédito Agrícola regista, desde 2014, uma assinalável melhoria ao nível da performance, em particular no segundo semestre do ano 2016, ao verificar uma redução muito significativa do crédito vencido em cerca de 121 milhões de euros (o que representa um decréscimo de cerca de 18%) relativamente ao final de 2015, com o segmento da habitação e o crédito empresarial a serem os principais responsáveis pelo desagravamento dos níveis de sinistralidade da carteira, tendo para tal contribuído uma actuação ainda mais eficaz na abordagem do GCA às actividades de acompanhamento e recuperação de crédito e nos procedimentos de abate ao activo (write-off).

Em Dezembro de 2016, o Grupo Crédito Agrícola evidenciou um rácio de cobertura do crédito vencido por imparidades de 130%, com o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias posicionado nos 6,2%, o rácio de crédito em risco nos 9,4% e o rácio de crédito em risco líquido posicionado em 1,3%.

Carteira de crédito por segmento

Segmento	Exposição total (1)	Crédito em cumprimento (2)	Do qual curado (3)	Do qual reestruturado (4)	(4) / (2)	Crédito em incumprimento (5)	(5) / (1)	Do qual reestruturado (6)	(6) / (5)
Empresas	5.326	4.673	24	626	13%	652	12%	336	51%
Corporate	3.716	3.332	16	457	14%	384	10%	196	51%
Construção e CRE	1.260	1.024	2	160	16%	237	19%	127	54%
Outros	349	318	6	8	2%	31	9%	12	39%
Particulares	4.012	3.730	23	175	5%	281	7%	79	28%
Crédito habitação	2.633	2.552	17	52	2%	81	3%	16	19%
Crédito ao consumo e outros	1.378	1.178	6	122	10%	200	15%	63	32%
Outros	288	288	0	3	1%	0	0%	0	0%
Total	9.626	8.692	47	803	9%	934	10%	414	44%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- Créditos curados: inclui contratos regulares que já tiveram *default* no passado e que após a sua regularização mantiveram um período consecutivo de pelo menos 12 meses em estado regular.
- Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente ao abrigo da Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal.
- Crédito em incumprimento: inclui o total em dívida do crédito vencido há mais de 90 dias e obrigações de crédito dos devedores que apresentam indícios de dificuldades financeiras.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

A análise da carteira de crédito do GCA, com referência a Dezembro de 2016, revela um peso significativo do segmento de empresas e, por esse motivo, trata-se também do segmento que mais contribui para o crédito em incumprimento e para o crédito reestruturado, em particular o sector da construção e CRE. O crédito reestruturado atingiu os 1.217 milhões de euros neste período, representando cerca de 44% do crédito em incumprimento e apenas 9% do crédito em cumprimento.

Imparidades de crédito por segmento

Segmento	Exposição total (1)	Imparidade total (2)	(2) / (1)	Imparidades do Crédito em cumprimento (3)	Imparidades do Crédito em incumprimento (4)	(4) / (2)
Empresas	5.326	536	10%	167	369	69%
Corporate	3.716	331	9%	116	216	65%
Construção e CRE	1.260	176	14%	46	130	74%
Outros	349	29	8%	5	24	82%
Particulares	4.012	167	4%	37	129	78%
Crédito habitação	2.633	36	1%	13	23	64%
Crédito ao consumo e outros	1.378	131	9%	24	106	82%
Outros	288	0	0%	0	0	0%
Total	9.626	703	7%	204	499	71%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- Crédito em incumprimento: inclui o total em dívida do crédito vencido há mais de 90 dias e obrigações de crédito dos devedores que apresentam indícios de dificuldades financeiras.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

No segmento das empresas o peso das imparidades na exposição total assume maior relevo no sector da construção e CRE. No caso dos clientes particulares o maior peso é referente ao segmento do crédito ao consumo e outros fins. As imparidades associadas ao crédito em incumprimento representam cerca de 71% do total das imparidades da carteira, mais uma vez com o contributo significativo do crédito ao consumo, do sector da construção e CRE e dos outros créditos a empresas.

Crédito e imparidades – análise individual e análise colectiva por segmento

Segmento	Análise Individual			Análise Colectiva			Total		
	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa
Empresas	1.386	419	30%	3.939	117	3%	5.326	536	10%
Corporate	804	246	31%	2.912	85	3%	3.716	331	9%
Construção e CRE	477	146	31%	783	30	4%	1.260	176	14%
Outros	105	27	26%	244	2	1%	349	29	8%
Particulares	220	107	49%	3.792	60	2%	4.012	167	4%
Crédito habitação	52	17	33%	2.581	19	1%	2.633	36	1%
Crédito ao consumo e outros	167	90	54%	1.211	41	3%	1.378	131	9%
Outros	0	0	3%	288	0	0%	288	0	0%
Total	1.606	526	33%	8.019	177	2%	9.626	703	7%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

A vertente individual da análise de imparidade da carteira de crédito do GCA, com referência a Dezembro de 2016, revela taxas superiores às obtidas na análise colectiva. Na análise individual o segmento de crédito ao consumo e outras finalidades e o segmento de Corporate e Construção e CRE apresentam as taxas de imparidade mais elevadas.

Crédito e imparidades – análise individual e análise colectiva por sector de actividade económica

Sector de actividade	Análise Individual			Análise Colectiva			Total		
	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa
Construção	210	90	43%	338	18	5%	548	108	20%
Comércio por grosso e a retalho	158	76	48%	862	27	3%	1.021	103	10%
Actividades imobiliárias	255	49	19%	325	7	2%	580	56	10%
Indústrias transformadoras e extractivas	192	67	35%	572	20	4%	764	87	11%
Alojamento, restauração e similares	95	23	24%	276	8	3%	371	31	8%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	154	36	24%	578	15	3%	732	51	7%
Outros sectores	322	79	24%	987	22	2%	1.309	100	8%
Total	1.386	419	30%	3.939	117	3%	5.326	536	10%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.

Da análise por sector de actividade resulta a relevância do comércio por grosso e a retalho e das indústrias transformadoras e extractivas no total de crédito concedido às empresas e, mais uma vez, a confirmação dos sectores da construção e actividades imobiliárias como os que apresentam as taxas de imparidade mais elevadas.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.651.322.913	8.373.274.784
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735.013	67.592.683
Aplicações em instituições de crédito	6.035.157	95.128.432
	<u>8.733.093.083</u>	<u>8.535.995.899</u>
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	2.298.793.575	1.115.055.974
Compromissos irrevogáveis	765.010.479	694.714.337
	<u>3.063.804.054</u>	<u>1.809.770.311</u>
	<u>11.796.897.137</u>	<u>10.345.766.210</u>

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue:

Activo	2016								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	24.910.337	24.910.337
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	23.465.853	61.978.557	-	-	85.444.410
Activos financeiros disponíveis para venda	23.193.351	48.140.447	110.915.684	73.729.190	291.143.910	2.468.205.433	-	245.930.170	3.261.258.186
Investimentos detidos até maturidade	-	-	-	-	117.995.246	3.442.447.441	-	103.173.514	3.663.616.201
	23.193.351	48.140.447	110.915.684	73.729.190	432.605.009	5.972.631.432	-	374.014.020	7.035.229.134

Activo	2015								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	35.304.739	35.304.739
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	7.014.854	-	61.188.755	68.203.609
Activos financeiros disponíveis para venda	115.780.625	62.864.618	92.319.690	-	227.024.344	4.613.340.937	3.848.825	237.781.537	5.352.960.576
	115.780.625	62.864.618	92.319.690	-	227.024.344	4.620.355.791	3.848.825	334.275.031	5.456.468.924

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, o Grupo dispõe de um modelo heurístico de rating associado a um processo de workflow, que visa uniformizar o processo de análise do risco de crédito das empresas e de modelos de scoring de aceitação associados ao processo de concessão de crédito a clientes particulares. Deste modo, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base na adopção de metodologias que permitem obter uma visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

As principais áreas nas quais a CA Vida se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Montantes devidos por resseguradores referentes a indemnizações que já foram pagas;
- Risco de crédito de títulos de dívida em carteira;
- Risco de contraparte devido a transacções com derivados.

A Companhia define os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites à sua exposição a uma única contraparte ou à contraparte no todo, e a segmentos geográficos e de sector. Estes riscos estão sujeitos a uma revisão anual ou a uma supervisão mais frequente. Os limites dos níveis de risco de crédito por categoria e território são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração Executivo.

Exposições a entidades de forma individual e a entidades do mesmo sector de actividade ou geográfico são anexadas à monitorização contínua dos controlos associados aos investimentos, existindo limites de diversificação definidos na política de investimentos da Companhia. A análise do risco de crédito das entidades a que a Companhia se encontra exposta através dos títulos de dívida emitidos por estas é efectuada através de ratings de entidades externas independentes, Moody's, Standard & Poors e Fitch. O rating adoptado é o segundo melhor divulgado.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

2016						
Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas para crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	7.943.596.711	1.182.104.207	805.802.610	159.599.207	563.511.663	703.917.484
Particulares residentes, do qual:	4.165.004.067	361.239.278	304.821.831	43.856.516	212.620.446	260.791.241
Habituação	2.495.981.041	67.197.760	71.398.990	4.072.125	45.530.733	34.825.013
Consumo e outras finalidades	1.668.989.297	294.041.518	233.422.841	39.784.391	167.089.714	225.966.228
Sociedades não financeiras residentes	3.801.031.156	820.864.930	500.980.779	115.742.691	350.891.217	443.126.242
Administração pública	335.321.660	6.945.990	1.739.135	1.336.339	-	1.702
Outros residentes	277.076.132	-	-	-	-	-
Não residentes	96.277.806	2.146.920	1.783.478	213.256	923.165	618.521
Total	8.652.272.310	1.191.197.117	809.325.223	161.148.802	564.434.829	704.537.706

2015						
Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas para crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	1.076.704.925	929.438.304	94.838.150	673.784.602	833.209.394	604.169.439
Particulares residentes, do qual:	334.122.962	347.564.020	25.211.401	245.258.920	291.658.933	244.142.183
Habituação	63.714.839	84.341.519	755.172	55.527.285	41.440.610	8.024.741
Consumo e outras finalidades	270.408.123	263.222.500	24.456.229	189.731.634	250.218.324	236.117.442
Sociedades não financeiras residentes	742.581.963	581.874.285	69.626.749	428.525.682	541.550.461	360.027.256
Administração pública	9.125.603	2.727.178	-	-	230	-
Outros residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	1.200.149	1.383.283	127.775	889.317	1.078.247	397.118
Total	1.087.030.677	933.548.765	94.965.925	674.673.918	834.287.871	604.566.557

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	2016	2015
Até 3 meses	7.390.318	11.210.649
De 3 a 6 meses	15.947.746	18.347.873
De 6 a 12 meses	53.108.706	58.422.250
De 1 a 3 anos	156.537.103	228.173.372
De 3 a 5 anos	136.676.973	182.277.190
Mais de 5 anos	170.995.675	161.782.891
Juros a receber	6.456.966	7.876.929
	<u>547.113.487</u>	<u>668.091.154</u>

Risco de concentração

Princípios e Políticas de Gestão do Risco de Concentração

1. Gestão do risco no GCA

A gestão dos riscos constitui um eixo prioritário de actuação para o Grupo, reconhecendo este o seu impacto decisivo na criação de valor.

A definição da estratégia global de assunção de riscos, incorporando objectivos mensuráveis relativamente ao risco que se pretende assumir e à rentabilidade que se deseja alcançar é da competência do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central (adiante designado por CAE).

A Direcção de Risco Global (adiante designado por DRG) e o Comité de Activos e Passivos (ALCO), em coordenação com as restantes unidades orgânicas responsáveis, têm um papel central na definição de políticas e procedimentos para a gestão de riscos, sendo aprovadas pelo CAE.

1.1 Funções da Direcção de Risco Global

Ao nível da gestão de riscos, a CCCAM, através da DRG, é responsável pela definição dos princípios e políticas globais de gestão de riscos, através do desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de análise e apoio à decisão, cálculo de imparidade numa base consolidada, ICAAP (Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno), concepção de modelos e de sistemas para suporte à função risco, criação de normativos e o estabelecimento de orientações de procedimentos e processos.

Cabe à DRG a supervisão da gestão do risco de crédito e a promoção e coordenação da gestão de todos os demais riscos, do ponto de vista estratégico. Por outro lado, é a Direcção de Risco de Crédito (DRC) o órgão responsável por garantir a operacionalização das políticas definidas pela DRG relativamente ao risco de crédito no âmbito da CCCAM, cabendo às CCAM a gestão local do mesmo.

No que diz respeito ao risco de concentração, a DRG é responsável pela execução do Modelo de Gestão do Risco de Concentração: identificação de variáveis relevantes para a avaliação, medição do nível de concentração associado e elaboração do reporte interno e externo.

No contexto do processo de identificação, avaliação e acompanhamento do Risco de Concentração, a DRG é ainda responsável pela execução do reporte da Instrução n.º 23/2007, no sentido de permitir o cálculo do Índice de Concentração Individual previsto pela Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

1.2 Funções do Comité ALCO

O Comité ALCO é presidido pela Caixa Central e engloba os vários Direcções e Gabinetes com responsabilidade directa sobre:

- 1) Controlo das actividades relacionadas com o Balanço da Caixa Central e do GCA.
- 2) Controlo do risco pela produção de informação de gestão, contabilística e de reporte da Caixa Central e do GCA.

De entre as funções do ALCO, compete em particular a este órgão e no contexto da Gestão de Risco:

- Avaliar e acompanhar em permanência os diversos riscos financeiros (nomeadamente, o risco de concentração) a que o GCA e a Caixa Central estão sujeitos, efectuando a sua medição e controlo através de metodologias e indicadores pré-definidos.
- Propor ao CAE os limites de risco pertinentes no âmbito da Gestão de Activos e Passivos.

No que respeita ao Risco de Concentração, caberá ao Comité ALCO a supervisão da gestão da concentração nos riscos financeiros (em particular, risco de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez e de mercado) com o contributo da Direcção Financeira, bem como o acompanhamento dos riscos de concentração globais do Grupo em coordenação com a DRG.

1.3 Funções da Direcção de Fiscalização Orientação e Acompanhamento

A DFOA tem como funções no contexto da gestão de riscos, acompanhar e orientar a gestão das Caixas Associadas, em particular, quanto à política de assunção de riscos.

Relativamente à gestão do risco de concentração, a DFOA é responsável pela articulação entre os órgãos da CCCAM (DRG e ALCO) e as CCAM, cabendo a estas a gestão local do risco de concentração.

2. Integração de boas práticas na gestão do risco de concentração

Segundo as orientações do Comité de Basileia e da CEBS (Committee of European Banking Supervisors), as instituições devem implementar uma prática sistematizada de gestão do risco de concentração, incluindo a sua identificação, avaliação, ajustamento, acompanhamento e controlo.

O Comité de Basileia apresenta como alternativas duas abordagens à gestão do risco de concentração: abordagem base (metodologias unidimensionais de avaliação do risco de concentração) e abordagem avançada (aplicação modelos internos de capital económico que deverão medir adequadamente o risco de concentração, mas que por vezes são limitados devido à insuficiência de dados).

2.1 Medição do risco concentração: abordagem implementada

O GCA tem vindo a implementar a gestão do risco de concentração, matéria que continuará a merecer a atenção e o esforço do Grupo a médio prazo.

A avaliação do risco de concentração (da responsabilidade da DRG) baseia-se na avaliação da carteira de crédito, de investimento e de recursos segundo as diferentes variáveis relevantes numa perspectiva unidimensional e multidimensional, através dos índices de Herfindahl e de Gini, bem como o Peso Relativo das Exposições. Em situações em que se considere pertinente, é também utilizado o Coeficiente de Correlação de Variáveis a fim de explorar eventuais ligações entre variáveis em risco ou ainda relacionar variáveis internas com a realidade.

O GCA tem como objectivo robustecer permanentemente as metodologias empregues na gestão do risco de concentração.

2.2 Acompanhamento do risco de concentração

O GCA estabeleceu um Modelo de Gestão de forma a enquadrar o acompanhamento e controlo do risco de concentração, através da revisão periódica das análises de concentração efectuadas e a implementação de medidas de prevenção ou correcção do risco.

3. Características comuns que identificam cada concentração

Análise da concentração de risco de crédito:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para a Carteira de Crédito a Clientes do GCA (SICAM) considerada para Reporte Prudencial do Grupo (no que diz respeito a Crédito a Clientes). O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o Saldo Utilizado da operação (leia-se, o somatório do capital vencido e capital vincendo), que difere do conceito considerado para o Anexo à Instrução 5/2011 (no cálculo do Índice de Concentração Sectorial e Índice de Concentração Individual): Montante Total (somatório de saldo utilizado e limites de crédito não utilizados).

São efectuadas análises unidimensionais (Região, Família de Produto, Taxa, Garantia, Cliente, Sector de Actividade, Prazo Total e Prazo Residual) e também análises multidimensionais (Família de Produto por Região, Sector de Actividade por Região e Garantia por Família de Produto) à exposição ao Risco de Concentração. A análise multidimensional segundo a Família de Produto e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Família de Produto. A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Sector de Actividade (CAE). Dentro de cada análise multidimensional mencionada, foram seleccionados três regiões como alvo de análise de concentração. Por último, a análise multidimensional segundo Garantia e Família de Produto pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes de uma determinada família de produto segundo a sua distribuição por tipo de garantia associada. Dentro desta última análise foram seleccionadas duas famílias de produto como alvo de análise de concentração.

3.1 Análise por região

Foi escolhida a variável “Região” para analisar o risco de concentração geográfica no território nacional, tendo sido considerado o Balcão Domicílio como referência da região da operação. Por região consideram-se as regiões NUTS III, do Instituto Nacional de Estatística.

foi efectuada uma análise de correlação entre a distribuição da carteira de crédito a clientes por região e a variável “PIB” por região

Foi igualmente efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões GCA por região e a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) por região

Foi ainda efectuada uma análise de correlação entre peso do crédito a clientes e a proporção da Imparidade, por região.

Considerou-se igualmente pertinente comparar ainda a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.2 Análise por família de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de crédito a clientes por tipo de Família de Produto.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do Crédito a Clientes e a proporção da Imparidade por Família de Produto.

3.3 Análise por tipo de taxa

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de Taxa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.4 Análise por garantias

A análise de concentração da carteira de crédito a clientes por tipo de Garantia toma em consideração apenas uma das Garantias disponíveis e registadas em sistema, seleccionando a mesma de acordo a sua relevância numa hierarquia estabelecida conceptualmente. Foi feita e analisada a distribuição da Carteira (Peso por tipo de Garantia: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Garantia.

3.5 Análise por tipo de cliente

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de cliente: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Cliente.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por tipo de cliente no GCA (SICAM) com o sector bancário português. Num universo de clientes Particulares e Empresas, verifica-se a seguinte distribuição do Grupo face ao mercado.

3.6 Análise por sector de actividade económica (CAE)

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por secção do CAE: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre Peso do Crédito a Sociedades não Financeiras no Sector Bancário e a Carteira de Crédito GCA.

3.7 Análise por prazo total

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Total: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por prazo da operação no GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.8 Análise por prazo residual

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Residual: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.9 Análise por dimensão de empresas

A análise por dimensão de empresas procura averiguar a concentração do crédito concedido por tipo de clientes “Empresa” no Crédito Agrícola. Nesse estudo, as empresas repartem-se por volume de negócios. As “Grandes Empresas” apresentam um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, as “Empresas Médias” um Volume de Negócios situado entre 10 e 50 milhões, as “Pequenas” entre 2 e 10 milhões e, por fim, as “Micro Empresas” com um Volume de Negócios inferior a 2 milhões de euros.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Dimensão da Empresa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.10 Análise por família de produto na região da grande Lisboa

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região da Grande Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na mesma região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem as que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.11 Análise por família de produto na região do Oeste

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.12 Análise por família de produto na região do Algarve

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.13 Análise por sector de actividade na região de Lisboa

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade em Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região de Lisboa segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem os que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.14 Análise por sector de actividade na região de Oeste

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.15 Análise por sector de actividade na região de Algarve

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.16 Análise por tipo de garantia para o crédito à actividade a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas para financiamento da sua actividade pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito à Actividade de Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.17 Análise por tipo de garantia para o crédito ao investimento a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas com a finalidade de investimento pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito ao investimento a Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Análise da concentração da carteira de recursos:

4.1 Análise por região

Para analisar o risco de concentração da carteira de recursos geográfica no território nacional, a metodologia escolhida foi a variável “Região”.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões por região e a distribuição da carteira de recursos SICAM por Região.

Foi igualmente realizada uma análise de correlação entre a Distribuição de Depósitos e Equiparados por Distrito em Portugal (Sector Bancário) e SICAM.

4.2 Análise por grupo de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Grupo de Produto.

4.3 Análise por cliente

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Cliente, entre particulares e empresas, sendo estas repartidas por tipo de actividade económica.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso de cada tipo de Cliente em Portugal (Sector Bancário) e no GCA (SICAM)

Foi também efectuada uma análise de correlação entre os tipos de clientes de recursos em OIC e na Carteira de Recursos GCA (SICAM) por Sector Institucional

4.4 Análise por sector actividade

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Sector de Actividade.

4.5 Análise por prazo residual

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Prazo Residual.

4.6 Análise por montante

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por classe de Montante.

4.7 Análise por prazo residual para a classe de montante: 5 a 25 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 5 a 25 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

4.8 Análise por prazo residual para a classe de montante: 25 a 50 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 25 a 50 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

Análise da concentração de risco de liquidez:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para as rubricas de Balanço SICAM. O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o cash flow à data de 31 de Dezembro de 2013.

São efectuadas análises segundo a maturidade residual das rubricas de Activo, Passivo e Gap de Liquidez.

1. ANÁLISE DO ACTIVO

O total do Activo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

2. ANÁLISE DO PASSIVO

O total do Passivo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

3. ANÁLISE DO GAP DE LIQUIDEZ

O Gap de Liquidez foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual (Gap Positivo e Gap Negativo).

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação).
- c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

- a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarificação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarificação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuarias.
- b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de

impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. Nos casos de risco de aceitação condicionada, a subscrição é efectuada centralmente, havendo evidência das condições e do responsável pela decisão.

c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.

d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iii) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

2016				
	Saldos Analisados			Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.138	340.138	-	340.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735	75.735	-	75.735
Aplicações em Instituições de Crédito	6.035	6.124	89	6.035
Crédito a Clientes (saldo líquido)	7.940.905	9.489.410	1.548.505	7.940.905
Investimentos a deter até a maturidade	3.663.616	3.875.414	211.798	3.663.616
	<u>12.026.429</u>	<u>13.786.821</u>	<u>1.760.392</u>	<u>12.026.429</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	1.323.160	1.323.979	819	1.323.160
Recursos de OICs	255.743	253.049	(2.694)	255.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.726.366	11.710.323	(16.043)	11.726.366
Outros passivos subordinados	116.534	120.882	4.348	116.534
	<u>13.421.803</u>	<u>13.408.232</u>	<u>(13.571)</u>	<u>13.421.803</u>
2015				
	Saldos Analisados			Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	354.214	354.214	-	354.214
Disponibilidades em outras instituições de crédito	67.593	67.593	-	67.593
Aplicações em Instituições de Crédito	95.128	95.266	138	95.128
Crédito a Clientes (saldo líquido)	7.555.017	9.050.179	1.495.162	7.555.017
	<u>8.071.952</u>	<u>9.567.252</u>	<u>1.495.300</u>	<u>8.071.952</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	385.810	385.810	-	385.810
Recursos de OICs	240.007	240.814	807	240.007
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.910.086	10.903.314	(6.771)	10.910.086
Outros passivos subordinados	120.410	126.027	5.617	120.410
	<u>11.656.312</u>	<u>11.655.964</u>	<u>(348)</u>	<u>11.656.312</u>

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa Central com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

- d) Taxas de juro praticadas nas operações intra-grupo realizadas ao abrigo do Regime Jurídico do Crédito Agrícola, designadamente tomada de recursos das Caixas Associadas para aplicação centralizada na Caixa Central.

Foram utilizadas curvas específicas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2016 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2016. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negócio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	-0,33%	4,55%	3,58%	1,01%	0,06%	0,00%
1 month(s)	-0,37%					
2 month(s)	-0,34%					
3 month(s)	-0,32%					
4 month(s)	-0,29%					
5 month(s)	-0,26%					
6 month(s)	-0,22%					
9 month(s)	-0,14%					
12 month(s)	-0,08%					
2 year(s)	-0,16%					
3 year(s)	-0,10%					
4 year(s)	-0,02%					
5 year(s)	0,08%					
8 year(s)	0,45%					
10 year(s)	0,68%					
15 year(s)	1,03%					
20 year(s)	1,18%					
30 year(s)	1,23%					

Como previsto na norma IFRS7 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2016				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	6.408	24.903.929	-	24.910.337
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	85.444.411	-	-	85.444.411
Activos financeiros disponíveis para venda	17.835.673	3.216.688.337	-	29.345.573	3.263.869.582
	17.835.673	3.302.139.156	24.903.929	29.345.573	3.374.224.330
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	234.003	-	234.003
	-	-	234.003	-	234.003
	2015				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.479.644	30.316.614	-	31.796.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	77.298.709	-	-	77.298.709
Activos financeiros disponíveis para venda	27.409.620	5.731.128.752	-	-	5.758.538.372
	27.409.620	5.809.907.105	30.316.614	-	5.867.633.338
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	3.945	-	3.945
	-	-	3.945	-	3.945

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação (Nível 1).

(3) Valorização baseada em taxas de mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro, curvas de swap e taxas de câmbio (Nível 2).

(4) Correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos informados pelo emissor (Nível 3). A totalidade do valor corresponde aos títulos de dívida subordinada “Banco Finantia Internacional”.

Nos exercícios de 2016 e 2015, não houve reclassificações entre níveis nem entre categorias de activos financeiros, com excepção da reclassificação de instrumentos de dívida pública portuguesa e estrangeira, da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de investimentos detidos até à maturidade, conforme mencionado na nota 10 e nota 14 do Anexo.

No que concerne à dívida soberana, a mesma encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e na carteira de investimentos detidos até à maturidade e desagrega-se por país, conforme quadro explicativo:

2016

	OAFJVAR		AFDV		IDM	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	1.272.000	1.516.893	664.919.138	707.417.519	1.642.906.768	1.619.353.233
Áustria	-	-	38.350.000	42.953.251	-	-
Bélgica	-	-	58.959.000	62.275.756	-	-
Espanha	-	-	228.922.000	281.560.855	313.000.000	404.462.010
França	-	-	68.420.000	73.441.910	-	-
Irlanda	-	-	106.514.000	115.446.436	95.000.000	113.957.563
Itália	-	-	787.001.000	824.020.197	1.155.000.000	1.358.204.836
Alemanha	-	-	7.450.000	8.512.940	-	-
Holanda	-	-	11.427.000	12.706.305	-	-
Totais	1.272.000	1.516.893	1.971.962.138	2.128.335.169	3.205.906.768	3.495.977.642

No ano anterior de 2015, a dívida soberana encontrava-se na sua totalidade registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda:

2015

	OAFJVAR		AFDV	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	25.000	26.865	1.257.582.099	1.377.869.606
Áustria	-	-	39.750.000	42.745.812
Bélgica	-	-	11.959.000	12.756.865
Espanha	-	-	400.725.000	489.457.267
França	-	-	51.229.000	57.579.082
Irlanda	-	-	51.578.000	55.201.502
Itália	-	-	1.616.898.000	1.718.477.694
Alemanha	-	-	63.036.000	64.237.313
Holanda	-	-	46.800.000	49.600.011
Totais	25.000	26.865	3.539.557.099	3.867.925.152

50. RÁCIOS PRUDENCIAIS CONSOLIDADOS

A partir de 1 de Janeiro de 2014 a solvabilidade da banca europeia passou a ser avaliada através do rácio *Common Equity Tier 1* (CET1), ao abrigo do Acordo de Basileia III. Durante o ano 2014 encontrou-se em vigor um regime transitório que permite o cálculo do rácio CET1 na forma de implementação “phase in”.

No final de 2016, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*) situou-se nos 13,8%, o mesmo valor obtido pelo rácio de fundos próprios de nível 1 (Tier 1), e o rácio de capital total nos 14,6%, cumprindo amplamente os requisitos mínimos estabelecidos pelo regulador.

Em milhões de euros

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GCA						
	2012	2013	2014	2015	2016	Δ 15/16
Fundos Próprios totais ^(a)	992	913	1.048	1.142	1.227	7,4%
Common equity tier 1	---	---	1.048	1.105	1.163	5,2%
Tier 1	1.011	967	1.048	1.105	1.163	5,2%
Posição em risco de activos e equivalentes	15.825	13.505	15.301	14.245	17.203	20,8%
Requisitos de fundos próprios	9.088	8.495	7.985	8.479	8.544	0,8%
Crédito ^(b)	8.096	7.487	6.919	7.377	7.426	0,7%
Operacional	992	1.008	1.066	1.099	1.118	1,7%
Rácios de solvabilidade ^(c)						
Common equity tier 1	---	---	13,1%	13,0%	13,6%	0,57 p.p.
Tier 1	11,1%	11,4%	13,1%	13,0%	13,6%	0,57 p.p.
Total	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	14,4%	0,88 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do exercício de 2016. No períodos anteriores os resultados em final de exercício estão incorporados.

(b) Incluindo os requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito.

(c) Até Dezembro 2013 os rácios são calculados de acordo com o Avisos nºs 5/2007 e 6/2010 do Banco de Portugal, após o que são aplicadas as regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

51. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:

- a.Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
- b.Contribuições iniciais das instituições participantes;
- c.Contribuições periódicas das instituições participantes;
- d.Importâncias provenientes de empréstimos;
- e.Rendimentos de aplicações de recursos;
- f.Liberalidades; e
- g.Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

O Crédito Agrícola, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos. Em 2016 a contribuição periódica efetuada pelo Crédito Agrícola ascendeu a 470.143 euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,020%.

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de Fevereiro.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de Euros 700 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (Euros 3.823 milhões de euros) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que possam vir a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Em 29 de Dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, de montante nominal aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu a um ajustamento final do perímetro de activos, passivos, elementos extrapatrimoniais e activos sob gestão transferidos para o Novo Banco.

Ainda durante o mês de Dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos activos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas,

as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos activos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os activos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de activos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permanecerão um conjunto restrito de activos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 31-A/2012, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo, bem como o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

É neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução por forma a preservar a estabilidade financeira, por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi recentemente formalizado um aditamento aos contratos de empréstimo ao Fundo de Resolução, que introduz um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, às taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

Neste contexto, tendo por base a informação atualmente disponível, é entendimento do Conselho de Administração Executivo, que são reduzidos os riscos de que possam resultar encargos adicionais para o Crédito Agrícola a respeito do conjunto de responsabilidades acima explicitadas e que recaem sobre o Fundo de Resolução.

Fundo Único de Resolução Europeu

Para além do Fundo de Resolução Português o Crédito Agrícola participa no Fundo Único de Resolução Europeu (FUR).

O Fundo Único de Resolução Europeu, financiado pelo setor bancário, destina-se a apoiar a resolução de bancos em risco ou situação de insolvência, depois de esgotadas outras opções como a recapitalização interna das instituições.

O FUR é parte integrante no Mecanismo Único de Resolução (MUR), que é o sistema europeu de resolução de bancos não viáveis. No MUR, a responsabilidade pela resolução de instituições de crédito é partilhada entre o Conselho Único de Resolução e as autoridades nacionais de resolução dos Estados-Membros da área do euro – de entre as quais o Banco de Portugal – e de outros países da União Europeia que optem

por aderir à União Bancária. O MUR visa assegurar a resolução ordenada dos bancos em situação de insolvência com custos mínimos para os contribuintes e para a economia real.

O MUR entrou em pleno funcionamento a 1 de Janeiro de 2016.

Em 2016 a contribuição periódica efetuada pelo Crédito Agrícola para o Fundo Único de Resolução Europeu ascendeu a 2.317.394 euros.

52. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração e conclusão das presentes Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2016, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

Anexo 1: Inventário da Carteira de Títulos

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Crítério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO													
Instrumentos financeiros derivados													
Forwards cambiais	Caixa Central	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	6.408	-	-
Swaps de taxa de juro	Caixa Central	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	404.502	-	-
Swaps de taxa de juro	CA Vida	AFDN	--	-	-	-	-	-	57.795.000	-	23.900.380	-	986.902
											24.311.290	-	986.902
Instrumentos de capital													
FIM CA Rendimento	Fenacam	AFDN	PTYCFLHM0007	OUT	PRT	N	766,97%	78.106		JV	599.047	-	-
											599.047	-	-
Total								0			24.910.337	-	986.902
OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRÁ													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT 4,75% 14JUN/19	CA Gest	OAFJVAR	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	109,91%	25.000	1	JV	27.478	-	-
PGB 5.65% 15/02/24	CA Vida	OAFJVAR	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	114,50%	1.247.000	1	JV	1.489.415	-	(79.434)
											1.516.893	-	(79.434)
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
BBVASM 6.75% 29/12/49 - 20	CA Vida	OAFJVAR	XS1190663952	OUT	ESP	S	95,58%	6.200.000	1	JV	5.975.511	-	(271.411)
Corsair 5% 28/07/17	CA Vida	OAFJVAR	XS0963671127	OUT	JEY	N	99,99%	3.400.000	1	JV	3.429.887	-	(336)
DEMETR 3.75% - 8 - F	CA Vida	OAFJVAR	XS1071748187	OUT	NLD	N	99,16%	4.000.000	1	JV	4.082.888	-	(33.779)
DEMETR 4% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1027954822	OUT	NLD	N	98,45%	10.000.000	1	JV	10.156.466	-	(154.645)
DEMETR 4.75% 20/12/18	CA Vida	OAFJVAR	XS0984085174	OUT	NLD	N	107,77%	10.000.000	1	JV	10.790.216	-	777.021
DEMETR 3.85% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747882	OUT	NLD	N	99,74%	2.000.000	1	JV	2.054.764	-	(5.125)
DEMETR 4.05% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747536	OUT	NLD	N	99,03%	2.000.000	1	JV	2.043.506	-	(19.493)
DEMETR 4.1% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747700	OUT	NLD	N	98,93%	2.000.000	1	JV	2.042.307	-	(21.470)
DEMETR 4.3% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747619	OUT	NLD	N	95,43%	2.000.000	1	JV	1.975.554	-	(91.335)
DEMETR 4.75% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071977539	OUT	NLD	N	97,86%	4.000.000	1	JV	4.062.234	-	(122.544)
DEMETR 4.9% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071975830	OUT	NLD	N	97,95%	4.000.000	1	JV	4.070.287	-	(126.158)
DEMETR 5.1% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071973389	OUT	NLD	N	90,13%	4.000.000	1	JV	3.763.938	-	(418.729)
DEMETR 5.25% 20/03/2022	CA Vida	OAFJVAR	XS1071974601	OUT	NLD	N	97,72%	4.000.000	1	JV	4.072.034	-	(139.299)
DEMETR 5.25% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071972225	OUT	NLD	N	95,85%	4.000.000	1	JV	3.997.135	-	(187.199)
Douro 7.85% 20/09/18	CA Vida	OAFJVAR	XS0968894963	OUT	NLD	N	105,15%	7.500.000	1	JV	7.903.946	-	385.957
SMART 4.67% 20/06/18	CA Vida	OAFJVAR	XS0958352873	OUT	IRL	N	104,25%	7.500.000	1	JV	8.003.706	-	318.852
SOCGEN 0 13/08/26	CA Vida	OAFJVAR	XS1386463944	OUT	FRA	N	101,91%	5.400.000	1	JV	5.503.140	-	103.140
											83.927.518	-	(6.553)
Total								83.272.000			85.444.411	-	(85.987)

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
RAGB 1.15% 19/10/18	CA Vida	AFDV	AT0000A12B06	OUT	AUT	S	103,26%	2.050.000	1	JV	2.121.484	-	63.738
RAGB 1.65% 21/10/24	CA Seguros	AFDV	AT0000A185T1	OUT	AUT	S	112,16%	2.000.000	1	JV	2.249.770	-	97.879
RAGB 1.65% 21/10/24	CA Vida	AFDV	AT0000A185T1	OUT	AUT	S	112,16%	34.300.000	1	JV	38.581.998	-	1.467.378
BGB 1.25% 22/06/18	CA Vida	AFDV	BE0000329384	OUT	BEL	S	102,84%	959.000	1	JV	992.513	-	25.154
BGB 2.6% 22/06/24	CA Seguros	AFDV	BE0000332412	OUT	BEL	S	118,15%	5.000.000	1	JV	5.976.440	-	269.539
BGB 0.8% 22/06/25	CA Seguros	AFDV	BE0000334434	OUT	BEL	S	103,68%	2.500.000	1	JV	2.602.450	-	62.926
BGB 0.8% 22/06/25	CA Vida	AFDV	BE0000334434	OUT	BEL	S	103,68%	31.700.000	1	JV	32.998.375	-	158.564
BGB 1% 22/06/26	CA Vida	AFDV	BE0000337460	OUT	BEL	S	104,29%	18.800.000	1	JV	19.705.978	-	(495.260)
DBR 1.50% 15/02/23	CA Vida	AFDV	DE0001102309	OUT	DEU	S	111,33%	1.450.000	1	JV	1.633.359	-	184.258
DBR 3% 04/07/20	CA Seguros	AFDV	DE0001135408	OUT	DEU	S	113,17%	6.000.000	1	JV	6.879.580	-	604.201
SPGB 4.1% 30/07/18	CA Vida	AFDV	ES00000121A5	OUT	ESP	S	106,92%	6.045.000	1	JV	6.566.224	-	495.110
SPGB 4.6% 30/07/19	CA Vida	AFDV	ES00000121L2	OUT	ESP	S	112,09%	2.040.000	1	JV	2.325.613	-	39.075
SPGB 4.85%	CCAM de Terras de Viriato, CRL	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	117,99%	445.000	1	JV	528.667	-	(4.725)
SPGB 4,85% 10/20	CCAM Vagos, CRL	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	117,99%	139.000	1	JV	164.174	-	(1.194)
SPGB 4,85 10/20	CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	117,99%	478.000	1	JV	567.871	-	23.527
SPGB 4,85% 10/20	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	117,99%	277.000	1	JV	329.080	-	(604)
SPGB 10/20	CAM Terras de Miranda do Douro, CRL	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	117,99%	139.000	1	JV	165.062	-	(303)
SPGB 4,85 10/20	CAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	AFDV	ES00000122T3	OUT	ESP	S	117,99%	208.000	1	JV	247.637	-	(102)
SPGB 5.5% 30/04/21	CA Seguros	AFDV	ES00000123B9	OUT	ESP	S	122,73%	16.000.000	1	JV	20.229.096	-	1.799.795
SPGB 5.5% 30/04/21	CA Vida	AFDV	ES00000123B9	OUT	ESP	S	122,73%	3.510.000	1	JV	4.437.229	-	54.792
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Seguros	AFDV	ES00000123K0	OUT	ESP	S	127,39%	4.400.000	1	JV	5.841.594	-	85.855
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Vida	AFDV	ES00000123K0	OUT	ESP	S	127,39%	17.580.000	1	JV	23.337.012	-	608.344
SPGB 4.50% 31/01/18	CA Seguros	AFDV	ES00000123Q7	OUT	ESP	S	105,20%	2.500.000	1	JV	2.733.154	-	78.208
SPGB 4.50% 31/01/18	CA Vida	AFDV	ES00000123Q7	OUT	ESP	S	105,20%	2.500.000	1	JV	2.732.846	-	104.208
SPGB 5,4% 01/31/23	CCAM de Terras de Viriato, CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	377.000	1	JV	502.739	-	(1.063)
SPGB 5,4% 01/31/23	CCAM Vagos, CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	124.000	1	JV	159.393	-	(6.198)
SPGB 5,4% 01/31/23	CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	412.000	1	JV	549.413	-	(686)
SPGB 5,4% 01/31/23	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	247.000	1	JV	329.381	-	(568)
SPGB 5,4% 01/31/23	CAM Terras de Miranda do Douro, CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	124.000	1	JV	165.294	-	(285)
SPGB 5,4% 01/31/23	CAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	AFDV	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	185.000	1	JV	246.484	-	(1.360)
SPGB 4.4% 31/10/23	CA Vida	AFDV	ES00000123X3	OUT	ESP	S	123,65%	878.000	1	JV	1.092.147	-	154.359
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Seguros	AFDV	ES00000124C5	OUT	ESP	S	138,31%	2.500.000	1	JV	3.479.620	-	757.179
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Vida	AFDV	ES00000124C5	OUT	ESP	S	138,31%	56.446.000	1	JV	78.556.285	-	8.184.516
SPGB 2.1% 30/04/17	CA Vida	AFDV	ES00000124I2	OUT	ESP	S	100,83%	1.500.000	1	JV	1.533.519	-	4.205
SPGB 3.8% 30/04/24	CA Vida	AFDV	ES00000124W3	OUT	ESP	S	120,05%	58.743.000	1	JV	72.022.255	-	4.802.265
SPGB 2.75% 31/10/24	CA Seguros	AFDV	ES00000126B2	OUT	ESP	S	112,43%	900.000	1	JV	1.016.074	-	23.515

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Seguros	AFDV	ES00000126Z1	OUT	ESP	S	103,51%	5.000.000	1	JV	5.229.418	-	120.633
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Vida	AFDV	ES00000126Z1	OUT	ESP	S	103,51%	14.000.000	1	JV	14.641.756	-	(237.184)
SPGB 5.5% 30/07/17	CA Vida	AFDV	ES0000012783	OUT	ESP	S	103,36%	2.925.000	1	JV	3.091.156	-	104.068
SPGB 1.95% 30/07/30	CA Vida	AFDV	ES00000127A2	OUT	ESP	S	101,88%	9.400.000	1	JV	9.653.053	-	(283.662)
SPGB 0.75% 30/07/21	CA Seguros	AFDV	ES00000128B8	OUT	ESP	S	102,21%	1.300.000	1	JV	1.332.870	-	(953)
SPGB 0.75% 30/07/21	CA Vida	AFDV	ES00000128B8	OUT	ESP	S	102,21%	8.200.000	1	JV	8.407.168	-	(6.415)
SPGB 1.3% 31/10/26	CA Vida	AFDV	ES00000128H5	OUT	ESP	S	99,22%	9.400.000	1	JV	9.347.572	-	60.578
FRTR 4.25% 25/10/18	CA Seguros	AFDV	FR0010670737	OUT	FRA	S	109,01%	3.380.000	1	JV	3.711.334	-	213.639
FRTR 2.25% 25/10/22	CA Seguros	AFDV	FR0011337880	OUT	FRA	S	113,63%	14.500.000	1	JV	16.536.406	-	724.950
FRTR 2.25% 25/10/22	CA Vida	AFDV	FR0011337880	OUT	FRA	S	113,63%	25.200.000	1	JV	28.737.579	-	726.018
FRTR 1% 25/05/18	CA Vida	AFDV	FR0011394345	OUT	FRA	S	102,36%	2.000.000	1	JV	2.059.215	-	26.851
FRTR 0.5% 25/05/26	CA Vida	AFDV	FR0013131877	OUT	FRA	S	99,02%	440.000	1	JV	437.005	-	(13.463)
FRTR 0.25% 25/11/26	CA Seguros	AFDV	FR0013200813	OUT	FRA	S	95,87%	5.300.000	1	JV	5.082.559	-	(120.495)
FRTR 0.25% 25/11/26	CA Vida	AFDV	FR0013200813	OUT	FRA	S	95,87%	17.600.000	1	JV	16.877.812	-	(129.397)
IRISH 4.50% 18/10/18	CA Vida	AFDV	IE00B28HXX02	OUT	IRL	S	109,11%	4.380.000	1	JV	4.818.978	-	670.356
IRISH 5.5% 18/10/17	CA Vida	AFDV	IE00B8D1L838	OUT	IRL	S	104,90%	51.779.000	1	JV	54.892.507	-	25.593
IRISH 5,5% 10/18/17	CCAM Vagos, CRL	AFDV	IE00B8D1L838	OUT	IRL	S	104,90%	283.000	1	JV	296.989	-	(3.126)
IRISH TSY 5,5% 10/18/17	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV	IE00B8D1L838	OUT	IRL	S	104,90%	565.000	1	JV	599.229	-	(311)
IRISH 5,5% 10/18/17	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	AFDV	IE00B8D1L838	OUT	IRL	S	104,90%	283.000	1	JV	299.969	-	(156)
IRISH 5,5 10/18/17	CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	AFDV	IE00B8D1L838	OUT	IRL	S	104,90%	424.000	1	JV	449.432	-	(233)
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Seguros	AFDV	IE00BJ38CQ36	OUT	IRL	S	104,86%	1.400.000	1	JV	1.477.042	-	42.948
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Vida	AFDV	IE00BJ38CQ36	OUT	IRL	S	104,86%	24.000.000	1	JV	25.320.194	-	813.423
IRISH 2.4% 15/05/30	CA Seguros	AFDV	IE00BJ38CR43	OUT	IRL	S	115,12%	2.000.000	1	JV	2.332.778	-	(42.641)
IRISH 2.4% 15/05/30	CA Vida	AFDV	IE00BJ38CR43	OUT	IRL	S	115,12%	21.400.000	1	JV	24.959.318	-	754.653
BTPS 5.25% 01/08/17	CA Vida	AFDV	IT0003242747	OUT	ITA	S	103,19%	2.575.000	1	JV	2.712.904	-	75.100
BTPS 4.25% 01/02/19	CA Vida	AFDV	IT0003493258	OUT	ITA	S	109,10%	1.680.000	1	JV	1.862.371	-	124.971
BTPS 3.75% 01/08/21	CA Vida	AFDV	IT0004009673	OUT	ITA	S	114,72%	20.950.000	1	JV	24.361.004	-	284.070
BTPS 4.50% 01/02/18	CA Vida	AFDV	IT0004273493	OUT	ITA	S	105,18%	975.000	1	JV	1.043.579	-	51.468
BTPS 4.5% 01/08/18	CA Vida	AFDV	IT0004361041	OUT	ITA	S	107,37%	2.700.000	1	JV	2.949.722	-	43.640
BTPS 4% 01/09/20 ITALIA	CCAM de Terras de Viriato, CRL	AFDV	IT0004594930	OUT	ITA	S	113,84%	412.000	1	JV	474.501	-	(9.798)
BPTS 4% 01/09/20	CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	AFDV	IT0004594930	OUT	ITA	S	113,84%	458.000	1	JV	527.479	-	5.499
BTPSH 0 01/02/19	CA Vida	AFDV	IT0004848583	OUT	ITA	S	100,04%	3.550.000	1	JV	3.551.420	-	310.058
BTPSS 0 01/08/18	CA Vida	AFDV	IT0004848716	OUT	ITA	S	100,15%	5.130.000	1	JV	5.137.541	-	347.429
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Seguros	AFDV	IT0004889033	OUT	ITA	S	128,53%	2.500.000	1	JV	3.253.146	-	602.122
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Vida	AFDV	IT0004889033	OUT	ITA	S	128,53%	50.366.000	1	JV	65.532.566	-	3.599.383
BTPS 3.5% 01/06/18	CA Seguros	AFDV	IT0004907843	OUT	ITA	S	105,19%	2.500.000	1	JV	2.637.132	-	77.571
BTPS 3.5% 01/06/18	CA Vida	AFDV	IT0004907843	OUT	ITA	S	105,19%	179.000	1	JV	188.801	-	4.344
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Seguros	AFDV	IT0004953417	OUT	ITA	S	121,91%	3.800.000	1	JV	4.690.020	-	100.299
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Vida	AFDV	IT0004953417	OUT	ITA	S	121,91%	22.278.000	1	JV	27.493.089	-	646.863
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Seguros	AFDV	IT0004966401	OUT	ITA	S	114,00%	19.000.000	1	JV	21.780.062	-	1.431.730
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Vida	AFDV	IT0004966401	OUT	ITA	S	114,00%	2.400.000	1	JV	2.750.917	-	202.363

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétric o	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
BTPS 2.5% 01/05/19	CA Vida	AFDV	IT0004992308	OUT	ITA	S	105,85%	3.000.000	1	JV	3.188.081	-	119.469
BTPS 3.5% 01/03/30	CA Vida	AFDV	IT0005024234	OUT	ITA	S	115,67%	29.577.000	1	JV	34.557.734	-	462.128
BTPS 1.65% 01/03/32	CA Vida	AFDV	IT0005094088	OUT	ITA	S	93,89%	6.100.000	1	JV	5.760.933	-	(295.996)
CCTS 0 12/15/22	Caixa Central	AFDV	IT0005137614	OUT	ITA	S	101,17%	30.000.000	1	JV	30.357.828	-	255.680
CCTS 0 07/15/23	Caixa Central	AFDV	IT0005185456	OUT	ITA	S	100,64%	475.000.000	1	JV	479.181.715	-	(1.650.025)
BTPS 1.25% 01/12/26	CA Vida	AFDV	IT0005210650	OUT	ITA	S	94,97%	29.900.000	1	JV	28.425.254	-	(412.981)
BTPS 0.35% 01/11/21	CA Vida	AFDV	IT0005216491	OUT	ITA	S	98,81%	28.400.000	1	JV	28.078.948	-	281.731
BTPS 0,35% 11/01/21	CCAM de Terras de Viriato, CRL	AFDV	IT0005216491	OUT	ITA	S	98,81%	512.000	1	JV	506.212	-	5.335
BTPS 0,35% 01/11/2021	CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	AFDV	IT0005216491	OUT	ITA	S	98,81%	559.000	1	JV	552.681	-	5.823
CCTS 0 02/15/24	Caixa Central	AFDV	IT0005218968	OUT	ITA	S	99,70%	42.500.000	1	JV	42.464.559	-	390.878
NETHER 4% 15/07/18	CA Seguros	AFDV	NL0006227316	OUT	NLD	S	107,31%	4.550.000	1	JV	4.967.418	-	288.394
NETHER 1.75% 15/07/23	CA Vida	AFDV	NL0010418810	OUT	NLD	S	112,58%	6.377.000	1	JV	7.231.025	-	501.314
NETHER 0.5% 15/07/26	CA Vida	AFDV	NL0011819040	OUT	NLD	S	101,34%	500.000	1	JV	507.863	-	1.196
OT Abril 2037	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PT0TE5OE0007	OUT	PRT	N	96,03%	690.000	1	JV	682.786	-	(47.255)
OT 15/Abril/2037	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PT0TE5OE0007	OUT	PRT	S	96,03%	2.454.000	1	JV	2.428.345	-	(117.256)
OT 25/Outubro/2023	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PT0TEAOE0021	OUT	PRT	S	111,22%	890.000	1	JV	997.909	-	(33.678)
OT Fevereiro 2045	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PT0TEBOE0020	OUT	PRT	S	91,38%	782.400	1	JV	743.035	-	(119.455)
OT 15/Fevereiro/2045	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PT0TEBOE0020	OUT	PRT	S	91,38%	2.401.100	1	JV	2.280.293	-	(320.211)
OT 4.8% 15/06/20	CA Vida	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	18.800.000	1	JV	21.476.553	-	216.271
OT 15/Junho/2020	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	940.000	1	JV	1.073.828	-	(2.914)
Portugal 2020-06-15	CCAM Batalha, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	3.500.000	1	JV	3.998.330	-	553.735
OT 4,8% 15/06/20	CCAM de Terras de Viriato, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	442.000	1	JV	504.927	-	2.692
OT JUN. (4.8%) 20	CCAM Vagos, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	145.000	1	JV	162.617	-	(2.440)
OT 4,8% 15JUN20	CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	N	111,62%	483.000	1	JV	551.765	-	5.497
OT 4,8% 15JUN 2020	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	290.000	1	JV	331.287	-	1.134
OT JUNHO 2020	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	145.000	1	JV	166.188	-	1.163
OT JUN 4,8/20	CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	AFDV	PT0TECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	218.000	1	JV	248.807	-	800
OT Outubro 2025	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PT0TEKOE0011	OUT	PRT	S	95,04%	742.000	1	JV	709.697	-	(33.687)
OT 15/Outubro/2025	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PT0TEKOE0011	OUT	PRT	S	95,04%	893.000	1	JV	854.123	-	(28.399)
OT OUT 17	Caixa Central	AFDV	PT0TELOE0010	OUT	PRT	S	103,53%	450.000	1	JV	470.015	-	2.121
OT 4.75% 14/06/19	CA Vida	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	28.765.000	1	JV	32.372.919	-	7.528
OT JUN 19	Caixa Central	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	268.500.000	1	JV	302.212.198	-	443.544
OT 14/Junho/2019	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	998.956	1	JV	1.124.232	-	59.636
OT 4,75% 14/JUN/19 PORTUGAL	CCAM de Terras de Viriato, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	447.000	1	JV	503.066	-	(13.456)
OT 4,75% 14JUN/19	CCAM Vagos, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	147.000	1	JV	161.978	-	(3.531)
OT 4,75% 14JUN19	CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	488.000	1	JV	549.209	-	1.531
OT 4,75% 14JUN2019	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	293.000	1	JV	329.750	-	(243)
OT 14 JUNHO 2019	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	147.000	1	JV	164.977	-	(75)
OT 4,75 14JUN/19	CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	AFDV	PT0TEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	220.000	1	JV	247.365	-	(330)
OT 4.45% 15/06/18	CA Vida	AFDV	PT0TENOE0018	OUT	PRT	S	106,41%	6.125.000	1	JV	6.666.093	-	569.584

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OT 15/Junho/2018	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	106,41%	6.000	1	JV	6.530	-	(11.881)
OT 2,875% JUL 2026	MM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	AFDV	PTOTEOE0012	OUT	PRT	S	93,63%	2.000.000	1	JV	1.862.400	-	(73.421)
OT 15/Abril/2021	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	10809,30%	229.135	1	JV	253.963	-	86.891
OTRV MAIO 2021	Caixa Central	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	4.514.000	1	JV	4.560.168	-	(22.672)
OTRV MAIO 2021	CCAM Albufeira, CRL	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	JV	10.297	-	271
OTRV MAIO 2021	CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	JV	10.325	-	271
OTRV MAIO 2021	CCAM Batalha, CRL	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	JV	10.297	-	271
OTRV MAIO 2021	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	JV	10.297	-	271
OTRV MAIO 2021	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	JV	10.297	-	271
OTRV MAIO 2021	CCAM Beira Douro, CRL	AFDV	PTOTVGEO0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	JV	10.271	-	140
OTRV AGOSTO 2021	Caixa Central	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	8.271.000	1	JV	8.361.039	-	(41.897)
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Albufeira, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	JV	20.504	-	343
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Costa Azul, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	JV	20.343	-	343
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	382.000	1	JV	386.137	-	(4.488)
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	70.000	1	JV	70.758	-	(133)
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Batalha, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	JV	20.503	-	343
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	JV	20.504	-	343
OTRV AGOSTO 2021	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	JV	20.504	-	343
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Beira Douro, CRL	AFDV	PTOTVH0E0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	JV	314.295	-	2.796
OTRV NOVEMBRO 2021	Caixa Central	AFDV	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	496.000	1	JV	496.882	-	(1.128)
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Albufeira, CRL	AFDV	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	JV	20.228	-	193
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Costa Azul, CRL	AFDV	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	JV	321.066	-	3.066
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	68.000	1	JV	68.117	-	(170)
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	AFDV	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	JV	20.228	-	193
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Beira Douro, CRL	AFDV	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	JV	20.193	-	157
PORTB 0 20/01/2017	CA Vida	AFDV	PTPBTJGE0024	OUT	PRT	S	100,01%	32.325.000	1	JV	32.328.233	-	556
BT Março 2017	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PTPBTXGE0021	OUT	PRT	S	100,03%	140.700	1	JV	140.746	-	322
PORTB 0 09/22/17	Caixa Central	AFDV	PTPBTXGE0034	OUT	PRT	S	100,00%	146.000.000	1	JV	145.992.700	-	(6.003)
PORTB 0 09/22/17	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV	PTPBTXGE0034	OUT	PRT	S	100,00%	20.000	1	JV	19.999	-	(2)
PORTB 0 11/17/17	Caixa Central	AFDV	PTPBTYGE0033	OUT	PRT	S	100,00%	130.000.000	1	JV	129.997.400	-	8.152
De outros emissores públicos											2.128.335.169	-	32.018.022
MADRID 4.688% 12/03/20	CA Vida	AFDV	ES0000101396	OUT	ESP	S	113,98%	1.700.000	1	JV	2.001.803	-	51.341
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Vida	AFDV	ES0000101602	OUT	ESP	S	120,16%	6.600.000	1	JV	8.097.837	-	1.322.249
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Seguros	AFDV	ES0000101602	OUT	ESP	S	120,16%	500.000	1	JV	613.529	-	102.563
FADE 4.875% 17/03/17	CA Vida	AFDV	ES0378641114	OUT	ESP	S	104,79%	600.000	1	JV	629.862	-	27.346
FADE 3.875% 17/03/18	CA Vida	AFDV	ES0378641155	OUT	ESP	S	104,82%	500.000	1	JV	539.416	-	10.939
ESMTB 0% 18/05/17	CA Vida	AFDV	EU000A1297U3	OUT	LUX	S	100,21%	2.300.000	1	JV	2.304.715	-	(442)
ICO 4.375% 20/05/19	CA Vida	AFDV	XS0428962921	OUT	ESP	S	110,52%	6.575.000	1	JV	7.444.012	-	849.021
RATFPF 2.875% 09/09/22	CA Vida	AFDV	XS0540501359	OUT	FRA	S	115,71%	750.000	1	JV	874.478	-	121.260
ICO 4.625% 31/01/17	CA Vida	AFDV	XS0736467159	OUT	ESP	S	100,32%	6.950.000	1	JV	7.266.591	-	26.007

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétric o	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ICO 4% 30/04/18	CA Vida	AFDV	XS0900792473	OUT	ESP	S	105,59%	200.000	1	JV	216.550	-	8.934
EIBKOR 2% 30/04/20	CA Vida	AFDV	XS0925003732	OUT	KOR	S	106,17%	2.400.000	1	JV	2.580.371	-	147.504
BNDES 3.625% 21/01/19	CA Vida	AFDV	XS1017435782	OUT	BRA	S	103,26%	2.200.000	1	JV	2.346.850	-	142.069
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Vida	AFDV	XS1072141861	OUT	ESP	S	116,88%	7.000.000	1	JV	8.328.069	-	1.024.981
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Seguros	AFDV	XS1072141861	OUT	ESP	S	116,88%	1.000.000	1	JV	1.189.820	-	173.020
											44.433.903	-	4.006.792
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
RABOBK 0 09/25/2018	Caixa Central	AFDV	AU3FN0020525	OUT	NLD	S	100,50%	5.000.000	1	JV	3.444.678	-	1.857
LLOYDS 0 28/08/18	Caixa Central	AFDV	AU3FN0028619	OUT	GBR	S	99,67%	4.650.000	1	JV	3.184.081	-	(12.103)
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Vida	AFDV	BE0002239086	OUT	BEL	S	104,41%	2.500.000	1	JV	2.630.731	-	91.588
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Seguros	AFDV	BE0002239086	OUT	BEL	S	104,41%	300.000	1	JV	315.699	-	15.510
KBCBB 0.75% 18/10/23	CA Vida	AFDV	BE0002266352	OUT	BEL	S	98,64%	2.800.000	1	JV	2.766.178	-	(45.729)
PBBGR 0.875% 20/01/17	CA Vida	AFDV	DE000A12UA67	OUT	DEU	S	100,04%	5.000.000	1	JV	5.043.559	-	2.322
PBBGR 0.875% 20/01/17	CA Seguros	AFDV	DE000A12UA67	OUT	DEU	S	100,04%	1.000.000	1	JV	1.008.736	-	771
PBBGR 1.375% 15/01/18	CA Vida	AFDV	DE000A13SWA4	OUT	DEU	S	101,14%	8.260.000	1	JV	8.463.084	-	99.926
EVKGR 0.375% 07/09/24	CA Vida	AFDV	DE000A185QA5	OUT	NLD	S	96,00%	1.800.000	1	JV	1.730.181	-	(63.261)
EVKGR 0% 08/03/21 - 20	CA Vida	AFDV	DE000A185QC1	OUT	NLD	S	99,03%	4.200.000	1	JV	4.159.302	-	(31.898)
DAIGR 0.5% 09/09/19	CA Vida	AFDV	DE000A2AAL23	OUT	DEU	S	101,45%	5.600.000	1	JV	5.689.644	-	89.352
DAIGR 0.5% 09/09/19	CA Seguros	AFDV	DE000A2AAL23	OUT	DEU	S	101,45%	1.000.000	1	JV	1.016.022	-	18.368
SUGALG 4.25 10/27/20	Caixa Central	AFDV	ES0305088009	OUT	NLD	S	99,38%	10.000.000	1	JV	10.014.349	-	(62.500)
AYTCED 4.75% 04/12/18	CA Vida	AFDV	ES0370148019	OUT	ESP	S	109,14%	4.100.000	1	JV	4.489.146	-	415.560
BKIASM 1% 14/03/23	CA Vida	AFDV	ES0413307127	OUT	ESP	S	102,42%	3.500.000	1	JV	3.612.805	-	71.546
BKIASM 1% 14/03/23	CA Seguros	AFDV	ES0413307127	OUT	ESP	S	102,42%	300.000	1	JV	309.677	-	8.207
BKTSM 4.125% 22/03/17	CA Vida	AFDV	ES0413679178	OUT	ESP	S	100,89%	500.000	1	JV	520.493	-	4.541
POPSM 4.125% 30/03/17	CA Vida	AFDV	ES0413790173	OUT	ESP	S	100,96%	4.700.000	1	JV	4.891.627	-	59.748
SABSM 4.25% 24/01/17	CA Vida	AFDV	ES0413860067	OUT	ESP	S	100,25%	2.600.000	1	JV	2.709.754	-	6.407
SABSM 3.375% 23/01/18	CA Vida	AFDV	ES0413860323	OUT	ESP	S	103,57%	1.200.000	1	JV	1.280.843	-	33.813
SANTAN 4.125% 09/01/17	CA Vida	AFDV	ES0413900145	OUT	ESP	S	100,07%	800.000	1	JV	832.749	-	690
CAJAMM 5% 28/06/19	CA Vida	AFDV	ES0414950693	OUT	ESP	S	112,13%	2.550.000	1	JV	2.924.288	-	372.878
CAIXAB 4.625% 04/06/19	CA Vida	AFDV	ES0414970402	OUT	ESP	S	110,88%	3.400.000	1	JV	3.860.223	-	438.868
CAJARU 3.75% 22/11/18	CA Vida	AFDV	ES0422714024	OUT	ESP	S	106,93%	14.000.000	1	JV	15.026.436	-	905.502
CAJARU 3.75% 22/11/18	CA Seguros	AFDV	ES0422714024	OUT	ESP	S	106,93%	500.000	1	JV	536.710	-	35.099
CABKSM 4% 16/02/17	CA Vida	AFDV	ES0440609040	OUT	ESP	S	100,45%	1.300.000	1	JV	1.351.211	-	5.552
ACAFP 0 01/29/17	Caixa Central	AFDV	FR0010706606	OUT	FRA	S	150,01%	4.200.000	1	JV	6.300.252	-	2.125
FRFP 5.75% 19/01/17	CA Vida	AFDV	FR0011182112	OUT	FRA	S	100,26%	2.000.000	1	JV	2.114.250	-	4.900
COFP 3.994% 09/03/20	CA Vida	AFDV	FR0011215508	OUT	FRA	S	112,47%	300.000	1	JV	347.160	-	37.353
VINCI 3.375% 30/03/20	CA Seguros	AFDV	FR0011225127	OUT	FRA	S	110,52%	400.000	1	JV	452.305	-	43.091
PEUGOT 5.625% 11/07/17	CA Vida	AFDV	FR0011233451	OUT	FRA	S	102,42%	2.574.000	1	JV	2.704.788	-	9.851
ADPPF 2.375% 11/06/19	CA Seguros	AFDV	FR0011266519	OUT	FRA	S	105,91%	500.000	1	JV	536.167	-	30.888
EDF 2.75% 10/03/23	CA Seguros	AFDV	FR0011318658	OUT	FRA	S	111,48%	500.000	1	JV	568.568	-	60.773

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
RENAUL 4.625% 18/09/17	CA Vida	AFDV	FR0011321447	OUT	FRA	S	103,12%	400.000	1	JV	417.767	-	12.580
PEUGOT 7.375% 06/03/18	CA Vida	AFDV	FR0011439975	OUT	FRA	S	107,89%	3.000.000	1	JV	3.418.579	-	28.976
BNFP 2.60% 28/06/23	CA Seguros	AFDV	FR0011527241	OUT	FRA	S	112,45%	500.000	1	JV	568.895	-	62.821
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Vida	AFDV	FR0011560333	OUT	FRA	S	106,27%	1.900.000	1	JV	2.030.666	-	104.579
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Seguros	AFDV	FR0011560333	OUT	FRA	S	106,27%	300.000	1	JV	320.647	-	20.583
EDF 5% 22/01/49 - 26	CA Vida	AFDV	FR0011697028	OUT	FRA	S	95,27%	2.200.000	1	JV	2.199.240	-	(48.765)
RENAUL 0.625% 04/03/20	CA Seguros	AFDV	FR0012596179	OUT	FRA	S	100,82%	500.000	1	JV	506.709	-	4.737
GSZFP 0.5% 13/03/22	CA Vida	AFDV	FR0012602753	OUT	FRA	S	100,67%	4.100.000	1	JV	4.143.803	-	42.115
RENAUL 1.25% 08/06/22	CA Vida	AFDV	FR0012759744	OUT	FRA	S	102,39%	4.800.000	1	JV	4.948.583	-	178.684
ADPPF 1.5% 24/07/23	CA Vida	AFDV	FR0012861821	OUT	FRA	S	105,99%	1.100.000	1	JV	1.173.090	-	52.571
SANFP 0% 13/09/22	CA Vida	AFDV	FR0013201621	OUT	FRA	S	97,52%	600.000	1	JV	585.114	-	(12.266)
ENELIM 4.875% 20/02/18	CA Vida	AFDV	IT0004794142	OUT	ITA	S	105,40%	3.640.000	1	JV	3.989.283	-	185.848
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Vida	AFDV	IT0004872328	OUT	ITA	S	118,69%	1.300.000	1	JV	1.546.585	-	249.929
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Seguros	AFDV	IT0004872328	OUT	ITA	S	118,69%	500.000	1	JV	594.890	-	77.783
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Vida	AFDV	IT0004957137	OUT	ITA	S	109,58%	3.200.000	1	JV	3.520.630	-	294.668
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Seguros	AFDV	IT0004957137	OUT	ITA	S	109,58%	500.000	1	JV	550.134	-	50.958
BANCAR 3.875% 24/10/18	CA Vida	AFDV	IT0004967698	OUT	ITA	S	105,17%	11.000.000	1	JV	11.648.331	-	557.211
BANCAR 3.875% 24/10/18	CA Seguros	AFDV	IT0004967698	OUT	ITA	S	105,17%	500.000	1	JV	529.523	-	27.386
UCGIM 3% 31/01/24	CA Vida	AFDV	IT0004988553	OUT	ITA	S	115,88%	900.000	1	JV	1.067.642	-	102.926
ATLIM 1.625% 12/06/23	CA Vida	AFDV	IT0005108490	OUT	ITA	S	103,92%	1.800.000	1	JV	1.886.820	-	69.890
BCPL 4.75% 22/06/17	CA Vida	AFDV	PTBCUB1E0005	OUT	PRT	S	102,00%	6.900.000	1	JV	7.210.405	-	317.201
CELBI 0 03/21/19	Caixa Central	AFDV	PTBINDOE0009	OUT	PRT	S	102,00%	7.500.000	1	JV	7.723.270	-	(63.887)
BIALPT 0 07/10/19	Caixa Central	AFDV	PTBPCAOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	3.900.000	1	JV	3.969.396	-	(29.782)
SANTAN 1.5 03/04/17	CA Vida	AFDV	PTBSQDOE0020	OUT	PRT	S	100,41%	1.100.000	1	JV	1.116.795	-	5.808
BRCORO 6.875% 02/04/18	CA Vida	AFDV	PTBSSGOE0009	OUT	PRT	S	108,36%	9.000.000	1	JV	10.214.921	-	618.075
CXGD 4.25% 27/01/20	CA Vida	AFDV	PTCG2YOE0001	OUT	PRT	S	112,11%	5.000.000	1	JV	5.802.124	-	1.028.245
CXGD 1% 27/01/22	CA Vida	AFDV	PTCGH1OE0014	OUT	PRT	S	101,44%	5.100.000	1	JV	5.220.627	-	84.215
CXGD 1% 27/01/22	CA Seguros	AFDV	PTCGH1OE0014	OUT	PRT	S	101,44%	1.000.000	1	JV	1.023.680	-	19.389
CXGD 3% 15/01/19	CA Vida	AFDV	PTCGHAE00019	OUT	PRT	S	105,80%	1.900.000	1	JV	2.064.940	-	114.224
CXGD 3% 15/01/19	CA Seguros	AFDV	PTCGHAE00019	OUT	PRT	S	105,80%	500.000	1	JV	543.446	-	30.907
CXGD 3.75% 18/01/18	CA Vida	AFDV	PTCGHUOE0015	OUT	PRT	S	103,82%	9.000.000	1	JV	9.664.611	-	322.317
GALPL 4.125% 25/01/19	CA Seguros	AFDV	PTGALIOE0009	OUT	PRT	S	106,75%	1.000.000	1	JV	1.106.085	-	69.920
GENER 0 12/12/20	Caixa Central	AFDV	PTGNSAOM0005	OUT	PRT	S	100,00%	6.000.000	1	JV	5.401.875	-	-
PESTA 0 28/02/2020	Caixa Central	AFDV	PTGRPCOE0002	OUT	PRT	S	100,50%	3.500.000	1	JV	3.557.701	-	17.520
NOSPL 0 03/28/22	Caixa Central	AFDV	PTNOSBOE0004	OUT	PRT	S	99,70%	10.000.000	1	JV	10.015.867	-	(50.209)
Parque Eólico do Pisco	Caixa Central	AFDV	PTPEOAOOM0009	OUT	PRT	S	101,59%	11.375.000	1	JV	11.740.542	-	180.026
RENEPL 4.125% 31/01/18	CA Vida	AFDV	PTRELBOE0017	OUT	PRT	S	104,21%	13.300.000	1	JV	14.362.485	-	499.881
RENEPL 0 01/16/20	Caixa Central	AFDV	PTRELKOM0008	OUT	PRT	S	106,50%	5.000.000	1	JV	4.297.485	-	(29.124)
SEMPL 0 04/17/19	Caixa Central	AFDV	PTSEMFOE0003	OUT	PRT	S	101,75%	5.000.000	1	JV	5.119.652	-	(19.342)
TAGUS 05/2025	Caixa Central	AFDV	PTTGUAOM0005	OUT	PRT	S	97,50%	30.500.000	1	JV	17.605.031	-	98.950
SANUK 0 13/03/2017	Caixa Central	AFDV	US80283LAC72	OUT	GBR	S	100,01%	4.450.000	1	JV	4.224.330	-	1.062

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
TD 0 07/13/21	Caixa Central	AFDV	US89114QBM96	OUT	CAN	S	100,91%	3.000.000	1	JV	2.882.481	-	25.752
FNCIM 5.75% 12/12/18	CA Vida	AFDV	XS0182242247	OUT	ITA	S	110,08%	1.000.000	1	JV	1.103.823	-	16.932
TITIM 5.375% 29/01/19	CA Vida	AFDV	XS0184373925	OUT	ITA	S	109,92%	1.700.000	1	JV	1.952.843	-	166.427
PORTEL 4.375% 24/03/17	CA Vida	AFDV	XS0215828913	OUT	NLD	S	30,87%	5.225.000	1	JV	1.612.958	-	462.252
Citigroup Inc 4.375% 30/01/17	CA Vida	AFDV	XS0284710257	OUT	USA	S	100,33%	400.000	1	JV	417.374	-	1.619
GS 4.5% 30/01/17	CA Vida	AFDV	XS0284727814	OUT	USA	S	100,34%	850.000	1	JV	888.022	-	2.776
REPSM 4.75% 16/02/17	CA Vida	AFDV	XS0287409212	OUT	NLD	S	100,51%	250.000	1	JV	261.620	-	(57)
MS 5% 02/05/19	CA Vida	AFDV	XS0298899534	OUT	LUX	S	111,56%	1.950.000	1	JV	2.240.025	-	233.497
ISPIM 4.75% 15/06/17	CA Vida	AFDV	XS0304508921	OUT	ITA	S	102,08%	5.550.000	1	JV	5.809.115	-	131.327
ENELIM 5.25% 20/06/17	CA Vida	AFDV	XS0306644344	OUT	ITA	S	102,42%	2.000.000	1	JV	2.104.268	-	46.152
LGFP 5.375% 26/06/17	CA Vida	AFDV	XS0307005545	OUT	FRA	S	102,56%	1.650.000	1	JV	1.737.953	-	26.554
RBS 6.934% 09/04/18	CA Vida	AFDV	XS0356705219	OUT	GBR	S	107,31%	8.000.000	1	JV	8.989.302	-	411.938
UCGIM 6.7% 05/06/18	CA Vida	AFDV	XS0367777884	OUT	ITA	S	106,46%	4.300.000	1	JV	4.742.704	-	(16.985)
GASSM 6.375% 09/07/19	CA Vida	AFDV	XS0436928872	OUT	ESP	S	115,50%	1.600.000	1	JV	1.896.888	-	222.589
LLOYDS 5.375% 03/09/19	CA Vida	AFDV	XS0449361350	OUT	GBR	S	114,43%	2.500.000	1	JV	2.904.660	-	367.505
RBS 5.375% 30/09/19	CA Vida	AFDV	XS0454984765	OUT	GBR	S	113,60%	3.400.000	1	JV	3.908.395	-	495.657
PEMEX 5.5% 09/01/17	CA Vida	AFDV	XS0456477578	OUT	MEX	S	100,16%	2.100.000	1	JV	2.216.104	-	1.169
GS 5.125% 23/10/19	CA Vida	AFDV	XS0459410782	OUT	USA	S	114,01%	2.800.000	1	JV	3.219.408	-	389.259
PORTEL 5% 04/11/19	CA Vida	AFDV	XS0462994343	OUT	NLD	S	30,92%	3.300.000	1	JV	1.020.459	-	317.770
TELEFO 4.693% 11/11/19	CA Vida	AFDV	XS0462999573	OUT	ESP	S	112,44%	1.950.000	1	JV	2.205.019	-	257.244
LGFP 5.50% 16/12/19	CA Vida	AFDV	XS0473114543	OUT	FRA	S	115,24%	3.300.000	1	JV	3.810.412	-	89.306
GASSM 4.125% 26/01/18	CA Vida	AFDV	XS0479541699	OUT	ESP	S	104,24%	2.750.000	1	JV	2.971.779	-	119.950
BACR 4% 20/01/17	CA Vida	AFDV	XS0479945353	OUT	GBR	S	100,20%	400.000	1	JV	415.918	-	911
RBS 4.875% 20/01/17	CA Vida	AFDV	XS0480133338	OUT	GBR	S	100,23%	1.885.000	1	JV	1.976.208	-	4.421
WSTP 3.875% 20/03/17	CA Seguros	AFDV	XS0494870701	OUT	NZL	S	100,86%	500.000	1	JV	519.568	-	5.257
GS 4.375% 16/03/17	CA Vida	AFDV	XS0494996043	OUT	USA	S	100,89%	3.000.000	1	JV	3.130.861	-	30.135
BAC 4.75% 03/04/17	CA Vida	AFDV	XS0495891821	OUT	USA	S	101,22%	3.700.000	1	JV	3.875.999	-	47.356
GLEINT 5.25% 22/03/17	CA Vida	AFDV	XS0495973470	OUT	LUX	S	100,97%	3.000.000	1	JV	3.151.648	-	18.571
LLOYDS 6.50% 24/03/20	CA Vida	AFDV	XS0497187640	OUT	GBR	S	117,45%	6.600.000	1	JV	8.082.817	-	769.354
VALEBZ 4.375% 24/03/18	CA Vida	AFDV	XS0497362748	OUT	BRA	S	104,67%	11.377.000	1	JV	12.293.206	-	553.414
ISPIM 5.15% 16/07/20	CA Vida	AFDV	XS0526326334	OUT	ITA	S	109,89%	4.300.000	1	JV	4.827.112	-	(29.715)
BAC 4.625% 07/08/17	CA Vida	AFDV	XS0530879658	OUT	USA	S	102,82%	1.050.000	1	JV	1.099.004	-	25.720
JPM 3.875% 23/09/20	CA Vida	AFDV	XS0543758246	OUT	USA	S	113,71%	1.750.000	1	JV	2.008.371	-	230.411
SANTAN 4.125% 04/10/17	CA Vida	AFDV	XS0544546780	OUT	ESP	S	103,23%	200.000	1	JV	208.455	-	6.362
DLNA 4.25% 17/11/17	CA Vida	AFDV	XS0559434351	OUT	NLD	S	103,47%	2.250.000	1	JV	2.339.407	-	83.671
MTNA 4.625% 17/11/17	CA Vida	AFDV	XS0559641146	OUT	NLD	S	104,55%	2.350.000	1	JV	2.473.545	-	105.631
BNP 3.75% 25/11/20	CA Vida	AFDV	XS0562852375	OUT	FRA	S	113,94%	1.000.000	1	JV	1.143.069	-	141.239
ENIIM 3.5% 29/01/18	CA Vida	AFDV	XS0563739696	OUT	ITA	S	103,65%	250.000	1	JV	267.169	-	10.214
TELEFO 4.75% 07/02/17	CA Vida	AFDV	XS0585904443	OUT	ESP	S	100,38%	4.300.000	1	JV	4.499.599	-	17.580
ABESM 5.75% 09/03/18	CA Vida	AFDV	XS0602534637	OUT	NLD	S	106,56%	2.600.000	1	JV	2.892.182	-	157.383
TITIM 4.75% 25/05/18	CA Vida	AFDV	XS0630463965	OUT	ITA	S	106,16%	1.850.000	1	JV	2.016.981	-	120.298

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
TITIM 7% 20/01/17	CA Vida	AFDV	XS0693940511	OUT	ITA	S	100,15%	4.100.000	1	JV	4.377.590	-	5.447
INTNED 4.25% 13/01/17	CA Vida	AFDV	XS0731153291	OUT	NLD	S	100,12%	500.000	1	JV	521.120	-	650
BAA 4.375% 25/01/17	CA Vida	AFDV	XS0736300293	OUT	GBR	S	100,26%	1.350.000	1	JV	1.408.592	-	3.580
LLOYDS 4.625% 02/02/17	CA Vida	AFDV	XS0740795041	OUT	GBR	S	100,40%	3.775.000	1	JV	3.948.914	-	14.933
ENIIM 4.25% 03/02/20	CA Seguros	AFDV	XS0741137029	OUT	ITA	S	112,33%	250.000	1	JV	290.480	-	31.820
GASSM 5% 13/02/18	CA Vida	AFDV	XS0741942576	OUT	ESP	S	105,45%	5.900.000	1	JV	6.480.791	-	351.841
TELEFO 4.797% 21/02/18	CA Vida	AFDV	XS0746276335	OUT	ESP	S	105,27%	3.800.000	1	JV	4.156.609	-	226.481
UCGIM 4.875% 07/03/17	CA Vida	AFDV	XS0754588787	OUT	ITA	S	100,82%	2.400.000	1	JV	2.515.452	-	23.046
LUXIM 3.625% 19/03/19	CA Vida	AFDV	XS0758640279	OUT	ITA	S	107,94%	300.000	1	JV	332.362	-	24.327
SANTAN 4% 27/03/17	CA Vida	AFDV	XS0759014375	OUT	ESP	S	100,91%	5.700.000	1	JV	5.926.320	-	59.440
FCAIM 7% 23/03/17	CA Vida	AFDV	XS0764640149	OUT	LUX	S	101,00%	4.000.000	1	JV	4.257.176	-	(6.385)
MTNA 4.50% 29/03/18	CA Vida	AFDV	XS0765621569	OUT	NLD	S	106,46%	7.200.000	1	JV	7.979.162	-	299.541
GLEINT 4.125% 03/04/18	CA Vida	AFDV	XS0767815599	OUT	LUX	S	105,08%	1.600.000	1	JV	1.736.457	-	66.315
RENAUL 4.25% 27/04/17	CA Vida	AFDV	XS0775870982	OUT	FRA	S	101,19%	1.425.000	1	JV	1.483.150	-	16.713
GE 2.875% 18/06/19	CA Vida	AFDV	XS0794230507	OUT	IRL	S	107,33%	3.800.000	1	JV	4.137.054	-	175.994
GE 2.875% 18/06/19	CA Seguros	AFDV	XS0794230507	OUT	IRL	S	107,33%	500.000	1	JV	544.389	-	26.505
MLFP 2.75% 20/06/19	CA Vida	AFDV	XS0794392588	OUT	LUX	S	107,25%	200.000	1	JV	217.399	-	14.505
MLFP 2.75% 20/06/19	CA Seguros	AFDV	XS0794392588	OUT	LUX	S	107,25%	200.000	1	JV	217.414	-	14.750
TITIM 6.125% 14/12/18	CA Vida	AFDV	XS0794393396	OUT	ITA	S	111,09%	23.500.000	1	JV	26.173.893	-	1.065.006
DPW 1.875% 27/06/17	CA Seguros	AFDV	XS0795872901	OUT	NLD	S	100,95%	500.000	1	JV	509.557	-	5.176
TELNO 1.75% 15/01/18	CA Seguros	AFDV	XS0798788716	OUT	NOR	S	101,79%	500.000	1	JV	517.340	-	10.185
CARLB 2.625% 03/07/19	CA Seguros	AFDV	XS0800572454	OUT	DNK	S	106,45%	500.000	1	JV	538.780	-	34.141
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Vida	AFDV	XS0802953165	OUT	BRA	S	105,29%	3.000.000	1	JV	3.268.126	-	63.467
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Seguros	AFDV	XS0802953165	OUT	BRA	S	105,29%	500.000	1	JV	544.739	-	28.907
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Vida	AFDV	XS0807706006	OUT	CZE	S	109,25%	250.000	1	JV	277.661	-	23.266
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Seguros	AFDV	XS0807706006	OUT	CZE	S	109,25%	500.000	1	JV	555.379	-	47.248
HOLNVX 2,625% 07/09/20	CA Seguros	AFDV	XS0825829590	OUT	LUX	S	108,32%	500.000	1	JV	545.771	-	43.052
ESBIRE 6.25% 11/09/17	CA Vida	AFDV	XS0827573766	OUT	IRL	S	104,36%	500.000	1	JV	531.318	-	21.911
TELEFO 5.811 05/09/17	CA Vida	AFDV	XS0828012863	OUT	ESP	S	103,85%	300.000	1	JV	317.150	-	11.572
IBESM 4.50% 21/09/17	CA Vida	AFDV	XS0829209195	OUT	NLD	S	103,23%	1.700.000	1	JV	1.776.028	-	49.912
TITIM 4.5% 20/09/17	CA Vida	AFDV	XS0831389985	OUT	ITA	S	102,90%	700.000	1	JV	729.089	-	19.293
ELEPOR 5.75% 21/09/17	CA Vida	AFDV	XS0831842645	OUT	NLD	S	104,05%	3.531.000	1	JV	3.730.187	-	122.499
ENGSM 4.25% 05/10/17	CA Vida	AFDV	XS0834643727	OUT	ESP	S	103,23%	500.000	1	JV	521.235	-	13.193
ULFP 1.625% 26/06/17	CA Seguros	AFDV	XS0850006593	OUT	FRA	S	100,73%	500.000	1	JV	507.877	-	4.103
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Vida	AFDV	XS0863127279	OUT	GBR	S	116,74%	800.000	1	JV	935.212	-	140.301
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Seguros	AFDV	XS0863127279	OUT	GBR	S	116,74%	500.000	1	JV	584.547	-	35.432
UCGIM 3.375% 11/01/18	CA Vida	AFDV	XS0863482336	OUT	ITA	S	103,08%	2.250.000	1	JV	2.392.910	-	71.447
BBVASM 3.75% 17/01/18	CA Vida	AFDV	XS0872702112	OUT	ESP	S	103,83%	2.600.000	1	JV	2.792.603	-	99.434
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Vida	AFDV	XS0874864860	OUT	ESP	S	117,73%	600.000	1	JV	728.786	-	106.345
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Seguros	AFDV	XS0874864860	OUT	ESP	S	117,73%	500.000	1	JV	607.377	-	84.181
REESM 3.875% 25/01/22	CA Vida	AFDV	XS0876289652	OUT	ESP	S	117,51%	900.000	1	JV	1.090.074	-	155.037

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emittente	País do emittente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Crítério valorimétric o	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
REESM 3.875% 25/01/22	CA Seguros	AFDV	XS0876289652	OUT	ESP	S	117,51%	500.000	1	JV	605.650	-	88.348
FERSM 3.375% 30/01/18	CA Seguros	AFDV	XS0879082914	OUT	ESP	S	103,44%	300.000	1	JV	319.634	-	10.573
FIAT 6.625% 15/03/18	CA Vida	AFDV	XS0906420574	OUT	LUX	S	106,55%	8.500.000	1	JV	9.505.792	-	122.149
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Vida	AFDV	XS0933540527	OUT	NLD	S	112,11%	3.700.000	1	JV	4.201.906	-	292.414
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Seguros	AFDV	XS0933540527	OUT	NLD	S	112,11%	1.000.000	1	JV	1.135.715	-	110.621
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Vida	AFDV	XS0933604943	OUT	NLD	S	107,90%	3.100.000	1	JV	3.392.610	-	106.646
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Seguros	AFDV	XS0933604943	OUT	NLD	S	107,90%	300.000	1	JV	328.339	-	256.798
REESM 2.375% 31/05/19	CA Vida	AFDV	XS0935803386	OUT	ESP	S	105,67%	2.200.000	1	JV	2.355.264	-	96.905
REESM 2.375% 31/05/19	CA Seguros	AFDV	XS0935803386	OUT	ESP	S	105,67%	500.000	1	JV	535.320	-	10.564
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Vida	AFDV	XS0940284937	OUT	ESP	S	112,35%	1.700.000	1	JV	1.942.404	-	213.074
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Seguros	AFDV	XS0940284937	OUT	ESP	S	112,35%	500.000	1	JV	571.341	-	22.182
NDAQ 3.875% 07/06/21	CA Vida	AFDV	XS0942100388	OUT	USA	S	114,07%	3.000.000	1	JV	3.488.028	-	220.741
NDAQ 3.875% 07/06/21	CA Seguros	AFDV	XS0942100388	OUT	USA	S	114,07%	300.000	1	JV	348.835	-	38.474
FERROV 4% 22/07/20	CA Seguros	AFDV	XS0954248729	OUT	ITA	S	112,03%	300.000	1	JV	341.443	-	38.031
BANBRA 3.75% 25/07/18	CA Vida	AFDV	XS0955552178	OUT	BRA	S	102,73%	13.550.000	1	JV	14.141.263	-	259.140
BANBRA 3.75% 25/07/18	CA Seguros	AFDV	XS0955552178	OUT	BRA	S	102,73%	300.000	1	JV	313.122	-	5.819
ELEPOR 4.875% 14/09/20	CA Vida	AFDV	XS0970695572	OUT	NLD	S	114,02%	20.400.000	1	JV	23.554.343	-	1.507.822
EDP FINANCE 14/09/2020	Caixa Central	AFDV	XS0970695572	OUT	NLD	S	114,02%	8.850.000	1	JV	10.219.610	-	227.467
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Vida	AFDV	XS0981438582	OUT	NLD	S	113,69%	2.700.000	1	JV	3.136.810	-	319.731
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Seguros	AFDV	XS0981438582	OUT	NLD	S	113,69%	500.000	1	JV	580.939	-	69.169
FGACAP 4% 17/10/18	CA Vida	AFDV	XS0982584004	OUT	IRL	S	106,63%	4.000.000	1	JV	4.298.157	-	268.960
PETBRA 3.75% 14/01/21	CA Vida	AFDV	XS0982711987	OUT	NLD	S	99,73%	7.300.000	1	JV	7.543.423	-	40.525
RENEPL 4.75% 16/10/20	CA Vida	AFDV	XS0982774399	OUT	NLD	S	115,37%	17.454.000	1	JV	20.308.434	-	1.563.320
RENEPL 4.75% 16/10/20	CA Seguros	AFDV	XS0982774399	OUT	NLD	S	115,37%	1.000.000	1	JV	1.163.671	-	52.320
ESBIRE 3.494% 12/01/24	CA Seguros	AFDV	XS0992646918	OUT	IRL	S	116,96%	500.000	1	JV	601.735	-	85.780
NAB 2% 12/11/20	CA Vida	AFDV	XS0993248052	OUT	AUS	S	107,43%	2.000.000	1	JV	2.153.970	-	148.082
NAB 2% 12/11/20	CA Seguros	AFDV	XS0993248052	OUT	AUS	S	107,43%	500.000	1	JV	538.520	-	39.964
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Vida	AFDV	XS0993272862	OUT	AUT	S	104,41%	2.300.000	1	JV	2.428.726	-	95.671
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Seguros	AFDV	XS0993272862	OUT	AUT	S	104,41%	500.000	1	JV	528.010	-	23.901
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Vida	AFDV	XS0996354956	OUT	ITA	S	110,53%	2.100.000	1	JV	2.326.978	-	200.844
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Seguros	AFDV	XS0996354956	OUT	ITA	S	110,53%	500.000	1	JV	554.078	-	53.135
OMVAV 1.75% 25/11/19	CA Seguros	AFDV	XS0996734868	OUT	AUT	S	104,93%	500.000	1	JV	525.557	-	26.086
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Vida	AFDV	XS0997484430	OUT	MEX	S	104,47%	6.000.000	1	JV	6.285.366	-	269.479
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Seguros	AFDV	XS0997484430	OUT	MEX	S	104,47%	500.000	1	JV	523.823	-	24.424
LINHLD 3.875% 28/11/18	CA Vida	AFDV	XS0997829519	OUT	ITA	S	105,75%	2.500.000	1	JV	2.652.509	-	148.789
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Vida	AFDV	XS0998945041	OUT	NLD	S	118,87%	3.700.000	1	JV	4.410.654	-	404.060
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Seguros	AFDV	XS0998945041	OUT	NLD	S	118,87%	500.000	1	JV	596.096	-	113.202
MSFT 2.125% 06/12/21	CA Vida	AFDV	XS1001749107	OUT	USA	S	109,53%	1.800.000	1	JV	1.974.106	-	175.538
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Vida	AFDV	XS1004118904	OUT	ITA	S	113,40%	2.800.000	1	JV	3.180.145	-	353.833
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Seguros	AFDV	XS1004118904	OUT	ITA	S	113,40%	500.000	1	JV	567.931	-	69.575
ADRIT 3.25% 20/02/21	CA Vida	AFDV	XS1004236185	OUT	ITA	S	110,98%	1.000.000	1	JV	1.135.256	-	110.759

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Crítério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ADBIT 3.25% 20/02/21	CA Seguros	AFDV	XS1004236185	OUT	ITA	S	110,98%	600.000	1	JV	681.207	-	66.503
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Vida	AFDV	XS1004874621	OUT	ITA	S	114,92%	5.550.000	1	JV	6.571.935	-	750.133
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Seguros	AFDV	XS1004874621	OUT	ITA	S	114,92%	1.000.000	1	JV	1.184.231	-	147.471
ABBEY 2% 14/01/19	CA Vida	AFDV	XS1014539289	OUT	GBR	S	103,96%	2.700.000	1	JV	2.858.746	-	93.767
ABBEY 2% 14/01/19	CA Seguros	AFDV	XS1014539289	OUT	GBR	S	103,96%	500.000	1	JV	529.425	-	8.208
BKIR 3.25% 15/01/19	CA Vida	AFDV	XS1014670233	OUT	IRL	S	106,29%	5.000.000	1	JV	5.470.490	-	10.580
ENELIM 5% 15/01/75 - 20	CA Vida	AFDV	XS1014997073	OUT	ITA	S	105,81%	1.600.000	1	JV	1.769.761	-	88.443
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Vida	AFDV	XS1016720853	OUT	ESP	S	104,82%	3.300.000	1	JV	3.532.790	-	130.732
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Seguros	AFDV	XS1016720853	OUT	ESP	S	104,82%	500.000	1	JV	535.304	-	8.009
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Vida	AFDV	XS1019326641	OUT	ITA	S	116,19%	4.700.000	1	JV	5.604.498	-	719.679
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Seguros	AFDV	XS1019326641	OUT	ITA	S	116,19%	500.000	1	JV	596.268	-	84.767
TITIM 4.5% 25/01/21	CA Seguros	AFDV	XS1020952435	OUT	ITA	S	111,83%	500.000	1	JV	580.175	-	61.379
FGACAP 2.875% 26/01/18	CA Seguros	AFDV	XS1021817355	OUT	IRL	S	102,62%	500.000	1	JV	526.493	-	13.348
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Vida	AFDV	XS1025752293	OUT	DEU	S	108,22%	4.900.000	1	JV	5.406.265	-	359.292
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Seguros	AFDV	XS1025752293	OUT	DEU	S	108,22%	500.000	1	JV	551.692	-	42.758
CARGIL 2.50% 15/02/23	CA Vida	AFDV	XS1031019562	OUT	USA	S	111,10%	1.850.000	1	JV	2.095.732	-	202.532
TELEFO 5.875 31/03/49 - 24	CA Vida	AFDV	XS1050461034	OUT	NLD	S	104,72%	4.600.000	1	JV	5.020.871	-	74.253
GLENLN 2.75 01/04/21 - 21	CA Vida	AFDV	XS1051003538	OUT	LUX	S	106,05%	1.900.000	1	JV	2.054.249	-	102.440
GLENLN 2.75 01/04/21 - 21	CA Seguros	AFDV	XS1051003538	OUT	LUX	S	106,05%	500.000	1	JV	540.630	-	32.541
AALLN 1.75% 03/04/18	CA Vida	AFDV	XS1052677207	OUT	GBR	S	101,38%	4.400.000	1	JV	4.517.969	-	248.648
ENGSM 2.5% 11/04/22	CA Vida	AFDV	XS1052843908	OUT	ESP	S	110,93%	2.000.000	1	JV	2.254.784	-	221.395
ENGSM 2.5% 11/04/22	CA Seguros	AFDV	XS1052843908	OUT	ESP	S	110,93%	300.000	1	JV	338.238	-	38.424
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Vida	AFDV	XS1057055060	OUT	NLD	S	110,92%	4.900.000	1	JV	5.457.755	-	417.674
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Seguros	AFDV	XS1057055060	OUT	NLD	S	110,92%	500.000	1	JV	556.948	-	55.918
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Vida	AFDV	XS1061029614	OUT	BRA	S	99,40%	4.800.000	1	JV	4.878.145	-	8.350
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Seguros	AFDV	XS1061029614	OUT	BRA	S	99,40%	500.000	1	JV	508.185	-	1.708
CS 1.375% 29/11/19	CA Vida	AFDV	XS1074053130	OUT	CHE	S	103,64%	5.300.000	1	JV	5.499.468	-	157.765
CS 1.375% 29/11/19	CA Seguros	AFDV	XS1074053130	OUT	CHE	S	103,64%	500.000	1	JV	518.837	-	18.668
AMXLMM 1% 04/06/18	CA Vida	AFDV	XS1074479384	OUT	MEX	S	101,14%	3.700.000	1	JV	3.763.431	-	40.543
REESM 2.125% 01/07/23	CA Vida	AFDV	XS1079698376	OUT	ESP	S	109,89%	1.700.000	1	JV	1.886.225	-	172.338
REESM 2.125% 01/07/23	CA Seguros	AFDV	XS1079698376	OUT	ESP	S	109,89%	200.000	1	JV	221.920	-	20.515
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Vida	AFDV	XS1080078428	OUT	NLD	S	103,70%	5.300.000	1	JV	5.499.208	-	170.229
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Seguros	AFDV	XS1080078428	OUT	NLD	S	103,70%	500.000	1	JV	518.810	-	19.409
RBS 1.625% 25/06/19	CA Vida	AFDV	XS1080952960	OUT	GBR	S	102,26%	1.800.000	1	JV	1.855.772	-	41.578
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Vida	AFDV	XS1084043451	OUT	ITA	S	110,53%	2.300.000	1	JV	2.569.220	-	251.118
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Seguros	AFDV	XS1084043451	OUT	ITA	S	110,53%	1.190.000	1	JV	1.329.370	-	96.933
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Vida	AFDV	XS1087831688	OUT	ITA	S	110,23%	3.450.000	1	JV	3.844.901	-	365.306
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Seguros	AFDV	XS1087831688	OUT	ITA	S	110,23%	500.000	1	JV	557.268	-	54.717
VOD 1% 11/09/20	CA Seguros	AFDV	XS1109802303	OUT	GBR	S	102,36%	500.000	1	JV	513.314	-	14.132
ELEPOR 2.625% 18/01/22	CA Seguros	AFDV	XS111324700	OUT	NLD	S	105,98%	500.000	1	JV	542.390	-	32.863
CNH 2.875% 27/09/21	CA Vida	AFDV	XS1114452060	OUT	LUX	S	105,10%	2.500.000	1	JV	2.646.257	-	110.043

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
BPLN 1.526% 26/09/22	CA Seguros	AFDV	XS1114477133	OUT	GBR	S	105,35%	500.000	1	JV	528.793	-	26.911
SRGIM 1,5% 21/04/23	CA Vida	AFDV	XS1126183760	OUT	ITA	S	104,37%	4.600.000	1	JV	4.848.945	-	230.513
WFC 1.125% 29/10/21	CA Vida	AFDV	XS1130067140	OUT	USA	S	103,46%	2.300.000	1	JV	2.384.046	-	92.429
WFC 1.125% 29/10/21	CA Seguros	AFDV	XS1130067140	OUT	USA	S	103,46%	500.000	1	JV	518.286	-	20.222
ALB 1.875% 08/12/21	CA Vida	AFDV	XS1148074518	OUT	USA	S	104,89%	6.242.000	1	JV	6.554.609	-	459.084
ALB 1.875% 08/12/21	CA Seguros	AFDV	XS1148074518	OUT	USA	S	104,89%	900.000	1	JV	945.120	-	64.839
RABOBK 5,5% 22/01/49 - 29	CA Vida	AFDV	XS1171914515	OUT	NLD	S	101,04%	4.600.000	1	JV	4.649.318	-	164.403
TRNIM 0.875% 02/02/22	CA Seguros	AFDV	XS1178105851	OUT	ITA	S	101,27%	1.000.000	1	JV	1.020.685	-	17.134
HTHROW 1.50% 11/02/30	CA Seguros	AFDV	XS1186176571	OUT	JEY	S	97,79%	1.000.000	1	JV	991.200	-	(11.957)
STLNO 1.25% 17/02/27	CA Seguros	AFDV	XS1190624038	OUT	NOR	S	100,95%	1.000.000	1	JV	1.020.375	-	11.014
DANBNK 5,875% 29/04/49 - 22	CA Vida	AFDV	XS1190987427	OUT	DNK	S	104,49%	6.200.000	1	JV	6.564.142	-	257.119
SANTAN 0 04/03/2020	Caixa Central	AFDV	XS1195284705	OUT	ESP	S	100,67%	20.000.000	1	JV	20.138.305	-	126.711
IGT 4.125% 15/02/20 - 19	CA Vida	AFDV	XS1204431867	OUT	USA	S	107,54%	13.450.000	1	JV	14.672.722	-	883.581
REPSM 3.875% 29/12/49 - 21	CA Vida	AFDV	XS1207054666	OUT	NLD	S	98,59%	6.300.000	1	JV	6.399.302	-	65.791
RWE 3,5% 21/04/75 - 25	CA Vida	AFDV	XS1219499032	OUT	DEU	S	86,26%	4.800.000	1	JV	4.257.438	-	21.663
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Vida	AFDV	XS1222590488	OUT	NLD	S	98,54%	100.000	1	JV	99.926	-	(1.409)
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Seguros	AFDV	XS1222590488	OUT	NLD	S	98,54%	300.000	1	JV	299.795	-	(3.973)
F 1.114% 13/05/20	CA Vida	AFDV	XS1232188257	OUT	GBR	S	102,18%	2.100.000	1	JV	2.160.545	-	52.994
MLFP 1.125% 28/05/22	CA Vida	AFDV	XS1233732194	OUT	LUX	S	104,16%	2.500.000	1	JV	2.620.771	-	107.389
BNP 6,125% 29/12/49 - 22	CA Vida	AFDV	XS1247508903	OUT	FRA	S	104,74%	3.000.000	1	JV	3.149.207	-	140.188
HNZ 2% 30/06/23	CA Vida	AFDV	XS1253558388	OUT	USA	S	104,92%	1.100.000	1	JV	1.165.221	-	45.766
TELEFO 1,477% 14/09/21	CA Vida	AFDV	XS1290729208	OUT	ESP	S	103,62%	3.600.000	1	JV	3.746.089	-	134.095
IBESM 1,75% 17/09/23	CA Vida	AFDV	XS1291004270	OUT	NLD	S	106,20%	1.700.000	1	JV	1.813.975	-	107.360
OMVAV 6,25% 29/12/49 - 25	CA Vida	AFDV	XS1294343337	OUT	AUT	S	112,54%	4.000.000	1	JV	4.516.508	-	497.424
ATLIM 1,125% 04/11/21	CA Vida	AFDV	XS1316567343	OUT	ITA	S	103,26%	1.000.000	1	JV	1.034.377	-	15.826
FCACAP 1,25% 13/06/18	CA Vida	AFDV	XS1321405968	OUT	IRL	S	101,29%	2.900.000	1	JV	2.957.372	-	38.528
BMW 0,875% 17/11/20	CA Vida	AFDV	XS1321956333	OUT	NLD	S	103,14%	3.800.000	1	JV	3.923.442	-	110.948
BMW 0,875% 17/11/20	CA Seguros	AFDV	XS1321956333	OUT	NLD	S	103,14%	1.000.000	1	JV	1.032.509	-	32.278
MAERSK 1,5% 24/11/22	CA Vida	AFDV	XS1324446092	OUT	DNK	S	101,77%	1.500.000	1	JV	1.528.801	-	36.040
REPSM 2,125% 16/12/20	CA Vida	AFDV	XS1334225361	OUT	NLD	S	106,89%	7.300.000	1	JV	7.809.491	-	506.917
REPSM 2,125% 16/12/20	CA Seguros	AFDV	XS1334225361	OUT	NLD	S	106,89%	1.000.000	1	JV	1.069.852	-	70.684
ABNANV 2,875% 18/01/28 - 23	CA Vida	AFDV	XS1346254573	OUT	NLD	S	105,39%	2.700.000	1	JV	2.919.283	-	167.547
MAERSK 1,75% 18/03/21	CA Vida	AFDV	XS1381693248	OUT	DNK	S	103,87%	1.300.000	1	JV	1.368.313	-	45.900
HEIANA 1% 04/05/26	CA Vida	AFDV	XS1401174633	OUT	NLD	S	98,86%	3.100.000	1	JV	3.085.128	-	(10.949)
HEIANA 1% 04/05/26	CA Seguros	AFDV	XS1401174633	OUT	NLD	S	98,86%	1.500.000	1	JV	1.492.845	-	9.265
ENBW 3,375% 05/04/77 - 22	CA Vida	AFDV	XS1405770907	OUT	DEU	S	100,16%	3.150.000	1	JV	3.180.443	-	22.629
NEGANV 1% 11/05/26	CA Seguros	AFDV	XS1409382030	OUT	NLD	S	101,53%	700.000	1	JV	715.224	-	12.088
TEVA 0,375% 25/07/20	CA Vida	AFDV	XS1439749109	OUT	NLD	S	99,11%	10.600.000	1	JV	10.522.976	-	(146.010)
C 0,75% 26/10/23	CA Vida	AFDV	XS1457608013	OUT	USA	S	98,08%	2.900.000	1	JV	2.848.108	-	(45.895)
AVLN 0,1% 13/12/18	CA Vida	AFDV	XS1490131056	OUT	GBR	S	100,12%	2.700.000	1	JV	2.703.454	-	3.951
ENIIM 0,625% 19/09/24	CA Vida	AFDV	XS1493322355	OUT	ITA	S	97,33%	8.000.000	1	JV	7.800.430	-	(156.001)

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Vallias (+/-)
ENIIM 0.625% 19/09/24	CA Seguros	AFDV	XS1493322355	OUT	ITA	S	97,33%	1.000.000	1	JV	975.071	-	(19.051)
TELEFO 0.318% 17/10/20	CA Vida	AFDV	XS1505554698	OUT	ESP	S	99,23%	7.500.000	1	JV	7.447.451	-	(58.108)
WSTP 0.25% 17/01/22	CA Vida	AFDV	XS1506396974	OUT	AUS	S	99,42%	6.200.000	1	JV	6.167.411	-	(17.129)
SRGIM 0% 25/10/20	CA Vida	AFDV	XS1508588875	OUT	ITA	S	99,14%	3.200.000	1	JV	3.172.480	-	(18.555)
ACEIM 1% 24/10/26	CA Vida	AFDV	XS1508912646	OUT	ITA	S	94,84%	1.900.000	1	JV	1.805.462	-	(68.057)
IREIM 0.875% 04/11/24	CA Vida	AFDV	XS1511781467	OUT	ITA	S	95,31%	6.100.000	1	JV	5.822.599	-	(226.075)
MRK 0.5% 02/11/24	CA Vida	AFDV	XS1513055555	OUT	USA	S	99,05%	3.700.000	1	JV	3.667.914	-	(24.614)
MRK 0.5% 02/11/24	CA Seguros	AFDV	XS1513055555	OUT	USA	S	99,05%	600.000	1	JV	594.805	-	789
ABBV 0.375% 18/11/19	CA Vida	AFDV	XS1520897163	OUT	USA	S	100,63%	3.000.000	1	JV	3.020.256	-	17.894
ECLER 1.125% 07/12/26	CA Vida	AFDV	XS1529559525	OUT	LUX	S	100,57%	2.800.000	1	JV	2.818.115	-	22.828
ECLER 1.125% 07/12/26	CA Seguros	AFDV	XS1529559525	OUT	LUX	S	100,57%	500.000	1	JV	503.250	-	9.574
CONGR 0% 05/02/20	CA Vida	AFDV	XS1529561182	OUT	DEU	S	99,75%	1.500.000	1	JV	1.496.205	-	4.805
CONGR 0% 05/02/20	CA Seguros	AFDV	XS1529561182	OUT	DEU	S	99,75%	500.000	1	JV	498.735	-	1.610
											930.042.507	-	35.290.631
Divida subordinada													
Instrumentos de capital													
ABAP	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5.000	CH	5.000	-	-
Acções ADRAL, S.A.	Fenacam	AFDV		OUT	PRT	N		400	5	CH	1.996	(666)	
Acções MAP, S.A.	Fenacam	AFDV		OUT	PRT	N		65.051	5	CH	220.238		
Acções SUCRAL, S.A.	Fenacam	AFDV		OUT	PRT	N		12.254	25	CH	329.742	(77.982)	
Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito CRL	CCAM do Guadiana Interior, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		103	5	CH	2.118	-	-
ADIRN	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		10	5	CH	50	-	-
ADRAVE - AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL VALE	CCCAM Gestão Inv.	AFDV		OUT	PRT	N		30.486		CH	10.830	(10.830)	-
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1.000	5	CH	4.988	(4.988)	-
AGROGARANTE	Caixa Central	AFDV	PTAGM0AM0007	OUT	PRT	N		258.520	1	CH	258.520	(3.151)	-
Agroraiana	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		2.000	2	CH	4.988	(4.988)	-
Agroraiana	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		6.000	2	CH	14.940	(14.940)	-
AIBAP	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5.000	CH	5.000	-	-
Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	CA Vida	AFDV	LU0256881128	OUT	LUX	S	257158,00%	3.145		JV	8.086.943		1.543.992
Amundi Funds-Abs Vol Eur Equities	CA Vida	AFDV	LU0272941112	OUT	LUX	S	146011,00%	3.425		JV	5.000.176		(75.819)
ASDOURO	CCAM do Douro e Cõa, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		CH	22.446	(22.446)	-
Banco de Credito Social Cooperativo SA	CASGPS	AFDV		OUT	ESP	N		5.000.000	1	CH	5.000.000	-	-
BlackRock Str Fd-Europ Abs Rtn-ABS-A	CA Vida	AFDV	LU0411704413	OUT	LUX	S	12390,00%	20.288		JV	2.513.662		(136.334)
BNY Mellon Absolute ReturnEquity Fund	CA Vida	AFDV	IE00B3TH3V40	OUT	IRL	S	116,87%	708.010		JV	827.452		5.452
CA Acções Europa (UP)	Caixa Central	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N		505.416	1	JV	2.072.507	-	45.334
CA Acções Europa (UP)	CA Vida	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	S	410,06%	952.525		JV	3.905.925		318.065
CA Flexível	Caixa Central	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N		339.329		JV	1.982.496	-	422.532
CA Património Crescente	CA Vida	AFDV	PTSQBHM0002	OUT	PRT	S	1525,04%	653.762		JV	9.970.132		2.471.708
CA Património Crescente	CA Seguros	AFDV	PTSQBHM0002	OUT	PRT	S	1525,04%	461.500		JV	7.038.060		2.510.977
Candriam Diversified Futures-I	CA Vida	AFDV	FR0010813105	OUT	FRA	S	1120205,00%	471		JV	5.271.035		225.100

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do ativo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correções de valor	Valias (+/-)
Candriam Equities L Europe OPT5	CA Vida	AFDV	LU0304860645	OUT	LUX	S	14842,00%	49.804		JV	7.391.890		(21.813)
CARMIM	CCAM Alentejo Central, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		20	5	CH	100	-	-
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM de Silves, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		25	500	CH	12.500	(12.500)	-
Cerfundão, Lda.	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	AFDV		OUT	PRT	S		1	50.000	CH	10.000	-	-
CONFAGRI	Fenacam	AFDV		OUT	PRT	N		2.800	5	CH	14.000		
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL	CCAM Oliveira do Hospital, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		5	2	CH	12	-	-
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM do Guadiana Interior, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	50	CH	50	-	-
Cooperativa de Melgaço	CCAM do Noroeste, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		499	5	CH	2.494	(2.494)	-
Cooperzoo	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		5	200	CH	1.000	-	-
Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, SA	CA SGPS	AFDV		OUT	ESP	N		29.040		CH	3.432.818	-	-
Cortigol	CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		120	5	CH	600	-	-
Credicentro	CCAM de Pombal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	434	CH	434	(434)	-
Credicentro	CCAM Coimbra, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		48	2	CH	120	(120)	-
DAI, S.A.	CCAM Coruche, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		47.140	25	CH	1.272.811	(567.140)	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	Caixa Central	AFDV	LU0820789831	OUT	LUX	N		9.455		JV	9.477.460	-	102.782
DNCA Invest Miuri	CA Vida	AFDV	LU0641746143	OUT	LUX	S	12899,00%	39.640		JV	5.113.199		66.199
Dolmen	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		100	5	CH	499	-	-
Epralima	CCAM do Noroeste, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		5	50	CH	249	-	-
Escola Profissional da Mealhada	CCAM da Bairrada e Aguiçeira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	176.100	CH	176.100	(93.562)	-
FCR Fundo Revitalizar Centro	Caixa Central	AFDV		OUT	PRT	N		1.090.909	1	CH	1.090.909	-	-
FCR Fundo Revitalizar Norte	Caixa Central	AFDV		OUT	PRT	N		1.073.532	1	CH	1.073.532	(69.003)	-
FCR Fundo Revitalizar Sul	Caixa Central	AFDV		OUT	PRT	N		697.647	1	CH	697.647	-	-
FCR PORTUGAL VENTURES - FIEP	CCAM Gestão Inv.	AFDV		OUT	PRT	N	83805,16%	380		JV	372.586	-	(54.126)
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (B)	CCAM Gestão Inv.	AFDV		OUT	PRT	N	1051477,27%	111		JV	3.257.666	-	(2.090.526)
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (cat. C)	CCAM Gestão Inv.	AFDV		OUT	PRT	N	748424,39%	100		JV	2.249.820	-	(1.501.395)
FERECC	CCAM do Ribatejo Sul, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		50	5	CH	249	-	-
FERECC	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		360	2	CH	897	(897)	-
FERECC	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM Cartaxo, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		6	2	CH	15	-	-
FERECC	CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		21	5	CH	105	-	-
FERECC	CCAM Azambuja, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		10	5	CH	50	-	-
FERECC	CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5	CH	5	(5)	-
FERECC	CCAM Alenquer, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5	CH	5	-	-
FERECC	CCAM Alcanhões, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	5	CH	5	-	-
Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-YACC	CA Vida	AFDV	LU0318940003	OUT	LUX	S	1702,00%	314.916		JV	5.359.868		1.211.374
FIM CA Monetário	CA Imóveis	AFDV	PTYCFLHM0007	OUT	PRT	N		215.123		JV	1.209.253	-	-
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	CA SGPS	AFDV		OUT	PRT	N		10.125		CH	50.625	-	-
Fundlogis Alt. PLC Salar Conv. Abs. Ret. Fund	CA Vida	AFDV	IE00B527HL34	OUT	IRL	S	9996,00%	34.025		JV	3.401.123		(37.877)
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	588	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alentejo Central, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	514	-	-

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		122		JV	652	-	-
Fundo Compensação Trabalho	AM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		788	1	JV	811	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Oliveira do Hospital, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	-	JV	109	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Porto de Mós, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	290	-	-
Fundo Compensação Trabalho	Caixa Central	AFDV		OUT	PRT	N		3.613		JV	3.738	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CA Serviços	AFDV		OUT	PRT	N				JV	789	-	-
Fundo Compensação Trabalho	Fenacam	AFDV		OUT	PRT	N				JV	1.099	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Açores, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	839	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Albufeira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		913	1	JV	940	-	4
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Norte Alentejano, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		0		JV	1.473	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Guadiana Interior, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		593	1	JV	632	-	7
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	41	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	125	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Nordeste Alentejano, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	849	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	414	-	1
Fundo Compensação Trabalho	AM Alcácer-Sal e Montemor-Nov, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	86	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		541		JV	593	-	3
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	36	-	(7)
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	427	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Pernes, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	362	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Lourinhã, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	558	-	(41)
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Cadaval, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	122	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Azambuja, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	371	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alenquer, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	53	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	612	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Vagos, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	68	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Anadia, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		283		JV	292	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.049	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Lafões, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		641		JV	688	-	4
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Pombal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.064	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	568	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Baixo Mondego, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	211	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		15.378.251		JV	167	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.425	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM da Terra Quente, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	374	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	2.265	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	64	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	698	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Noroeste, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.121	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Paredes, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		0		JV	486	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Médio Ave, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	109	-	-

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Douro e Côa, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	77	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Ribatejo Sul, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	61	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	60	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Beira Centro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	259	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.413	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM SGPS, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1.584		JV	1.623	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Gest, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		268		JV	276	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM do Algarve, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	396	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Estremoz, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	163	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM da Serra da Estrela, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	147	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.538	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	80	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Terras de Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	38	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Coimbra, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	1.488	-	-
Fundo Compensação Trabalho	CCAM Beira Douro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		JV	347	-	-
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		5.593	977	JV	5.246.793	-	(217.791)
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	CCCAM Gestão Inv.	AFDV		OUT	PRT	N	94623,00%	8.735		JV	9.109.799	-	(844.480)
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	CA Seguros	AFDV		OUT	PRT	S		10.000		JV	612.633	n.a.	70.311
GARVAL	Caixa Central	AFDV	PTGGM0AM0004	OUT	PRT	N		69.000	1	CH	69.000	-	-
Globalgarve	CCAM do Algarve, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		250	10	CH	2.500	(2.500)	-
Invesco Global Targeted Returns Eur	CA Vida	AFDV	LU1004133028	OUT	IRL	S	1129,58%	493.611		JV	5.575.732		47.732
LISGARANTE	Caixa Central	AFDV	PTLGR0AM0003	OUT	PRT	N		100.000	1	CH	100.000	-	-
Matadouro Regional do Algarve	CCAM do Algarve, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		7.000	5	CH	35.000	(35.000)	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		50.000	5	CH	250.000	(250.000)	-
Mobitral	CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		60	25	CH	1.500	(1.500)	-
Natix AM FDS-Seeyond MINV-IA	CA Vida	AFDV	LU0935229152	OUT	LUX	S	1698242,00%	375		JV	6.372.329		193.242
NEXPONOR - SICAFI, S.A.	CCCAM Gestão Inv.	AFDV	PTNEX0AM0002	OUT	PRT	N	396,42%	535.000		JV	3.229.153	-	(1.108.306)
Nordea 1 SICAV-Flexible Fixed Income Fund	CA Vida	AFDV	LU0915363070	OUT	LUX	S	10706,00%	46.900		JV	5.021.127		(54.873)
NORGARANTE	Caixa Central	AFDV	PTNGM0AM000	OUT	PRT	N		86.860	1	CH	86.860	-	-
Parkurbis, S.A.	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		5.000	5	CH	25.000	(25.000)	-
Pictet Multi Asset Global Opportunities	CA Vida	AFDV	LU0941348897	OUT	LUX	S	12019,00%	44.019		JV	5.290.591		261.591
Pioneer Funds - European Potential - I	CA Vida	AFDV	LU0271662610	OUT	LUX	S	155755,00%	4.531		JV	7.057.648		592.830
PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLANTICA - FEIIF	CCCAM Gestão Inv.	AFDV	PTFLTBM0004	OUT	PRT	N	6239,44%	18.000		JV	1.123.099	-	0
PROPAÇO - SOC. IMOBILIÁRIA DE PAÇO D'ARCOS, LDA.	CCCAM Gestão Inv.	AFDV		OUT	PRT	N		1		CH	194	(194)	-
Qualifica	CCAM Beja e Mértola, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1		CH	411	-	-
Régie Lima	CCAM do Noroeste, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		200	1.000	CH	1.000	-	-
Regivouga	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		100	5	CH	499	(499)	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Caixa Central	AFDV	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N		25.680	5	JV	1.171.864	(405.573)	350.262
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM Açores, CRL	AFDV	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N		10.000	5	JV	1.281.911	(983.511)	-
Sicogest	CCAM Serras de Ansião, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	2.000	CH	2.000	(2.000)	-
Sicogest	CCAM de Pombal, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1	4.500	CH	4.500	(4.500)	-

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Spidouro	CAM do Vale do Távora e Douro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1.500	5	CH	7.482	(7.482)	-
Spidouro	AM Região Bragança e Alto Douro, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		1.500	5	CH	7.482	(7.482)	-
SWIFT	Caixa Central	AFDV		OUT	BEL	N		23		CH	99.228	-	-
UBS Lux Equity EU OPP UNC EUR-QA	CA Vida	AFDV	LU0848002365	OUT	LUX	S	13878,00%	51.117		JV	7.094.003		(699.087)
Unicama	CCAM de São Teotónio, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		4	2	CH	10	(10)	-
UNICAMPUS - FEIIF	CCCAM Gestão Inv.	AFDV	PTYE1GIM0001	OUT	PRT	N	100933,79%	500		JV	498.657	-	6.012
UNICRE	Caixa Central	AFDV	PTUNEOAM0016	OUT	PRT	N		7.207	5	CH	460.223	-	-
Unões Regionais	CCAM Coruche, CRL	AFDV		OUT	PRT	N		2	2	CH	5	-	-
Visa Inc	Caixa Central	AFDV		OUT	USA	N		3.343		CH	2.964.080	-	-
											161.058.003	(2.611.396)	3.603.039
Total								2.935.353.619			3.263.869.582	(2.611.396)	74.918.484
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
SPGB 5.25 04/21	Caixa Central	IDM	ES00000123B9	OUT	ESP	S	122,73%	143.000.000	1	CA	173.753.095	-	-
SPGB 5.40 01/31/23	Caixa Central	IDM	ES00000123U9	OUT	ESP	S	128,41%	160.000.000	1	CA	207.232.857	-	(1.110.711)
SPGB 0.75 07/21	Caixa Central	IDM	ES00000128B8	OUT	ESP	S	102,21%	10.000.000	1	CA	10.211.607	-	-
IRISH 5 18/10/2020	Caixa Central	IDM	IE00B6026194	OUT	IRL	S	120,90%	95.000.000	1	CA	112.981.536	-	-
BTPS 9 11/01/23	Caixa Central	IDM	IT0000366655	OUT	ITA	S	151,20%	50.000.000	1	CA	75.663.684	-	(2.180.186)
BTPS 3.75 03/2021	Caixa Central	IDM	IT0004634132	OUT	ITA	S	113,82%	435.000.000	1	CA	495.955.146	-	-
BTPS 5.5 11/22	Caixa Central	IDM	IT0004848831	OUT	ITA	S	125,71%	350.000.000	1	CA	439.908.798	-	(10.794.894)
BTPS 2.15 12/21	Caixa Central	IDM	IT0005028003	OUT	ITA	S	107,23%	200.000.000	1	CA	214.392.065	-	(3.208.328)
BTPS 0.95 03/15/23	Caixa Central	IDM	IT0005172322	OUT	ITA	S	99,45%	120.000.000	1	CA	122.244.553	-	-
OT 4,95% Out 2023	CCAM Lourinhã, CRL	IDM	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	111,68%	5.000.000	1	CA	4.493.628	-	-
OT 4.10% Feb 2045	AM Região Bragança e Alto Douro, CRL	IDM	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	91,71%	3.650.000	1	CA	4.891.471	-	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO	CCAM de Pombal, CRL	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	5.000.000	1	CA	5.599.597	-	-
OT 4,80% Jun 2020	CCAM Lourinhã, CRL	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	5.500.000	1	CA	5.417.419	-	-
OT Jul 2010082400035	CCAM Beja e Mértola, CRL	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	5.000.000	1	CA	4.954.005	-	-
OT JUN 20	Caixa Central	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	N	111,62%	822.948.000	1	CA	910.430.149	-	(9.241.567)
OT Junho 2020	M de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	111,62%	5.000.000	1	CA	4.981.745	-	-
OT OUT 25	Caixa Central	IDM	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	95,04%	45.000.000	1	CA	45.479.048	-	(3.706.266)
Obrigações do tesouro	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	103,53%	1.000.000	1	CA	997.194	-	-
OT Outubro 2017	M de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	103,53%	1.600.000	1	CA	1.597.913	-	-
OT JUN 19	Caixa Central	IDM	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	109,94%	87.200.000	1	CA	95.266.508	-	-
OT 4,45% Jun 2018	CCAM Lourinhã, CRL	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	106,37%	15.000.000	1	CA	14.703.699	-	-
OT JUN.(4,45%) 18 - PTOTENOE	CCAM do Algarve, CRL	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	106,37%	5.000.000	1	CA	4.970.337	-	-
OT Junho 2018	M de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	106,37%	76.000.000	1	CA	75.126.391	-	-
OT 4,45% 15JUN18	CAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	106,37%	1.500.000	1	CA	1.455.125	-	-

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OT FEV 24	Caixa Central	IDM	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	114,51%	78.000.000	1	CA	91.743.537	-	(3.493.234)
PGB 5,65 02/15/24	CCAM Coimbra, CRL	IDM	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	114,51%	800.000	1	CA	942.526	-	-
OT (3,875% 02/15/30)	AM Região Bragança e Alto Douro, CRL	IDM	PTOTEROE0014	OUT	PRT	S	96,35%	10.000.000	1	CA	9.980.734	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	IDM	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	98,80%	200.000.000	1	CA	2.007.083	-	-
OT OUT 22	Caixa Central	IDM	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	98,80%	13.500.000	1	CA	13.207.116	-	(175.287)
OT 2,875% 07/21/26	CCAM Cadaval, CRL	IDM	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	93,60%	3.000.000	1	CA	2.866.013	-	-
OT 2,875% 07/21/26	CCAM Coimbra, CRL	IDM	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	93,60%	2.500.000	1	CA	2.448.165	-	-
OT 2,875% JUL 2026	AM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	IDM	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	93,60%	1.000.000	1	CA	953.978	-	-
OT 2,875% 21 JUL 26	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	IDM	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	93,60%	1.000.000	1	CA	923.942	-	-
OT 2,875% JUL 26	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	IDM	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	93,60%	1.000.000	1	CA	967.025	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	108,12%	1.000.000	1	CA	1.075.136	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	108,12%	1.000.000	1	CA	1.080.624	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	108,12%	700.000	1	CA	758.476	-	-
OT ABR 21	Caixa Central	IDM	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	108,12%	245.000.000	1	CA	262.679.760	-	(3.804.654)
OTRV MAIO 2021	M S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM de São Teotónio, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM do Guadiana Interior, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Estremoz, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Nordeste Alentejano, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Pernes, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Alenquer, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM do Baixo Vouga, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM de Pombal, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM do Baixo Mondego, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV Maio 2021	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM do Noroeste, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Paredes, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV Maio 2021	CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV MAIO 2021	CCAM Médio Ave, CRL	IDM	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	100,76%	10	1.000	CA	10.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	M S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM do Guadiana Interior, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Borba, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.002	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Pernes, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Coruche, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Alenquer, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM da Serra da Estrela, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Vagos, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM de Albergaria e Sever, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM do Baixo Vouga, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Costa Verde, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM de Pombal, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM do Baixo Mondego, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM da Terra Quente, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	M.P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV Agosto 2021	CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM do Noroeste, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	309	1.000	CA	309.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Paredes, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV Agosto 2021	M.Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV AGOSTO 2021	CCAM Médio Ave, CRL	IDM	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	100,28%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	M.S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Borba, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.002	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Vila Franca de Xira, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Salvaterra de Magos, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Coruche, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Azambuja, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	90	1.000	CA	90.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Alenquer, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM da Zona do Pinhal, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	120	1.000	CA	120.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM da Serra da Estrela, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Vagos, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	166	1.000	CA	166.000	-	-

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM de Albergaria e Sever, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Anadia, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM do Baixo Vouga, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Costa Verde, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Oliveira do Bairro, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM de Pombal, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Oliveira Azeméis e Estarreja, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	20	1.000	CA	20.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM do Baixo Mondego, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM Médio Ave, CRL	IDM	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	100,00%	318	1.000	CA	318.000	-	-
								3.205.906.768			3.433.109.686	-	(37.715.127)
De outros emissores													
TKAGR 4 27/08/18	Caixa Central	IDM	DE000A1R08U3	OUT	DEU	S	105,60%	3.452.000	1	CA	3.555.925	-	-
SUGALG 3 10/18/19	Caixa Central	IDM	ES0305088017	OUT	NLD	S	99,88%	2.400.000	1	CA	2.400.000	-	-
BCPPL 3.375 02/17	Caixa Central	IDM	PTBITIOM0057	OUT	PRT	S	99,58%	70.000.000	1	CA	69.834.773	-	(191.645)
COLEP 0 10/10/17	Caixa Central	IDM	PTCOPAOE0001	OUT	PRT	S	100,00%	500.000	1	CA	503.716	-	-
PESTA 3.95 07/15/22	Caixa Central	IDM	PTGRPEOE0000	OUT	PRT	S	98,88%	2.000.000	1	CA	1.994.714	-	-
SAUDCR 0 07/03/17	Caixa Central	IDM	PTSDRAOE0004	OUT	PRT	S	100,00%	5.000.000	1	CA	5.027.619	-	-
SAUDCR 0 06/29/21	Caixa Central	IDM	PTSDRCOE0002	OUT	PRT	S	99,90%	5.000.000	1	CA	5.000.000	-	-
REPSM 2.625 05/28/20	Caixa Central	IDM	XS0933604943	OUT	NLD	S	107,90%	5.000.000	1	CA	4.919.749	-	-
EDP FINANCE 14/09/2020	Caixa Central	IDM	XS0970695572	OUT	NLD	S	114,02%	500.000	1	CA	539.239	-	-
EDP FINANCE 20/01/2021	Caixa Central	IDM	XS0995380580	OUT	NLD	S	111,52%	9.050.000	1	CA	9.570.030	-	-
EDP FINANCE 2.625 01/2022	Caixa Central	IDM	XS1111324700	OUT	NLD	S	105,51%	13.000.000	1	CA	12.850.153	-	-
PCIM 1.75 11/18/19	Caixa Central	IDM	XS1139287350	OUT	GBR	S	101,48%	10.000.000	1	CA	9.864.214	-	-
ALB 1.875 12/2021	Caixa Central	IDM	XS1148074518	OUT	USA	S	104,89%	1.400.000	1	CA	1.390.319	-	-
NIBCAP 2 07/26/18	Caixa Central	IDM	XS1173845352	OUT	NLD	S	102,35%	1.000.000	1	CA	1.013.303	-	-
RENPL 2.5 02/2025	Caixa Central	IDM	XS1189286286	OUT	NLD	S	104,14%	14.000.000	1	CA	13.843.166	-	(815.551)
ACSSM 2.875 04/01/2020	Caixa Central	IDM	XS1207309086	OUT	ESP	S	102,00%	4.700.000	1	CA	4.808.438	-	-
CPRIM 2.75 09/2020	Caixa Central	IDM	XS1300465926	OUT	ITA	S	106,90%	5.000.000	1	CA	5.181.755	-	-
CCL 1.625 02/2021	Caixa Central	IDM	XS1319820624	OUT	PAN	S	104,89%	5.000.000	1	CA	5.013.710	-	-
MAERSK 1.5 11/2022	Caixa Central	IDM	XS1324446092	OUT	DNK	S	101,70%	6.000.000	1	CA	5.815.938	-	-
NIBCAP 2.25 09/24/19	Caixa Central	IDM	XS1385996126	OUT	NLD	S	103,77%	1.000.000	1	CA	1.013.553	-	-
								164.002.000			164.140.311	-	(1.007.196)
Total								3.369.908.768			3.597.249.998	-	(38.722.323)

8.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Crédito Agrícola (constituído pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRI (Caixa Central), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e subsidiárias), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 16.699.391 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.242.627 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 58.325 milhares de euros), a demonstração de resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) apresentada na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reserva

- a) Até 31 de dezembro de 2016, a Caixa Central e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo a nível individual, beneficiaram do regime transitório previsto no Aviso do Banco de Portugal nº 5/2015, mas a partir de 1 de janeiro de 2017 passam a elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, deixando a essa data de reconhecer provisões para crédito a clientes e passando a reconhecer apenas imparidades para esses créditos.

Por força de ajustamentos introduzidos ao longo do ano no processo de quantificação e reconhecimento de imparidades e, por outro lado, da evolução económica dos clientes aos quais o Grupo Crédito Agrícola tem exposição de crédito, em 31 de dezembro de 2016 foi reforçado o reconhecimento de imparidades, substancialmente através da utilização de provisões para crédito a clientes constituídas em exercícios anteriores e que se consideravam excessivas em 31 de dezembro de 2015, tal como constava da reserva na Certificação Legal das Contas consolidadas de 2015, emitida em 4 de maio de 2016. Neste contexto, o resultado depois de impostos do exercício de 2016 ficou beneficiado em 82.500 milhares de euros por contrapartida da rubrica de Outras reservas e resultados transitados, pelo que não decorre qualquer impacto no valor dos capitais próprios do Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

✓

pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além da matéria descrita na secção "Bases para a opinião com reserva", consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Imparidade de crédito a clientes	
<i>Divulgações relacionadas com imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.4. alínea c) e 13. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas</i>	
A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes no balanço do Grupo Crédito Agrícola, justifica que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria por o apuramento das correspondentes imparidades requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte da gestão no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do montante das correspondentes perdas. Em 31 de dezembro de 2016 o valor bruto da rubrica de crédito a clientes ascende a 8.651.323 milhares de euros (2015: 8.373.275 milhares de euros) e as perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 710.418 milhares de euros (2015: 818.258 milhares de euros). As perdas por imparidade são apuradas em termos individuais, através de análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito a clientes, sendo que para o remanescente da carteira a imparidade é apurada em análise coletiva, nos termos que a	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela gestão no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, de entre outros, o teste detalhado aos controlos de gestão do risco de crédito, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas por imparidade. Neste âmbito, testámos o desenho e a eficácia operacional dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para identificar clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento e determinar as correspondentes perdas por imparidade. Os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a conversão de dados dos sistemas informáticos de base para os modelos de cálculo de imparidade e os resultados destes

✓

Matérias relevantes de auditoria

seguir resumimos:

- Para os clientes que apresentem exposições mais significativas avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, bem como para os clientes com exposições significativas do montante do crédito vencido há mais de 90 dias, o Grupo Crédito Agrícola desenvolveu um processo de análise individual. Nestes casos a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro ser gerados pelo cliente para o cumprimento das suas responsabilidades ou (ii) a valorização dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação/execução desses mesmos colaterais.
- Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo Crédito Agrícola desenvolveu e aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo Crédito Agrícola entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, para que esta reflita os efeitos das condições atuais.

Síntese da abordagem de auditoria

para as demonstrações financeiras do Grupo Crédito Agrícola; (iii) a própria calculatória do modelo de imparidade definido pelo Grupo Crédito Agrícola, incluindo os *inputs* e pressupostos da gestão; (iv) a estimativa do valor recuperável dos colaterais; e (v) as práticas do governo interno associado ao processo de aprovação e apuramento das perdas por imparidade.

Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que não estavam identificados pela gestão como tendo indícios de imparidade ou em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas e reconhecidas pela gestão.

Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Grupo Crédito Agrícola, para uma amostra representativa da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2016, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Grupo Crédito Agrícola; (iii) desafiar e confirmar a tempestividade das avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (iv) desafiar a visão dos responsáveis do Grupo Crédito Agrícola quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pela gestão, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

✓

Para a carteira cuja imparidade é apurada em análise coletiva, testámos uma amostra de *inputs* do modelo definido pelo Grupo Crédito Agrícola e avaliámos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pela gestão, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam as variáveis de risco consideradas relevantes por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Grupo Crédito Agrícola, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao nosso conhecimento das atuais práticas no sector. Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016 e os dados históricos considerados no modelo; (ii) rever e testar a segmentação e a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever, testar e desafiar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade, estimados pelo Grupo Crédito Agrícola para cada segmento; (iv) desafiar os principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); e (vi) rever e analisar os resultados do *backtesting* (dos testes de aferição) realizados pelo Grupo Crédito Agrícola.

A

Valorização de imóveis

Divulgações relacionadas com a valorização de imóveis apresentadas nas notas 2.4, alíneas f), h) e i) e 15., 16. e 17. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Dada a significativa expressão dos imóveis no balanço consolidado do Grupo Crédito Agrícola, os quais se encontram refletidos nas rubricas de (i) Ativos não correntes detidos para venda (ANCDV), (ii) Propriedades de investimento (PI) e (iii) Outros ativos tangíveis (OAT), estes constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria por requererem a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão no que respeita à sua valorização e à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante das correspondentes perdas por imparidade. Em 31 de dezembro de 2016 o valor bruto destes imóveis nas rubricas de ANCDV, PI e OAT ascende a 741.284 milhares de euros, 69.946 milhares de euros e 295.186 milhares de euros, respetivamente (2015: 810.154 milhares de euros, 82.583 milhares de euros e 294.879 milhares de euros, respetivamente) e o montante de perdas por imparidade e/ou depreciações acumuladas reconhecidas a essa data nas rubricas de ANCDV e OAT ascende a 123.651 milhares de euros e a 94.643 milhares de euros, respetivamente (2015: 143.381 milhares de euros e 83.105 milhares de euros, respetivamente).

De acordo com as políticas em vigor no Grupo Crédito Agrícola, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na CMVM, que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para identificar os imóveis com indícios de imparidade e determinar os correspondentes montantes, assim como a realização de diversos testes.

Para uma amostra de imóveis, foi analisada a sua valorização e, se aplicável, a subsequente perda por imparidade registada com base nas avaliações elaboradas pelos peritos avaliadores. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise. Nas situações em que se verificaram dúvidas sobre a adequação dos pressupostos considerados ou da qualidade ou tempestividade da informação utilizada, foi solicitada nova avaliação a outros peritos avaliadores, igualmente registados na CMVM, de forma a comparar os resultados.

Adicionalmente, testámos uma amostra de imóveis cuja venda tenha ocorrido durante o exercício de 2016, comparando o valor de alienação com a última avaliação obtida, de forma a aferir sobre a razoabilidade das avaliações obtidas pelo Grupo Crédito Agrícola.

A

Financiamento do Fundo de Resolução**Divulgações relacionadas com o Fundo de resolução apresentadas na nota 50. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. (processo que deu origem à criação do Novo Banco, SA (Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução (Fundo) para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito. Essas incertezas têm vindo a assumir maior relevância em função dos desenvolvimentos associados ao processo de venda do Novo Banco e ao contencioso originado por essas mesmas medidas de resolução. Consequentemente, a possibilidade de os Bancos participantes no Fundo de Resolução virem a ser chamados a realizar contribuições extraordinárias para o Fundo tem constituído uma preocupação para o Grupo Crédito Agrícola e para o sector e nessa medida esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria. Nesse contexto, acompanhámos todo o conjunto de iniciativas em que participaram o Banco Central Europeu, o Banco de Portugal, o Fundo e os Bancos participantes na procura de uma solução que pudesse mitigar tais incertezas.

A análise sobre a capacidade do Fundo de Resolução em gerar os fluxos de caixa necessários para fazer face às suas responsabilidades e a avaliação sobre a existência de risco de imparidade sobre o crédito concedido ao Fundo, envolveu um conjunto de pressupostos e estimativas assumidos pelo próprio Fundo de Resolução e pela gestão do Grupo Crédito Agrícola.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram: (i) a análise das condições contratuais dos financiamentos contraídos pelo Fundo de Resolução junto dos bancos participantes e do Estado Português; (ii) a compreensão das contribuições que poderão ser exigidas aos bancos participantes, à luz do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, e as clarificações prestadas pelas entidades envolvidas; (iii) a apreciação do impacto que a reestruturação desses financiamentos terá na capacidade do Fundo de Resolução em fazer face às suas responsabilidades, que incluiu uma significativa extensão dos prazos de vencimento; (iv) a análise das cláusulas que permitem ajustar esse prazo a potenciais alterações nas responsabilidades do Fundo sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou extraordinárias, e (v) a apreciação da nova forma de cálculo da taxa de juro aplicável.

Adicionalmente, avaliámos os pressupostos e estimativas consideradas na preparação do plano de negócios do Fundo de Resolução, que fundamenta a capacidade do Fundo em cumprir com o serviço da dívida dos referidos financiamentos, bem como eventuais contingências e as suas despesas operacionais.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores**Divulgações relacionadas com benefícios pós-emprego apresentadas nas notas 2.4. alínea m) e 48. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2016 as responsabilidades do Grupo Crédito Agrícola com "Benefícios pós-emprego dos colaboradores" ascendem a 81.654 milhares de euros (2015: 70.763 milhares de euros) abrangendo benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, cuidados médicos e subsídio por morte, nomeadamente os que estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola, denominado por Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo.

Estas responsabilidades com os benefícios pós-emprego são estimadas tendo por base avaliações atuariais desenvolvidas por um atuário do Grupo Crédito Agrícola certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, de entre outros, os quais correspondem à melhor estimativa da gestão quanto às características dos benefícios e da população de colaboradores e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis. No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar no futuro nos pressupostos financeiros e

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a apreciação dos controlos instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário para calcular as responsabilidades e as futuras necessidades de financiamento do plano. Neste âmbito, testámos ainda os controlos instituídos pelo Grupo para assegurar a adequação do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo, dos pressupostos atuariais e de avaliação seguidos. De forma periódica, procedemos à comparação entre os resultados estimados pelo atuário do Grupo, com os resultados estimados por atuário externo.

Os nossos trabalhos incluíram reuniões com a gestão e com o atuário a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos atuariais e financeiros adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos da gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos comparando-os com os dados que de forma independente nos foi possível obter. Ainda neste âmbito, procedemos à revisão da conformidade (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de custos respeitantes a serviços passados e outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo calculando-o, sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos detidos.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

atuariais seguidos podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados a estes benefícios, pelo que esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Sistemas e tecnologias de informação

Os sistemas e tecnologias de informação e os controlos sobre o processo de preparação da informação financeira, no que diz respeito à gestão do acesso lógico e aos controlos de segregação de funções, foram por nós identificados como uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, na medida em que todo o processo de processamento contabilístico e de preparação da informação financeira do Grupo Crédito Agrícola está fortemente dependente de sistemas informáticos complexos.

A confiança generalizada que se deposita nos sistemas de tecnologias de informação do Grupo Crédito Agrícola implica que os controlos sobre os direitos de acesso constituam um aspeto necessariamente crítico. Foram identificadas um conjunto de vulnerabilidades nos controlos sobre o acesso a sistemas e tecnologias de informação que devem ser endereçadas para minimizar o possível risco de acessos inadequados. Encontram-se presentemente em curso um conjunto de iniciativas cuja implementação se espera venha a permitir colmatar de forma satisfatória e a curto prazo as insuficiências identificadas.

Os nossos especialistas em sistemas e tecnologias de informação testaram a conceção e a eficácia operacional dos controlos instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola sobre os sistemas de informação críticos para a preparação da informação financeira e em particular as vulnerabilidades nos controlos de acesso. Nos casos em que essas ocorrências incidiram em sistemas aplicativos e bases de dados relevantes para o âmbito da nossa auditoria, realizámos um conjunto de testes sobre os controlos e adicionalmente testes substantivos por forma a assegurar um nível de conforto satisfatório quanto à integridade e à precisão da informação financeira gerada pelo sistema.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas – ramo vida

Divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas nos contratos de seguros do ramo vida apresentadas nas notas 2.4. alínea r), 21. e 28. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A nossa equipa, integrando especialistas atuariais, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) identificação e compreensão do processo e dos controlos considerados chave para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, em particular no que respeita a produtos de seguros

A

Matérias relevantes de auditoria

A rubrica de Provisões técnicas de contratos de seguros – Ramo vida constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço consolidado, mas também por esta rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de todo um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, SA (CA Vida ou Companhia). Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica ascende a 1.451.970 milhares de euros (2015: 1.492.050 milhares de euros) sendo, de entre outras, constituída pela (i) provisão matemática no montante de 1.353.105 milhares de euros (2015: 1.395.303 milhares de euros) e (ii) provisão para compromissos de taxa de juro no montante de 39.670 milhares de euros (2015: 28.767 milhares de euros). Adicionalmente, na rubrica de Outros passivos estão refletidos os Passivos financeiros em contratos de seguros, que em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 232.492 milhares de euros (2015: 252.278 milhares de euros).

A avaliação da adequação das responsabilidades em contratos de seguros do ramo vida envolve julgamentos relativamente à seleção dos pressupostos a utilizar, tais como taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas em relação aos contratos comercializados, quando não exista uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e das maturidades para projetar os fluxos de caixa futuros associados a cada contrato. Estes fluxos de caixa englobam o recebimento de prémios e os pagamentos relacionados com mortes, maturidades, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Esta avaliação é efetuada produto a produto e a curva utilizada para desconto da responsabilidade é uma curva de taxas de juro sem risco. Os contratos de seguro e operações que para efeitos contabilísticos são considerados como contratos de investimento, são produtos de curta duração (de 5 a 8 anos de maturidade) onde se acautelou a

Síntese da abordagem de auditoria

com garantias financeiras assumidas; (ii) identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pelos serviços da Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; (iii) verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa de juro e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações que para efeitos contabilísticos são considerados como contratos de investimento; e (iv) desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento comparando os resultados apurados com os que foram obtidos pelos serviços da Companhia.

Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2016

Grupo Crédito Agrícola
PwC 9 de 13

A

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
correspondência entre ativos e passivos aquando do lançamento do produto. Os serviços da Companhia executam periodicamente testes de aferição de compromisso de taxa de juro, no respeitante a contratos de seguros cuja duração máxima é superior a 8 anos e cuja periodicidade de pagamento de prémios não se restringe a entrega única.	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Crédito Agrícola de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Crédito Agrícola de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Crédito Agrícola.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

A

Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2016

Grupo Crédito Agrícola
PwC 10 de 13

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Crédito Agrícola;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Crédito Agrícola para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Crédito Agrícola descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Crédito Agrícola para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Crédito Agrícola e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Crédito Agrícola, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Caixa Central pela primeira vez e para o exercício de 2015 na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de maio de 2016 para o mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Crédito Agrícola em 30 de março de 2017.



Certificação Legal das Contas Consolidadas
31 de dezembro de 2016

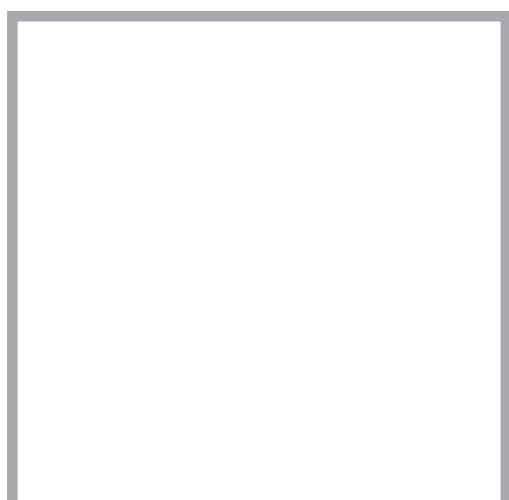
Grupo Crédito Agrícola
PwC 12 de 13

- d) Declaramos que não prestamos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Crédito Agrícola durante a realização da auditoria.

28 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.



	09
--	----

Parecer do
Conselho
Consultivo

IX. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo vem emitir parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola Mútuo para o exercício de 2016.

Analisado o relatório de gestão e as contas, referentes ao exercício de 2016 que irá ser submetido à discussão e aprovação na Assembleia Geral Ordinária de 27 de Maio, os membros do Conselho Consultivo emitem o presente parecer.

No decurso do exercício de 2016 o Conselho Consultivo reuniu periodicamente com o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e com o Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central que prestaram as informações que entenderam como necessárias relativamente à actividade da área bancária e das empresas, permitindo-nos um acompanhamento efectivo sobre a evolução do negócio.

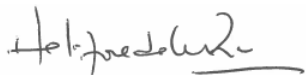
No Relatório de Gestão e Contas são elencadas as variações ocorridas nas principais áreas de actividade e os saldos a final de ano, que em nossa opinião reflectem de forma inequívoca o trabalho desenvolvido por todos os elementos que integram o Grupo Crédito Agrícola, relevando o bom desempenho das Caixas Agrícolas que contribuíram indelevelmente para os resultados obtidos.

O documento apresentado elenca de forma muito abrangente o que de mais importante ocorreu no exercício de 2016, tanto no que concerne à estrutura do Grupo como das actividades desenvolvidas na prossecução do cumprimento dos objectivos estabelecidos, tendo sempre presente a missão e os valores que sempre nortearam o Crédito Agrícola.

Assim, vem o Conselho Consultivo propor à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola relativo ao ano de 2016.

Lisboa, 05 de Maio de 2017

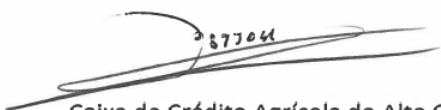
O Conselho Consultivo



Caixa de Crédito Agrícola de Alenquer (Presidente)
Hélio José de Lemos Rosa



Caixa de Crédito Agrícola do Alentejo Central
José Luís Tirapicos Nunes



Caixa de Crédito Agrícola do Alto Cávado e Basto
José Lopes Gonçalves Barbosa



Caixa de Crédito Agrícola de Estremoz, Monforte e Arronches

Normando António Gil Xarepe



Caixa de Crédito Agrícola do Médio Ave

António Germano Fernandes de Sá e Abreu



Caixa de Crédito Agrícola do Nordeste Alentejano

João Nascimento Canas Guerra



Caixa de Crédito Agrícola de Paredes

António Francisco Coelho Pinheiro



Caixa de Crédito Agrícola de Silves

José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves



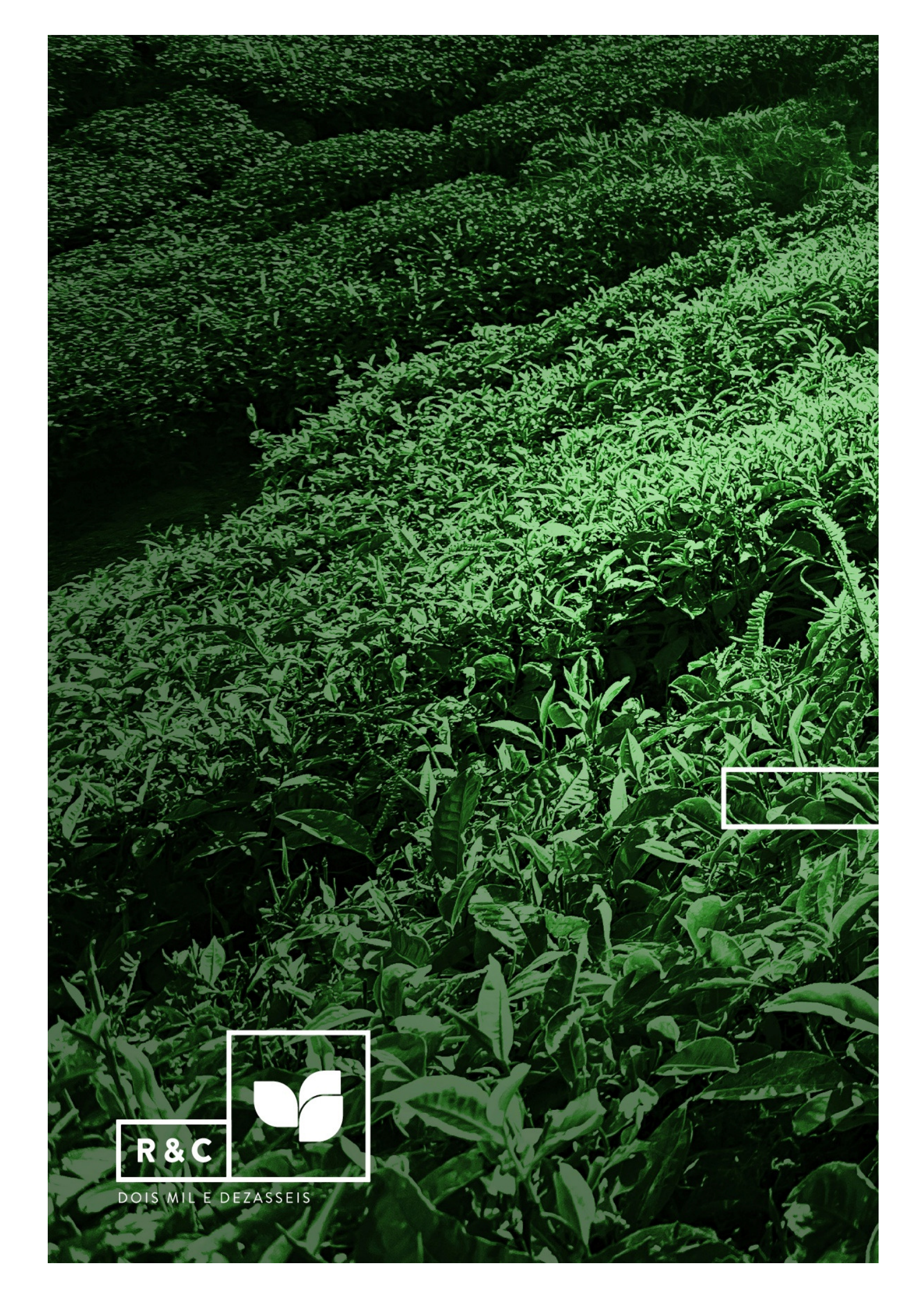
Caixa de Crédito Agrícola de Vale do Távora e Douro

Francisco Eduardo Neves Rebelo

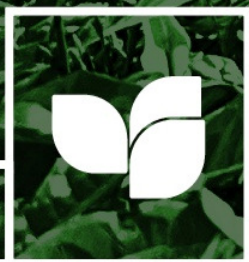


Caixa de Crédito Agrícola do Alto Douro, por inerência, nos termos do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central.

Adriano Augusto Diegues



R & C



DOIS MIL E DEZASSEIS